

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL – PROPUR**



**APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CENTROS URBANOS:
CAXIAS DO SUL 1910-2010**



DORIS BALDISSERA

Orientador: Professor Doutor Eber Pires Marzulo

Porto Alegre, 2011

DORIS BALDISSERA

**APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CENTROS URBANOS:
CAXIAS DO SUL 1910-2010**

Dissertação apresentada como requisito parcial a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na Linha de Pesquisa Cidade, Cultura e Política.

Orientador: Professor Dr. Eber P. Marzulo

Porto Alegre, 2011

CIP - Catalogação na Publicação

Baldissera, Doris

Apropriação de espaços públicos em centros urbanos:
Caxias do Sul 1910-2010 / Doris Baldissera. -- 2011.
238 f.

Orientador: Eber Marzulo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Apropriação de espaços públicos. 2. Evolução
urbana. 3. Morfologia urbana. 4. Centro
urbano:Caxias do Sul. I. Marzulo, Eber, orient. II.
Titulo.

DORIS BALDISSERA

**APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CENTROS URBANOS:
CAXIAS DO SUL 1910-2010**

Dissertação apresentada como requisito parcial a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em 19 de dezembro de 2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. Eber P. Marzulo (orientador)
PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. Lineu Castello
PROPAR/UFRGS

Prof (a). Dr (a).Célia Ferraz de Souza
PROPUR/UFRGS

Prof. Dr.Gilberto Flores Cabral
FAU/UFRGS

Ao grande companheiro de toda a vida
e incentivador de mais esta empreitada.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador deste trabalho, professor Dr. Eber Pires Marzulo, pelo acolhimento e discussões proporcionadas.

A família, pelo carinho e incentivo, com especial agradecimento ao Marco, pelo constate apoio, pelas leituras e pela busca da construção de um caminho conjunto.

As amigas Sandra Barella e Margarete Tomazini Bender pelo companheirismo, incentivo e sonhos em comum.

A Alessandra Braun Teixeira e Diordia Jamile Manera, pela companhia nas incursões na praça e no parque, pelo apoio, desenhos e paciência.

Aos que abriram as portas de suas casas e de suas lembranças: Cleodes Piazza Ribeiro, José Maximo Letti, Neusa Michelin, Elma Bochese e Raymundo Pezzi, por sua disponibilidade e reveladoras estórias e memórias.

Aos colegas de escritório, aos professores colegas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS), pelo incentivo.

Aos amigos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM): Rafael Volquind, Sílvia Vedana Costa, Márcio Pimenta e Kiara pelo apoio em um momento decisivo.

Aos colegas do PROPUR, em especial ao Vinicius Ribeiro pelo carinho e companhia em muitos km percorridos.

A todos os quase anônimos que participaram da pesquisa através de sua disponibilidade em responder aos questionários.

A professora Ivone Polidoro Franco pela revisão dos textos.

Aos professores e funcionários do programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela qualidade de ensino e de atendimento.

Aos funcionários da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) e do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), pela disponibilidade.

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo discutir as formas de apropriação vigentes nos espaços públicos de centros urbanos de cidades de médio ou grande porte e suas relações com a morfologia urbana. Trata-se do estudo de caso da praça Dante Alighieri e do parque Getúlio Vargas, na cidade de Caxias do Sul. O método utilizado para o desenvolvimento do estudo foi o dedutivo, de aproximação ao problema através de coleta de dados no arquivo histórico, levantamentos físicos, de técnicas de observação, entrevistas e memória oral. Foi realizado o estudo evolutivo do centro urbano da cidade, desde a efetiva implantação da praça até a atualidade, em períodos definidos de acordo com os fatos que marcaram os dois espaços públicos em questão, tendo como base os relatos de cinco atores sociais que participaram dessa construção. A partir desse embasamento foi elaborada a análise morfológica dos entornos imediatos dos espaços públicos, e para o entendimento das formas de apropriação na atualidade foram realizadas entrevistas com os usuários e não usuários desses espaços públicos. Através da análise qualitativa dos dados foi possível chegar a resultados que confirmam as formas de apropriação que se fazem na praça e o parque. A evolução da centralidade relacionada com as formas de apossamento dos espaços público demonstrou que fatos e trocas sociais do cotidiano foram se perdendo com o alargamento das fronteiras da cidade. A desagregação do conjunto arquitetônico e a verticalização interferiram nas condições de apropriação especialmente da praça, mas os elementos que apresentam maior interferência na utilização dos espaços públicos se relacionam a componente vegetal por sua possibilidade de alterar a paisagem, proporcionar conforto e envolvimento. A utilização dos espaços públicos também se refere às funções disponíveis, e a ordenação espacial especialmente dos locais de contemplação, que através de sua diversidade compositiva poderá imprimir maior qualidade e possibilitar contatos entre os usuários. Outros fatores que apontam para as formas de apropriação dos espaços se referem ao comportamento dos usuários, com relação à individualização do homem contemporâneo e aos hábitos explícitos de posse de grupos ou individualidades que demarcam espaços e criam limites simbólicos, intimidando a utilização em diferentes graus de intensidade de parte, ou da totalidade dos espaços públicos.

Palavras chave: apropriação, morfologia urbana, espaço público, praça.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the forms of appropriation of public spaces in existing urban centers in cities of medium or large size and its relationship to urban morphology. This is the case study of the square Dante Alighieri and the park Getúlio Vargas in the city of Caxias do Sul. The method used to study the development of the deductive approach to the problem by collecting data in the historical, surveys physical, observation techniques, interviews and oral memory. We conducted the study of the evolutionary center of the city, since the effective implementation of the square to the present time periods according to the events that marked the two public spaces in question, based on reports of five social actors who participated in this construction. From that foundation was established morphological analysis of the immediate surroundings of public spaces, and to understand the forms of appropriation at present interviews with users and non users of these public spaces. Through qualitative data analysis was possible to reach results that confirm the forms of appropriation that is done in the square and the park. The centrality evolution of related forms of seizure of the facts showed that public spaces and everyday social exchanges were being lost with the extension of city boundaries. The breakdown of the architectural and vertical interfered especially in conditions of appropriation of the square, but the elements that have greater interference in the use of public spaces relate to plant compound for its ability to change the landscape, providing comfort and involvement. The use of public spaces also refers to the functions available, and especially the local spatial ordering of contemplation, that through his compositional diversity can print higher quality and allow contacts between users. Other factors that point towards the forms of appropriation of spaces relate to the behaviour of users, with respect to the individualization of the contemporary man and explicit habits of groups or individuals that possession hold spaces and create symbolic boundaries, intimidating to use in varying degrees of intensity of part or all of the public spaces.

Keywords: appropriation, urban morphology, public space, square.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Tecido e forma urbana de Lisboa – Portugal (pré-modernista)	23
Figura 2	Tecido e forma urbana de Brasília – Brasil (modernista).....	24
Figura 3	Síntese dos elementos perceptíveis da morfologia urbana	34
Figura 4	Localização da cidade de Caxias do Sul e sua centralidade urbana	48
Figura 5	Centralidade urbana de Caxias do Sul e seus principais usos não residenciais	50
Figura 6	Mapa contendo a divisão territorial das colônias com destaque para a delimitação da Colônia Caxias	53
Figura 7	Mapa da Colônia Caxias com destaque para a demarcação das primeiras léguas e do barracão	54
Figura 8	Divisão das Léguas em travessões, linhas e lotes	55
Figura 9	Planta de Caxias do Sul: divisão das léguas e travessões no início do séc. XX, com sobreposição do relevo da região.....	57
Figura 10	Primeira planta oficial de Caxias, com destaque para a localização do cemitério, do barracão e da futura praça Dante Alighieri.....	60
Figura 11	Planta da implantação efetivada na época para a Sede Dante (desenho de Adami em 4/4/57)	61
Figura 12	Delimitação da área de abrangência para análise e coleta de dados	64
Figura 13	Demonstração esquemática do método desenvolvido para a coleta de dados.....	67
Figura 14	Delimitação da área em que eram proibidas a construção e a reforma de edificações em madeira sobre o perímetro urbano da época.....	80
Figura 15	Mapa da área de terras desapropriada para a implantação do parque Getúlio Vargas.....	90
Figura 16	Proposta de ocupação inicial para o parque Getúlio Vargas, onde se verifica o Pavilhão de Exposições, o sistema viário e os lagos	92
Figura 17	Demarcação da área ocupada pelo calçadão sobre o levantamento da praça Dante Alighieri realizado pelo Gamaplan em outubro de 1993.....	97
Figura 18	Planta de implantação do parque Getúlio Vargas, com destaque para o lago, o ginásio de esportes, a concha acústica, as instituições e a limitação de fluxo veicular, sobre base realizada pelo Gamaplan em setembro de 1997.....	99
Figura 19	Evento de reinauguração do parque Getúlio Vargas.....	100
Figura 20	Notícia sobre a reinauguração da praça Dante Alighieri, com adaptações.....	102

Figura 21	Demarcação dos espaços públicos e do traçado viário da centralidade, em 1955 e 2011	104
Figura 22	Morfologia da praça Dante Alighieri.....	108
Figura 23	Relações de heterogeneidade entre edificações na composição das testas envolventes da praça Dante Alighieri.....	109
Figura 24	Síntese dos elementos morfológicos da praça Dante Alighieri.....	113
Figura 25	Relações de heterogeneidade entre edificações na composição das testas envolventes do Parque Getúlio Vargas.....	117
Figura 26	Síntese dos elementos morfológicos do parque Getúlio Vargas	120
Figura 27	Usos atuais do entorno da praça Dante Alighieri.....	122
Figura 28	Usos do solo no entorno do parque Getúlio Vargas	126
Figura 29	Acessibilidade física da praça e edificações de entorno	135
Figura 30	Acessibilidade física ao parque	137
Figura 31	Síntese da utilização da praça nos dias ordinários.....	143
Figura 32	Síntese da utilização do parque nos dias ordinários	148

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	A e B Espaços públicos alterados para o uso veicular em Tallin (Estônia) e Nantes (França).....	25
Fotografia 2	A e B Atividades necessárias em Barcelona e atividades sociais em Segóvia – Espanha, respectivamente.....	40
Fotografia 3	(A e B) Espaços públicos com funções de estar, descanso e contemplação em Barcelona – Espanha.....	41
Fotografia 4	(A e B) Visual da praça a partir de uma esquina; parque envolto por massa vegetal.....	51
Fotografia 5	Primeira sede do Poder Legislativo (A), edificação em alvenaria destinada à diretoria da Comissão de Terras – 1883 (B).....	59
Fotografia 6	Praça, igreja e campanário (A); Rua Silveira Martins, no alto, igreja e campanário – 1884 (B).....	62
Fotografia 7	Área da Praça Dante Alighieri em 1910	77
Fotografia 8	Praça Dante Alighieri após as primeiras obras, em 1914	78
Fotografia 9	Praça Dante Alighieri, porções norte e leste integradas às vias, respectivamente, Av. Júlio de Castilhos e Rua Marquês do Herval, em 1930	81
Fotografia 10	Obras de rebaixamento da porção sul da praça Dante Alighieri, na década de 30 (séc. XX).....	82
Fotografia 11	Festa da Uva na praça Dante Alighieri, em 1937	85

Fotografia 12	Trabalho de abertura das Ruas Marechal Floriano e Vereador Mário Pezzi	86
Fotografia 13	Vista geral da área do parque, com sistema viário interno e construção do pavilhão de feiras agroindustriais, em 1953	91
Fotografia 14	Vista geral do Parque de Exposições Presidente Getúlio Vargas a partir da Rua Os 18 do Forte, em 1958.....	93
Fotografia 15	Vista geral do parque Getúlio Vargas, década de 60 (séc. XX)	94
Fotografia 16	Imagens da praça com a vegetação original (A-25/09/2003) e após sua remoção (B-26/09/2003), no início das obras para revitalização da área	101
Fotografia 17	Reinauguração da praça Dante Alighieri.....	102
Fotografia 18	Painéis publicitários nas edificações do entorno da praça, em 2 de nov. de 2009	111
Fotografia 19	Arquiteturas significativas sem apelo publicitário, em 2 de set. de 2010	112
Fotografia 20	Elementos diferenciados na estrutura morfológica, em 22 de fev. 2011	113
Fotografia 21	Vista aerea da área de inserção do parque Getúlio Vargas, em 1958	114
Fotografia 22	Entorno do Parque Getúlio Vargas, 1971	115
Fotografia 23	Vista parcial da cidade de Caxias do Sul, com destaque para o parque Getúlio Vargas e entorno, em 2010	116
Fotografia 24	Ocupação do entorno do parque, com destaque para o vazio de inserção do Poder Executivo e do Legislativo municipais, em 23 de nov. de 2009	116
Fotografia 25	Elementos diferenciados na estrutura morfológica, em 29 de nov. de 2009	119
Fotografia 26	Usos internos da praça na atualidade, em 2 de set. de 2010	124
Fotografia 27	Usos internos do parque, em 29 de nov. de 2009.....	128
Fotografia 28	Alamedas plantadas nas porções leste e oeste da praça, em 2 de set. de 2010	129
Fotografia 29	Vegetação proporciona maior permeabilidade visual nos sentidos norte e sul, em 2 de nov. de 2009.....	129
Fotografia 30	Arborização urbana nas vias de entorno da praça, em 2 de nov. de 2009	130
Fotografia 31	Vegetação interna da praça, em 2 de set. de 2010.....	131
Fotografia 32	Vegetação nos passeios públicos no entorno do parque, em 11 de fev. de 2010	132
Fotografia 33	Vegetação no interior do parque, em 11 de fev. de 2010	132
Fotografia 34	Vegetação que envolve o parque e áreas internas amplas, em 2 de nov. de 2009.	133

Fotografia 35	Acessos facilitados nas esquinas da praça, em 2 de nov. de 2009 .	135
Fotografia 36	Local de acesso facilitado na esquina sudoeste, em 11 de fev. de 2010	138
Fotografia 37	Locais de difícil acessibilidade física ao parque, em 11 de fev. de 2010	138
Fotografia 38	Locais inacessíveis ao parque, em 11 de nov. de 2010.....	138
Fotografia 39	Acessibilidade visual a partir das vias de entorno da praça, em 2 de nov. de 2009	139
Fotografia 40	Locais de acessibilidade visual externa dificultada, em 11 de fev. de 2010	140
Fotografia 41	Difícil visualização externa do parque, em 11 de fev. de 2010	140
Fotografia 42	Local com acessibilidade visual ao parque facilitada, em 11 de fev. de 2010	140
Fotografia 43	Cotidiano na Praça Dante Alighieri, em 24 e 28 de set. de 2010.....	142
Fotografia 44	Feira do Livro na praça Dante Alighieri, em 5 de out. de 2010	144
Fotografia 45	Cotidiano matinal no Parque Getúlio Vargas, em 29 de set. e 5 de out. de 2010	145
Fotografia 46	Cenas do cotidiano no parque Getúlio Vargas, período da tarde, no período da tarde, em 4 e 5 de out. de 2010	146
Fotografia 47	Apropriação do parque nos fins de semana, em 10 de out. de 2010	147
Fotografia 48	Apropriação sazonal do parque, em 12 de out. de 2010.....	149
Fotografia 49	Usuários com frequência semanal, em uma tarde ensolarada de domingo, em 17 de out. de 2011.....	158
Fotografia 50	Arquitetura efêmera construída para a Festa da Uva: (A) Tendões para a venda de uva em 1932; (B) Tendeiras envolvendo o chafariz da praça Dante Alighieri e, ao fundo, Pavilhões de Exposição, em 1937.....	171
Fotografia 51	Eventos na praça Dante Alighieri: (A) Manifestação em apoio ao Estado Novo em 1937; (B) Congresso Eucarístico em 1948	173
Fotografia 52	Passeio peatonal na Avenida Júlio de Castilhos, na praça Dante Alighieri, em 1987	177
Fotografia 53	Fechamento dos usos comerciais no entorno da praça Dante Alighieri em 3 de nov. de 2009.....	178
Fotografia 54	Ambiência interna da praça Dante Alighieri, em 5 de out. de 2010..	180
Fotografia 55	Composição de diferentes ambiências no parque Getúlio Vargas, em 5 de out. de 2010.....	181
Fotografia 56	Área de lazer infantil em condomínio vertical no entorno imediato do parque Getúlio Vargas, em 5 de out. de 2010.....	185
Fotografia 57	Água na composição paisagística do parque Getúlio Vargas, em 5 de out. de 2010	187

Fotografia 58	Desagregação morfológica da envoltória da praça, em 2 de set. de 2010.	195
Fotografia 59	Representação dos símbolos de construção da identidade dos colonizadores da cidade no pavimento da Praça Dante Alighieri (A) e em sua relação com a Igreja de Santa Tereza (B), em 2 de set. de 2010.	196
Fotografia 60	Utilização do espaço da praça (A, 05/10/2010) e do parque (B-21/11/2009) em dias com atividades de festa.	198

GRÁFICOS

Gráfico 1	Elementos e edificações lembrados pelos não usuários da praça	152
Gráfico 2	Profissões/atividades dos residentes e trabalhadores no entorno do parque e que são usuários do mesmo	153
Gráfico 3	Interação com pessoas estranhas ao grupo de afinidade relativa aos residentes e trabalhadores no entorno do parque e que são usuários... ..	154
Gráfico 4	Relação da percepção do favorecimento dos usos do parque pela privacidade proporcionada pela vegetação que o envolve.....	155
Gráfico 5	Usuários da praça que frequentam o parque	160
Gráfico 6	Predominância de profissão/atividade dos usuários do parque	161
Gráfico 7	Frequência de uso do parque.....	162
Gráfico 8	Distâncias percorridas pelos usuários do parque desde sua residência	162
Gráfico 9	Elementos apontados pelos usuários do parque como necessários	164
Gráfico 10	Elementos e edificações lembrados no interior e no entorno da praça Dante Alighieri	165

QUADROS

Quadro 1	Síntese dos principais fatos que definiram a evolução urbana de Caxias do Sul	76
Quadro 2	Atividades e usos das edificações que envolvem a praça Dante Alighieri.....	123
Quadro 3	Atividades e usos das edificações que envolvem o Parque Getúlio Vargas	127
Quadro 4	Síntese conclusiva dos elementos significativos produzidos na estrutura sócio-urbana da centralidade	190

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMJSA	Arquivo histórico municipal João Spadari Adami
AUNE	Aglomeração urbana do nordeste do Rio Grande do Sul
CMCS	Câmara municipal de Caxias do Sul
FAMURS	Federação das associações de municípios do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
PMCS	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul
SEPLAN	Secretaria do planejamento municipal
SUI	Serviço único de informações da Secretaria do Planejamento

SUMÁRIO

1 ESPAÇOS PÚBLICOS E APROPRIAÇÃO: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS	16
2 SOBRE TEORIAS E CONCEITOS	22
2.1 A CIDADE E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	22
2.2 MORFOLOGIA URBANA.....	30
2.2.1 <i>Conceituação dos espaços públicos: praça e parque</i>	36
2.2.2 <i>Atratividade e funções dos espaços públicos</i>	39
2.3 APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	41
3 REALIDADE E CONSTRUÇÃO	46
3.1 APROXIMAÇÃO DO EMPÍRICO	46
3.1.1 <i>Definição do objeto empírico</i>	48
3.1.2 <i>Formação de Caxias do Sul</i>	52
3.1.3 <i>O início da urbanização</i>	58
3.1.4 <i>Delimitação da abrangência física do estudo</i>	63
3.2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	64
3.2.1 <i>Evolução da centralidade</i>	67
3.2.2 <i>Morfologia urbana</i>	69
3.2.3 <i>Apropriação dos espaços públicos</i>	71
3.2.3.1 <i>Questionário de entrevista</i>	73
4 CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO LUGAR	75
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-EVOLUTIVA.....	75
4.2 EVOLUÇÃO DA CENTRALIDADE.....	77
4.2.1 <i>Período evolutivo: 1910 a 1930</i>	77
4.2.2 <i>Período evolutivo: 1930 a 1950</i>	81

4.2.3 Período evolutivo: 1950 a 1970	88
4.2.4 Período evolutivo: 1970 aos anos 2000	95
4.3 MORFOLOGIA URBANA.....	103
4.3.1 Relações morfológicas.....	103
4.3.1.1 Praça Dante Alighieri: da década de 30 (séc. XX) aos anos 2000	105
4.3.1.2 Praça Dante Alighieri na atualidade	109
4.3.1.3 Parque Getúlio Vargas: da década de 50 aos anos 2000	114
4.3.1.4 Parque Getúlio Vargas na atualidade.....	117
4.3.2 Funções.....	120
4.3.2.1 Praça Dante Alighieri.....	120
4.3.2.2 Parque Getúlio Vargas	124
4.3.3 Vegetação.....	128
4.3.3.1 Praça Dante Alighieri.....	128
4.3.3.2 Parque Getúlio Vargas	131
4.3.4 Acessibilidade.....	133
4.3.4.1 Acessibilidade física	133
4.3.4.2 Acessibilidade visual	139
5 APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	141
5.1 FASE DE OBSERVAÇÃO	141
5.2 ENTREVISTA COM MORADORES E TRABALHADORES NO ENTORNO IMEDIATO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	150
5.2.1 Entorno da praça Dante Alighieri: usuários.....	150
5.2.2 Entorno da praça Dante Alighieri: não usuários.....	151
5.2.3 Entorno do parque Getúlio Vargas: usuários	152
5.2.4 Entorno do parque Getúlio Vargas: não usuários	156
5.3 ENTREVISTA COM USUÁRIOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	157

5.3.1 Praça Dante Alighieri	157
5.3.2 Parque Getúlio Vargas.....	160
5.4 A PERCEPÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA ATUALIDADE PELOS ANTIGOS MORADORES	165
6 NA IMINÊNCIA DE (NÃO) CONCLUIR: RELAÇÕES E REFLEXÕES	168
6.1 RELAÇÕES ENTRE O URBANO E A APROPRIAÇÃO.....	168
6.1.1 A apropriação dos espaços públicos: visão dos entrevistados.....	182
6.1.2 Pensando em sintetizar	188
6.2 AS TEORIAS E A REALIDADE	191
6.3 REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO.....	201
REFERÊNCIAS.....	208
APÊNDICES	216
ANEXOS	231

1 ESPAÇOS PÚBLICOS E APROPRIAÇÃO: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

O interesse pelas formas de apropriação das praças públicas, no centro urbano de Caxias do Sul, se inicia bem antes da formulação teórica, da coleta de dados, das análises e dos resultados que ora se realizam. Através da orientação de trabalhos de acadêmicos do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul, em vários anos, foram realizadas análises de percursos urbanos com a inserção das praças centrais.

Houve o desenvolvimento de diagnósticos parciais, realizados com base nas categorias morfológicas estruturais do espaço, propostas por Kohlsdorf (1996), que nos apresentaram alguns elementos indicativos do problema, que se relaciona à pouca utilização das praças centrais. Dentre eles se concluiu, à época, que poderiam ser fruto da falta de legibilidade em sua inserção ambiental, da baixa qualidade morfológica interna e externa, da ocorrência de poucos atrativos, da acessibilidade visual e física deficiente, e da aparente ameaça de algumas atividades realizadas no entorno.

Durante esse período, a administração municipal de Caxias do Sul desenvolveu uma proposta para o “Programa de Revitalização do Centro”, que teve como um de seus objetivos “revelar e fortalecer a identidade da área central da cidade”, baseado nas intenções projetuais do conceito, como se lê:

Revitalizar o centro significa melhorar as condições do espaço público, identificar potencialidades e implementá-las, recuperar e fortalecer identidades, tornar a área central mais bela, segura, acessível, resgatar sua função histórica de centro cultural, artístico de comércio e negócios. (PMCS, 2002).

Desse amplo programa, que envolvia o centro urbano da cidade, além de dois outros bairros lindeiros, pouco foi desenvolvido e implantado. Foram realizadas intervenções pontuais na tentativa de requalificar a praça Dante Alighieri e o parque Getúlio Vargas, que se estenderam em parte da Avenida Júlio de Castilhos, o que parece não ter atendido integralmente aos objetivos propostos pelo programa na

geração de impactos positivos à vida social do centro urbano, como contexto que pudesse agregar a urbanidade¹ pretendida.

Na busca por respostas às hipóteses levantadas em termos superficiais pelos estudos dos acadêmicos, se definiu pelo aprofundamento do entendimento sobre as formas de apropriação dos espaços públicos centrais da cidade de Caxias do Sul.

Dessa forma, foi definido o lócus empírico do estudo, tendo em vista outra percepção inicialmente concebida, de que, após a intervenção realizada pelo Poder Público Municipal, a praça Dante Alighieri havia se reintegrado parcialmente ao cotidiano de parte da população, passando a produzir relações com o entorno através da recuperação de percursos de ligação, e o parque Getúlio Vargas havia se tornado uma referência forte como local de lazer na cidade, disponibilizando atividades especialmente esportivas e atraindo significativa parcela da população.

A partir dessa definição, a primeira preocupação se deu no sentido da delimitação do escopo teórico e do método a ser empregado na pesquisa, para que não se incorresse no risco de criar uma desvinculação entre ambos.

A eleição do método dedutivo, de aproximação do problema, através das técnicas de observação, entrevistas e memória oral, se deu em função de sua adequação ao objeto teórico e ao estudo do caso proposto. A partir do embasamento teórico, foi definida a necessidade de aprofundamento das questões morfológicas verificadas de forma superficial, bem como da aproximação dos atores sociais que constroem a animação dos espaços públicos, de modo a se montar cenários reais sobre a apropriação desses lugares. Ao mesmo tempo as teorias estudadas nos apontam a necessidade de entendimento da apropriação pretérita desses espaços e suas relações com a morfologia urbana, de modo a se construir o entendimento entre a realidade vigente e os fatores sociomorfológicos que a delinearam.

Assim, foram realizadas as entrevistas com os atores sociais que vivenciaram especialmente as dinâmicas sociomorfológicas da praça Dante Alighieri e, de forma mais distanciada, do parque Getúlio Vargas. Foram momentos de rememoração de vivências, que para os próprios entrevistados foi importante, pela atenção que estavam recebendo, pois tinham alguém para ouvir suas lembranças, e

¹ Qualidade do ambiente construído vinculada à dinâmica das experiências existenciais das pessoas no uso do ambiente público. (CASTELLO, 2007).

para o pesquisador, as imagens relatadas demonstraram um lugar desconhecido, além de indicativos de algumas motivações para as alterações verificadas nas apropriações.

Para a realização das entrevistas com os usuários dos espaços públicos, houve a necessidade do rompimento de paradigmas inerentes ao arquiteto formado sob a égide da escola modernista. Pareceu a esta autora estar invadindo a privacidade pessoal, o que para alguns realmente o foi, tanto que se recusaram a participar. Nesse sentido, se entende parte da teoria proposta por Sennett (1998), sobre a individualidade social em público. Mas na maioria dos usuários, inicialmente, se verificava, em suas feições, a desconfiança, até que fosse manifestada a motivação da pesquisa e, a partir de então, colaboraram de forma efetiva, alguns tecendo verdadeiras teses, em nível de senso comum, sobre os problemas detectados nos espaços públicos da cidade de Caxias do Sul.

Com o desenvolvimento da pesquisa, verificou-se que o estudo sobre as manifestações que ocorrem nos espaços públicos devido as transformações morfológicas das cidades e ao comportamento do homem tem sido nas últimas décadas, temas frequentes de investigação por muitos estudiosos. Tais alterações se refletem nas distintas formas de apropriação, que, ao longo da temporalidade foram definidas como a manifestação da esfera pública, da vida pública, da cidadania, e na formação de lugar.

Os usos, verificados ao longo da história cultural das sociedades, evidenciam a importância das praças na construção da identidade dos povos. As praças públicas, outrora entendidas por muitos autores como espaços de mistura social, de heterogeneidade cultural, que apresentavam configurações morfológicas em escala humana, definindo uma gama significativa de possibilidades de encontro e representações sociais, perderam essa função na cidade contemporânea, especialmente nos centros urbanos das cidades de médio ou grande porte, situação essa identificada através dos dados coletados para esta pesquisa.

Dentre outras evidências apontadas nesta dissertação, um dos motivos para essa alteração na apropriação dos espaços públicos, segundo Sennett (1998), é a individualidade do homem contemporâneo, que constrói suas relações sociais baseadas no princípio da intimidade, em grupos fechados por afinidade, o que o isola do convívio com a sociedade.

A intensa animação verificada outrora, nos espaços públicos, era reflexo das formas de sociabilidade vigentes. A praça era local de festas, encontros políticos, solenidades e afirmação de identidade. Espaço com caráter de público, onde os grupos heterogêneos, com expectativas e interesses nem sempre convergentes eram alimentados pela copresença, “ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo”. (GOMES, 2006, p. 163).

Essa apropriação consolidava o sentido de lugar² como conjunto de elementos, coexistindo dentro de certa ordem, lugar do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico definido por Auge (1994), posto em ação, o qual animava os percursos que se efetuavam.

Na cidade contemporânea, a diversidade de locais disponíveis à fruição, especialmente em espaços pseudopúblicos, como complexos esportivos, centros culturais, centros de eventos e *shoppings*, que segundo Villaça (2001), tem como estratégia espacial a construção do espaço público sem a existência do mesmo, tem atraído para si atenções e um grande fluxo populacional, na pretensão de estabelecer relações de sociabilidade que se detectavam, antigamente, nas praças públicas.

Assim, para o desenvolvimento da dissertação se partiu do pressuposto que os elementos morfológicos, componentes da cena urbana que envolve os espaços públicos, têm interferência sobre as formas de apropriação, e foram elaboradas algumas questões iniciais:

- De que modo a morfologia urbana interfere no uso desses lugares?
- Quais são as atividades disponíveis para a atração dos usuários?
- Que relações sociais se estabelecem em público, na contemporaneidade?
- Quem são os usuários atuais dos espaços públicos?
- O que os leva a gastar seu tempo livre nesses lugares?
- Como se processavam as trocas sociais nos espaços públicos em tempos pretéritos?

Como os espaços públicos da cidade contemporânea, em muitos casos, têm sido preteridos por outras formas de lazer, que através de seu poder atrativo, seduzem grande parte da população, inclusive em vista da sociabilidade vigente na

² Lugar entendido como construção morfológica definida e com significado próprio. (CASTELLO, 2007).

contemporaneidade, este estudo sobre a apropriação dos espaços públicos tem sua relevância manifestada sob três níveis: teórico, urbanístico e local.

Em nível teórico, se pretende abordar questões sobre como as transformações da cidade e da sociedade contemporânea se manifestam na utilização dos centros urbanos, em particular, como se expressam os processos de privatização e individualização do homem e quais são as influências na degradação das áreas centrais e, por consequência, de seus espaços públicos.

Do ponto de vista do urbanístico, visa a contribuir na medida em que, detectando as formas urbanas e de apropriação das praças e parques das áreas centrais, estabelece bases para a criação de instrumentos para que o planejador urbano possa discutir a degradação e/ou o abandono dos demais espaços públicos.

Especialmente com relação ao objeto empírico de estudo, de modo geral, percebe-se uma gradativa descaracterização do patrimônio cultural de Caxias do Sul e uma crescente desqualificação de sua paisagem urbana em prol do desenvolvimento econômico que tem favorecido apenas a comercialização do solo urbano, sem considerar as estruturas qualificadoras do núcleo central.

A intenção de documentar a realidade produzida e vivenciada pelo usuário da cidade significa documentar a própria história da arquitetura e do urbanismo locais, através da categoria *realidade física* produzida e vivenciada pelo usuário da cidade, fruto de sua interação com a dinâmica social do cotidiano, numa abordagem ampla de signo coletivo.

Do ponto de vista prático, os levantamentos e as análises desses espaços urbanos centrais e de suas relações socioespaciais com seus entornos imediatos e com os seus prováveis usuários significam dar embasamento as propostas projetuais da Prefeitura Municipal, no desenvolvimento das “Diretrizes para a Revitalização do Centro de Caxias do Sul”, formuladas no ano de 2002 e ainda não formalizadas em sua totalidade.

Assim, esta dissertação está estruturada de forma a aproximar o problema, respondendo às questões preliminarmente elaboradas, de forma a atender aos objetivos propostos, se organiza neste primeiro capítulo “Espaços públicos e apropriação: questões introdutórias” e mais cinco capítulos.

No Capítulo 2: “Sobre teorias e conceitos”, é realizado o aprofundamento para o entendimento do tema da pesquisa, através da aproximação teórica essencial para o desenvolvimento dos estudos. Inicialmente, é feita uma abordagem sobre as

relações entre cidade e sociedade com foco nas implicações entre o fenômeno urbano, as técnicas e tecnologias em constante desenvolvimento e as mudanças de comportamento social, especialmente em público, que estão associadas à contemporaneidade. Em uma segunda etapa, promoveu-se o estudo sobre os elementos perceptíveis da morfologia urbana, os conceitos sobre os espaços públicos: *praça* e *parque*, além da atratividade e das funções possíveis. Por fim, estruturou-se a abordagem teórica sobre práticas e usos dos espaços públicos, quando foi buscado o entendimento das formas possíveis de apropriação e posse, diretamente relacionados à construção do lugar.

No Capítulo 3: “Realidade e construção,” é retratada a primeira aproximação ao locus empírico do estudo. Preliminarmente, se apresentam alguns dados sobre a formação da cidade e dos espaços públicos do centro urbano, para, posteriormente, ser feita a delimitação da abrangência da investigação. Após, foram apresentados os objetivos e definida a abordagem metodológica que guiaram a pesquisa para o atendimento a estes.

No Capítulo 4: “Construção e desconstrução do lugar” é apresentado o estudo evolutivo da centralidade urbana relacionando-o com as formas de apropriação que se faziam nos espaços públicos, partindo-se do momento de conclusão da construção da praça Dante Alighieri e posteriormente é realizada a análise dos dados coletados de modo a demonstrar as transformações morfológicas dos entornos dos objetos de estudo.

No Capítulo 5: “Apropriação dos espaços públicos” é apresentada a discussão dos dados coletados na atualidade em relação à apropriação desses lugares, com base nas respostas recebidas por usuários e não usuários entrevistados.

No Capítulo 6: “Na iminência de (não) concluir: relações e reflexões,” são estabelecidas as relações possíveis sobre as bases investigadas, de modo a entender as formas de apropriação desses espaços públicos no período temporal estudado e as interferências da morfologia urbana. Após são feitas relações analíticas entre as bases teóricas estudadas e a realidade, quando são emitidas conclusões e, finalmente elencadas algumas questões que encaminham à continuidade das investigações.

2 SOBRE TEORIAS E CONCEITOS

A abordagem teórico-conceitual dos temas centrais de interesse da pesquisa, que visa a contribuir no aprofundamento do entendimento da inter-relação existente entre a morfologia urbana e as práticas sociais possíveis nos espaços públicos, é apresentada a partir do entendimento de alguns teóricos previamente selecionados.

Inicialmente serão enfatizadas as modificações nas estruturas urbanas e as alterações comportamentais da sociedade que levaram o homem a ter relações interpessoais de escala restrita, interferindo sobre as formas de apropriação dos espaços urbanos, na cidade contemporânea.

A morfologia urbana é tratada de modo a se refletir sobre como as formas urbanas interferem e se relacionam com a apropriação dos lugares. Sobre a capacidade de transmissão de mensagens do espaço urbano aos seus usuários e a forma com esses leem os signos implícitos no espaço como convite ao deleite do uso público. Na sequência, são discutidos os conceitos de *praça* e *parque*, com ênfase na apropriação pelos usuários desses lugares, além das atividades e funções disponíveis nos mesmos.

Por fim, é feita uma aproximação da relação que existe entre os espaços públicos e as suas formas de apropriação, quando se discutem os usos e as práticas do lugar, além das relações de privatização e posse. Evoca-se também a conceitualização de lugar e de não lugar, de modo a contextualizar as gentilezas e indiferenças urbanas com relação à sociedade.

2.1 A CIDADE E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para analisar o tema, propõe-se uma breve contextualização dos elementos morfológicos introduzidos pelo modernismo, período em que ocorreram grandes alterações nas cidades tradicionais, que afetaram o modo de vida e as relações cotidianas das sociedades com seus espaços públicos, deixando heranças a serem partilhadas na contemporaneidade.

As formas de planejamento urbano vigentes, durante o movimento moderno, definiram cidades onde o fundamento básico se constituiu na rígida subordinação das partes ao todo, onde nenhum setor poderia ser suprimido, sob pena de desequilibrar o conjunto, definindo um rígido zoneamento funcional sem sobreposições. Os edifícios altos, espaçados entre si, soltos em áreas públicas fartamente arborizadas e com intenções de máxima utilização coletiva, rompem com os princípios urbanísticos tradicionais e, conseqüentemente, com a morfologia urbana até então existente. (REIS FILHO, 1967).

Aliada à homogeneização das funções, ocorre alteração nas estruturas viárias que, com a eliminação da rua-corredor, proporciona liberdade de circulação veicular nas áreas centrais das cidades, pela criação de grandes avenidas com suas perspectivas sem fim. A transformação da rua operada pelo movimento moderno se traduz na criação de vias expressas, onde o pedestre é substituído pelo automóvel, tornando o sistema de espaços públicos – outrora oferecidos pela cidade tradicional – um grande palco para a velocidade, com o desaparecimento da esquina, do pedestre aguardando pacientemente para atravessá-la. O automóvel passa a exercer forte influência sobre o homem, sendo interpretado como elemento de *status* social, além de proporcionar segurança e privacidade. É a introdução do privado, do individualizado no sistema de espaços públicos da cidade.

Figura 1 - Tecido e forma urbana de Lisboa – Portugal (pré-modernista)



Fonte: Google Earth (2011) e acervo próprio.

Figura 2 – Tecido e forma urbana de Brasília – Brasil (modernista)



Fonte: *Google Earth* e *Panorâmio* (2011).

Esse novo padrão urbano determina o fim da possibilidade de haver encontros casuais que ocorriam pelo favorecimento dos distintos usos que delimitavam o público do privado. A retirada do uso efetivo do pavimento térreo em favor de grandes espaços abertos para o bom circular traz consigo a configuração do vazio, não somente no sentido da utilização efetiva para a realização de atividades laborais, mas também no sentido do isolamento em relação ao espaço exterior. Os grandes pátios se interpõem entre o privado e o público, como uma barreira simbólica para o exterior, retirando da praça pública sua natureza essencial: a diversidade, a mescla de pessoas, os usos simultâneos que a fazem atrativa, podendo essa ser apropriada.

Essa forma de projeto exclui o homem do efetivo uso do espaço público, pois as praças sofrem alterações profundas nos usos outrora vigentes. Suas relações com o entorno edificado e a rede viária são enfraquecidas em favor do bom circular, da destinação de espaços aos veículos, chegando ao ponto de serem reduzidas a rotatórias para organização do tráfego. (QUEIROGA apud DIZERÓ, 2006).

Fotografia 1 A e B – Espaços públicos alterados para o uso veicular em Tallin (Estônia) e Nantes (França)



Fonte: www.publicspace.org.

De forma conjunta, a arquitetura que propõe a integração visual dos espaços privados com o exterior, através da permeabilidade, proporcionada por paredes envidraçadas, faz com que o espaço público passe a ser apropriado através de uma vitrina, como um objeto de arte a ser admirado por suas qualidades estéticas, sem a necessidade ou a possibilidade de estar ao alcance do usuário. Esse mesmo princípio é utilizado no interior dos edifícios, onde as barreiras visuais são suprimidas, transformando pavimentos inteiros em uma grande área de trabalho conjunto, que visa à melhor produtividade individual, não existindo espaços reservados, o que, na visão de Sennett (1998), se traduz na redução da sociabilidade, pois todos se vigiam mutuamente, sendo o silêncio a única forma de proteção, o que se traduz em individualidade.

As pessoas são tanto mais sociáveis quanto mais tiverem entre elas barreiras tangíveis, assim como necessitam de locais específicos, em público, cujo propósito único seja reuni-las. [...] Os seres humanos precisam manter certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis. (SENNETT, 1998, p. 29).

Os predicados morfológicos da cidade que proporcionavam sentido de orientação ao usuário e fortaleciam seus símbolos coletivos, fazendo com que ela fosse identificada pelos mesmos foram enfraquecidos nesse período. As práticas de realização de percursos animando os espaços foi invertida pela lógica da urbanística modernista, substituindo o homem pelo veículo, desagregando a existência de animação nas ruas, transformando as cidades em espaços urbanos frios, e os locais de encontro foram reduzidos a locais de passagem, produzindo um sentimento de isolamento do homem que não é um tipo industrializado.

Segundo Harvey (2009), o movimento moderno padronizou cidades, edifícios, modos de produção, conhecimentos, todos desenvolvidos de forma universal para uma sociedade idealizada, para um homem padrão, o que determinou a homogeneidade e a monotonia, suprimindo a vitalidade urbana.

A reação ao positivismo racionalista e a monotonia da visão moderna universal são definidas como sendo o pós-modernismo e pretende privilegiar a “heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural”. (HARVEY, 2009, p. 19). Instaura-se a desconfiança com os discursos universais, ressurgem através dos teóricos a preocupação com a história, a ética, a política, o reconhecimento da validade do outro. É buscada a heterogeneidade de estilos de vida, uma nova forma de projeção através de estratégias pluralistas, ao invés do funcionalismo racionalista, de modo a proporcionar multiplicidade de usos, o que, em tese, deve gerar animação nos espaços públicos.

Na contemporaneidade, não mais ocorre a construção de cidades completas como ocorria no modernismo. Essa estratégia de projeção com a inserção de usos atrativos à população pretende levar a uma maior densidade de acessos, a uma rede de relações e fluxos que proporcionem animação, com percursos se efetuando entre espaços públicos e privados, representando áreas centrais ativas. (CASTELLO, 2007).

Esta visão otimista da possibilidade de animação dos espaços, por meio de estratégias plurais, que propiciem a realização de percursos, não garante a criação da sociabilidade apregoada para a formação da cidadania. Os percursos efetuados nos espaços públicos contemporâneos se realizam por pessoas que, pela necessidade de atender aos seus compromissos rotineiros, andam de forma apressada, de modo solitário, muitas vezes no meio da multidão, sem a percepção real da existência dessa. Não ocorre o estabelecimento de conversações, a não ser para a solicitação de informações, que são precedidas de pedido de desculpas. O homem anda pelos lugares dentro de seu mundo particular sem ver as outras pessoas.

“O individualismo moderno sedimentou o silêncio dos cidadãos na cidade. A rua, o café, os magazines, o trem, o ônibus e o metrô são lugares para se passar a vista, mais do que cenários destinados a conversações”. (SENNETT, 2008, p. 360).

Auxiliando a individualização do homem e de modo contrário a proposta de estratégias pluralistas que proporcionam animação às cidades, ocorre, na

contemporaneidade, o surgimento de espaços pseudopúblicos constituídos por *shoppings*, parques temáticos, centros culturais e de escritórios, criados na forma de locais defensáveis, que impedem o acesso a todos e contribuem para a segregação dos grupos que não pertencem às classes sociais de maior poder aquisitivo. É a criação de uma cidade ideal dentro da cidade, onde a infraestrutura não é deficiente, não existem becos escuros nem ruas sem pavimentação adequada, além de os atores sociais pertencerem a uma mesma classe, pois os indesejáveis são banidos pelos esquemas rígidos de segurança. Esses espaços, construídos via interesse do capital hegemônico em função dos padrões de consumo e lazer vigentes, tomam para si a atratividade outrora exercida pelas praças públicas, pois é criado um lugar para que seus usuários se sintam seguros entre iguais e próximos da natureza, mesmo que essa seja artificialmente construída. (FRUGOLI JÚNIOR, 1995; SANTOS, 2002).

Outro modo de projeção urbana que contraria a intenção da animação dos centros urbanos é a crescente urbanização por meio de condomínios fechados, para onde são transferidas as relações sociais de grupos isolados, que possuem seus próprios espaços públicos. (DAVIS, 2009). As formas construtivas desses grandes complexos residenciais, que geram verdadeiros enclaves urbanos determinam a desagregação dos tecidos urbanos e sociais, pois, para esses atores, é excluída a vivência das ruas, do transporte coletivo, do contato com a dimensão pública das cidades. Morar, estudar, conviver, praticar esportes, comprar são ações realizadas em instituições fechadas e seguras, com os iguais, perto da natureza projetada para uma vida artificial. (FRUGOLI JÚNIOR, 1995).

As transformações ocorridas nas configurações urbanas ao longo da história e em diferentes graus de intensidade foram proporcionadas pelos modos de fazer, ou seja, pelas distintas técnicas que foram qualitativamente adaptadas às condições físicas, geográficas, ambientais e socioculturais dos lugares de implantação. A evolução das técnicas proporcionou ao homem agilidade de deslocamento em distintos níveis, o que auxiliou no desempenho de suas tarefas cotidianas pela rapidez.

Essa agilidade provém da facilidade de movimentação, que é interpretada na contemporaneidade como um direito absoluto, sem restrições, subordinando o espaço público ao livre movimento. O desejo de estar no espaço público para deleite

é substituído pelo movimento, o que faz com que esse perca seu sentido próprio, independente, o lugar para a experimentação. (SENNETT, 1998).

Da mesma forma, o conforto proporcionado pela introdução crescente de novas tecnologias nas edificações de uso coletivo ou restrito, faz com que as pessoas passem a se isolar socialmente ou, no máximo, a formar grupos por afinidade, o que se traduz em individualismo.

As formas atuais de sociabilidade são antagônicas às ocorrentes no período pré-modernista, durante o qual os espaços abertos ao público se configuravam em locais de encontro de distintos segmentos sociais, locais de discussão, atualização, de eventos políticos e de estabelecimento de grupos heterogêneos, alimentando a sociabilidade de forma coletiva e ampla. (SENNETT, 2008).

A evolução das técnicas proporciona distintas formas de apropriação e de relacionamento cada vez mais paradoxais, pois ao mesmo tempo podem ser universais e extremamente solitárias. Na contemporaneidade, as técnicas evoluíram de tal sorte que,

podemos nos comunicar com o mundo que nos rodeia, com os outros, e até mesmo conosco, sem procedermos à transmissão de quaisquer informações, tal como podemos transmitir informações sem criarmos ou alimentarmos quaisquer laços sociais. (SANTOS, 2002, p. 214).

Essa evolução que se traduz de certa forma na aceleração característica da era contemporânea, influencia as transformações urbanas e comportamentais, e se reflete nas formas de apropriação dos espaços públicos pelo homem. Na sociedade contemporânea, a comunidade apresenta relações em escala restrita, sendo esse excesso de privacidade o responsável pela fragmentação do indivíduo como unidade social. Não existe mais solidariedade de classe, imagens coletivas baseadas nas etnias e nas relações de proximidade, e a empatia de grupos seletos se transforma em atos fraternos. Esses grupos apresentam grande intimidade e rejeitam os que não são do mesmo círculo local, reduzindo a sociabilidade. (SENNETT, 1998).

Os avanços propiciados pelas tecnologias digitais, que transformam a comunicação de presencial em eletrônica, gerando ampliação de conhecimento e afastando os grupos sociais de um contato efetivo, levaram a ideia de vida pública a se exaurir, sedimentando o silêncio do cidadão na cidade. A personalidade em público destruiu o público, pois as pessoas passaram a ter medo de expor suas

emoções, levando-as a se retraírem do contato com os outros, se protegendo através do silêncio. (SENNETT, 1998).

O acesso virtual a uma série de serviços e equipamentos que estão difundidos facilita o confinamento social. Serviços de telefonia, redes de televisão com diversos canais disponíveis, e a internet penetram de forma crescente nos domicílios particulares, transformando-se em equipamentos básicos e indispensáveis.

O mundo chega até nós sem que precisemos sair de casa: o lazer, as necessidades de abastecimento e comunicação social são assim cada vez mais intermediadas por máquinas que permitem um deslocamento solitário e virtual. (GOMES, 2006, p.183).

As comunidades globais não proporcionam a criação de laços sociais, uma vez que os limites entre urbano e rural são cada vez mais difíceis de visualizar, e a dilatação dos territórios enfraquece a importância da proximidade. O bairro não é mais o lugar das relações de amizade, os vizinhos não são obrigatoriamente os parentes, colegas ou amigos, exceção feita aos locais específicos para ricos ou pobres. As trocas e os momentos de comunicação, hoje, se apresentam com uma infinidade de possibilidades de ocorrer em uma distância espacial e temporal, que os indivíduos têm a impressão de estar em muitos lugares em tempos simultâneos, o que se traduz em um enfraquecimento progressivo das comunidades locais. Não é mais necessária a presença física e a proximidade para certo tipo de troca ou prática social, pois a telecomunicação é uma prática que exige agilidade. A autonomia disponibilizada pelos instrumentos e tecnologias abre a possibilidade de comunicação e deslocamento da forma mais livre possível. “Esta exigência de autonomia torna-se assim uma obrigação, na medida em que a sociedade se organiza baseada nessa individualização [...] crescente inclusive para maximizar os resultados econômicos.” (ASCHER, 2010, p. 68).

A configuração espacial herdada da cidade moderna, a instauração da economia capitalista e as próprias necessidades de proteção se traduziram na individualização do homem, rompendo a civilidade anteriormente ocorrente nas cidades. Essas heranças foram aprimoradas na contemporaneidade pela evolução constante das técnicas e tecnologias, que nos trouxe o mundo globalizado, que exige agilidade e competitividade, tornando frias e distantes as relações humanas,

aprimorando a individualidade que se traduz na falta de integração social e no medo do coletivo.

Segundo Queiroga (apud DIZERÓ, 2006), apesar do enfraquecimento da esfera pública, ocorrido na sociedade contemporânea, diante da celeridade, da valorização da esfera privada, das virtualidades, dos vertiginosos avanços tecnológicos e científicos, das práticas em tempo real à escala global, ainda faz sentido que nos preocupemos com o espaço público, em especial, com as praças, pois essas se constituem em locais de cidadania e de qualidade de vida urbana.

2.2 MORFOLOGIA URBANA

O entendimento da morfologia urbana agrega elementos indispensáveis à discussão sobre o modo como a urbanização se reflete na apropriação dos lugares, pois o espaço urbano é o suporte capaz de possibilitar ou oferecer restrições à realização de práticas sociais. Esse fenômeno concreto, dotado de forma física abriga o espaço arquitetônico e a sociedade, devendo ser entendido a partir de seu desenvolvimento temporal, posto que existe a interação dos diversos aspectos que adquirem especificidade conforme seu relacionamento nos diferentes momentos de sua evolução. (KOHLSDORF, 1996).

A relação entre homem e ambiente é um processo *objetivo* – entendido como elemento físico, concreto – e ao mesmo tempo *subjetivo* enquanto é social, pois depende de fatores culturais, entendidos como símbolos que assumem determinado significado para um grupo definido. “Ou seja, a idéia que se faz sobre um dado a princípio objetivo, [...] tem seu significado alterado em função da construção social que lhe é atribuída.” (MARZULO, 1997, p. 2).

Nesse mesmo sentido, Krafta (1996) conceitua morfologia urbana como uma forma sistemática e cultural de olhar a cidade, que pode ser analisada objetivamente se for considerada como um fato físico concreto; um organismo em evolução de acordo com as modificações da sociedade; um foco de interação entre forças sociais e o ambiente construído.

Nessa leitura, especialmente em se tratando da busca pelo entendimento das relações estabelecidas entre as formas urbanas e a apropriação dos lugares, sempre ocorrem dois aspectos importantes a serem avaliados: a forma e o contexto cultural. Conforme Aymonino (1971), a forma da cidade e seu contexto cultural são

inseparáveis, pois são aspectos do mesmo fenômeno e diretamente relacionados, formando um todo. Isto é, o contexto cultural não deve ser considerado como causa para mudanças físicas, que seriam tomadas como efeitos, mas as formas poderiam facilitar e/ou promover processos sociais.

A leitura das características morfológicas pode ser realizada pela comparação de diversas partes de uma cidade ou bairro, reconhecendo as regras de composição responsáveis por suas características identitárias, mas também é possível confrontar características morfológicas de um mesmo local em várias épocas, identificando-se as permanências e as alterações ocorridas durante sua evolução. (KOHLSDORF, 1996). Para que a análise morfológica se apresente de modo completo, é necessário que os fatos objetivos sejam compreendidos de modo amplo, através das formas de apropriação que essas identidades urbanas proporcionaram.

Para efetivar a aplicação do estudo sobre as questões morfológicas do lugar, por sua excessiva complexidade, envolvendo fatos objetivos e subjetivos (estruturas e atores sociais), é necessário que se proceda à leitura das distintas categorias envolvidas e de forma individualizada, para, posteriormente, pela articulação desses dados entender a configuração do todo com a realização da síntese do lugar.

Assim, as categorias morfológicas necessárias para a compreensão do conjunto urbano podem ser determinadas pela análise de suas características físicas, ou seja, dos elementos formadores do local, sua estrutura e relações, bem como das propriedades ambientais, como expressão de valores, entendendo que ambos os aspectos sempre estão inter-relacionados.

Os elementos formadores da estrutura da cidade são os espaços públicos e os espaços privados. Os espaços públicos são considerados os essencialmente urbanos, acessíveis a todos, como: ruas, praças e parques; os espaços privados se relacionam à subdivisão do solo: lotes e quarteirões. Nesse sentido, as formas construídas agem como mediadores entre o público e o privado. (KRAFTA, 1996). Esses componentes da estrutura urbana se relacionam de formas distintas, sendo percebida uma imagem construída pelo homem, que pode ser lida pelos moradores de uma determinada sociedade e em um determinado período, pois formam o tecido urbano.

Esses tecidos expressam não somente a organização lógica de seus elementos componentes, como também o processo dinâmico de alterações e

transformações que podem corresponder a planos, projetos, modos de fazer a cidade, como expressão de valores de um determinado momento evolutivo. Os tecidos podem ser divididos em três aspectos de análise, quais sejam: estrutura formal, estrutura funcional e processo.

A *estrutura formal*, segundo Consen (apud KRAFTA, 1996), é analisada como um palco de atributos físico-espaciais com qualidades próprias. A leitura da morfologia do local nos remete ao entendimento da recorrência de elementos padrão, que dão homogeneidade a certas partes da cidade em relação ao seu entorno, ao longo de seu desenvolvimento, bem como dos elementos diferenciados, identificáveis na organização do todo.

Os componentes morfológicos são definidos por Lamas (2000) como sendo o conjunto de elementos formados pelo terreno, pela rua, pelo quarteirão, pelos lotes e edifícios, pela praça e pelo monumento. Sugere que, na avaliação morfológica, seja considerada a inserção das massas vegetais que compõem as estruturas tridimensionais urbanas e se situam no mesmo nível de hierarquia das massas construídas. A estrutura verde não apresenta a mesma dureza e permanência das partes edificadas, mas também se constitui em elementos identificáveis que caracterizam a imagem da cidade com sua individualidade própria. São elementos de composição que definem espaços, apresentam grande importância na forma urbana, no controle do microclima e na qualificação da cidade, alterando a forma e a imagem de um local, caracterizando um bairro ou até mesmo uma cidade.

É através da forma que se concretiza o desempenho do espaço quanto às expectativas colocadas pelos seus frequentadores; assim, em termos de orientação e identidade, é necessário que se avalie a forma a partir dos elementos relevantes de sua estrutura, pois os lugares têm a capacidade de transmitir mensagens que são interpretadas revelando sinais codificados. (KOHLSDORF, 1996).

A partir da aproximação formal, deve ser avaliada a *estrutura funcional*, aquela representada pelas atividades humanas, através do uso do solo das atividades públicas ou privadas, além do uso das atividades que podem revelar os valores da sociedade, anteriormente denominados “elementos diferenciados”. (KRAFTA, 1996). Nesse sentido, para que as formas urbanas sejam entendidas em conjunto com as práticas sociais possíveis de desenvolvimento no espaço urbano, existe a necessidade de conhecer o universo de vínculos existente entre os usos e as circulações, entre os espaços edificados e os não edificados, sendo essencial o

reconhecimento das atividades que ocorrem em todos os níveis dos pavimentos. (RODRIGUES, 2005).

A avaliação em termos de processo ocorre a partir da relação entre as formas físicas e suas funções, ou seja, como se processam as interações sociais, econômicas e políticas e onde ocorre a produção dos valores culturais que são apropriados pelos cidadãos. (KRAFTA, 1996). A leitura ou a apreensão da morfologia urbana só se estabelece quando relacionamos características formais às práticas sociais, pois os atributos formais de um lugar podem potencializar seu uso ou seu abandono. É necessário que se identifiquem e interpretem as regras de sua organização, pois a forma dos lugares é um fator de realização das práticas sociais, que dá materialidade às intenções humanas, sendo capaz de demonstrar a história nas formas físicas. (KOHLSDORF, 1996).

Assim, se entende que a morfologia urbana é o estudo de um fato urbano. Pretende-se desenvolver uma análise morfológica acerca dos espaços públicos, de seus elementos e dos entornos como dados concretos da realidade, sendo possível caracterizar o conjunto de elementos morfológicos como uma totalidade de elementos reais que se encontram interligados. Para a compreensão desse fato urbano, são destacadas as partes componentes e o entendimento da totalidade de inserção dos espaços públicos. Esses elementos de análise se encontram sintetizados na figura 3.

Figura 3 – Síntese dos elementos perceptíveis da morfologia urbana



Fonte: Elaborado pela autora com base em Lamas (2000) sobre desenho de Cullen (1971).

Para Garcia e Rimoch (1978), ainda é necessário o entendimento de uma das características essenciais do local que é a possibilidade de os valores serem produzidos e apropriados pelos seus usuários. A qualidade é entendida como presença ou ausência de certos valores e, para fins deste estudo, destacam-se, dentre as especificadas, como imprescindível para o entendimento da apropriação dos lugares, a permeabilidade. Esse conceito está associado à disponibilidade de acessos para a distribuição de valores, segurança, serviços e mobilidade e se constitui na característica que mais possibilita a apropriação do ambiente pelo homem.

Esse entendimento vem ao encontro de uma das cinco dimensões propostas por Lynch (1981) para a construção de bons ambientes. Essas dimensões foram definidas como: *uso e ação*, que são relativos às habilidades que as pessoas apresentam para a utilização do espaço público; *apropriação*, que está relacionada à posse simbólica ou real do espaço pelo usuário; *modificação*, que se refere ao direito do usuário de alterar o espaço público, para seu maior uso e deleite; *disposição* que é entendida como a possibilidade do usuário de se desfazer do espaço público, considerando que muitas pessoas se sentem desconfortáveis em despende um número significativo de horas assistindo à dança do lugar, e *presença* que se refere diretamente à acessibilidade do lugar. Quanto mais acessível for um espaço público, maiores serão suas possibilidades de uso. O acesso é uma condição fundamental para a apropriação dos espaços, pois sem entrar não é possível utilizar. Os tipos de acesso a um espaço público são classificados como: físico, visual e simbólico, ou social, assim definidos:

- *acesso físico* – se refere à inexistência de barreiras para entrada ou saída de um espaço público, devendo também ser consideradas as aberturas e as condições de travessia das ruas;
- *acesso visual* – define o primeiro contato do usuário com o espaço público, pois a identificação de ameaças é instintiva no ser humano;
- *acesso simbólico*, ou *social* – é observado pela presença de sinais que sugerem às pessoas se são ou não bem-vindas ao local. A existência de policiamento pode representar ordem e segurança, mas, por outro lado, o intimidamento, da mesma forma que grupos ou atividades, também pode exercer controle social no acesso a determinados públicos.

2.2.1 Conceituação dos espaços públicos: praça e parque

Pensar em espaço público nos remete inicialmente à visualização de um local repleto de pessoas, pois esse não se constitui como tal sem a presença de público, de sua vitalidade e animação. A atratividade desses lugares está ligada à disponibilidade de usos, aos atributos físicos e espaciais de sua inserção, à sua conexão com malha urbana, com outros lugares públicos e com os usos dos espaços privados que os envolvem.

A praça é um dos mais significativos espaços urbanos das cidades brasileiras na história. Foi fundamental para o desenvolvimento das relações sociais, por se constituir em centro de convergência da população urbana, que a ela afluía para o lazer, troca de ideias, comércio, discussões sobre a vida pública, enfim, para o desempenho das mais distintas atividades urbanas ao ar livre. (ROBBA; MACEDO, 2003).

Estes diversos usos que ainda se desenvolvem em algumas praças públicas, com distintos graus de intensidade, não lhe retiram a identidade, pois, em função de sua importância na construção dos lugares, a praça pode abrigar usos diversos e transitórios, que jamais serão confundidos com os outros espaços públicos. (PANERAI, 2006).

A praça é um elemento de grande permanência nas cidades. [...] Reúne a ênfase do desenho urbano como espaço coletivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distinguem dos outros vazios da estrutura da cidade. [...] A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e de prestígio, e conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. (LAMAS, 2000, p.102).

A praça é um dos principais elementos com papel de orientação dentro da cidade, definindo os traçados e os fluxos; é um dos mais significativos espaços urbanos abertos, lugar de contato, de trocas sociais, da diversidade e dos acontecimentos. São entendidas a partir dos limites, que não são apenas físicos, mas espaços apropriados por grupos que ali desenvolvem atividades e lhes conferem identidade. (LYNCH, 1997).

A dimensão social nas praças públicas é geralmente repleta de significados, tornando-se difícil conceber um espaço sem conteúdo social e, igualmente, conceber uma sociedade sem um componente espacial. O relacionamento é melhor concebido como um contínuo processo de duas mãos no qual as pessoas (e sociedades) criam e modificam o espaço enquanto, ao mesmo tempo, são influenciadas por ele em vários modos. (BENEDET, 2008, p. 45).

As praças centrais são referenciais onde se realizam encontros em função de sua localização, forma e inserção na malha urbana, servindo de referência ao habitante, ao visitante, pela sua legibilidade e história, significando um lugar que organiza o tecido urbano a partir desse centro. São espaços articulados ao tecido urbano e essas funcionam como ordenadoras urbanas, articulando a vizinhança à cidade e à sociedade como um todo. A praça também é uma expressão cultural urbana, um lugar de sociabilidade, importante por sua relação com a construção e a participação contínua na vida da cidade. (ALEX, 2008).

A praça é um espaço não edificado, voltado ao convívio, que se relaciona à esfera da vida pública; é um conjunto que envolve a natureza das ações e dos eventos que nela ocorrem e o sistema de objetos ali existentes. Demonstra a civilidade e a qualidade da vida urbana, sendo própria para distintas manifestações e comemorações. “Espaço carregado de simbologias, de memórias do lugar. Espaço público por excelência.” (QUEIROGA, 2004, p. 5).

Além de sua inserção urbana e da diversidade, atratividade e disponibilidade de usos, um dos componentes essenciais para a vitalidade da praça, na cidade contemporânea, é sua acessibilidade, que não se traduz somente em liberdade física para a realização de percursos, mas se configura, também, em relação à leitura da possibilidade de ameaças simbólicas ou visuais para que os usuários possam se apropriar desse espaço. As práticas sociais a serem ali desenvolvidas envolvem o tempo livre, o lazer, que é um momento de descontração. O espaço para tais práticas precisa ser convidativo, não apresentar ameaças que possam pôr em risco a tranquilidade do homem naquele espaço público urbano. (ROBBA; MACEDO, 2003).

Assim, as praças dos centros urbanos da cidade contemporânea são entendidas, para fins deste estudo, como um vazio urbano especial, que congrega os usos e a estrutura viária do entorno, servindo de referência espacial e concedendo legibilidade à sua área de inserção. É um lugar consagrado, historicamente, para a realização de práticas sociais, sendo dotado de significado

simbólico através das relações espaciais e sociais que nele podem se estabelecer e se retroalimentar.

Diferentemente da praça, espaço público consolidado na história como símbolo das trocas sociais, o *parque* urbano, é um produto da era industrial, pois nasceu da necessidade de dotar as cidades de espaços livres, contrapondo-se à densidade urbana e se adequando às novas demandas sociais. (MACEDO; SAKATA, 2002). Os parques deveriam funcionar como espaços para o desenvolvimento de atividades distintas daquelas exercidas pela sociedade tradicional decadente, onde ocorressem jogos, exercícios físicos, esportes diversos, ginástica, *shows*, espetáculos ao ar livre, com grande concentração popular. (ÁLVAREZ, 2007).

Kliass (2002) acredita que a evolução do parque urbano acompanhou as transformações estruturais urbanas das cidades, mas manteve suas características principais ao longo de dois séculos, sendo, atualmente, um testemunho dos valores sociais e culturais das populações urbanas.

Silva (2003) define que a atratividade dos parques públicos se dá, hoje em dia, principalmente, por estar associado ao alívio proporcionado pelo rompimento das grandes áreas urbanizadas. Os parques, como representantes de grandes áreas dotadas de vegetação, refugiam o homem e podem aliviar os problemas relacionados ao estresse das cidades, o que é corroborado pela visão de Macedo e Sakada, ao conceituar parque como um espaço de acesso livre e público, estruturado por vegetação que se destina à recreação das massas “capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciado por nenhuma estrutura construída em seu entorno”. (2002, p. 14).

A partir dessas definições, entende-se, para fins deste estudo, que os parques públicos de centros urbanos da cidade contemporânea são áreas que apresentam atratividade à população, por sua morfologia diferenciada da massa edificada que compõe seu entorno, e pela disponibilidade de usos e atrativos às distintas faixas etárias, mesmo sem se consolidar como um lugar urbano destinado à realização de trocas sociais.

2.2.2 Atratividade e funções dos espaços públicos

Para Santos (1994), o espaço é um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e ações. Assim, os espaços públicos também podem ser classificados como tal, e, dessa forma, é necessário identificar, a partir da natureza dos eventos que ali se estabelecem, o que realmente ocorre nesses espaços.

Segundo Gehl (2006), as atividades realizadas nos espaços públicos podem ser divididas em três categorias: *necessárias*, *opcionais*; e *sociais*, sendo que as necessárias e as sociais são a chave para o bom desempenho dos espaços urbanos.

As atividades necessárias são as que ocorrem por obrigação, mesmo que as condições do ambiente exterior não sejam favoráveis. Nessa categoria se encontram as atividades rotineiras da vida urbana e que transformam o espaço urbano em um simples meio de ligação, uma rota entre os pontos a alcançar. Está diretamente relacionada ao ato de caminhar, como deslocamento no espaço entre residência e trabalho, realizar compras, ir ao colégio, deslocamento para tomar o transporte coletivo ou individual, enfim atividades cotidianas.

As opcionais são realizadas por desejo, e as condições do lugar são convidativas, posto que são consideradas atividades sem qualquer obrigação, como tomar sol, passear, observar a paisagem, ou seja, momentos destinados ao lazer e ao ócio.

Nos casos em que as condições do ambiente exterior sejam de pouca qualidade, a tendência é que as atividades necessárias sejam realizadas em um espaço curto de tempo, de modo mais ágil. Caso contrário, se as condições forem favoráveis, as atividades necessárias ocorrem com a mesma frequência, mas tendem a ter seu período temporal estendido. Já as atividades opcionais tendem a serem realizadas de forma exponencialmente maior, pois, em cenários convidativos, existem mais motivos para usufruir dos lugares.

No caso de atividades sociais, essas são relacionadas e dependentes da interação com outras pessoas; se referem às práticas sociais que podem ser desenvolvidas em um espaço público. Estão incluídas nessa categoria as atividades passivas como conversar, ver e ouvir os outros utilizadores do espaço urbano, bem como atividades relacionadas às práticas esportivas em grupos.

Fotografia 2 A e B – Atividades necessárias em Barcelona e atividades sociais em Segóvia – Espanha, respectivamente



Fonte: Acervo da autora.

Outra característica fundamental que se verifica nos espaços públicos é o tempo de utilização, que depende diretamente das funções que podem ser desenvolvidas nos mesmos, sendo essas fundamentais para sua atratividade.

Conforme Leitão (apud BENEDET, 2008), as funções disponíveis com maior frequência nos espaços públicos são:

- de *estar*: espaços utilizados pela população para a realização de jogos passivos, para conversar com amigos, comer, ler, passar o tempo. Esses locais, suas formas de inserção e a qualidade ambiental são determinantes para a atratividade do lugar;
- de *descanso*: espaços onde as pessoas param entre um e outro expediente e para se protegerem das variações climáticas. Esses não são necessariamente providos de mobiliário urbano, como bancos; em alguns casos, uma área gramada pode ser mais atrativa;
- de *lazer*: locais para desfrutar o tempo livre, a diversão e momentos de ócio;
- *esportiva*: locais destinados à prática de esportes ativos, tanto coletivos como individuais;
- de *contemplação*: espaços para observar e desfrutar da paisagem interna do espaço público ou externa a esse;

Fotografia 3 A e B – Espaços públicos com funções de estar, descanso e contemplação em Barcelona – Espanha



Fonte: Acervo da autora.

- *feira*: eventos proporcionados para celebrações populares tanto de caráter religioso quanto profano;
- *educativa*: espaços públicos que contemplem ambientes para desenvolvimento de atividades ligadas a programas de educação, em caráter extraclasse; e
- *estética*: espaços que, em função de suas qualidades estético-formais, da diversificação da paisagem construída aliada ou não à natural, contribuem para a boa forma urbana da cidade.

A diversidade de funções que pode ser apropriadas de modos distintos em um espaço público é desejável, visando à sua utilização por todas as faixas etárias da população, na maior parte dos dias e por todos os estratos sociais.

2.3 APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A discussão sobre os usos e as práticas, que se desenvolvem nos espaços públicos, passa pelo entendimento das formas de identificação e apreensão dos lugares por seus usuários. As diferenças entre lugar e não lugar tem sentido especialmente para o estudo dos espaços públicos da cidade contemporânea, locais de vida e cultura globalizadas, em que o homem apresenta relações diferentes das que ocorriam nos locais públicos da sociedade burguesa, onde o *ver* e o *ser visto* faziam parte do jogo social.

As transformações comportamentais propiciadas pelos avanços tecnológicos e que induzem o homem a um percurso solitário, mesmo estando conectado a todos os acontecimentos globais e com uma maior mobilidade espacial individualizada dentro das cidades, dificultam a apropriação dos espaços públicos, em especial, daqueles que possuem acesso a essas formas de vida urbana.

A forma de vida contemporânea leva o homem a estar em muitos lugares diferentes para o desenvolvimento de suas atividades rotineiras, o que não lhe permite a sensação de pertencimento. A maior mobilidade e a velocidade, típicas da contemporaneidade, fazem com que o homem se aproprie muito pouco da cidade. A cada dia os eventos são mais numerosos e diferenciados, inéditos em cada lugar, dificultando a inserção ativa do homem na vida local ou global, o que gera um sentimento de desterritorialização. Em outras épocas, o homem convivia mais com os lugares, participava mais ativamente de sua construção, existia uma familiaridade que provinha da história própria da sociedade e do seu lugar. (SANTOS, 2002).

Essa convivência com os lugares, que se traduz em territorialidade, e que é entendida como apropriação, ocorre em um ambiente que é simbólico para o homem, repleto de heranças culturais, que proporciona o enraizamento não só do presente, como também do passado, nas formas de fazer e ser, socialmente arraigadas numa determinada sociedade.

De modo oposto à apropriação, a formação do lugar surge o não lugar, que pode ser entendido como o poder absoluto da consciência da individualidade. Esses não lugares podem ocorrer também em lugar histórico e/ou simbólico para a população original, cujos símbolos daquela cultura fazem sentido àqueles que a vivenciam através de suas relações reais de convivência, de linguagem de sinais codificados das paisagens que lhe são familiares, das regras implícitas do bem-viver, que não são escritas, mas vivenciadas. Para o forasteiro eles são a inscrição do não lugar no lugar de outrem. (AUGÉ, 1994).

Para o mesmo autor, esses não lugares também dizem respeito a uma tensão criada entre a realidade do local construído (com um fim definido) e a relação que o usuário mantém com esse, pois o não lugar é o lugar tomado por empréstimo, onde a relação de troca social é substituída por textos prescritivos, informativos e proibitivos, que provocam no homem uma espécie de sentimento de solidão, de falta de conhecimento, inversamente ao lugar antropológico que cria o social orgânico.

Esses não lugares não abrigam o jogo social, pois só autorizam percursos onde ocorrem individualidades distintas e indiferentes umas das outras.

O estabelecimento dos não lugares vem na contramão da apropriação, pois a construção social nos espaços urbanos só se efetiva na medida em que cada lugar é reconhecido perante outros por suas diferenças e singularidades. O lugar tem sentido para a pessoa que se encontra em seu meio, situada em seu espaço existencial, com experiência de múltiplas convenções, se configurando no modo de se relacionar com o espaço e com os outros, convencionado culturalmente. (AUGÉ, 1994).

A identificação dos lugares se constrói através da imagem percebida e implica a diferenciação, no reconhecimento de entidade separável, com significado de individualidade e não de igualdade. A identidade é construída para o usuário, a partir de significados práticos ou emocionais, de um senso de pertencimento tanto em nível social quanto espacial. Assim, um lugar é diferente dos demais, assumindo a identidade construída por diferentes pessoas ou grupos. (LYNCH, 1997).

A apropriação só ocorre quando os usuários consideram um lugar como sendo seu, quando se sentem à vontade, confortáveis e dessa forma têm a possibilidade de se identificarem com o universo de significados que o espaço lhes transmite. Para uma efetiva apropriação, é necessário que se estabeleça uma relação de conhecimento que ocorre com a liberdade de acessos e a realização de percursos que podem proporcionar a aproximação entre indivíduos e fenômenos.

Essa apropriação tem ligação estreita com a territorialidade, entendida como a satisfação do usuário em relação ao seu entorno. Ao se apropriar, o ator territorializa o espaço, estabelecendo relações por meio de uma construção baseada em anseios e realidade. Assim, um espaço comum poderá se transformar em um lugar à medida que o conhecemos, e isso dependerá do tempo vivido nele, das lembranças guardadas na memória, da identificação de seus predicados e do significado especial que ele tem, assim o dotamos de valor. (TUAN, 1983).

Os espaços urbanos representam papéis especiais nas cidades, com funções definidas, sendo que os usos específicos indicam as formas de apropriação possíveis dentro da rede disponível. As práticas cotidianas no espaço vivido levam a uma familiaridade da cidade, condenando alguns lugares à inércia e ao desaparecimento, e elegendo outros como especiais e raros, ou seja, as

potencialidades objetivas ou subjetivas de um espaço, percebidas pelo homem em vista de suas experiências vivenciadas podem transformá-lo em um lugar.

A manifestação de lugar só se efetiva diante de uma prática espacial da esfera pública, não se constituído em atributo específico das praças, mas de espaços consagrados como de encontro, convivência e manifestação pública. São locais de encontro e convívio, onde se potencializa a comunicação entre as pessoas, criando referenciais socioespaciais, onde, efetivamente, se manifesta a vida pública, um lugar que tem valor simbólico e afetivo para seus usuários. (QUEIROGA, 2009).

A apropriação dos espaços públicos nem sempre ocorre de modo coletivo, por distintos grupos, porque existem limitações que são impostas pelos próprios usuários. Os espaços públicos da contemporaneidade não apresentam usos efetivos em função da segregação da estrutura social, sendo que alguns se refugiam em espaços pseudopúblicos, pois os públicos são entendidos como espaços de ninguém, já que são apropriados pelas classes populares, que geram medo e levam outras pessoas a se afastarem como forma de proteção.

De acordo com Serpa (2007), as práticas urbanas que ocorrem nos espaços públicos da cidade contemporânea são realizadas de forma territorializada, pois os espaços que deveriam ser acessíveis a todos são apropriados de modo seletivo por diferentes grupos sociais. Os usuários privatizam o espaço público através de barreiras simbólicas, às vezes invisíveis, mas segmentadas por diferentes grupos que apresentam símbolos que compõem sua identidade social. Esses símbolos não são arbitrários nem estão vinculados à realidade concreta, são repletos de interstícios e graus de liberdade, o que concede ao espaço público uma acessibilidade hierarquizada.

Essa privatização ocorre no sentido da exclusão social, quando se constrói uma identidade de um determinado grupo, com regras e valores individuais. Essa noção de espaço identitário setorizado, para Gomes (2006)

[...] é a negação do ideal de mistura e de respeito à diferença no qual se baseia o espaço público. Do ponto de vista conceitual, estas duas categorias possuem um estatuto de oposição absoluta; do ponto de vista concreto e físico, o aumento dos territórios, significa uma diminuição dos espaços públicos da cidade. (p. 182).

Assim, o comportamento do grupo garante uma relação afetiva e simbólica sobre um espaço e ocorre em função da multiplicidade de imagens gravadas no

imaginário desse coletivo, o que gera a apropriação e a formação do lugar. Isso, na cidade contemporânea, nem sempre ocorre de forma ampla, pois o apossamento dos espaços é realizado por grupos com identidades próprias e distintas, que se apropriam dos lugares criando barreiras muitas vezes tangíveis e visíveis, criando territórios simbolicamente defensáveis, que não autorizam o acesso de outros grupos.

Dessa forma, e conforme Haesbaert (2004), a possessão ou a apropriação do território, são formas de poder. A primeira pode ser definida como privatização, loteamento do espaço, se refere à posse individualizada de grupos que, por sua falta de pertencimento ao lugar, o utilizam construindo barreiras e provocando a segregação social nos espaços de uso coletivo. A segunda, ou seja, a apropriação, que também pode ser definida como territorialidade é um processo simbólico, de pertencimento, de identificação dos espaços. São as relações estabelecidas em sociedades onde as práticas sociais se realizam de modo coletivo, mediante convenções formalizadas nas raízes culturais dos grupos sociais.

A apropriação dos espaços públicos, na cidade contemporânea, segundo diversos autores, ocorre de modo mais efetivo em cidades de pequeno porte, em localidades afastadas dos centros urbanos globalizados, ou ainda, nos bairros periféricos pobres, locais onde o acesso às virtualidades globais ainda é dificultado, mas é onde muitas vezes a própria população constrói seus espaços públicos, locais destinados ao convívio, ao lazer, ao ócio, onde são criadas referências socioespaciais, e se constituem em “lugares cheios de vida, ricas manifestações culturais da esfera da vida pública”. (QUEIROGA, 2004, p. 8).

Nesse contexto, Santos (1987) define de modo claro a interferência da inserção ou da localização do homem no território para que a cidadania se efetive:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. [...] Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar onde vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território em que ele está. (p. 81).

E, desse modo, se pode entender que a apropriação dos lugares também pode estar diretamente ligada ao território de inserção do homem, ou seja, às distintas possibilidades que a contemporaneidade lhe proporciona.

3 REALIDADE E CONSTRUÇÃO

Neste capítulo, é promovida a caracterização preliminar dos espaços que se constituem em lócus empírico a ser utilizado como caso de estudo desenvolvido nesta dissertação. Os elementos apresentados se referem a informações atuais visando à identificar os locais e suas relações dentro de um contexto mais amplo de cidade, bem como dados iniciais sobre a construção da Colônia Caxias e sua formação urbana inicial.

O embasamento utilizado para introduzir a Colônia Caxias foi realizado em fontes bibliográficas, dissertações e documentos disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Com esses dados se pretende demonstrar a relevância dos objetos de estudo eleitos, de modo a utilizá-lo como delimitação da abrangência da investigação.

Assim, após essa rápida abordagem, e visando à coleta de dados é definido o método, ou seja, a forma como esses objetos reais serão investigados na busca de transformação dos mesmos em fatos construídos para se aproximar da relação conceitual entre os problemas.

3.1 APROXIMAÇÃO DO EMPÍRICO

O objeto empírico de estudo desta dissertação é o espaço público, “não o espaço residual compreendido entre a fachada e a rua, nem o vazio considerado público apenas por razões jurídicas, mas sim o espaço-cidadão: espaço urbanístico, cultural e político”, cuja configuração espacial é essencial para a organização do território, para representar a expressão coletiva da vida comunitária, para dar suporte às diversas funções e aos usos, para servir de palco às relações sociais estabelecidas na cidade, sendo referência urbanística e símbolo da identidade coletiva. (ABRAHÃO, 2008, p. 48).

Esse espaço público está especialmente delimitado por praças e parques que podem se relacionar de formas distintas com seus entornos; apresentar dimensões, usos e ambiências internas diversificados; se localizar em cidades de pequeno, médio e grande portes ou metrópoles; apresentar relevância diferente no seu contexto de inserção e para o homem entendido como cidadão ou visitante; mas

que, no caso em questão servirão para proporcionar bases ao entendimento das relações existentes entre a morfologia urbana e as formas de apropriação possíveis na contemporaneidade.

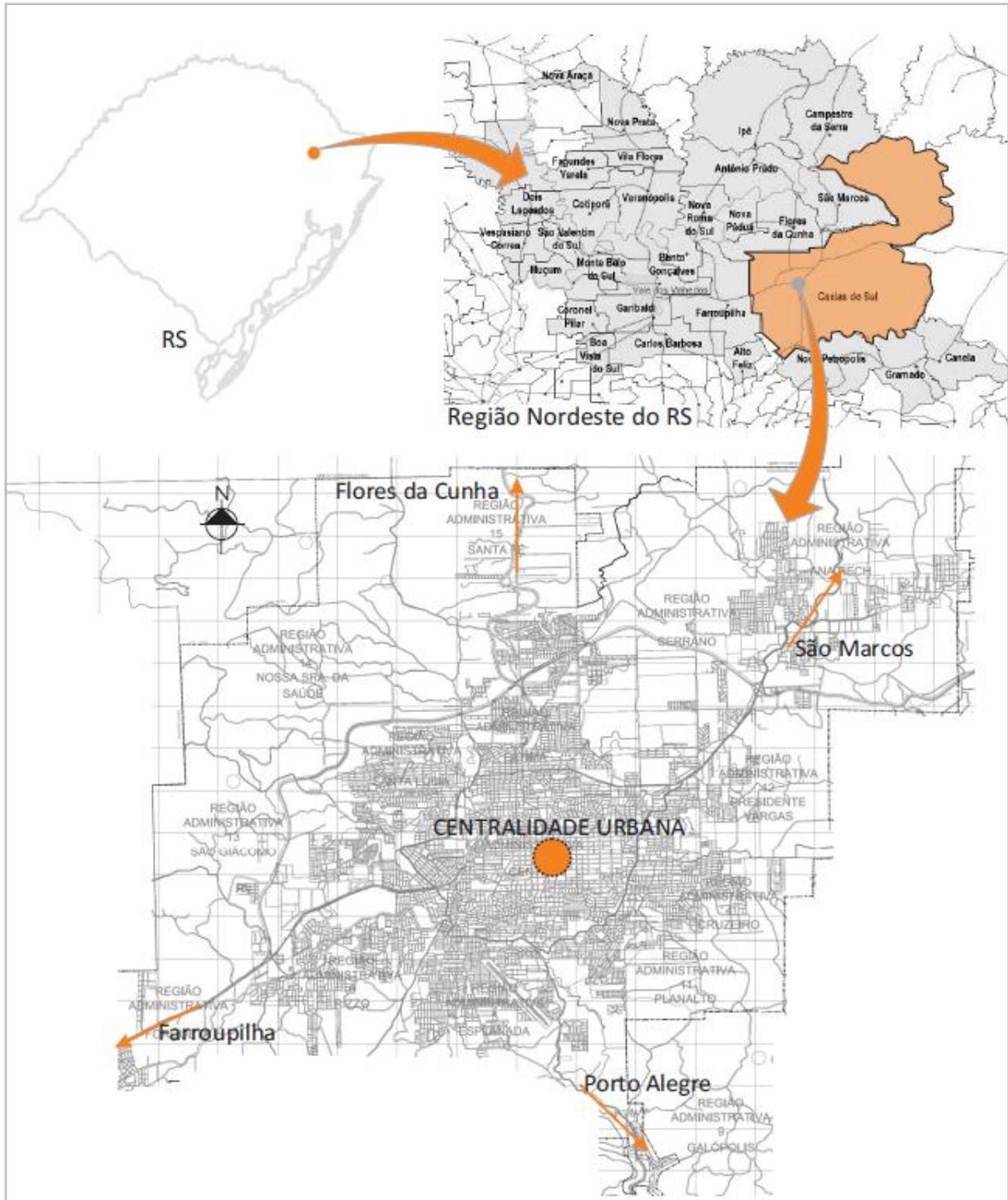
A eleição dos objetos físicos de estudo inicia com a definição de sua inserção em Caxias do Sul, que é enquadrada pela Famurs (2011) como uma cidade de grande porte, integrante da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A população total do Município de Caxias do Sul é de 435.564 habitantes, sendo que desses, conforme dados do IBGE (2011), 415.436 habitam na sede urbana, o que equivale a 95,4%. A área total do município é de 1.644,30 km², sendo que desses, 1.493,30 km² representam a zona rural, com uma população de 20.128 habitantes. (PMCS/Seplan). Assim, é possível entender que a densidade demográfica média da sede urbana é de 2.751 hab./km².

Os objetos de estudo se localizam na centralidade urbana, que não é apenas definida pelos limites político-administrativos do bairro Centro, mas por uma porção de território que se caracteriza “pela existência de uma massa edificada, onde coexistem antiguidade, variedade e diversidade, pela clareza dos espaços públicos e cuidado no seu tratamento, pela forte concentração de equipamentos públicos”. (PANERAI, 2006. p. 141).

Essa centralidade se divide administrativamente em dois bairros: Centro e Exposição, abriga os espaços públicos preliminarmente selecionados e conta com 20.139 habitantes, ou seja, 4,84% do total da população urbana, ou ainda, o equivalente à população rural municipal. Sua densidade demográfica apresenta variação entre 7.561,04 hab./km² e 9.968,29 hab./km². (IBGE, 2011).

Figura 4 – Localização da cidade de Caxias do Sul e sua centralidade urbana



Fonte: Adaptado de Seplan/PMCS (1998).

3.1.1 Definição do objeto empírico

O lócus dessa empiria se materializa na praça Dante Alighieri, localizada no primeiro centro urbano da cidade, que se formou pela necessidade de

comercialização de produtos excedentes da colônia, possibilitando a implantação de casas comerciais, e numa aglomeração de forma permanente de indivíduos dedicados a atividades não primárias e no parque Getúlio Vargas, espaço inicialmente rural, lindeiro ao centro urbano.

O desenvolvimento econômico de base comercial e industrial que se seguiu às primeiras tentativas de urbanização da colônia, no início do século XX, ocasionou a formação e a consolidação de diversos bairros, alguns com centros de comércio e serviços bastante desenvolvidos, mas que, por sua localização periférica, não possuem a mesma quantidade de trabalho social despedida em sua produção nem a mesma acessibilidade, o que proporciona uma diversidade de equipamentos e serviços (figura 5) que ainda mantêm o centro principal como sendo o espaço de maior confluência populacional.

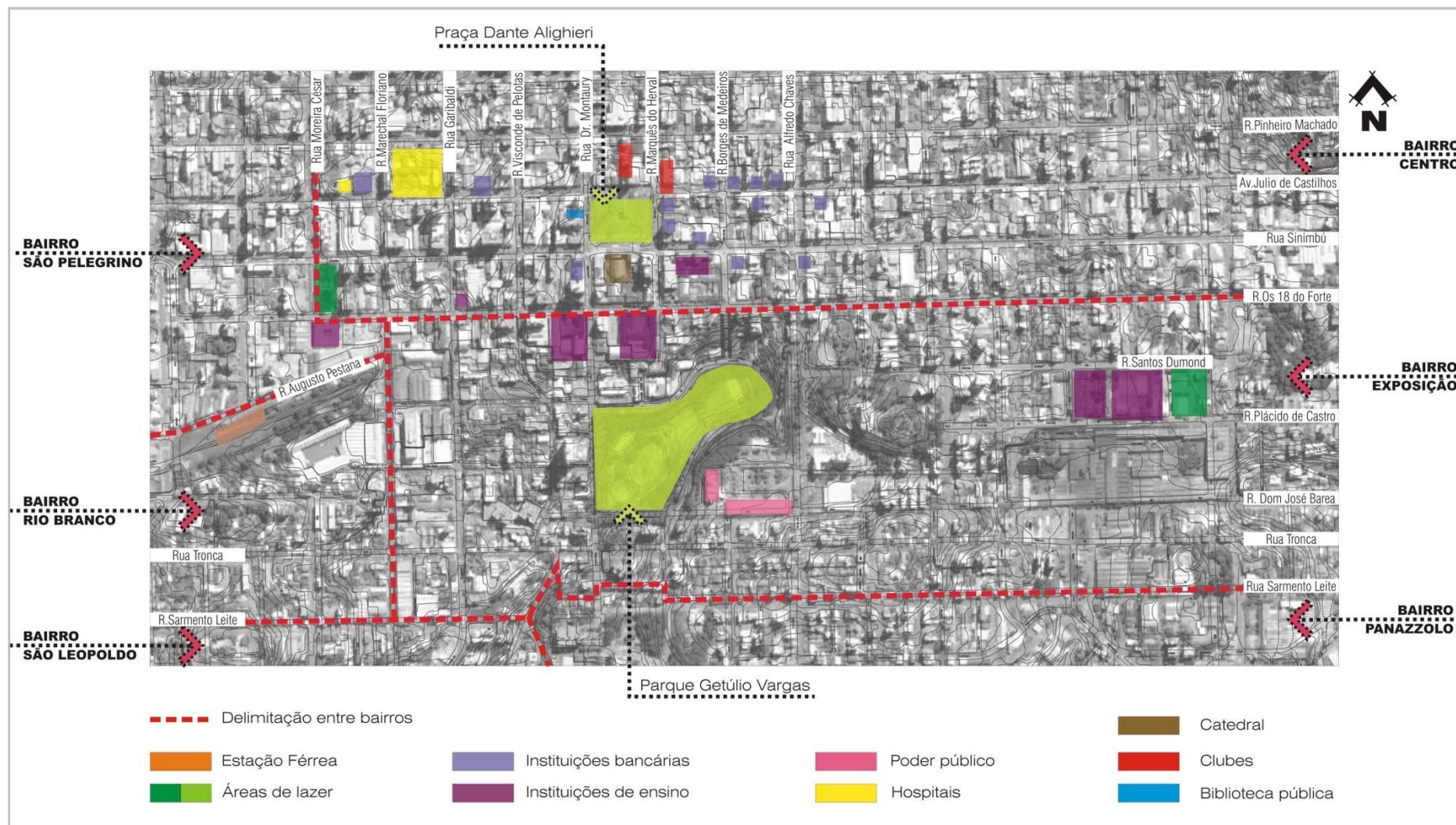
Segundo Machado (2001), a praça Dante Alighieri foi construída sobre o *marco zero* da cidade, tendo a definição de implantação no primeiro mapa que determinou o traçado da colônia, na década de 80, século XIX.

O traçado viário onde se insere a praça Dante Alighieri foi implantado de forma ortogonal, segundo os pontos cardeais, gerando quarteirões retangulares com dimensões de 100mx120m e lotes também retangulares. O relevo de inserção da praça foi adaptado de forma a planificá-lo, e sua área de entorno imediato resultou em declividades pouco acentuadas considerando o contexto topográfico da cidade de Caxias do Sul.

O parque Getúlio Vargas teve sua implantação iniciada na década de 50 (séc. XX), seguindo as diretrizes do Plano Diretor, com definição de três grupos de usos: centro cívico, pavilhão e parque de exposições. (AHMJSA, 2003).

O traçado viário de entorno imediato do parque, por sua vez, segue a configuração em grelha nas orientações sul, leste e oeste. Em sentido norte, ocorre uma depressão acentuada que rompe a continuidade viária de duas vias. As demais ruas em sentido norte-sul estão implantadas em declividades desfavoráveis ao fluxo peatonal. A Avenida da Vindima, que delimita internamente o parque dos demais usos do entorno imediato, apresenta forma orgânica, adequada ao relevo.

Figura 5 – Centralidade urbana de Caxias do Sul e seus principais usos não residenciais



Fonte: Elaborado pela autora, sobre base do Google Earth (2011).

O princípio adotado na concepção urbana não favorece a relação entre o traçado e os equipamentos significativos dessa centralidade. As vias não encaminham os usuários a se depararem com monumentos, elementos arquitetônicos singulares e históricos, espaços públicos ou privados espacialmente atrativos, nem mesmo com a praça, que, na tradição urbanística, teve sua relevância enaltecida.

A praça, nesse contexto, como elemento morfológico, espaço amplo de atração visual só é percebida nas esquinas das vias que lhe conferem os limites (fotografia 4 A), pois, agregado ao traçado urbano, existe o relevo que não propicia sua visualização, pois a mesma se encontra em cota topográfica levemente superior à urbanização do entorno. Já o parque só é percebido pela densa massa vegetal que o envolve, e, igualmente, não é favorecido pelo traçado viário estabelecido (fotografia 4 B).

Fotografia 4 A e B – Visual da praça a partir de uma esquina; parque envolto por massa vegetal



Fonte: Acervo da autora.

Visando à compreensão das relações que ocorrem entre a morfologia urbana e a apropriação dos espaços públicos, foi promovida a busca pelo entendimento das transformações nas relações socioespaciais constituídas sobre espaços públicos, a partir de estudo evolutivo da centralidade.

Para tanto, entendeu-se necessário realizar uma breve aproximação sobre a ocupação do território e das relações socioculturais que se estabeleceram no início da colonização, pois essas informações poderão auxiliar nas definições metodológicas.

3.1.2 Formação de Caxias do Sul

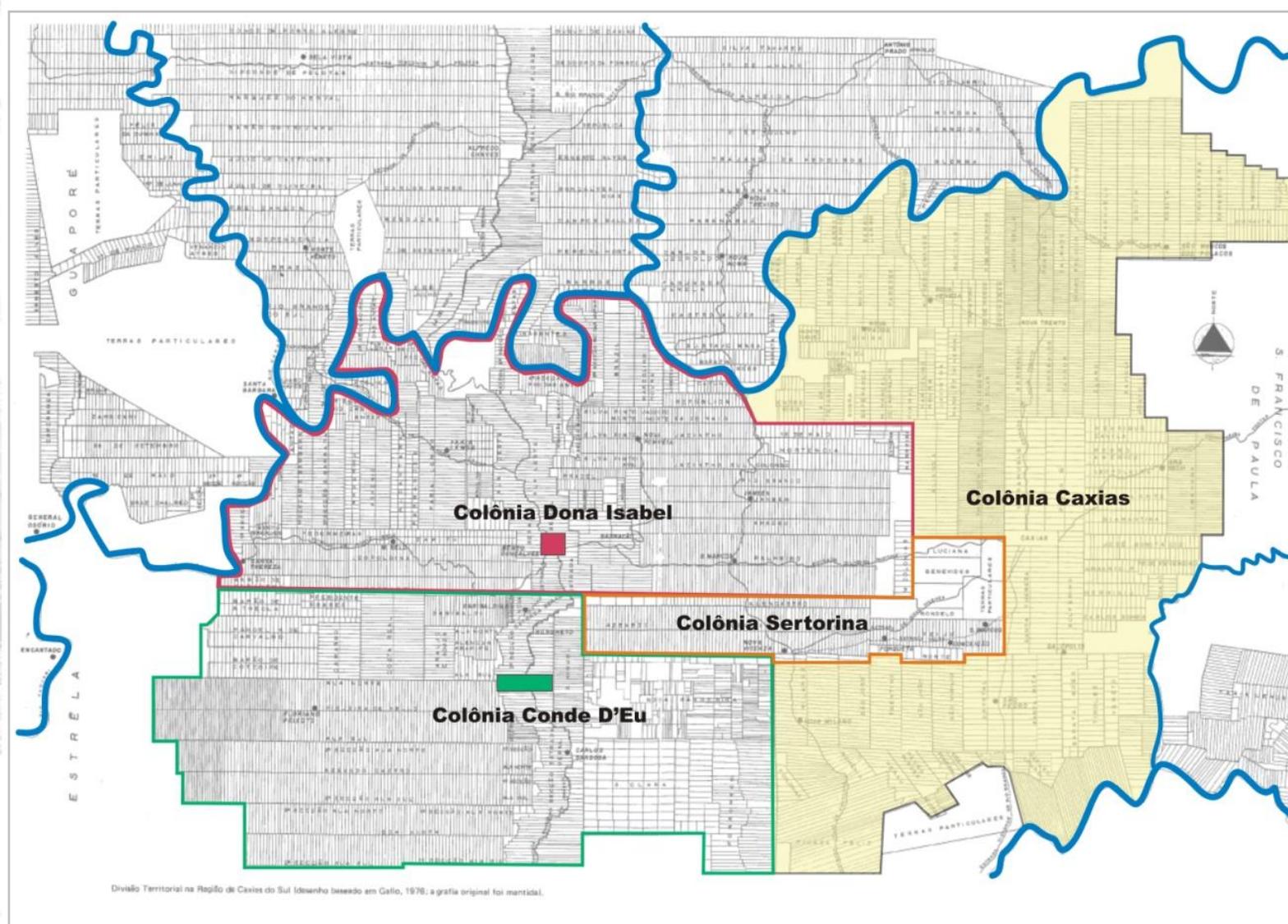
A última etapa de povoamento do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu na Região Nordeste, que, devido às suas características geográficas e físicas, se traduzia em uma zona de acessibilidade dificultada, inviabilizando a ocupação espontânea do território. Sendo assim, apenas no último quartel do século XIX foi proposto, através de um projeto do governo imperial, juntamente com o governo provincial, a ocupação das terras até então devolutas³ localizadas na Encosta Superior do Nordeste.

Esse processo de ocupação se destinava à implantação de um modelo de colonização, com base no regime da pequena propriedade, com mão de obra composta por brancos livres, através do trabalho familiar. Assim, foram implantadas diversas colônias, dentre as quais se destaca a Colônia Conde D'Eu (hoje Garibaldi), a Colônia Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) e a Colônia Caxias que hoje abrange a cidade de Caxias do Sul, Flores da Cunha, parte de Farroupilha e parte de São Marcos (figura 6).

A divisão de todo o território foi feita em léguas que foram ordenadas numericamente, com lugares destinados à instalação de sedes que tinham a função de administração-geral, de modo a estabelecer o controle de todo o processo ocupacional.

³ As que não se achavam ocupadas por posse, e apesar de não se fundar em título legal, foram legitimadas pela Lei 601/1848. (MACHADO, 2001).

Figura 6 – Mapa contendo a divisão territorial das colônias com destaque para a delimitação da Colônia Caxias



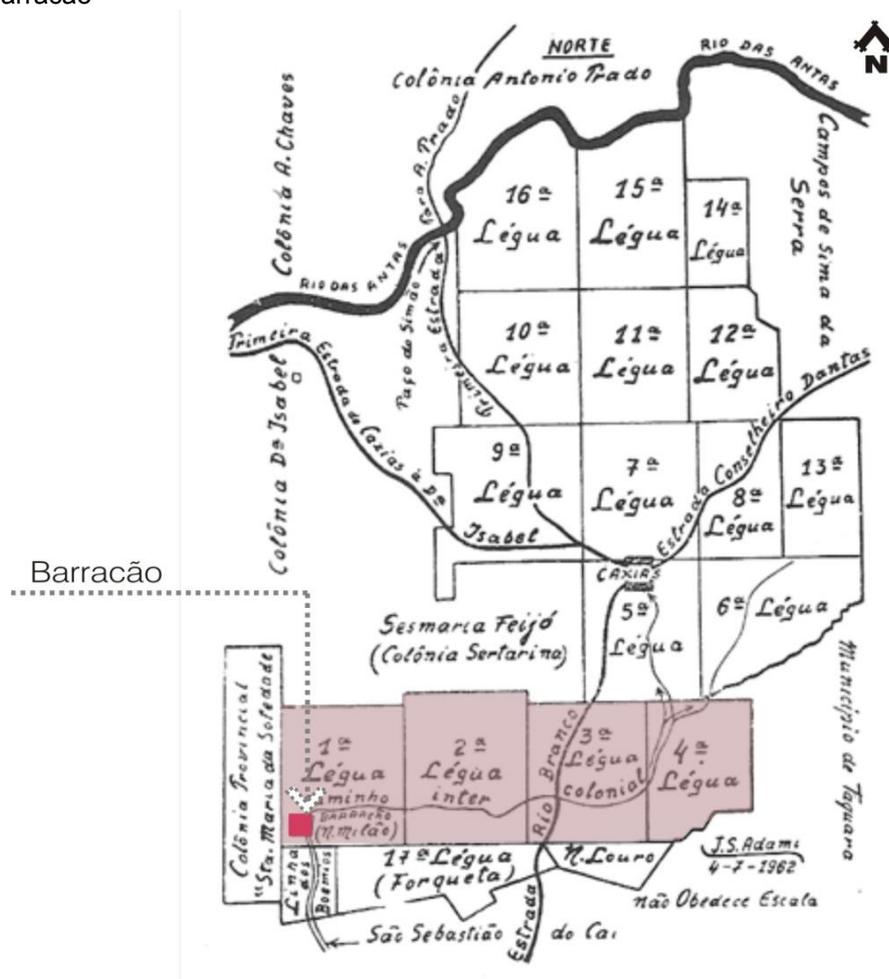
Fonte: Adaptado de Seplan/PMCS, sobre base de Gallo (1976).

A Colônia Caxias foi dividida em 16 léguas, das quais foram inicialmente demarcadas as quatro localizadas a sul/sudoeste, como ponto de partida para a futura ocupação. A sede administrativa foi implantada na 1ª Léngua, onde foi construído um barracão⁴ de madeira, destinado à recepção dos imigrantes.

Cada uma das quatro primeiras léguas recebeu a demarcação de três travessões,⁵ e esses, aproximadamente, tinham 32 lotes cada. Os primeiros imigrantes foram instalados em 1875, na 2ª Léngua.

Na figura 7 está representada a divisão das léguas em que foi subdividida a Colônia Caxias, com destaque para as quatro primeiras definidas e o primeiro barracão.

Figura 7 – Mapa da Colônia Caxias com destaque para a demarcação das primeiras léguas e do barracão



Fonte: Adaptado de Machado (2001).

⁴ Denominação dada ao abrigo provisório dos colonos até que recebessem seu lotes.

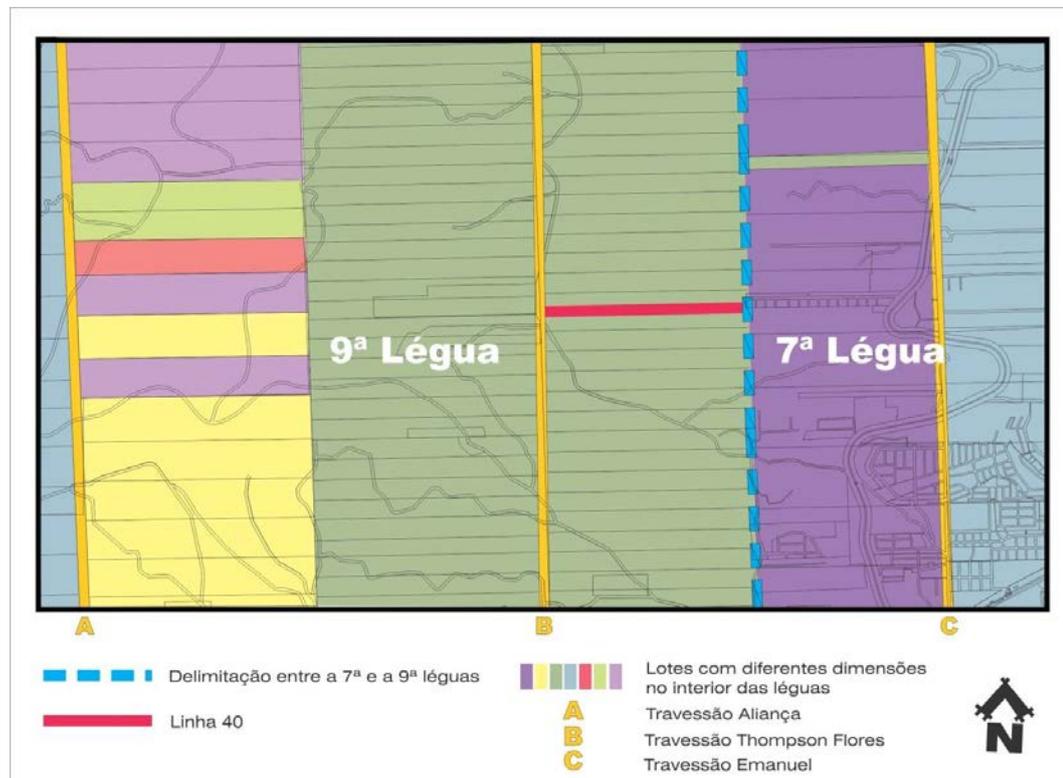
⁵ Em geral, travessão e linha se apresentam como sinônimos, ou seja, como unidades viárias morfológicamente idênticas, mas a terminologia, oficialmente adotada nos assentamentos dessa região e encontrada até nos dias de hoje, inclusive em inscrições cartoriais, se refere a travessão.

A área de terras não parcelada entre os limites da Colônia Caxias e Colônia Dona Isabel (figura 7) demarcada como Sesmaria Feijó (Colônia Sertorina), não fez parte do parcelamento inicial por se tratar de terras recebidas por Luiz Antônio Feijó Júnior como doação do governo imperial. Segundo Barella (2010), as terras pertencentes a Feijó foram parceladas de forma diferenciada daquela adotada para a colônia, tendo sido desmembrada em linhas subdivididas em lotes. Esse processo ocorreu no período compreendido entre 1881 e 1930, com a gradativa supressão da floresta de araucárias.

A subdivisão das léguas na Colônia Caxias, por sua vez, foi realizada com a abertura de travessões e linhas que se dividiam em lotes (figura 8).

O travessão era traçado em linha reta e, a partir desse eram definidas as linhas. Fazendo testada para os travessões, foram demarcados os lotes coloniais, contando com uma frente de dimensão que variava de 200 a 250m, e extensão de, aproximadamente, 1.000m, até se limitarem com os lotes de outro travessão ou linha⁶ (figura 8).

Figura 8 – Divisão das Léguas em travessões, linhas e lotes



Fonte: Adaptado de Seplan/PMCS (1998).

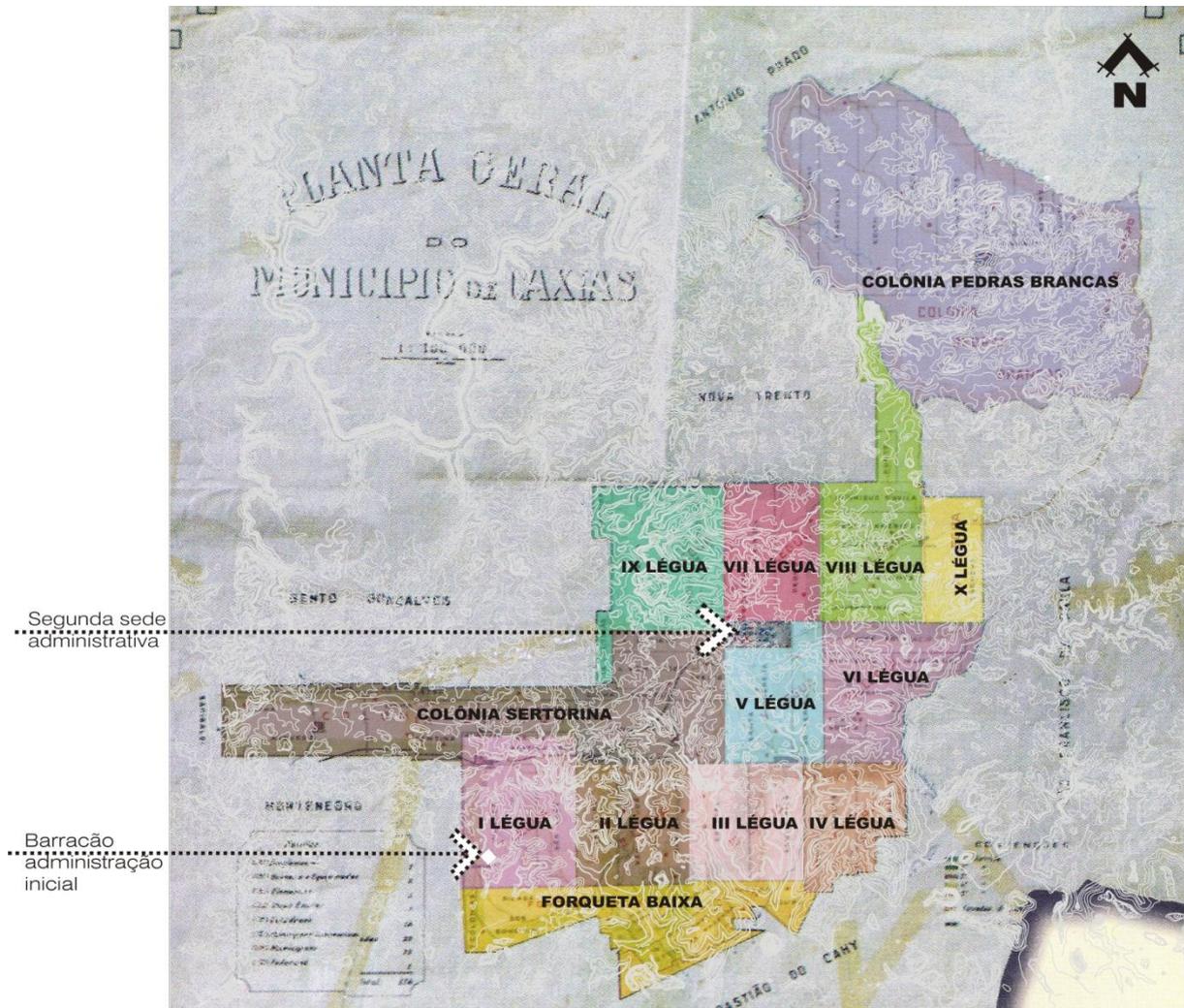
⁶ “Linhas se constituíam de caminhos estreitos, no meio da floresta e em todos os acidentes do terreno.” (MACHADO, 2001, p. 47).

A ocupação dos lotes rurais se deu conforme critérios não oficialmente definidos, estabelecidos pelo diretor da Colônia Caxias. Não havia relação entre a dimensão do lote e o número de filhos, mas foi proporcionada ao imigrante a liberdade de escolha de uma área com proximidade geográfica dos aparentados já instalados.

Ao se deter sobre os mapas da Colônia Caxias, Machado (2001) conclui que a dimensão dos lotes rurais foi determinada pela existência de fontes de água, pois essa se constituía em elemento essencial para o desenvolvimento das atividades agrícolas e domésticas dos colonos.

Para a estrutura de planejamento fundiário adotado, o relevo não foi considerado como variável para o parcelamento (figura 9), apesar de o Governo Imperial ter identificado preliminarmente esse condicionante como fator decisivo para o povoamento, quando da definição de ocupação da Região Nordeste do Estado do RS. Os lotes inseridos nas distintas léguas apresentam relevo bastante acentuado, chegando a encostas íngremes, em muitos casos, inviabilizando a utilização de grande parte das terras que eram adquiridas pelos colonos.

Figura 9 – Planta de Caxias do Sul: divisão das léguas e travessões no início do séc. XX, com sobreposição do relevo da região



Fonte: Adaptado de mapeamento Aune com base em Machado (2001).

A estrutura social e a unidade orgânica do processo de povoamento foram determinadas pelos travessões. A organização social e a religiosa das comunidades que tiveram como modelo os vilarejos italianos se distribuíram pela região em função da dificuldade de comunicação entre os travessões.

Nesse contexto de isolamento espacial, houve a necessidade de uma nova integração do homem com a natureza, ou seja, de um local distante, ermo, coberto por matas e com acessibilidade e trocas sociais dificultadas. Após a fixação nos lotes rurais, os imigrantes sofreram privações e dificuldades de toda ordem, pela precariedade das estradas, distância de centros comerciais, isolamento físico e dificuldade de comunicação com os administradores da nova terra pela diferença de idioma e das regras impostas.

A formação de novos e a manutenção dos frágeis laços sociais anteriores foram cruciais para a expansão das localidades. Esses laços eram construídos e fortalecidos pelas relações sociais desenvolvidas nas capelas edificadas para uso coletivo. Perto da capela se edificou o salão e a escola, que formaram um espaço de sociabilização não planejado no parcelamento do povoamento. “A capela congregava, assumindo a condição de centralidade, não somente as atividades religiosas, mas enquanto organização e desenvolvimento das atividades sociais.” (BARELLA, 2010, p. 140).

O sistema de minifúndios implantado permitiu que a pequena propriedade se tornasse unidade produtiva, sob o modelo de agricultura familiar, uma vez que o colono era dono da terra, dos instrumentos de trabalho, e a mão de obra não era assalariada, pois era composta pelos membros da família, com a distribuição de tarefas por idade e sexo. A agricultura que inicialmente era de subsistência, começou a produzir excedentes que chegavam à sede da colônia, com muita dificuldade, em função da precariedade dos acessos, que eram entregues aos comerciantes por preços aviltados, quase sempre com troca de mercadorias não produzidas na zona rural.

Os comerciantes se encarregavam da comercialização dos produtos em centros consumidores mais próximos, especialmente com São Sebastião do Caí, onde o comércio era mais bem-estruturado, servindo de intermediação entre as colônias italianas e a capital do Estado. Essa cadeia de intermediadores encarecia o produto e reduzia os lucros dos comerciantes da colônia, situação que só findou em 1910 com a inauguração da estrada de ferro que ligou a Colônia Caxias à capital do Estado. (MACHADO, 2001).

3.1.3 O início da urbanização

Segundo Nascimento (2009), foi por sugestão de Luiz Antonio Feijó Júnior, em 1876, que a sede da administração colonial da foi transferida de Nova Milano, 1ª Léguas, para o Travessão Santa Tereza, na 5ª Léguas. A indicação dessa léguas como área ideal para a implantação dessa sede teria sido em função de sua centralidade em relação a toda a colônia, o que facilitaria o controle administrativo. Como é possível perceber na figura 9, a 5ª Léguas faz limite com a Colônia Sertorina

(Sesmaria de Feijó), e a transferência da sede administrativa pode ter sido mais uma estratégia adotada em benefício próprio.

A área de implantação da nova sede administrativa, que passou a se chamar Sede Dante, se tratava “de uma clareira encontrada pelos primeiros exploradores da região, denominada Campo dos Bugres e atribuída aos indígenas que habitavam aquela área antes do homem branco”. (MACHADO, 2001, p. 45). Nesse local foram construídas a residência do diretor da colônia e os edifícios administrativos, foi demarcado o local para o cemitério, construída a primeira igreja de madeira e edificado um novo barracão para recepção dos imigrantes (fotografia 5 A e B).

A primeira edificação em alvenaria construída em Caxias foi a nova sede da Comissão de Terras, localizada no Campo dos Bugres, no início da década de 80, século XIX. (fotografia 5 B).

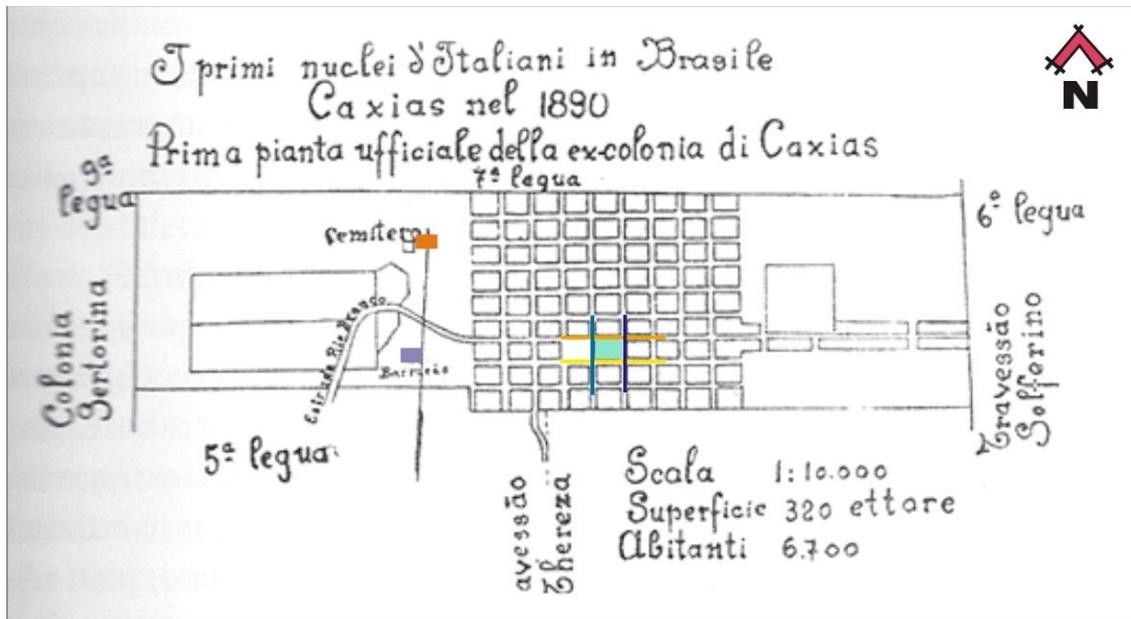
Fotografia 5 – Primeira sede do Poder Legislativo (A), edificação em alvenaria destinada à diretoria da Comissão de Terras – 1883 (B)



Fonte: Acervo do AHMJSA.

A Sede Dante, que hoje se constitui no centro urbano principal de Caxias do Sul, foi instalada nas proximidades das edificações destinadas à Comissão de Terras, conforme definição das autoridades governamentais. O projeto previa a implantação do traçado ortogonal, em uma área com 1.298m em sentido leste/oeste e 682m em sentido norte/sul. Essa área se encontrava cercada fisicamente por floresta de pinheirais e por lotes coloniais que se constituíam em uma muralha simbólica para a sede urbana. (MACHADO, 2001).

Figura 10 – Primeira planta oficial de Caxias, com destaque para a localização do cemitério, do barracão e da futura praça Dante Alighieri



LEGENDA:

	Avenida Júlio de Castilhos		Área destinada à praça
	Rua Sinimbu		Cemitério
	Rua Doutor Montaury		Barracão
	Rua Marquês do Herval		

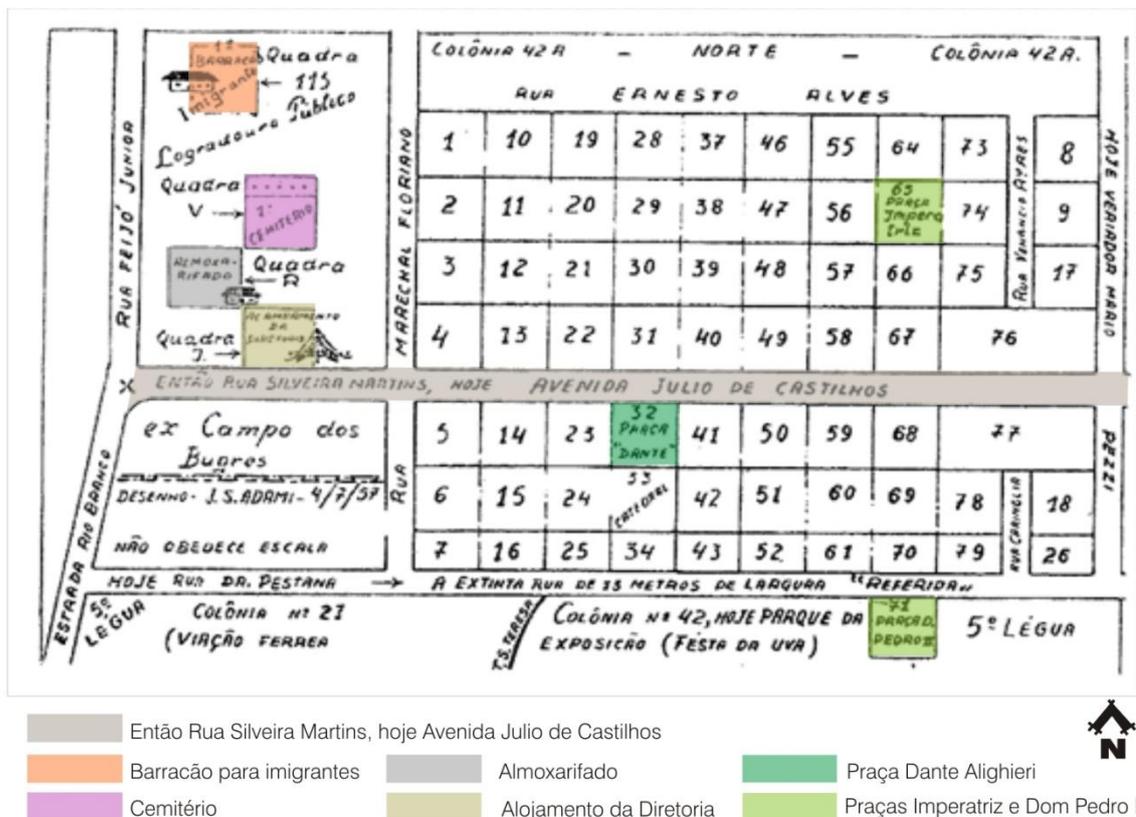
Fonte: Adaptado de Machado (2001).

A demarcação da Sede Dante (figura 10) coincide com as atuais ruas Marechal Floriano (oeste), Hercules Galó (norte), Vereador Mário Pezzi (leste) e Os 18 do Forte (sul). Nessa primeira proposta de assentamento, já havia sido definida, mesmo que sem a demarcação oficial, a não ocupação para a instalação de um espaço público, do quarteirão formado pelas atuais ruas Sinimbu, Marques do Herval, Doutor Montaury e avenida Júlio de Castilhos, que conformam a praça Dante Alighieri.

De forma análoga ao que ocorreu com o parcelamento geral da colônia, o projeto definido para a Sede Dante não considerou as questões morfológicas e ambientais do espaço e ultrapassou os limites definidos para o perímetro urbano, invadindo parte dos lotes rurais que confrontavam com o mesmo. Assim, foram necessários ajustes quando da demarcação do parcelamento urbano, não sendo possível sua implantação na íntegra, e ocorrendo o deslocado em sentido sul em virtude das dificuldades topográficas.

Na figura 11, se verifica que o limite norte da sede urbana foi reduzido em dois quarteirões, com relação ao inicialmente proposto e apresentado na figura 10, além de ter sofrido redução de meio quarteirão em sentido sul, não apresentando alteração em sentido leste e oeste. Também se constata a alteração locacional do barracão e do cemitério, a demarcação do almoxarifado e da intendência, além da inserção de outras duas praças nas quadras 65 e 71, respectivamente, praça Imperatriz e Dom Pedro II, mantendo-se a praça Dante Alighieri na quadra 32.

Figura 11– Planta da implantação efetivada na época para a Sede Dante (desenho de Adami em 4/4/57)



Fonte: Adaptado de Machado (2001).

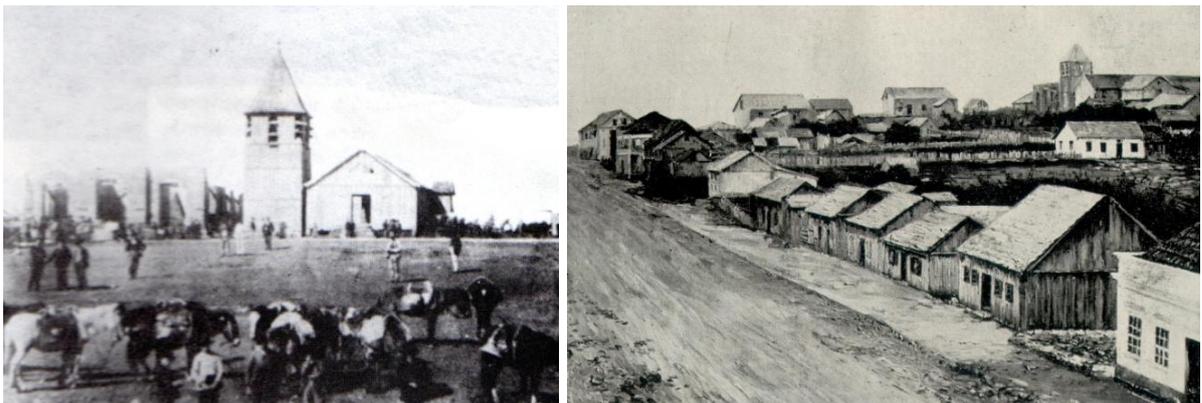
A adoção do traçado ortogonal para o parcelamento urbano da sede ocorreu devido à simplicidade do sistema, à sua facilidade e rapidez de execução, pois o objetivo imediato era a administração da Colônia, planejada para ser agrícola. Não houve preocupação com as características morfológicas do sítio nem com o conforto ambiental das edificações ou das vias, com a desagregação dos solos, com o custo de implantação tanto público como privado, nem com a estética da paisagem resultante, pelo rompimento de colinas por vias futuramente pavimentadas. Com a

efetiva implantação do núcleo e o seu desenvolvimento foram ficando evidentes os inconvenientes proporcionados pela falta de planejamento adequado, pois, conforme afirma Nascimento (2009, p. 123), “são inúmeros os registros feitos por historiadores sobre as dificuldades enfrentadas pelo poder público e pelos moradores da cidade em erigir prédios, casa e implantar ruas”.

A primeira via aberta no núcleo urbano, denominada Silveira Martins, hoje Avenida Júlio de Castilhos (figura 11), era chamada pela população Rua Grande por sua extensão e largura, sendo o eixo de união do núcleo com a estrada Rio Branco (oeste), que até 1910 foi o único canal de ligação com São Sebastião do Cai e com a estrada Conselheiro Dantas (leste), que efetuava a ligação da sede com os Campos de Cima da Serra.

A implantação da Rua Grande trouxe uma alteração significativa na configuração morfológica da paisagem, onde as “pequenas e rústicas casas de madeira, com seus varais de roupas coloridas, estendidas ao vento, crianças brincando em frente às casas, misturadas aos animais soltos.” (MACHADO, 2001, p. 73) faziam a animação do espaço. Com essa narrativa se percebe a apropriação pelos usuários e a criação de relações sociais, o que, possivelmente, se traduziu, no primeiro lugar urbano de Caxias do Sul, especialmente após a demarcação da praça central, a edificação da igreja e o surgimento de casas de comércio.

Fotografia 6 – Praça, igreja e campanário (A); Rua Silveira Martins, no alto, igreja e campanário – 1884 (B)



Fonte: Giron (1977).

Apesar da falta de apropriação da morfológica do sítio na projeção da Sede Dante, se pode perceber na fotografia 6, a definição do ponto mais alto do relevo para a instalação da praça e da igreja. Não identificamos na historiografia nenhuma alusão ao fato, mas a localização da centralidade no ponto mais elevado

do sítio nos leva a crer ter sido intencional, pois daquele ponto se tinha a visualização de todo o entorno, sem a possibilidade de obstrução visual, o que se perdeu com o desenvolvimento urbano. Já o Campo dos Bugres, se tratava de uma porção de relevo inferior, com menor valorização visual, sem a possibilidade de o conjunto *praça-igreja* atuar como marco referencial.

3.1.4 Delimitação da abrangência física do estudo

As formas de sociabilidade que se manifestavam nessa centralidade eram apoiadas na religiosidade, característica dos imigrantes. Como ocorria na área rural, a capela congregava os habitantes e proporcionava a criação e a manutenção de laços e relações sociais. Nesse contexto, surgiu a necessidade de efetivar a implantação da praça Dante Alighieri.

Mais de meio século após a definição da ocupação da Sede Dante, foi iniciada a implantação do parque Getúlio Vargas, que conta em sua área original com a praça Dom Pedro II, espaço público definido no traçado inicial da sede.

Hoje, a praça, símbolo da construção da cidade, espaço de encontro e sociabilização entre pessoas, se apresenta com apropriações diferentes do consagrado na história, o parque de construção mais recente apresenta maior diversidade de atividades e atrai um maior número de usuários.

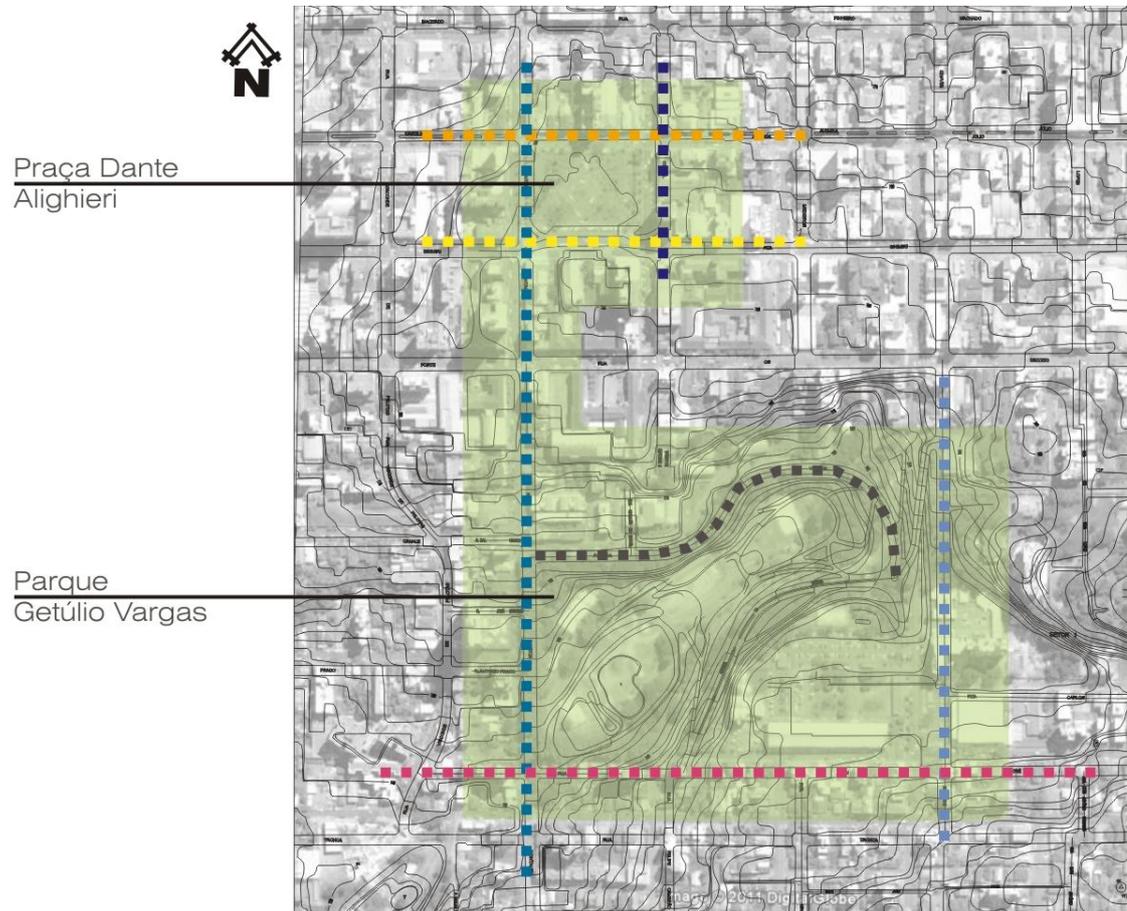
Assim, com essas informações preliminares sobre a formação da cidade e sua centralidade urbana, cujos espaços públicos são implantados em dois períodos evolutivos, apresentam caráter, usos internos e as formas de conexão com o entorno e com a malha viária distintos, apesar da proximidade geográfica, entendemos que os mesmos servirão de base para a investigação proposta, ou seja, quanto à apropriação dos espaços públicos, nos centros urbanos, consolidados na cidade contemporânea.

Para buscar respostas sobre quais formas de apropriação eram feitas na centralidade urbana durante o século XX, a partir da construção efetiva da praça Dante Alighieri, que alterações se processaram nesse núcleo que mudaram o modo de apropriação desses lugares e quais as influências da morfologia e dos usos nessas formas de apropriação, delimitamos a área de abrangência do estudo.

A área proposta como recorte para a coleta de dados com relação à morfologia, aos usos, à acessibilidade e à apropriação é delimitada pelos espaços

públicos e seus entornos imediatos, entendidos como vias e edificações lindeiras (figura 12). Para os estudos relacionados à evolução não se fará um recorte físico, será tratada tão-somente a centralidade como foco.

Figura 12 – Delimitação da área de abrangência para análise e coleta de dados



LEGENDA:

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Avenida Júlio de Castilhos

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Rua Sinimbu

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Rua Doutor Montaury

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Rua Marquês do Herval

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Rua Dom José Barea

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Avenida da Vindima

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Rua Alfredo Chaves

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ Delimitação da área de abrangência

Fonte: Elaborado pela autora, sobre base do Google Earth (2011).

3.2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O método, ou metodologia, como alguns autores preferem denominar, pode ser entendido como um caminho possível para a pesquisa científica. O caminho a

ser trilhado depende de aonde se pretende chegar, ou seja, é necessário que haja questões a responder. (GOLDENBERG, 2007).

Becker (1999) entende que metodologia é o estudo do método, mas, apesar dessa divergência, a nosso ver adequada, também acredita que cada pesquisa se propõe a resolver um problema específico, que deve ser encarado com a construção de um método que consiga dar respostas às questões investigadas. O mesmo autor afirma que existem muitas metodologias consagradas, aplicáveis às ciências sociais, mas os princípios metodológicos disponíveis, por serem genéricos, se constituem em um auxílio, mas não consideram as especificidades e peculiaridades locais.

Após a implantação de um método, Becker (1999) acredita haver a necessidade de verificação da sua lógica operacional, com a subsequente revisão e aprimoramento a partir das contribuições advindas de sua utilização, para que resulte em maior utilidade futura. Define, também, que a metodologia analítica se desenvolve sobre o questionamento do fazer, sendo desenvolvida uma descrição lógica e defensável, sem se tornar uma coletânea de práticas realizadas por costume.

De forma genérica, a análise das pesquisas pode ser realizada pelo método qualitativo ou quantitativo, dependendo da natureza do fenômeno a ser estudado. Os fenômenos sociais, que visam ao entendimento dos contextos social e cultural, e que não tendem à quantificação devem ser abordados por meio do método qualitativo.

A pesquisa qualitativa está geralmente associada à pesquisa exploratória interpretativa e apresenta, no mínimo, três possibilidades de abordagem que podem ser definidas como: estudo de caso; etnografia; e pesquisa documental. (NEVES, 1996).

Nesta pesquisa, se procurou abordar o modo como os aspectos formais e funcionais se refletem sobre as relações sociais estabelecidas nos espaços públicos da centralidade urbana. As categorias de abordagem eleitas foram pesquisa documental, entrevistas e observações, de modo a compor o estudo de caso que, segundo Goldenberg (2007), é uma análise detalhada de um caso a partir do qual se pretende adquirir conhecimento do fenômeno estudado começando pela exploração intensa do mesmo. O estudo de caso reúne o maior número possível de informações coletadas por diferentes métodos para que se apreenda a totalidade de uma situação e se descreva a complexidade de um caso concreto.

Com esse entendimento, a pesquisa foi desenvolvida com base no método qualitativo para a investigação do objeto empírico buscando, assim, respostas às questões investigadas, e, conseqüentemente, atendendo aos objetivos definidos.

Destaca-se como objetivo principal discutir as relações entre a morfologia urbana e as formas de apropriação possíveis nos espaços públicos e desta forma entender como se expressa a privatização⁷ e individualização⁸ social, características dos espaços públicos da sociedade contemporânea, na apropriação das praças, lugares públicos por excelência e nos parques dos centros urbanos consolidados.

A aproximação ao problema se realiza através do entendimento sobre as formas de apropriação dos espaços públicos ao longo do tempo, aliadas às transformações urbanas que esses espaços sofreram, visando verificar a ocorrência de relações entre a construção ou desconstrução desses lugares urbanos com as formas e os usos que os envolvem. Assim, os objetivos específicos a serem atendidos e que balizam a construção do método foram definidos como segue:

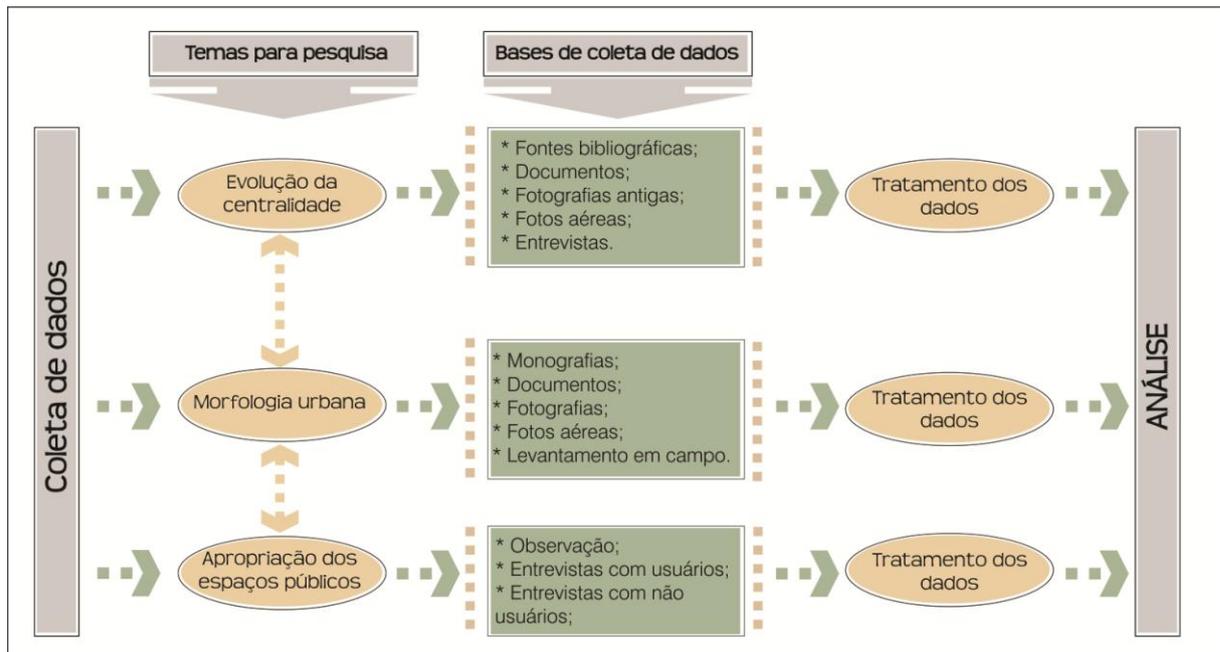
- identificar as formas de apropriação dos espaços públicos em um período temporal da evolução urbana de Caxias do Sul;
- identificar as alterações na morfologia urbana, no entorno dos espaços públicos, na temporalidade;
- caracterizar as formas de acessibilidade da praça e do parque na atual estrutura urbana central.

Dessa forma, o método foi estruturado sobre três vertentes interdependentes de informações a coletar. Para uma melhor visualização do conjunto das etapas a serem desenvolvidas, são representadas esquematicamente (figura 13) e, posteriormente, são explicadas uma a uma.

⁷ Privatização entendida como a apropriação dos lugares por grupos sociais distintos, onde os diferentes grupos não são convidados a socialização.

⁸ Consolidação de determinado grupo social por intimidade e afinidade.

Figura 13 – Demonstração esquemática do método desenvolvido para a coleta de dados



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.1 Evolução da centralidade

A partir das informações recolhidas sobre a formação de Caxias do Sul e o início de sua urbanização, nos quais é possível compreender as primeiras relações de apropriação dos imigrantes da nova terra, foi dada ênfase aos fatos e às transformações que ocorreram na centralidade urbana e em seus espaços públicos, delimitados como amostra da pesquisa.

Os dados foram construídos sobre fontes bibliográficas, documentos, entrevistas e imagens disponíveis no acervo do AHMJSa, fotos aéreas do acervo da Seplan/PMCS, reportagens de jornais locais e revistas.

Também foram realizadas entrevistas abertas com foco na história de vida, que, segundo Minayo (1993), são assim entendidas: a entrevista aberta pretende atender às finalidades exploratórias, cujo entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o assunto determinado, com a mínima intervenção do entrevistador, e a história de vida tópica focaliza as lembranças do entrevistado de um período ou de uma experiência determinada.

As entrevistas foram realizadas com pessoas que tinham em comum a faixa etária e o espaço de convívio social. Os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados foi terem vivenciado os espaços públicos objeto de pesquisa, de modo

a buscar em cada memória os fatos do cotidiano, que pudessem agregar entendimento sobre a apropriação, os usos e as atividades pretéritas desses espaços, pois a reconstrução histórica das identidades sociais é capaz de dar sentido à configuração verificada na contemporaneidade. (MARZULO, 2007).

Assim as informações coletadas através dos relatos das experiências vivenciais pretenderam demonstraram

um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos e pode chegar-nos pela memória dos velhos. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. Para quem sabe ouvi-la é dasalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual. (BOSI, 2009, p. 82 - 83).

Não se pretendeu formar uma amostragem da memória dos velhos, por isso não se definiu um número mínimo de pessoas a serem entrevistadas e sim a busca pela qualidade das informações obtidas e o preenchimento vivencial que não se verifica na história oficial.

As entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados, em datas e horários previamente agendados, com gravação autorizada pelos mesmos, de modo que não se perdessem informações preciosas sobre sua memória e histórias vividas.

Em todas as entrevistas realizadas, foi inicialmente abordada a razão da mesma e o enfoque pretendido, solicitando que o entrevistado percorresse a sua memória e contasse suas vivências com relação aos espaços públicos, agregando às informações e percepções sobre as atividades, os usos e a arquitetura do entorno.

Por se tratar de entrevista aberta, não foi realizado nenhum tipo de questionário preliminar. Nossa intervenção se deu na forma de questionamentos proporcionados pelas narrativas particulares.

Além das entrevistas realizadas, foram buscadas, no acervo de memória oral do AHMJSA, outras informações pretéritas que pudessem preencher lacunas vivenciais anteriores às colhidas.

Durante a pesquisa evolutiva da centralidade urbana, houve a necessidade de uma contextualização dos fatos ocorridos no âmbito da cidade, que influenciaram as transformações em escala restrita, tendo sido acionadas as fontes já descritas.

Tratamento dos dados

Os principais fatos ocorridos na evolução da cidade de Caxias do Sul, que tiveram influência sobre o desenvolvimento da centralidade urbana foram sistematizados em ordem cronológica, representados por uma linha do tempo.

Para o andamento da discussão sobre a formação e o desenvolvimento dos espaços públicos na centralidade urbana, além da ordenação cronológica dos fatos, foi adotada uma expressão-chave, que conforme Silva (2003) se constitui em transcrições literais de partes dos depoimentos, resgatando e resguardando a fidedignidade das informações relevantes do conteúdo discursivo dos entrevistados.

3.2.2 Morfologia urbana

A partir do embasamento proporcionado pelo estudo evolutivo da centralidade, foi possível construir as bases para a análise morfológica dos espaços públicos e seus entornos.

Foram utilizadas fotos aéreas e mapas disponíveis no acervo da Seplan/PMCS, fotografias, mapas e documentos do AHMJSA para os dois espaços públicos, além de consulta a monografias que tratam da evolução arquitetônica dos edifícios que conformam a praça Dante Alighieri.

A leitura das características morfológicas foi realizada confrontando-se quatro épocas, definidas pelos eventos que se refletiram nos espaços públicos, onde foram identificadas as permanências e as alterações ocorridas durante sua evolução.

Os períodos definidos para a leitura morfológica foram assim delimitados:

- a década de 30 (séc. XX), momento em que se consolidou a construção da praça Dante Alighieri.
- a década de 50, período pós-guerra que impulsionou o desenvolvimento econômico da cidade e a construção do parque Getúlio Vargas;
- a década de 70, momento em que ocorreu grande migração populacional ao município. Inicia o declínio da praça Dante Alighieri como lugar de convívio. Instala-se o Executivo Municipal nos pavilhões da Festa Nacional da Uva e a ascensão do parque Getúlio Vargas ao *status* de área de lazer; e

- o período atual.

Com relação aos dados relacionados à atualidade, inicialmente, foi realizada a atualização da restituição aerofotogramétrica (arquivo em extensão *dwg*) disponibilizada pelo Poder Público municipal (com data de 1988), com base em imagem obtida através do software *Google Earth*, com data de 27 de setembro de 2006, e atualizada em 03 de junho de 2011.

Com as bases cartográficas atualizadas, foi iniciada a identificação direta dos três grupos de elementos necessários: altura das edificações; usos do solo; e acessibilidade.

- *as alturas das edificações* foram contabilizadas através da contagem dos pavimentos de cada edificação, tendo sido demarcados em bases cartográficas, e, com o auxílio de câmara fotográfica, foram registradas as diversas edificações das vias lindeiras dos espaços públicos (praça e parque), de modo a se ter o registro das formas das mesmas, além de elementos para conferência na etapa de descrição e análise dos dados;
- as informações sobre os *usos dos distintos pavimentos* das edificações também foram coletadas via observação direta, aliadas à consulta feita aos quadros de identificação das atividades desenvolvidas nos diversos pavimentos, disponíveis nas portarias dos edifícios tanto residenciais como de prestação de serviços; e
- para o estudo da *acessibilidade* física dos espaços, foram identificados através de observação direta: os acessos peatonais e veiculares às distintas edificações, as barreiras para entrada ou saída dos espaços públicos, além das condições proporcionadas pelo sistema urbano para a travessia de pedestres.

Tratamento dos dados

Os dados coletados foram sistematizados em mapas temáticos relativamente aos distintos períodos, em perfis das testadas edificadas que conformam os espaços públicos na atualidade, bem como em fotografias representativas da evolução dos lugares, proporcionando elementos para a análise morfológica pretendida.

3.2.3 Apropriação dos espaços públicos

A coleta dos dados relacionados à apropriação dos espaços públicos foi realizada sob três enfoques: inicialmente foi utilizada a *técnica de observação participante* citada por Becker (1999) durante à qual não se mantém contato com os usuários, somente são verificadas a forma de agir e *no* de usufruir o espaço urbano. Essa fase foi realizada em dias sem a ocorrência de precipitações pluviométricas e sem temperaturas extremas, em distintos horários: no turno da manhã e no da tarde, de modo a abranger todos os dias da semana.

Paralelamente, na fase de observação foram realizadas entrevistas com residentes e trabalhadores no entorno da praça e do parque, através da aplicação de questionário que apresenta pequenas diferenças, em função das peculiaridades morfológicas de cada lugar.

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, que, segundo Boni e Quaresma (2005), se trata de um conjunto de questões previamente definidas, ainda que existe a possibilidade de o entrevistado discorrer sobre o tema proposto.

As questões foram elaboradas de maneira simples, visando ao entendimento do público com qualquer nível de escolaridade, além de serem diretas para não tomar muito tempo dos entrevistados.

Os questionários foram elaborados com a intenção de se compreender o porquê da utilização ou não dos espaços públicos e os motivos para tal; as qualidades e deficiências verificadas nesses locais; as formas de integração com o espaço público e outros usuários; as possíveis interferências da morfologia urbana na apropriação, etc.

Anteriormente à aplicação dos questionários, foi testada sua implantação sem a presença do pesquisador. Alguns questionários foram enviados por *e-mail* para pessoas eleitas, em função de prévio conhecimento, quando foi exposta a necessidade de se obterem respostas às questões propostas, sem dar explicações sobre as mesmas. Essa técnica se apresentou eficiente pela forma como o questionário foi estruturado, cujos campos foram demarcados com distintas cores, facilitando a coleta dos dados em locais de pouca acessibilidade.

Foi delimitado como universo a ser abrangido pela pesquisa os residentes e trabalhadores no entorno imediato dos espaços públicos, além dos usuários cotidianos e de fim de semana.

Para a aplicação dos questionários, foram realizadas visitas aos estabelecimentos comerciais, localizados na área de abrangência definida. O critério para a eleição dos entrevistados foi a disponibilidade dos atendentes ou dos proprietários, independentemente de sexo e com idade superior a 18 anos.

Para os estabelecimentos de prestação de serviços (nesse caso definidos como escritórios e bancos), em função das restrições estabelecidas pelos mesmos, foi mantido contato com algumas pessoas de cada local e foi solicitado às mesmas que entregassem a ficha de entrevista a colegas que estivessem dispostos a colaborar, sendo essas devolvidas após o preenchimento.

O procedimento adotado para a pesquisa com os residentes no entorno foi semelhante, uma vez que a maior parte das edificações residenciais é multifamiliar, com portaria barrando o acesso de desconhecidos. Utilizou-se de pessoas conhecidas e se solicitou às mesmas a entrega de alguns questionários aos moradores também dispostos a colaborar. Nos locais onde não havia nenhuma pessoa conhecida residindo, foi solicitado aos porteiros que os entregassem aos moradores, e foi marcada a data para a coleta das informações. Essa forma não se apresentou eficiente, pois houve retorno de um número insignificante de questionários respondidos, o que não chegou a afetar a pesquisa, uma vez que a análise foi feita com base no método qualitativo.

Em um segundo momento, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos usuários atuais dos espaços públicos. Foi definido, inicialmente, que os usuários deveriam ter idade superior a 18 anos, pois as crianças não apresentam ainda condições cognitivas para o desempenho que era esperado nessa forma de abordagem. Dentro desse critério, foram realizadas entrevistas com pessoas solitárias, em grupos de afinidade e famílias.

Também em razão da análise qualitativa, a repetição das entrevistas em todos os dias da semana se sucedeu até que não se verificou mais diversidade nas respostas. No momento em que as questões passaram a não agregar mais informações distintas das já coletadas, decidiu-se finalizar a busca por mais dados.

3.2.3.1 Questionário de entrevista

Com a intenção de traçar o perfil dos usuários e dos não usuários dos espaços públicos, e com vistas a buscar informações sobre suas formas de apropriação, foram desenvolvidos questionários que, além das especificidades morfológicas do lugar, apresenta algumas peculiaridades para os residentes e trabalhadores no entorno.

Para todos os participantes o questionário foi dividido em três blocos de pergunta: dados do entrevistado; relação com o espaço público; informações sobre a qualidade do espaço.

No primeiro campo, se pretendeu caracterizar o perfil dos entrevistados, através da idade e profissão/atividade, sendo que aos usuários dos espaços públicos foi perguntado também sobre a disponibilidade de áreas de lazer nos locais de moradia.

As questões sobre as relações com os espaços públicos foram elaboradas de modo a verificar a frequência e o tempo de uso; os motivos e as atividades desenvolvidas; as formas de interação com outras pessoas; a proximidade da residência ou do local de trabalho em relação ao espaço público, visando a identificar qual é o território de inserção dos usuários.

No bloco de questões relacionadas às qualidades, se visou a identificar as interferências da morfologia sobre a utilização dos espaços públicos; os níveis de acessibilidade tanto física como simbólica externa e interna; a segurança experimentada; os atrativos e as deficiências dos lugares. Ainda foi questionado o uso do outro espaço público, objeto desta pesquisa, e, para os entrevistados que informaram utilizá-lo, foi solicitado que relacionassem os elementos singulares percebidos, de modo a se verificar a apreensão morfológica dos lugares.

A alteração mais significativa na ficha-questionário aplicada aos usuários daquela aplicada aos residentes e trabalhadores é a inclusão, na segunda parte da demarcação, de alternativa de uso ou não do espaço. Para os não usuários são investigados os motivos da não utilização dos espaços públicos apesar da proximidade laboral ou residencial, além de entender quais são as formas de lazer efetivamente praticadas.

As fichas-questionário desenvolvidas e utilizadas para o levantamento de dados, onde são apresentadas as especificidades locacionais e pessoais, compõem o APÊNDICE A.

Tratamento dos dados

Os dados coletados na fase de observação foram descritos e representados através de croquis e fotografias do local, onde se percebe, de forma genérica, o modo como as pessoas usufruem do espaço público sem a presença do pesquisador.

As respostas obtidas com a aplicação dos questionários foram sistematizadas de modo a se verificar as predominâncias e as exceções que compreendem cada um dos grupos de perguntas, nos universos pesquisados.

4 CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO LUGAR

Este capítulo se destina à apresentação dos dados coletados relativamente a dois dos temas centrais delimitados como relevantes para a aproximação dos objetos empíricos do estudo.

Inicialmente será realizada a contextualização histórico-evolutiva da cidade de Caxias do Sul, sendo que os principais fatos que interferiram na construção da centralidade urbana e seus espaços públicos serão demonstrados em ordem cronológica.

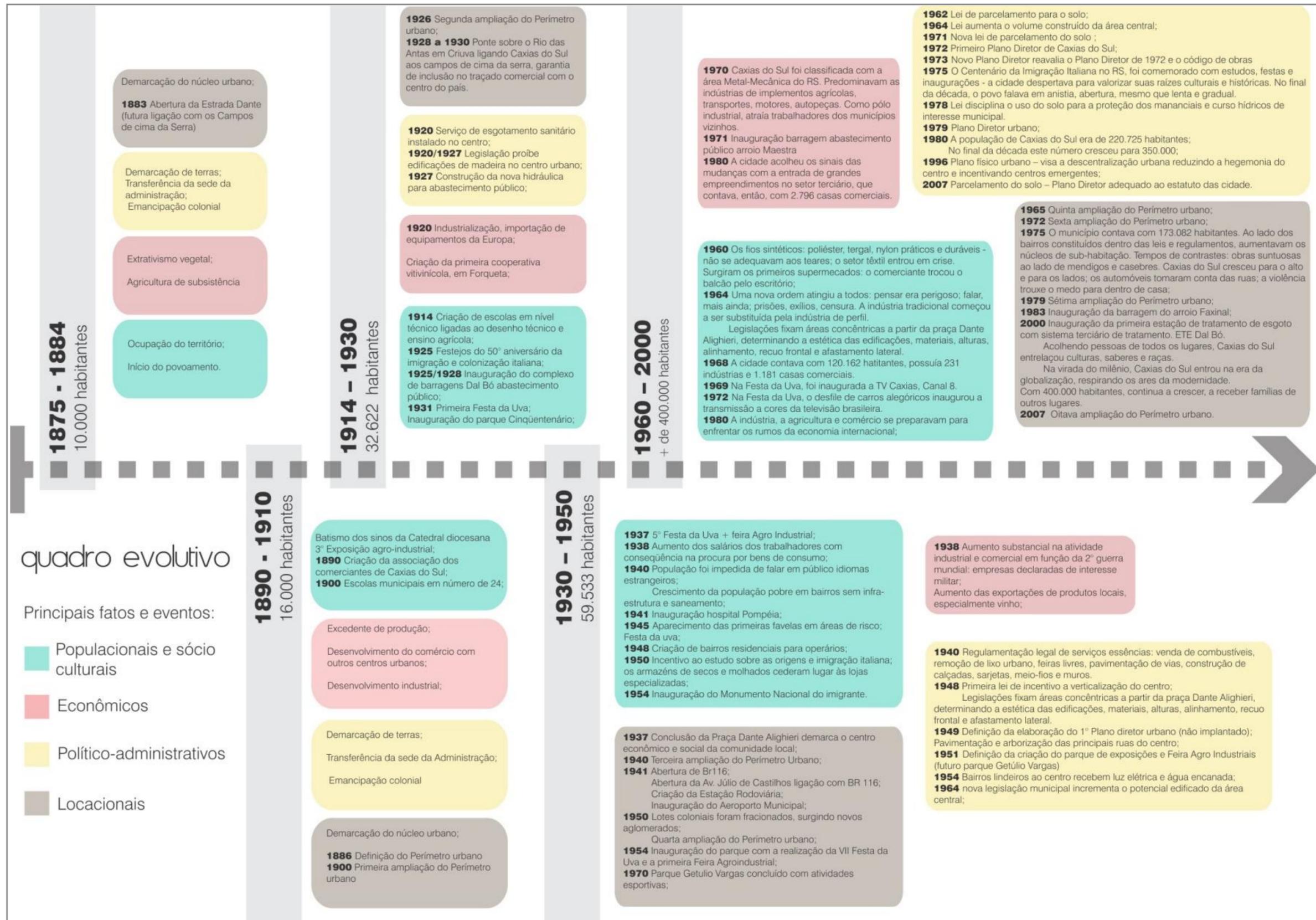
Na continuidade, será demonstrada a evolução da centralidade, também em ordem cronológica, e relacionados fatos importantes do contexto urbano. Esta abordagem foi construída a partir dos relatos obtidos nas entrevistas abertas realizadas com moradores antigos deste lugar e contextualizada com a historiografia, demonstrando como as formas urbanas e de apropriação se interligaram na temporalidade.

A análise da morfologia urbana será realizada em quatro momentos, quando serão confrontadas as características dos locais e identificadas as permanências e alterações ocorridas durante sua evolução. Após serão avaliadas, na atualidade, as interferências da vegetação e da acessibilidade urbana sobre os espaços, visando a relacioná-las as formas de apropriação.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-EVOLUTIVA

Para traçar um panorama geral do desenvolvimento da Colônia Caxias sem nos alongarmos excessivamente, descrevendo os fatos e suas implicações, decidiu-se apresentar sucintamente os dados coletados, de modo a se ter um entendimento geral, para, posteriormente, nos determos na definição dos espaços públicos objeto de estudo. Assim, no quadro 1, estão sintetizados os principais fatos e eventos que moldaram o perfil da cidade.

Quadro 1 – Síntese dos principais fatos que definiram a evolução urbana de Caxias do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, com base no método desenvolvido por Souza e Müller (1997).

4.2 EVOLUÇÃO DA CENTRALIDADE

Apesar da demarcação havida ainda na primeira planta da Colônia Caxias, a Praça Dante Alighieri e as vias que a delimitam passaram por diversas alterações até se consolidarem no cenário que hoje se percebe na área. É notório que as alterações necessárias para domar a morfologia do local foram substanciais, envolvendo trabalho, investimentos públicos e tempo. Conforme Aurora Pezzi Ungaretti⁹ “para ir à igreja tinha um morro, tudo daquelas pedras redondas [...]. Então, com o tempo, resolveram tirar todo aquele morro, deixar tudo plano para fazer a escadaria na frente, para melhorar a praça”.

4.2.1 Período evolutivo: 1910 a 1930

No início do século XX, o espaço definido para a implantação da praça Dante Alighieri, era um quarteirão baldio, já isento de vegetação, com uma lagoa proveniente de vertentes do local, utilizadas para a lavagem de roupas, o que se constituiu na primeira forma de apropriação daquele espaço público. No entorno imediato, ocorriam edificações em madeira, a segunda igreja (em pedra) e poucas edificações em alvenaria (fotografia 7).

Fotografia 7 – Área da praça Dante Alighieri em 1910

Metalúrgica Abramo Eberle

Hotel Bela Vista

Igreja Catedral com a primeira escadaria



Fonte: Acervo do AHMJSA.

⁹ Entrevista arquivada no banco de memórias do AHMJSA, concedida a Liliana Alberti Henrichs em 15/10/1980, com o tema *História de Vida*.

No período compreendido entre 1910 e 1914, foi executado o cercamento da área da praça, com balaústres nos lados leste, norte e oeste, mantendo a inclinação propiciada pelo relevo original (fotografia 8). No interior da praça, foram construídos quiosques onde funcionavam lojas e serviços. Aos domingos, a praça tinha também o caráter de mercado público, pois, após a obrigação religiosa de participar da missa na catedral (igreja de Santa Tereza de Caxias), os colonos, de forma improvisada, realizavam a venda de seus produtos.

As alterações verificadas nas edificações e vias do entorno do espaço público viriam a se tornar ainda mais significativas com a remodelação da igreja de Santa Tereza de Caxias, a construção do Palácio Episcopal e de diversas edificações em alvenaria, que substituíram as casas rústicas em madeira do início do povoamento.

Fotografia 8 – Praça Dante Alighieri após as primeiras obras, em 1914



Fonte: Acervo do AHMJSA.

Ao mesmo tempo que se produziam transformações no centro urbano, a colônia intensificava sua produção e passava a se destacar também por outros produtos agrícolas e agroindustriais. O comércio desses produtos possibilitou o início de uma aglomeração de indivíduos de forma permanente, dedicados a atividades não primárias, o que permitiu o desenvolvimento da zona urbana, e foi auxiliado também pela vinda de outras levas de italianos que não eram ligados à

agricultura e que se fixaram diretamente na zona urbana onde construíam casas comerciais, oficinas e artesanatos.

Em 1914, depois de muita dinamite e picareta, a primeira praça foi entregue à população, com bancos, canteiros de flores, caminhos cercados por plátanos e um quiosque, onde funcionavam, bar, restaurante e salas de jogos. A praça era o local de festas, encontros políticos e solenidades. “A vida de todas as idades acontecia ali [...]: brincar e depois namorar no mesmo cenário.” (MACHADO, 2001, p. 287).

Segundo depoimento de Aurora Pezzi Ungaretti, a praça Dante Alighieri servia de palco para a realização de quermesses, onde montavam tendas para a venda de bebidas, flores e cigarros.

Eu me lembro que a nossa tenda era das bebidas, e os vestidos eram todos bordados, aquele chapéu grande na cabeça, um avental amarelo [...] porque a bandeira católica é amarela e branca. Também realizavam a festa da padroeira da cidade, no dia 15 de outubro, dia da Santa Tereza [...]. Tinha uma festa grande, que faziam todos os anos, então armavam na praça um coreto. Faziam a tómbola [...].

Nesse período, a área central da cidade, além de contar com a praça Dante Alighieri, que apresentava novos e disciplinados usos apropriados pela população, já possuía uma rede de abastecimento de água, proveniente das vertentes existentes na área onde hoje se localiza o parque Getúlio Vargas.

As alterações morfológicas que se produziram na centralidade urbana foram reflexo da evolução ocorrida nos setores industrial e comercial, que proporcionaram o crescimento da urbanização com o afluxo populacional proveniente da área rural, forçando a realização de sucessivas ampliações do perímetro urbano. Assim, surgiu por parte da Intendência Municipal a necessidade de disciplinar os usos do solo especialmente na área central da cidade, o que se formalizou no primeiro código de posturas, elaborado para as especificidades locais.

Esse código foi publicado na íntegra no jornal *O Brasil*, de 24 de setembro de 1920, visando à apreciação e à colaboração pública, tendo sido promulgado para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1921 sob a denominação “Código Administrativo.” (acervo do AHMJSa disponível no Centro de Memória CMCS). Dentre outras determinações, consta, no mesmo, a definição dos sistemas de coleta de esgoto individuais, alteração na largura de vias, definição da pavimentação de passeios públicos, de índices de ocupação do solo urbano, de recuos e afastamentos, de

materiais e pé-direito mínimo para os distintos usos das edificações da área urbana. Destaca-se, ainda, o artigo 207 que proíbe a edificação de prédios de madeira para qualquer destinação, na rua principal da cidade e em outras a serem definidas em edital específico. Não permite, também, a reforma e/ou ampliação das edificações em madeira, ficando o proprietário do imóvel nesta situação: obrigado a substituir a edificação por outra de alvenaria.

Nesse contexto, fica clara a intenção do Poder Público de transformar a imagem do centro urbano com a substituição gradativa das edificações rústicas que caracterizaram o início da colonização, além de incentivar a elitização do centro, pela exigência de projetos que eram arquivados pela Secretaria de Obras Públicas e que deveriam estar assinados por construtores legalmente habilitados.

No ano de 1927, foi editado o Código Administrativo – parte referente a construções, que ratificou as proibições quanto às edificações em madeira e determinou a delimitação da área abrangida com 28 quarteirões (figura 14). (acervo do AHMJSA disponível no Centro de Memória CMCS).

Figura 14 – Delimitação da área em que eram proibidas a construção e a reforma de edificações em madeira sobre o perímetro urbano da época



Fonte: Adaptado de Seplan/PMCS (1988).

A aplicação das medidas legais impostas pelos códigos permitiu determinar os primeiros regramentos relacionados à morfologia urbana pretendida para a fixação de sua centralidade. Segundo Machado (2001), o padrão homogêneo

estabelecido para as construções e a padronização da ocupação do solo urbano delimitou um muro simbólico determinando a geografia social pretendida, onde a centralidade se oferecia para a elite, com as melhores condições comerciais, qualidade de infraestrutura, lazer e habitações, destinando a periferia para os menos abastados.

Ainda, durante esse período, foram iniciadas as obras de remodelação da praça Dante Alighieri, que deveria ser o marco inicial da nova imagem da centralidade. O rebaixamento da porção norte lindeira à Av. Júlio de Castilhos garantia o livre acesso à população, com a retirada dos muros e das escadarias, visando à integração aos usos do entorno imediato, e dessa forma “a praça estaria mais próxima dos dias quase sempre ordinários de uma população que ali vivia seus dias solenes”. (MACHADO, 2001, p. 289).

Fotografia 9 – Praça Dante Alighieri, porções norte e leste integradas às vias, respectivamente, Av. Júlio de Castilhos e Rua Marquês do Herval, em 1930



Fonte: Acervo do AHMJSA.

4.2.2 Período evolutivo: 1930 a 1950

Nos anos 30 (séc. XX), a centralidade urbana apresenta reflexos do desenvolvimento econômico ligado à economia nacional, onde existia a infraestrutura básica instalada, vias abertas ou estendidas para atender às demandas de transporte, e alterações no relevo e traçado da praça.

Fotografia 10 – Obras de rebaixamento da porção sul da praça Dante Alighieri, na década de 30 (séc. XX)



Fonte: Acervo do AHMJSA.

Nesse período, as feiras de exposições agrícolas ganharam notoriedade sendo elevadas à categoria de festa, que, devido à grande importância econômica tanto em termos de produção agrícola como de produto derivado e exportado, passaram a se denominar Festa Nacional da Uva. Até o ano de 1937, as festas foram realizadas na praça Dante Alighieri, que se transformava, por alguns dias, em um lugar de confluência de todos: dos colonos aos ilustres visitantes. Nela foram revividos os antigos hábitos da transformação do espaço de vivência local para o de comércio, se tornando um grande palco de eventos.

Algumas das transformações que ali ocorreram são relatadas pela Professora Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro:¹⁰

A Festa Nacional da Uva de 32 é memorável porque precisa ser um lugar, em que, naquele momento, se celebra a conquista de trabalho destes imigrantes [...]. Ali se inaugura, de fato, o papel que a praça tem como o lugar de convergência de todos [...] sem discriminar, porque é o agricultor que cultiva a videira, e é do seu fruto que se faz a identidade, e celebra a independência econômica do povo e que acaba conferindo identidade também. [...] Em 32, a praça exalta o convívio [...], pela primeira vez se faz uma arquitetura efêmera, com todo o rigor, se faz quiosques, e um grande pavilhão entre a praça e a catedral. A praça é este lugar especialíssimo, e para ela está reservado o chafariz, que nesta data jorra vinho, e pequenas tendas que fazem moldura para um dos seus quadrantes, se interpõe entre o grande pavilhão e faz conjunto com o quiosque. Ali se cumpre, de novo, o novo ritual. Todas as moças de diferentes idades se vestem para este ritual,

¹⁰ Entrevista realizada em 3 de novembro de 2010.

com as roupas que lhe são portadoras de identidade. São roupas de todas as regiões da Itália, é um momento altamente significativo quando os próprios locais admitem sua diversidade e reconhecem sua identidade. São as cesteiras que vendem os cestinhos de uva, mas esta venda implica em andar, em caminhar entre os pequenos grupos, e depois oferecer, é como um “misancene” para a venda dos cestos de uva, que é um pouco simbólico também [...]. O lócus consagrado para a vida é a praça, não ocorre em um lugar qualquer.

Este lócus que consagrava a identidade da praça, vestida para a festa não se constituía na ambiência diária do espaço. Dessa forma, a partir da década de 30 do séc. passado a cidade já tinha seu perfil de cidade do trabalho, onde todos possuíam ocupação e desfrutavam de momentos de lazer, com alguns locais restritos somente a homens. A missa aos domingos e o passeio pela praça eram usufruídos por todos, assim como as ruas, que se constituíam em lugares urbanos, ficavam desertas nos horários de estudo e trabalho, pois todos estavam ocupados desempenhando seus papéis de acordo com os grupos sociais aos quais pertenciam.

Ainda foram necessários mais sete anos para que as alterações no relevo do local fossem totalmente realizadas, com rebaixamento de ruas e da própria praça.

Houve impasses relacionados à acessibilidade ou indenizações necessárias para algumas das edificações que se encontravam construídas no entorno, e, de modo especial, com o acesso a igreja de Santa Tereza, pois o projeto de rebaixamento da praça e da Rua Sinimbu, alteraria a escadaria existente em frente da igreja e, dessa forma, a mesma se estenderia horizontalmente, invadindo um espaço destinado à praça.

Tendo constado que as obras de remodelação da Praça Dante, iniciadas há anos, iam determinar um regular desnível entre o plano horizontal da praça e o das ruas que a circundam, manifestou-se um movimento de reprovação a esse facto. A respeito foi enviado ao coronel Prefeito Municipal um memorial, que se acha subscrito por mais de setecentas pessoas. Nesse documento os signatários salientam que não seja abandonado o primitivo projeto de remodelação, o qual estabelecia nível igual para a praça e as ruas adjacentes. Sabemos que o fim principal do protesto feito é evitar que a praça fique mais baixa do que as ruas. (Jornal O Momento, 18/12/1933, p. 5).

Para solucionar esse impasse, o intendente municipal resolveu consultar uma comissão de cidadãos caxienses para dar parecer definitivo sobre o assunto, e, assim, as obras seguiram de acordo com o determinado, tendo sido finalizado o nivelamento da praça em 1935. A partir da planificação, foi iniciada a implantação

efetiva da praça, que, conforme as memórias de Raymundo Pezzi,¹¹ ocorrem no fim da década de 30 (do séc. findo).

A praça, eu acho que [...] bem, esta reforma foi toda feita, primeiro teve o Miguel Muratore e o Celeste Gobato, mas quem deu o aspecto que ela tem hoje foi o Dante Marcucci, porque a praça chegou a ter cerca com muretas ao redor [...]. Eu era muito criança, mas esta ali eu me lembro quando fizeram, rebaixaram toda, fizeram o calçamento com as folhas das parreiras, tudo foi o Dante Marcucci, então ele começou o calçamento em Caxias, na época de 38-40, por aí.

A praça Dante Alighieri foi concluída e entregue à população em 1937, voltando a ser o lócus de congregação de todos, com a realização da última Festa Nacional da Uva em seus domínios. Durante essa festa, ocorreu o primeiro desfile de carros alegóricos, fato que se repete até a atualidade, além de ter sido inaugurada a fonte luminosa no centro da mesma. Nas memórias de Raymundo Pezzi surge a referência ao chafariz da praça, além do uso cotidiano da mesma:

Lembro quando construíram o chafariz, era bonito, com cores, a água jorrava, e as pessoas vinham muito para a praça, as crianças, era o centro de encontro das famílias, que se encontravam, ficavam conversando enquanto as crianças brincavam. O pessoal vinha muito para a praça, domingo enchia, principalmente depois da missa.

Para José Máximo Letti¹² “o chafariz era um deslumbre, para quem veio de Antônio Prado [...] com os bordos feitos pelo Zambon, [...] o cantareiro que fez as bordas do chafariz”. Elma Bocchese¹³ recorda esse período, revelando em seu depoimento a percepção que tinha sobre os carros alegóricos:

Eu lembro que em 37 foi feita a Festa Nacional da Uva aqui na praça. Lembro dos carros alegóricos [...] no tempo em que eles ainda eram bonitos [...] naquele pavilhão de onde hoje é o Zaffari, montaram os carros lá [...]. Eles sempre desfilavam aqui, acho que era na Júlio, porque na época não tinha os canteiros, acho que o desfile era na Júlio.

¹¹ Entrevista realizada no dia 15 de fevereiro de 2011.

¹² Entrevista realizada no dia 4 de fevereiro de 2011.

¹³ Entrevista realizada no dia 4 de fevereiro de 2011.

Fotografia 11 – Festa Nacional da Uva na praça Dante Alighieri, em 1937



Fonte: Acervo do AHMJSA.

Segundo Machado (2001), o primeiro espaço público modificado e adaptado tornou-se um produto social construído segundo a vontade das elites. A praça era a primeira etapa de um projeto de construção da cidade, símbolo do poder dos descendentes de italianos, cidadãos caxienses, que, a partir da década de 30 (séc. XX) assumem a administração municipal. Nesse período, por volta de 1937, segundo Raymundo Pezzi, a praça também revela seu caráter cívico, pois nela ocorrem manifestações e comícios políticos:

Era tudo muito ordeiro, mas durante a guerra trocaram o nome de Dante Alighieri para Rui Barbosa e tinha as placas nas esquinas, eu lembro quando tiraram a da esquina do Juvenil, foi à noite e houve uma pequena confusão.

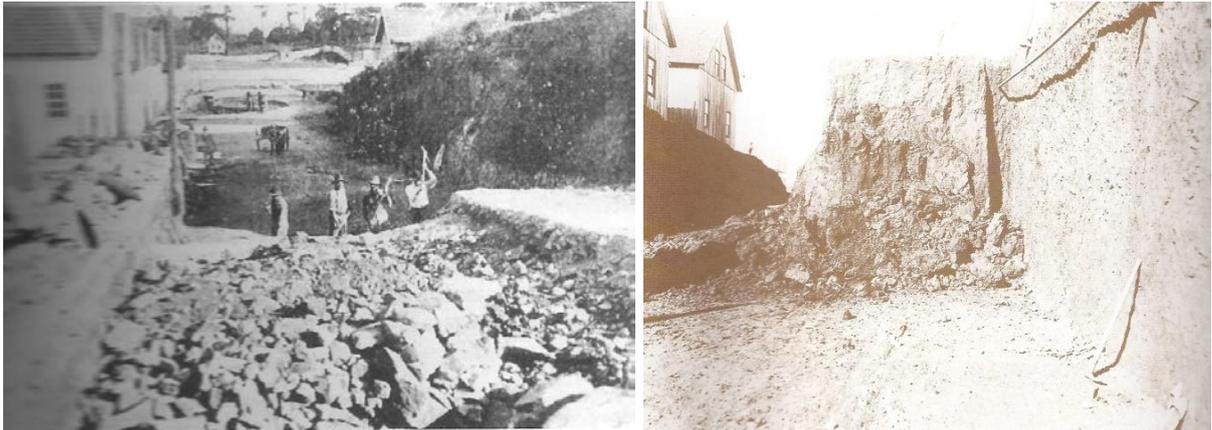
Nas memórias de José Máximo Letti também está demonstrado o caráter assumido pela praça Dante Alighieri após sua consolidação morfológica.

Todas as manifestações cívico-religiosas eram na praça. As procissões eram pela Av. Júlio, depois iam para a catedral. O pessoal enfeitava as casas onde a procissão passava com flores e aquelas colchas bonitas nas janelas. Os desfiles da Semana da Pátria também eram na Júlio e as bandeiras eram colocadas nas janelas das casas.

No início da década de 40 (do mesmo séc.), foi empreitada a pavimentação das vias centrais da cidade, bem como a abertura de novas vias que, em função do

traçado viário imposto, demandou muito trabalho, do mesmo modo como havia ocorrido para a construção da praça, cortes e aterros foram executados para a suavização dos declives e aclives do relevo natural, visando a harmonizar a paisagem que estava sendo construída.

Fotografia 12 – Trabalho de abertura das Ruas Marechal Floriano e Vereador Mário Pezzi



Fonte: Machado (2001).

A pavimentação da praça Dante Alighieri só iniciou alguns anos após sua planificação e ajardinamento. Na entrevista concedida, José Máximo Letti afirma que a praça Dante Alighieri é uma das primeiras imagens de que se lembra de Caxias do Sul, a partir de 1943, momento em que passou a residir em Caxias do Sul:

A praça Dante estava sendo calçada, com aquelas pedras portuguesas e aqueles cachos de uva, e havia críticas na imprensa que aquilo parecia uma folha de figueira, não de parreira. Tinha areia, eu nunca tinha visto na minha vida tanta areia, a não ser na praia. Então, eu passava ali todo o dia e tinha um cidadão que fazia figuras na areia, esculturas na areia. [...] Era uma coisa que a gente ia ver na praça Dante enquanto estavam calçando.

As apropriações do espaço público, a partir dessa fase também apresentam formas diferenciadas das percebidas anteriormente, no tempo das quermesses, o que fica claro nas palavras de Elma Bocchese:

Nós sentávamos na praça, conversávamos, não tinha muito lazer. O que nós tínhamos era o rádio, o cinema [...]. À tardinha, à noite, os rapazes todos e as meninas [...] ficavam fazendo footing, era assim [...] até que algum gato se interessasse...

Esse testemunho é corroborado por Neusa Michelin:¹⁴

Lembro da praça com, aproximadamente, de 16, 17 anos, antes disto eu não lembro. A tardezinha, a gente vinha para a praça e ficava caminhando, fazendo footing, e os rapazes ficavam na beira da calçada olhando e aí as paqueras [...] aquele namoro diferente, a gente olhava para o rapaz e demorava seis meses antes de dar a mão para ele. Era um tempo muito gostoso, a alegria de fim de semana era vir para a praça para namorar. Hoje o pessoal nem entende uma coisa destas.

A década de 40 (séc. XX) foi um período de significativo desenvolvimento econômico, tanto industrial como comercial, motivado pela Segunda Guerra Mundial, momento em que muitas indústrias foram declaradas de interesse militar, trabalhando com capacidade plena para as Forças Armadas. Essas medidas fizeram com que o poder aquisitivo da população se ampliasse e, conseqüentemente, se refletisse na busca por bens de consumo e nas transformações morfológicas verificadas na área central da cidade.

O centro urbano – que tinha passado por diversas modificações já comentadas – apresentava nova fisionomia, adequada ao poder aquisitivo dos antigos imigrantes e de seus descendentes, que haviam prosperado. O entorno da praça Dante Alighieri, que nesse período se denominava “Rui Barbosa” (em função das restrições impostas pelo Estado Novo), demarcava o centro econômico e social da comunidade, atraía novos usos que eram construídos com qualidade e estética adequadas ao período arquitetônico vigente.

Na época em que o centro já apresentava significativas alterações morfológicas impostas pelo Poder Público e pelo crescimento econômico, ocorreu o primeiro contato da Professora Cleodes Maria P. J. Ribeiro com Caxias do Sul, especialmente com a praça Dante Alighieri, que é recordado e descrito com detalhes:

Meu primeiro e decisivo encontro com Caxias pode ser resumido assim, cheio de assombro como deve ser o acontecimento em que se dá uma grande revelação. Foi numa aurora tingida de vermelho, na abertura do ano eucarístico, no ano de 1948, e eu tinha 8 anos. Junto a dezenas de crianças, algumas travestidas de anjo com eu, na carroceria de um caminhão, entrei, grave e maravilhada na cidade. [...] Dificilmente conseguirei dar uma ideia do colorido, dos sons, do movimento, do atordoamento daquele dia. Caxias era toda ela um imenso centro, era uma grande e dilatada praça, anunciada por arcos de triunfo, janelas enfeitadas e centenas de pessoas formando dois rios de gente subindo em sua direção. [...] Prédios altos e imponentes, muito maiores que o campanário da igreja de Nova Milano, que, aliás, era altíssimo. Neste dia, não vi o

¹⁴ Entrevista realizada em 26 de novembro de 2010.

chafariz da praça, nem seus pequenos ladrilhos que formam cachos de uva, sobre os quais milhares de vezes, pés anônimos repetem sem perceber, o ato imemorial de amassar a uva, para o vinho, às vezes amargo do cotidiano. Também não vi o monumento à independência do Brasil, cuja estátua sempre me pareceu uma madona fora do lugar.

A arquitetura da cidade, que estava sendo definida pelas sucessivas alterações ocorridas no centro urbano, foi novamente incentivada pelo Poder Público municipal a evoluir, ao legislar sobre a construção das formas edificadas e suas relações na composição morfológica do centro. Em 1948, através da Lei 27 foi delimitado o número mínimo de três pavimentos para os edifícios a serem construídos em algumas áreas da cidade, dentre elas, as adjacências da praça Dante Alighieri. (acervo do AHMJSA disponível no Centro de Memória CMCS). Essa lei foi o primeiro incentivo à verticalização da zona central da cidade, tendo sido de relevante importância na sua evolução morfológica.

4.2.3 Período evolutivo: 1950 a 1970

O contexto de mudanças na morfologia urbana do centro acompanhava as alterações que ocorriam em âmbito municipal, havendo a necessidade de acréscimo de infraestrutura, como a construção de um aeroporto municipal e da rodovia BR 116, que combinadas com a ferrovia já em funcionamento desde 1910, estabeleceram condições favoráveis de transporte. As possibilidades de mobilidade aliadas à oferta de oportunidades de trabalho resultaram no incremento da urbanização municipal, que ocorreu de forma acelerada e desordenada, pela migração de famílias oriundas da colônia e dos Campos de Cima da Serra.

Segundo Calcagno e Marchioro (2010), esses fatores apontaram à necessidade de organização espacial, e o Poder Executivo, em 1949, percebeu a necessidade de regramento do espaço urbano, abrindo concorrência para a elaboração do primeiro Plano Diretor urbano, que foi vencida pelos engenheiros e urbanistas Edivaldo Pereira Paiva e Francisco Riopardense de Macedo.

Nessa mesma época, a comissão da Festa Nacional da Uva havia encaminhado solicitação ao Poder Executivo para aquisição de uma área permanente para a realização das feiras agroindustriais, questão que também foi encaminhada à equipe encarregada de elaboração do Plano Diretor. A área de

terras sugerida se localizava a sul do perímetro urbano, gleba que, em virtude da existência de nascentes, havia fornecido água potável à população do centro.

A equipe técnica manifestou parecer favorável relativo à área pretendida, pois vinha ao encontro das diretrizes traçadas que visavam à integração da área ao sistema de espaços verdes proposto.

No plano estava prevista, dentre outras medidas, a inserção da função social, como recreação, local de descanso e prática de esportes, das áreas de parques e jardins. O Plano Diretor de 1953 não foi aprovado pela Câmara dos Vereadores, mas, conforme consta na revista *Mirante...* (2003), as definições acerca da idealização do parque Getúlio Vargas como um local que abrigaria o Centro Cívico, o Pavilhão e o Parque de Exposições foram mantidos.

Conforme relato de Raymundo Pezzi,

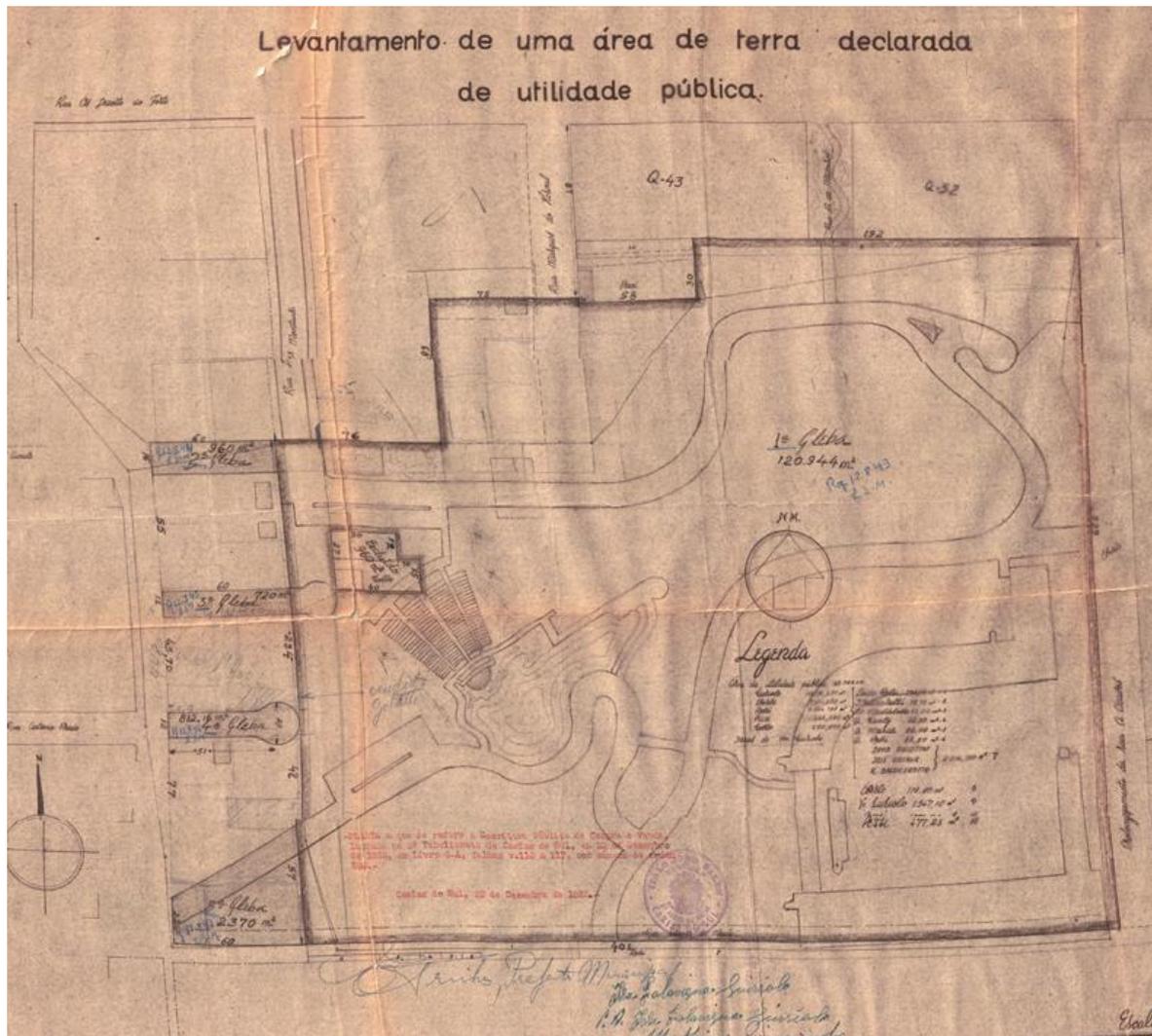
as terras pertenciam à viúva Gigliolo, que tinha ido para a Itália se tratar em 37 e acabou voltando depois da Guerra, só em 51, daí deram esta destinação. O Euclides Triches desapropriou a área toda onde é o Parque dos Macaquinhos. Não existia nenhum tipo de produção na área, a criançada ia toda lá para brincar. Lá em baixo tinha um riacho que corria depois eles fizeram um lago.

Comenta, ainda, que a porção alta, a sul, era utilizada como “campo de futebol do Fluminense, que pertencia à metalúrgica Eberle”. Sobre isso José Máximo Letti relata:

Atrás do Carmo, onde hoje é o parque Getúlio Vargas era uma propriedade particular, agropastoril, com vacas, bergamoterias do mato. Nós íamos seguidamente lá comer bergamotas. Lá onde hoje é a prefeitura, era o campo do Eberle e entre o campo e o Carmo era mato, vereda e tinha vacas.

Conforme a escritura pública registrada no Livro 3-A, folha vs. 113-117, n. de ordem 592, a área de terras onde posteriormente foi implantado o parque Getúlio Vargas, se constitui de parte do lote rural 42 do Travessão Santa Tereza, inserido no perímetro urbano do município, com área total de 124.846,16 m², sem benfeitorias, que foi transferida ao Município de Caxias do Sul em 22 de dezembro de 1952. Anteriormente as terras foram declaradas de utilidade pública, conforme os Decretos n. 59 de 1951, 117 e 118 de 1952 e de acordo com a Lei 448 de 1952 (documentos no ANEXO A).

Figura 15 – Mapa da área de terras desapropriada para a implantação do parque Getúlio Vargas



Fonte: Acervo do AHMJA.

As dificuldades em domar a morfologia natural da área de terras com características rurais, relevo acidentado, nascentes de água e acessibilidade dificultada, foram superadas com a contratação do Irmão Teodoro Luiz Malaganega, que, dentre outras áreas de estudo, se dedicava à botânica, para a elaboração do projeto. O referido botânico não chegou a elaborar o projeto, mas concebeu a proposta como de um parque natural que se adaptasse aos acidentes do terreno. O engenheiro agrônomo José Zugno, titular do Serviço de Parque e Jardins acompanhou os trabalhos do botânico e deu continuidade à transformação do lugar em um parque que “estabeleceu um jogo entre ambiente vegetação e o firmamento”. (MIRANTE..., 2003, p. 31).

Fotografia 13 – Vista geral da área do parque, com sistema viário interno e construção do pavilhão de feiras agroindustriais, em 1953



Fonte: Acervo do AHMJSA.

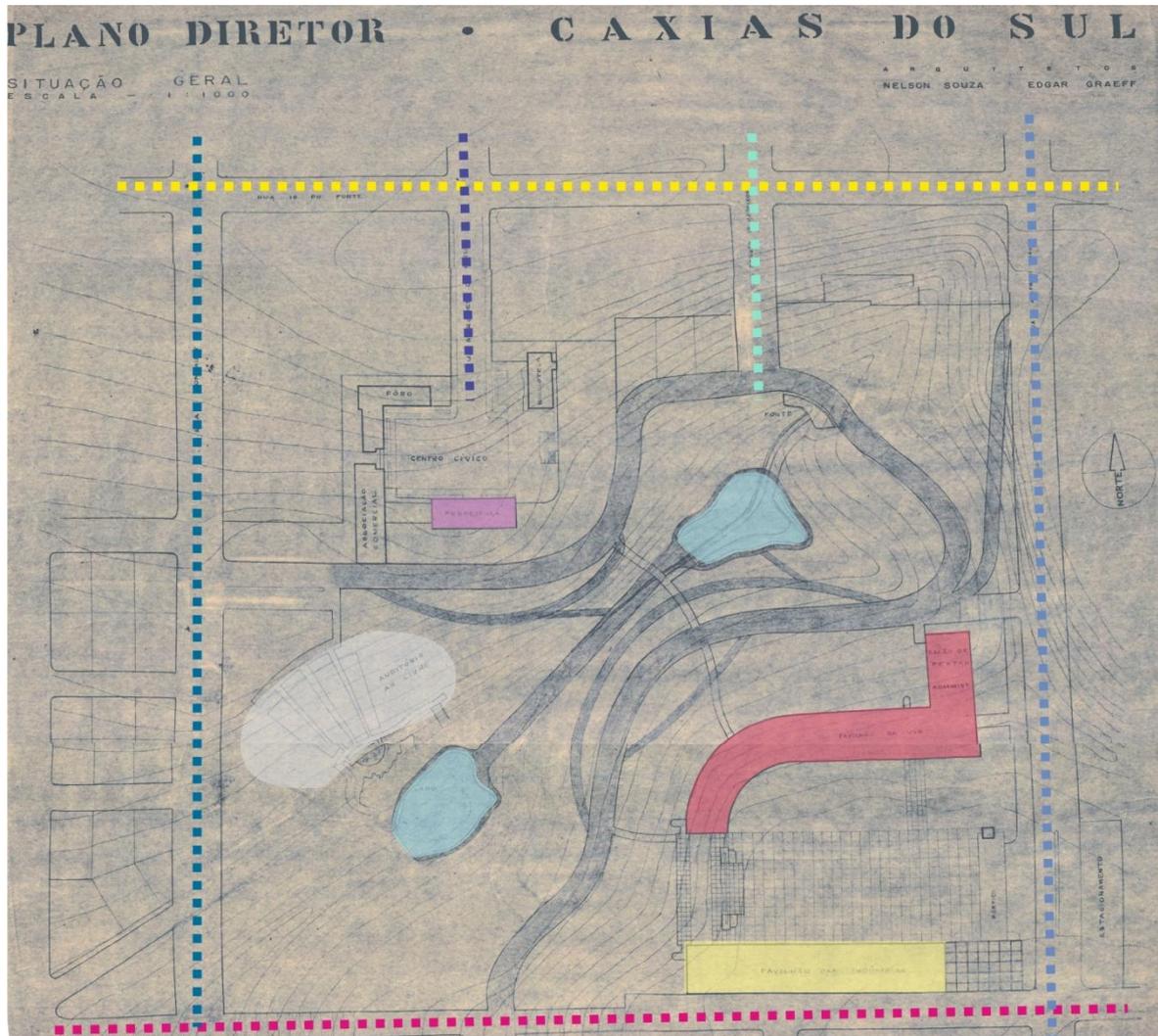
A construção do parque Getúlio Vargas é recordada por Raymundo Pezzi, como um local onde foi facilitada a acessibilidade viária e peatonal, com a implantação do pavilhão de exposições:

Inicialmente foi feito o pavilhão de exposições e abriram as ruas e calçaram, não foi feito nada de lazer, só as ruas que os carros podiam transitar por dentro e construíram aquela escadaria ligando a Borges de Medeiros.

Na época o projeto foi veiculado na imprensa:

O Parque da Exposição, desde o início do ano até agora, transformou-se [...]. Ao alto aponta o magnífico edifício onde se verificarão as Festas da Uva e Exposições agroindustriais. Excepcional obra que se ergue nas fraldas das colinas que compõe o Parque. Embaixo, onde há 11 meses apenas havia pantanais, encontra-se dois lagos prontos; pela encosta erguem-se avenidas, onde farfalham as palmeiras ornamentais, tendo as margens adornadas de roseiras multicolores. Ao meio da represa superior depara-se uma ilha com chorões. (jornal PIONEIRO, 7 nov. 1953, p. 15).

Figura 16 – Proposta de ocupação inicial para o parque Getúlio Vargas, onde se verifica o Pavilhão de Exposições, o sistema viário e os lagos



LEGENDA:

■ ■ ■ ■ ■	Rua Doutor Montaury	■ ■ ■ ■ ■	Lagos
■ ■ ■ ■ ■	Rua Sinimbu	■ ■ ■ ■ ■	Prefeitura
■ ■ ■ ■ ■	Rua Marquês do Herval	■ ■ ■ ■ ■	Pavilhão da Uva, Administração e Salão de Festas
■ ■ ■ ■ ■	Rua Borges de Medeiros	■ ■ ■ ■ ■	Pavilhão das Indústrias
■ ■ ■ ■ ■	Rua Alfredo Chaves	■ ■ ■ ■ ■	Auditório ao ar livre
■ ■ ■ ■ ■	Rua Dom José Barea		

Fonte: Adaptado do acervo do AHMJSA.

Conforme se verifica na fotografia 16, os usos relacionados ao centro cívico, incluindo a Prefeitura, não foram implantados, tendo sido a área norte do parque desmembrada, visando à instalação de outras atividades de cunho público.

No mês de fevereiro de 1954, foi realizada a VII Festa Nacional da Uva e a primeira Feira Agroindustrial, momento em que ocorreu a inauguração do parque e dos pavilhões, mas as obras para dar ao parque seu aspecto definido na concepção inicial, seguiram por quase uma década, quando houve melhoria nos acessos, a introdução de novas espécies de árvores e flores, a pavimentação das vias, construção de escadarias e rampas.

Fotografia 14 – Vista geral do Parque de Exposições Presidente Getúlio Vargas a partir da Rua Os 18 do Forte, em 1958



Fonte: Acervo do AHMJSA.

Sobre as nascentes que outrora abasteceram a região central da cidade, foram construídos dois lagos com ilhas descentralizadas, visando à harmonia paisagística criada para o local. No fim da década de 50 (séc.XX), o eng. José Zugno implantou, no primeiro lago, uma estrutura compatível e colocou cinco macaquinhos, com a intenção de transformá-los em atração para o parque, o que acabou se confirmando e se traduzindo em uma denominação popular: parque dos macaquinhos para o parque Getúlio Vargas.

Fotografia 15 – Vista geral do parque Getúlio Vargas, década de 60 (séc. XX)



Fonte: Acervo do AHMJSA.

Segundo Raymundo Pezzi, mesmo com a atração propiciada pelos macacos, o parque não se apresentava como local que congregasse a população sendo pouco utilizado como área de lazer:

A praça era que funcionava como espaço de lazer da população. Naquela época, todo mundo se conhecia, a gente saía dos cafés, do cinema e ia para a praça para conversar, encontrava o cicrano, o beltrano, era até divertido.

O depoimento desse entrevistado tem eco nas memórias da Professora Cleodes Maria P. J. Ribeiro, que veio residir em Caxias do Sul no ano de 1961. Ela definiu a praça como um ponto de encontro:

Na minha estreia como candidata à cidadã caxiense a praça era o lugar de sentar, se encontrar depois da aula [...]. O que fazia conexão com a praça eram os cafés [...] havia muitos cinemas, então o local de encontro era na praça para depois irmos ao cinema, era sentarmos nos bancos da praça [...] havia canteiros de rosas, isto eu me lembro, canteiros de rosas maravilhosas, muito bem-cuidadas, que, como minha mãe dizia, eram um cartão-postal.

Essa percepção da qualidade do espaço público e da apropriação pela praça também são lembrados por Neusa Michelin:

A praça sempre foi um ponto, praticamente de encontro das pessoas [...] sempre foi bonita, bem cuidadinha, até chamavam a “praça das rosas”, eram rosas muito lindas, bem-cuidadas.

Sem considerar as relações que se estabeleciam entre a praça e seu entorno, em 1964, uma nova legislação municipal (Lei 1.387/64) incrementou o potencial edificado da área central, pois era necessário acompanhar o ritmo construtivo vertiginoso da cidade, que necessitava de adequação às novas tendências arquitetônicas de beleza e estética. Assim foi definido que, na zona central, o mínimo de pavimentos seria em número de seis, sem restrição para o máximo.

A tendência de verticalização é vista como progresso, surgindo, na década de 60, uma série de prédios altos entre divisas laterais, culminando com os 36 pavimentos do Parque do Sol.¹⁵ (CALCAGNO; MARCHIORO, 2010, p. 81).

4.2.4 Período evolutivo: 1970 aos anos 2000

De acordo com Raymundo Pezzi, a década de 70 (séc. XX) marca o início do declínio da praça Dante como espaço de convergência, pois

o ponto de concentração era depois da missa das 10, que todos iam para a praça. Isto durou até o início dos anos 70, daí veio o milagre econômico e acabou com tudo.

Essa percepção é confirmada na narrativa da Professora Cleodes Maria P. J. Ribeiro, que vai além do declínio da praça, revelando seu entendimento sobre os acontecimentos que mudaram também a ocupação da cidade:

Ela foi perdendo suas características de ser o lócus de convivialidade como teve nos anos 60. As mudanças de sociabilidade na praça começam quando a indústria começa a trazer pessoas de fora, pois até ali já se tinha esgotado todos os jovens. Os anos 70 são os anos decisivos [...], a grande mudança é o que se chamou milagre brasileiro, quando se esgota a mão de obra da colônia, e o litoral é buscado como fornecedor de mão de obra para a indústria. Ali começamos a descobrir não só os bairros, mas as favelas. [...] De qualquer modo, os anos 70 são o grande divisor de águas: se ampliam os espaços privados, aumenta o número de pequenos cafés (quantos abriram e fecharam!) que eram ambientes muito interessantes, até a universidade se mudar, até ali se respirava o espaço de convivialidade na praça, depois muda.

¹⁵ Edificação residencial localizada na Rua Dr. Montauray, sentido oeste do parque Getúlio Vargas.

Para a historiadora Loraine Slomp Giron, a decadência do centro se deveu à grande migração verificada, às alterações nos usos privados ocorrentes no entorno da praça Dante Alighieri, além da extinção da área destinada aos bordéis, localizada desde os anos 60 do século recém-findo nas Ruas 20 de Setembro e Ernesto Alves:

Antes, havia muitas casas de comércio e vários cinemas, o que garantia a circulação do público. Aos poucos, eles foram cedendo lugar para bancos e a população perdeu opções de lazer. [...] Com o avanço industrial e a conseqüente atração de muitos imigrantes pobres a Caxias do Sul, marcou definitivamente a inversão de classes no domínio daquele território. Antes frequentada pela burguesia, tomou-se palco para as reivindicações das classes mais populares e, também, refúgio de mendigos e prostitutas. (Entrevista publicada no jornal PIONEIRO, 28 jan. 2002).

Outro fato marcante na década de 70 do mesmo século para o entorno imediato da praça Dante Alighieri foi a construção do passeio peatonal (figura 17) que interrompia o tráfego viário no quarteirão da Av. Júlio de Castilhos entre as Ruas Dr. Montauri e Marquês do Herval. Segundo informação de Raymundo Pezzi, a construção do calçadão foi uma obra que visava a colocar Caxias do Sul em um patamar de modernidade equivalente ao das cidades que se destacavam pela inovação e qualidade da atratividade oferecida aos pedestres como ocorria à época, em Curitiba. Já o prefeito municipal Mansueto de Castro Serafini Filho,¹⁶ que o implantou, apresenta outra visão para a tal obra, informando que o calçadão se realizou após um estudo para a resolução do problema de excesso de atropelamentos que ocorriam na Av. Júlio de Castilhos. A partir desse estudo, foi recomendada a desestimulação do trânsito veicular, o que foi efetuado preliminarmente com a colocação de cavaletes e pedras, solução que motivou muitas reclamações:

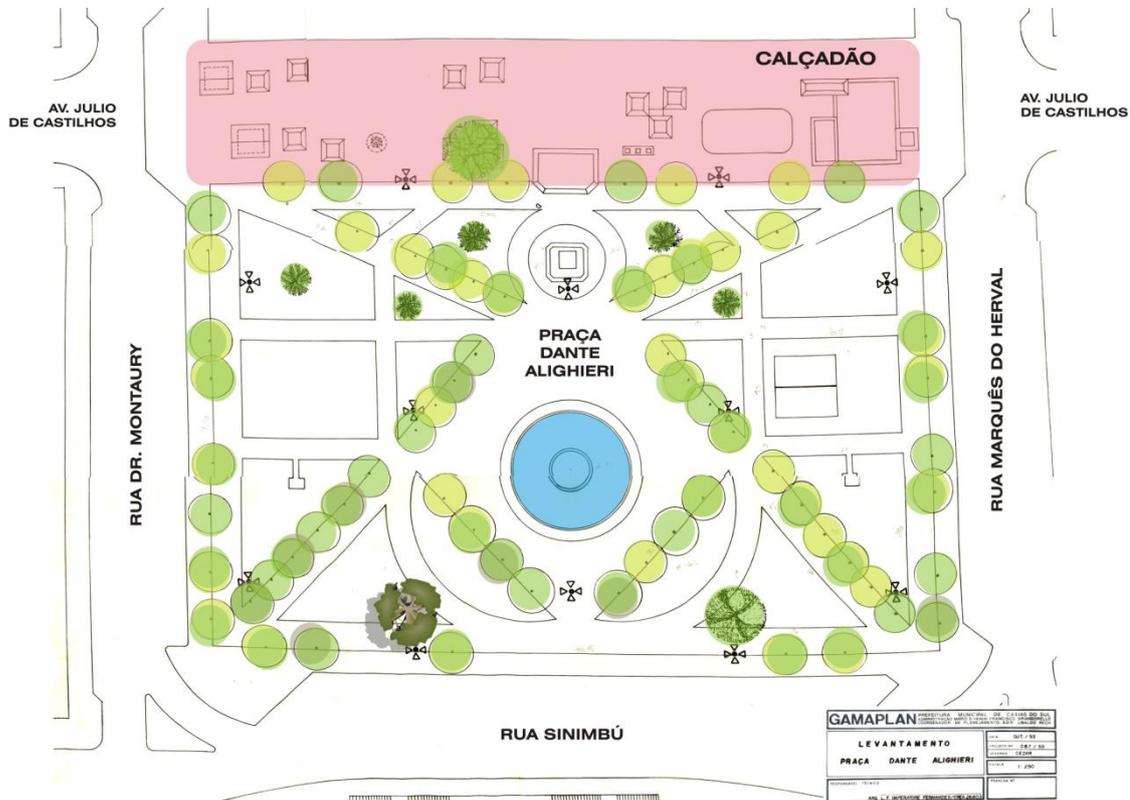
Então aí se fez um projeto de urbanização do calçadão, que na época tinha guarda, tinha uma bandinha com música todos os sábados tocando, que virou a orquestra, a Banda Municipal né, tocava na praça, no sábado de manhã era uma beleza, depois acabaram.

Além da justificativa técnica, com relação à necessidade de disciplinamento do trânsito, o então prefeito Mansueto de C. S. Filho apresenta outra justificativa, mais lúdica para a execução de tal obra:

¹⁶ Entrevista arquivada no banco de memórias do AHMJSA, concedida à Vanessa Macedo dos Santos e à Cleimara Cardoso em 21/10/2003, com o tema *Política – Vereança*.

É que havia antigamente o footing na praça; a gente ficava passeando pra cá e pra lá, e as meninas passavam, e nós ficávamos na rua defronte aos cinemas, tinham os matinês, Caxias tinha cinco cinemas e enormes [...] porque era a grande diversão de Caxias.

Figura 17 – Demarcação da área ocupada pelo passeio peatonal sobre o levantamento da praça Dante Alighieri realizado pelo Gamaplan em outubro de 1993



Fonte: Adaptado de Seplan/PMCS.

Para a área do parque Getúlio Vargas e entorno, a década de 70 do séc. passado foi bastante representativa. Nesse período, houve a construção de um novo parque de eventos que passou a abrigar a Festa Nacional da Uva, sendo que a edificação que desde o ano de 1950 tinha essa finalidade foi ocupada pelo Poder Executivo e pelo Legislativo municipais. A inserção desses usos impulsionou o desenvolvimento da área urbana para sul, a partir do centro, que até então, mesmo passadas duas décadas, se mantinha com ocupação rarefeita.

Nesse período, também foi edificado, no interior do parque, o ginásio de esportes Pedro Carneiro Pereira, que sediava competições esportivas de diversas modalidades, além de servir de palco para shows. Ao lado da construção do ginásio e visando a diversificar as funções do parque, além de atender à crescente população da cidade, o Poder Público municipal desenvolveu um estudo que reforçou o perfil de espaço público que se demonstrava, agregando outras funções:

atividades esportivas em espaço aberto, áreas de lazer infantil e locais para contemplação perto dos lagos.

Segundo a Professora Cleodes Maria P. J. Ribeiro, além das atividades esportivas,

nos anos 70, o parque era lugar para namorados, as árvores não eram tão colossais, hoje os plátanos são nosso cartão-postal, mas lembro de uma recomendação que fiz para uma amiga minha, que vinha namorar no parque, não havia muita iluminação e eu disse: “Cuidado! No escuro tem corujas”.

Esse depoimento revela certa insegurança que se fazia sentir, embora em pequena escala, mas que foi agravada na década seguinte, como lembra a mesma depoente:

Começaram a haver pequenos furtos, mas o que mudou no perfil do parque foi uma comoção coletiva quando alguém morreu afogado no lago, e isto acabou por determinar o novo formato e utilização do parque. Lembro do lago, da ilhazinha, dos macacos. Depois da morte por afogamento, o lago foi cercado, e saíram os macacos dali e com o tempo, soube que o parque seria urbanizado, e assim se fez, levou duas décadas e cada vez mais o parque está se tornando um lugar.

Com a secagem de um dos lagos, foram construídos, no parque, uma concha acústica e um espaço para feiras de artesanato, que, juntamente com o ginásio de esportes, foram posteriormente removidos, o que nas palavras da Professora acima citada, se definiu como uma alteração significativa no lugar que propiciava atividades culturais:

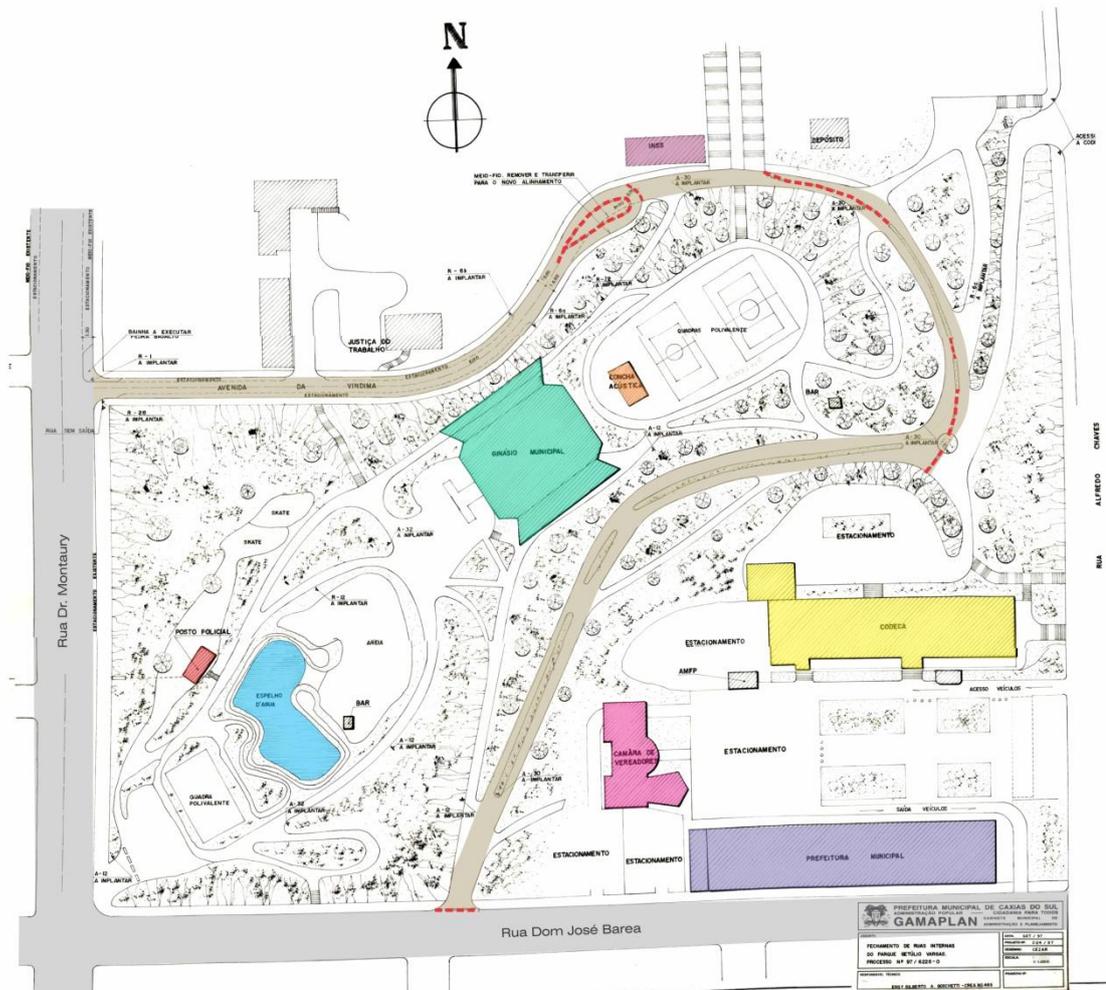
Quando tinha a concha acústica no parque, por muito tempo, foram organizados muitos Natais. Lembro de um ano que a Lupi (professora da UCS) organizou, milhares de crianças vestidas de branco, descendo por todos os caminhos, eram escolas dos bairros, trazendo 200, 300 crianças. O parque foi um lócus de celebrações que encantavam a cidade [...]. A concha ruiu, e pelo visto, o que se sobrepôs não foram mais a orquestra e sim as bicicletas, os exercícios físicos...

Segundo a revista Mirante... (2003), nesse período, havia incentivo do Governo Federal aos municípios para a construção de áreas de lazer, especialmente das que valorizassem o esporte e a recreação.

Atento a essa iniciativa governamental, o Poder Público municipal, em 1997, impediu a circulação automotiva no interior do parque (figura 18) que ocorria desde a

sua implantação, incentivando a circulação peatonal, o que promoveu uma maior utilização do lugar.

Figura 18 – Planta de implantação do parque Getúlio Vargas, com destaque para o lago, o ginásio de esportes, a concha acústica, as instituições e a limitação de fluxo veicular, sobre base realizada pelo Gamaplan em setembro de 1997



- Limitação de fluxo veicular
- Posto policial
- Lago
- Concha acústica
- Ginásio Municipal
- Câmara de vereadores
- Codeca
- Prefeitura Municipal
- Av. da Vindima
- INSS

Fonte: Adaptado de Seplan/PMCS.

A remoção das edificações existentes no parque, efetivada no ano de 2001, visava a devolvê-lo à população, pois havia se tornado um refúgio para drogradição, assaltos e outras práticas ilícitas. “O medo e o pudor, associados aos novos valores gerados pela ética e estética da modernidade, levou a cidade a buscar outras formas

de lazer. O parque dos macaquinhos deixou de ser a grande atração.” (MIRANTE..., 2003, p. 44).

Visando à resolução dos problemas verificados nos espaços públicos do centro urbano de Caxias do Sul, o Poder Público elaborou um “Programa de Revitalização do Centro”, no qual, dentre diversas propostas, estava definida a execução do projeto para o parque Getúlio Vargas e a revitalização da praça Dante Alighieri.

Para o parque foram definidos usos internos com ênfase no lazer esportivo, contemplando quadras poliesportivas, circuitos de caminhadas, ciclovias e áreas para ginástica, o que para a Professora Cleodes Maria P. J. Ribeiro se transformou em um local de culto ao corpo, diferentemente do espaço onde se cultuava o espírito como ocorria com as atividades culturais outrora desenvolvidas. Na data de 1º de maio de 2002, com a participação expressiva da população, o parque foi entregue (figura 19).

Figura 19 – Evento de reinauguração do parque Getúlio Vargas



Fonte: Jornal *Pioneiro*, 2 maio 2002. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br>>.

O “Programa de Revitalização do Centro”, lançado pelo Poder Público municipal incluía modificações na praça Dante Alighieri, o que gerou grande polêmica em nível municipal, pois, além das ações propostas, como alterações na arborização e iluminação, reconstrução de sanitários, adequação dos pontos de táxi, implantação de guarda municipal 24 horas, eliminação do estacionamento nas Ruas

Sinimbu e Dr. Montaury, alargamento das calçadas da Av. Júlio de Castilhos, também definia a abertura do calçadão, o que, para muitas entidades de classe, não deveria ser realizada, e sim, ampliado, valorizando o uso peatonal no centro urbano.

Nesse contexto, a historiadora Loraine Slomp Giron¹⁷ declarou:

Os anos de glória da praça Dante não voltam mais, hoje, a praça é do povo, e isso é bom, os ricos vão para os shoppings. O que deveria se evitar é que ela virasse centro da contravenção.

O que, com outra intenção, mas no mesmo contexto, foi confirmado pelo subcomandante do BPM Major José Chinelatto:¹⁸

As pessoas se incomodam porque tem mendigos e prostitutas, mas eles têm o direito de estarem ali se não praticam nenhum delito.

Dentre as propostas de intervenção na praça, visando à sua revitalização, mesmo que não formalmente disponíveis à população, estava prevista também a desobstrução visual interna do espaço com a retirada da vegetação densa que se desenvolvia desde a definição do traçado final, na década de 30 do séc. passado. Provavelmente, a intenção dos técnicos responsáveis tenha sido a de proporcionar maior amplitude visual e, dessa forma, possibilitar um maior controle sobre as atividades ocorrentes no espaço público.

Fotografia 16 – Imagens da praça com a vegetação original (A- 25/09/2003) e após sua remoção (B - 26/09/2003), no início das obras para revitalização da área



Fonte: <<http://www.alga.org.br/dante/fotos.htm>> (2003).

¹⁷ Entrevista publicada no Jornal o Pioneiro de 28/01/2002.

¹⁸ Entrevista publicada no Jornal o Pioneiro de 01/05/2003.

As alterações definidas na proposta elaborada pelo Poder Público através da Seplan/PMCS, foram totalmente implantadas, com a ampliação visual interna e externa do espaço, devolução do tráfego veicular à Av. Júlio de Castilhos, alargamento dos passeios públicos da praça (fotografia 17), cuja reinauguração ocorreu em 23 de janeiro de 2004, conforme veiculado na imprensa (figura 20).

Fotografia 17 – Reinauguração da praça Dante Alighieri



Fonte: Marcos Tomazi, ID: 3232876, disponível em Google Earth/panorâmio.

Figura 20 – Notícia sobre a reinauguração da praça Dante Alighieri, com adaptações



Fonte: Jornal *Correio do Povo*, 23 jan. 2004, p.18.

A partir da remodelação da praça Dante Alighieri e do parque Getúlio Vargas, poucas alterações foram introduzidas. Os espaços internos têm suas configurações alteradas somente pelo crescimento da vegetação ali implantada.

Em relação ao entorno imediato, da praça, se verificam alterações de uso nas mesmas edificações consolidadas a partir de 1970, exceto uma com substituição recente; já no entorno do parque, ainda se verifica, além da substituição das edificações, a ocupação de vazios.

4.3 MORFOLOGIA URBANA

O estudo da morfologia urbana não trata de fixar uma imagem em um tempo e em um local específico; é necessário que se compreenda quais e como as modificações afetaram esse lugar no tempo e no espaço. (PANERAI, 2006).

Para que se possa chegar a esse entendimento, a partir dos estudos de evolução da centralidade, foram analisadas em quatro períodos temporais as alterações e as permanências nos espaços públicos e seus entornos.

De modo a relacionar a morfologia urbana com a apropriação dos espaços na atualidade, são realizadas aproximações sobre acessibilidade visual, acessibilidade física aos espaços públicos e privados, além do comportamento da vegetação na composição dos lugares.

4.3.1 *Relações morfológicas*

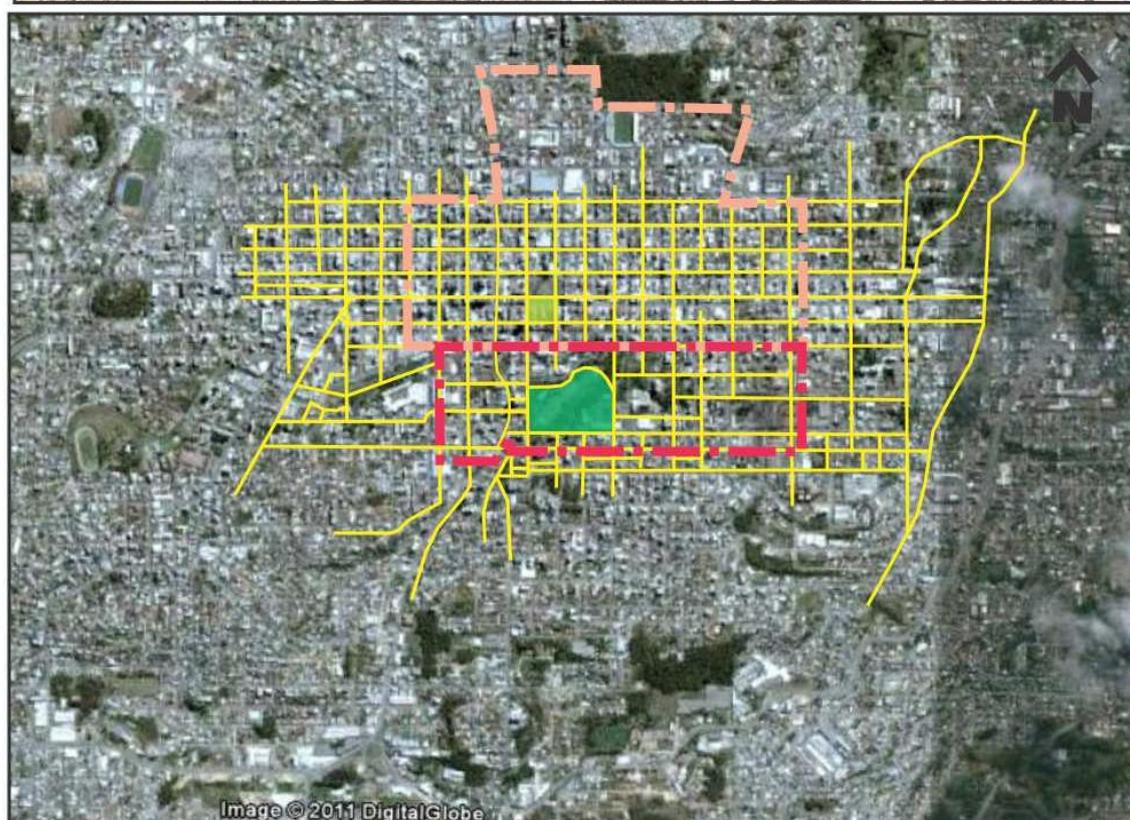
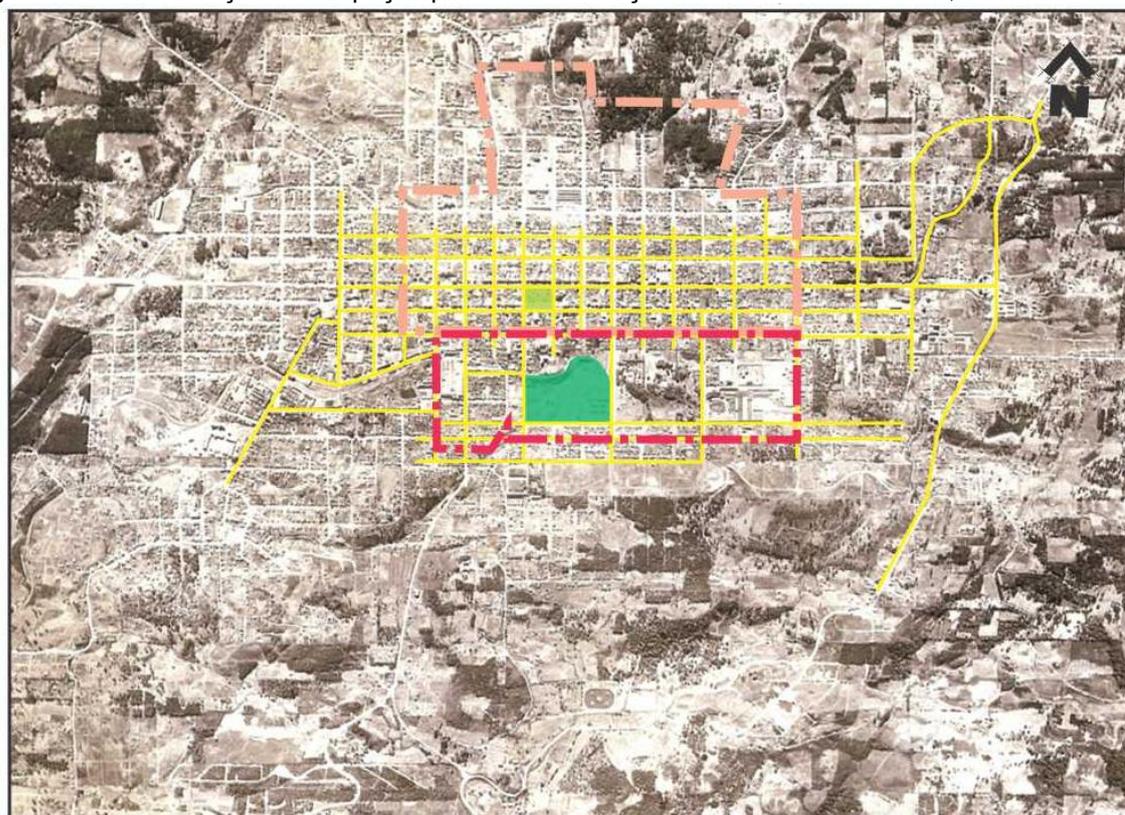
O traçado viário concebido na forma de tabuleiro, no fim do século XIX para a implantação da Sede Dante na Colônia Caxias, como visto anteriormente, demandou muito trabalho para sua construção, por isso foi mantido e serviu de base para a continuidade viária.

As ampliações necessárias, para acolher o desenvolvimento da cidade, se deram a partir do prolongamento das vias preliminarmente construídas não havendo alterações no traçado do centro nem nas dimensões horizontais dessa estrutura ao longo do século XX (figura 21).

As modificações percebidas nesse traçado ocorrem externamente à área de abrangência da centralidade, onde o relevo íngreme não foi domado da mesma forma que ocorreu no início da colonização, devido ao rápido e irregular crescimento imposto à cidade.

A necessidade de abrigar o contingente populacional, acrescido e estabelecido pela atratividade que as cadeias produtivas apresentavam, produziu um desenvolvimento urbano não planejado, que rompeu com a proposta do traçado viário inicialmente desenvolvido.

Figura 21 – Demarcação dos espaços públicos e do traçado viário da centralidade, em 1955 e 2011



- | | | | |
|---|-----------------------|---|------------------|
|  | Praça Dante Alighieri |  | Bairro Exposição |
|  | Parque Getúlio Vargas |  | Bairro Centro |
| | |  | Traçado Viário |

Fonte: Adaptado de Seplan/PMCS e do Google Earth.

4.3.1.1 Praça Dante Alighieri: da década de 30 (séc. XX) aos anos 2000

Período entre as décadas de 30 e 50 (séc. XX)

A praça Dante Alighieri é delimitada por vias com gabaritos semelhantes a partir do fim da década de 30, quando se consolida sua implantação. A configuração morfológica, no período compreendido entre as décadas de 30 e 50 representa a evolução econômica dos moradores e reflete as determinações legais impostas pelo Poder Público municipal.

As edificações que compõem o conjunto envolvente da praça são representadas por construções em alvenaria de dois a três pavimentos, sem a presença de recuos frontais ou afastamentos laterais.

A harmonia compositiva desse conjunto é realçada pela edificação da igreja de Santa Tereza, de composição arquitetônica singular, que além da inserção em cota altimétrica superior aos demais elementos edificados, também é a única envolta por “espaços negativos”¹⁹.

Essas relações morfológicas, presentes no conjunto composto pelas edificações (espaços positivos), os afastamentos laterais que envolvem a igreja (espaços negativos) e a praça conferem a esse espaço urbano características de legibilidade²⁰ e clareza²¹ compositiva (figura 22 A, D, G, H).

Nesse período, se verifica uma substituição isolada na edificação localizada na esquina da Rua Sinimbu com a Rua Doutor Montauray, que não compromete a integridade do conjunto.

Também ocorre a supressão de outros dois edifícios, sendo um na esquina da Rua Doutor Montauray com a Rua Sinimbu e outro próximo da esquina da Rua Marquês do Herval com a Rua Sinimbu (figura 22 D), que passam a se constituir de vazios urbanos, o que se configura em um leve rompimento da integridade do conjunto edificado, mas que não compromete a legibilidade do lugar pela

¹⁹ Muga (2006) define os afastamentos laterais entre edificações como *espaços negativos*. Considera que não são simples vazios, mas se constituem de espaços imbuídos de forças perceptivas que contribuem para o padrão do todo, mantendo coesos os *espaços positivos*.

²⁰ *Legibilidade*, segundo Lynch (1997), é entendida como a facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas segundo um padrão coerente, gerando segurança ao usuário.

²¹ *Clareza*, segundo Kohlsdorf (1996), é entendida como nitidez na configuração morfológica do espaço urbano.

permanência da composição homogênea e do marco referencial representado pela igreja.

Período entre as décadas de 50 e 70 (séc. XX)

A morfologia urbana nesse período é significativamente alterada, com a substituição de uma grande quantidade de edificações, sendo que as mesmas passam a se configurar como elementos autônomos na composição pretérita do conjunto (figura 22 B, E, I).

A primeira substituição representativa na volumetria homogênea, que se consolidava no entorno da praça, ocorre na década de 50, na porção central da testada da Avenida Júlio de Castilhos, que, por sua composição arquitetônica, diferenciada e agregada à verticalidade, passa a se constituir num elemento destoante do conjunto. O edifício Muratore se tornou um marco do desenvolvimento da cidade, pois foi a primeira edificação multifamiliar a romper com a horizontalidade até então vigente, apresentando 17 pavimentos.

Posteriormente, a esquina da Rua Sinimbu com a Rua Marquês do Herval também sofreu uma alteração significativa, com a implantação de mais um edifício de 18 pavimentos.

Essas duas substituições até hoje se constituem nas maiores pontuações verticais de seus planos de fachada.

Seguindo a tendência à substituição, outras ocorreram nas testadas da praça, nesse período, mas sem a excessiva verticalidade das duas primeiras. As edificações substituídas passam a representar o estilo arquitetônico daquele período, mas as alturas desses não superaram nove pavimentos.

A harmonia morfológica que era verificada até o início da década de 50, que concedia clareza e legibilidade ao conjunto urbano, foi rompida pela imposição das edificações concebidas de forma autônoma, sem contextualização com as arquiteturas que lhe davam significado. Mesmo assim, se manteve intacto em sua inserção o marco referencial da construção do centro, que concede uma frágil identidade ao lugar através de atributos morfológicos de dominância²² e individualidade.²³

²² Dominância, segundo Kohlsdorf (1996), entendida como a supremacia de um elemento sobre os demais na composição morfológica, devido a seus atributos singulares.

²³ Individualidade é a maneira singular e inconfundível segundo a qual uma forma se apresenta.

Período entre a década de 70 e o ano 2000

O início desse período consolidou a desagregação do conjunto edificado. A especulação imobiliária, o incentivo da legislação urbanística e a crença na representação do progresso da cidade através da verticalização romperam, definitivamente, com a qualidade morfológica do lugar.

Outras seis edificações foram substituídas por edifícios com maior representatividade vertical, em distintos níveis, desde os cinco até os dezoito pavimentos, nas diversas testadas, excetuando-se a composta pela Rua Sinimbu, que não sofreu alterações.

No fim desse período, na Avenida Júlio de Castilhos, se mantiveram sete edificações e, na Rua Marquês do Herval, das edificações existentes no período de 1930 a 1950, restou uma remanescente.

Ainda houve o incremento de um campanário, ao lado da igreja, que passou a se constituir em mais uma pontuação autônoma no conjunto de planos verticais desarticulados entre si, que compõem as testadas envolventes da praça (figura 22 C, F, J).

A representação das alterações morfológicas ocorridas nos períodos estudados, bem como as informações sobre os períodos de substituição e alterações das edificações estão representadas na figura 22.

Figura 22 – Morfologia da praça Dante Alighieri



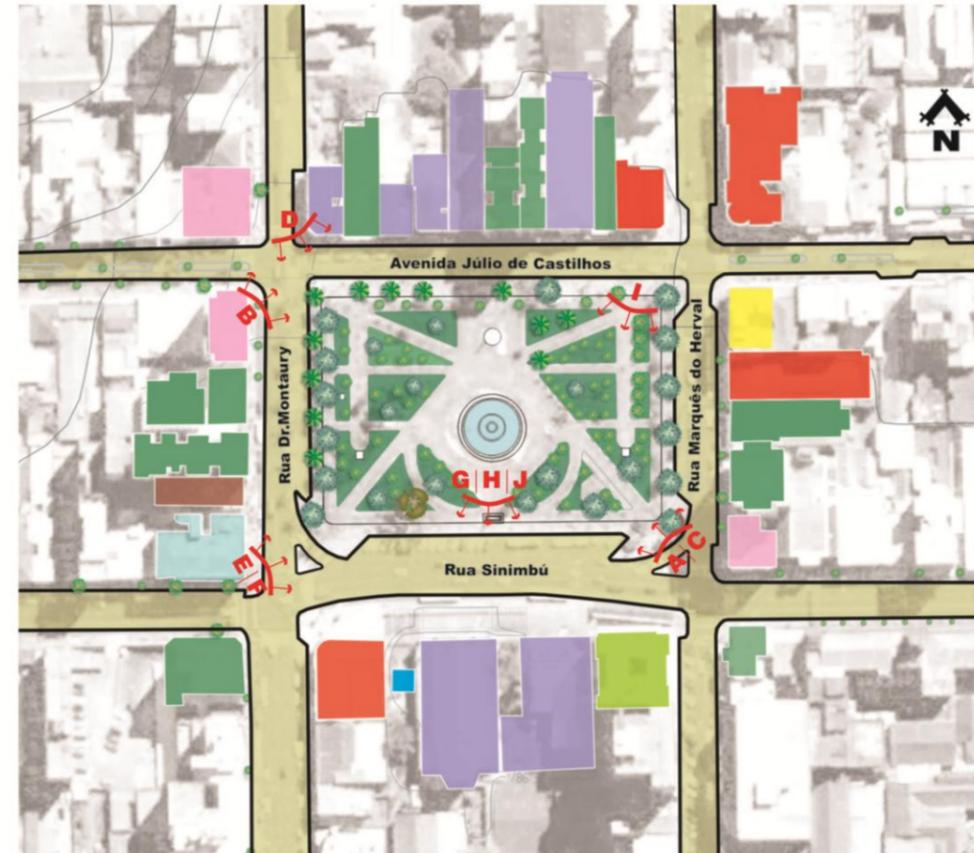
A) Morfologia da praça: 1 Rua Doutor Montauray e 2 Avenida Júlio de Castilhos, em 1940
Fonte: Acervo do AHMJSA.



B) Morfologia, da Av. Júlio de Castilhos, esquina com Rua Dr. Montauray, em 1951
Fonte: Acervo do AHMJSA.



C) Morfologia da praça: 1 Rua Dr. Montauray e 2 Av. Júlio de Castilhos, em 2010
Fonte: Banco de imagens da PMCS.



- Edificações sem alteração desde a década de 1930.
- Substituição da edificação na década de 1930 e alterações nas décadas de 1950 e 1970.
- Substituição da edificação na década de 1930.
- Substituição da edificação nas décadas de 1930 e 1970.
- Substituição da edificação na década de 1950.
- Substituição da edificação nas décadas de 1930 e 1950.
- Substituição da edificação em 2000.
- Inserção de edificação em 2000.



G) Morfologia da Rua Sinimbu, em 1933
Fonte: Acervo do AHMJSA.



H) Morfologia da Rua Sinimbu, em 1935
Fonte: Acervo do AHMJSA.



I) Morfologia da Rua Sinimbu, em 1960
Fonte: Acervo do AHMJSA.



D) Morfologia da Rua Marquês do Herval, em 1947
Fonte: Acervo do AHMJSA.



E) Morfologia da Rua Marquês do Herval, em 1960
Fonte: Acervo do AHMJSA.



F) Morfologia da Rua Marquês do Herval, em 2002
Fonte: Banco de imagens da PMCS.



J) Morfologia da Rua Sinimbu, em 2008
Fonte: Banco de imagens da PMCS.

Fonte: Elaborado pela autora.

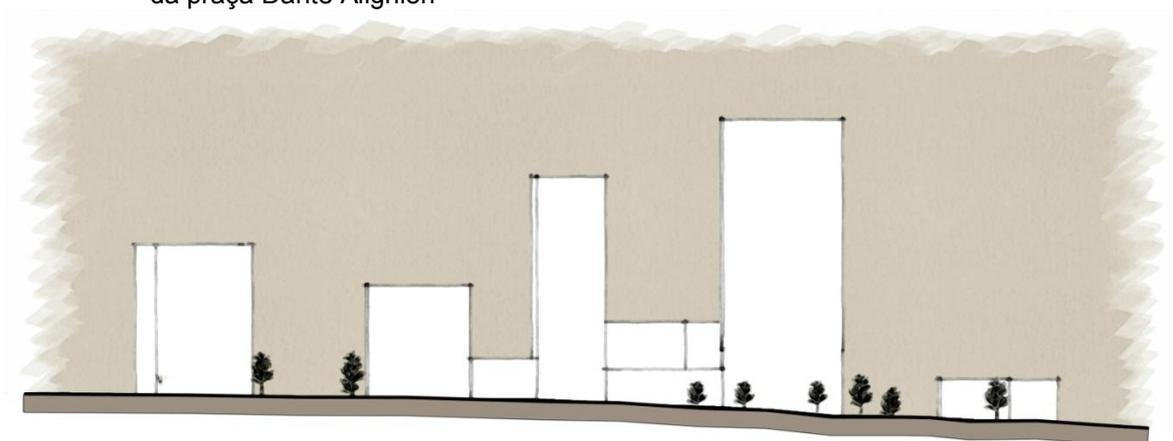
4.3.1.2 Praça Dante Alighieri na atualidade

A heterogeneidade imposta pelas sucessivas alterações na composição do conjunto morfológico desagregou o equilíbrio do todo, sendo, atualmente, percebidas distintas partes sem conexão, fragilizando a legibilidade e a continuidade do ambiente urbano.

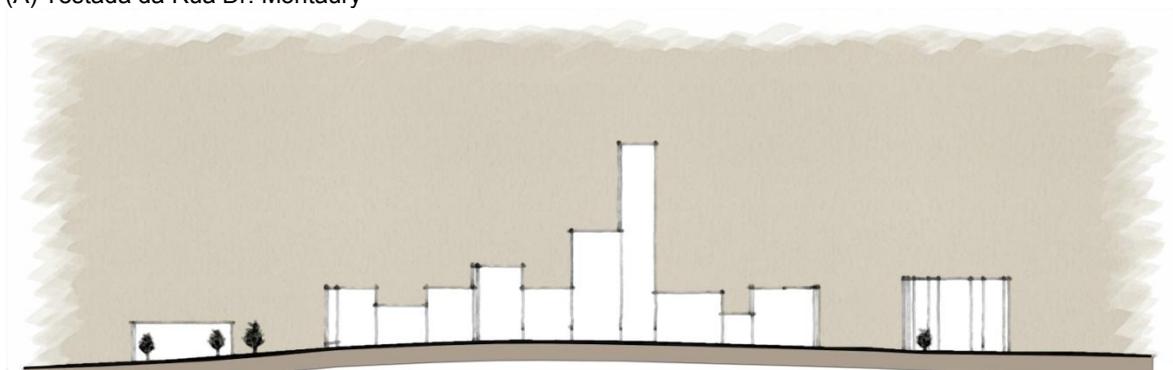
As relações morfológicas verificadas no entorno da praça Dante Alighieri até a década de 50, que apresentavam homogeneidade entre o microparcelamento e a massa edificada se perderam mediante as sucessivas substituições.

Atualmente ocorrem pontuações com distintas intensidades, sem relações condizentes com as dimensões em planta baixa, o que demonstra falta de harmonia no conjunto edificado (figura 23).

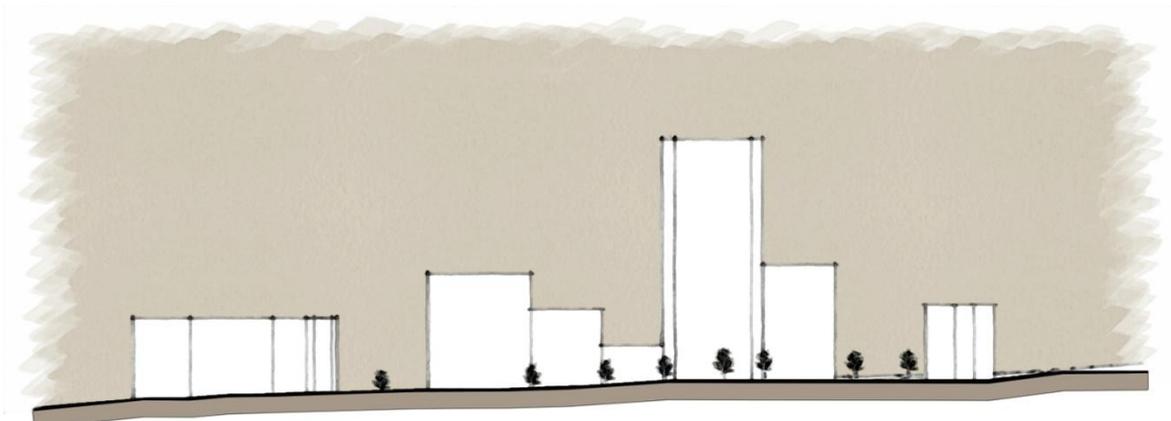
Figura 23 – Relações de heterogeneidade entre edificações na composição das testas envolventes da praça Dante Alighieri



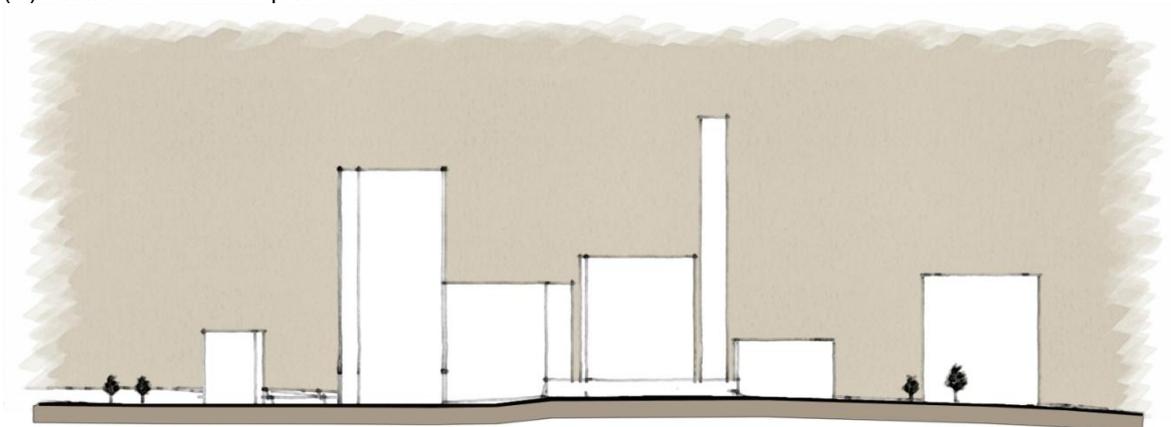
(A) Testada da Rua Dr. Montauray



(B) Testada da Av. Júlio de Castilhos



(C) Testada da Rua Marquês do Herval



(D) Testada da Rua Sinimbu

Fonte: Elaborado pela autora.

Essas alturas diversas também não apresentam relação com as dimensões horizontais das vias, o que se deve à manutenção dos gabaritos viários desde a pavimentação ocorrida na década de 40 e os sucessivos incentivos à verticalização da área central da cidade, propiciada pela legislação urbana.

Das poucas edificações remanescentes do período de consolidação dessa centralidade, representadas por tipos que garantiam destaque à produção arquitetônica, em função dos usos atuais, se encontram envoltas por painéis publicitários que colaboram com a falta de harmonia estética pregressa que era verificada (fotografia 18).

Fotografia 18 – Painéis publicitários nas edificações do entorno da praça, em 2 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

Desses edifícios singulares mantidos nas testadas do entorno da praça, atualmente se verifica a ocorrência de seis edificações que não sofreram nenhum tipo de mudança, seja ela estética, de uso ou aditiva em verticalidade: Palácio Episcopal, Igreja de Santa Tereza, Lojas Magnabosco, Banco Banrisul, Clube Juvenil e Farmácia Central (fotografia 19).

Esses elementos arquitetônicos condensam as categorias de espaço e tempo como expressão de valores de um período que, atualmente, não podem ser construídos sem a participação da memória coletiva, já que as representações sociais eram demonstradas como uma cadeia de experiências significativas. (FREIRE, 1978).

Fotografia 19 – Arquiteturas significativas sem apelo publicitário, em 2 de set. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Na estrutura morfológica do entorno da praça Dante Alighieri, se verifica, em toda sua evolução, dois elementos diferenciados, identificáveis na organização compositiva do espaço. Esses elementos se configuram na praça e na arquitetura singular da igreja, que, juntos, identificam as raízes culturais da sociedade formadora desse núcleo urbano.

Esses elementos se traduziram nas formas de sociabilidade construídas a partir das necessidades de manutenção de laços socioculturais visando à integração

e à evolução de uma comunidade afastada de suas origens, se mantendo até hoje como elementos diferenciados: a igreja, através de sua inserção física de destaque e como identificação da cultura religiosa local, e a praça por sua diferenciação morfológica do entorno, aliada à atratividade proporcionada por distintos eventos destinados ao público em geral (fotografia 20).

Fotografia 20 – Elementos diferenciados na estrutura morfológica, em 22 de fev. 2011



Fonte: Diordia Jamile Manera.

Na figura 24, estão sintetizados os elementos morfológicos analisados em relação à praça Dante Alighieri, na atualidade.

Figura 24 – Síntese dos elementos morfológicos da praça Dante Alighieri



Terreno – Planificado com as vias de entorno. Piso interno em pedras portuguesas que homenageiam a produção agrícola inicial da Colônia Caxias. **Edifícios** – Diversidade de formas, alturas e períodos construtivos. **Lote** – No entorno microparcelamento homogêneo, exceto porção sul. **Quarteirão** – Delimitado por vias de intenso fluxo viário, forma quadrangular. **Traçado** – Racionalista sem distinção de hierarquia viária nas vias lindeiras a praça. **Vegetação** – Contrasta com o entorno pela diversidade de cores, texturas e formas. **Monumento** – igreja de Santa Tereza e praça Dante Alighieri, símbolos da construção da cidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.1.3 Parque Getúlio Vargas: da década de 50 aos anos 2000

Período entre as décadas de 50 e 70 (séc. XX)

Com a criação do parque Getúlio Vargas, na década de 50, se iniciou a ocupação da porção sul da centralidade urbana da cidade, que, até então, apresentava usos predominantemente rurais. A ocupação do entorno imediato do parque, naquela década, era rarefeita, se consistindo de uma pequena aglomeração a sul, composta por edificações residenciais em madeira, isoladas nos lotes.

Os destaques arquitetônicos desse período eram representados pelo do Pavilhão de Feiras e Eventos e a Chácara dos Eberle, edificação em alvenaria, de qualidade arquitetônica singular, envolta por massa vegetal arbórea (fotografia 21).

Fotografia 21 – Vista aerea da área de inserção do parque Getúlio Vargas, em 1958

Chácara dos Eberle

Pavilhão de Feiras e Eventos



Fonte: Acervo do AHMJSA.

Período entre a década de 70 e 2000

As edificações residenciais da porção sul do parque começam a ser alteradas na década de 70, momento em que se verificam as primeiras tentativas de verticalização da área. Foi construída na Rua Dr. Montauray, testada oeste do parque, uma edificação multifamiliar com 36 pavimentos, que rompeu com a

horizontalidade anteriormente verificada, o que não comprometeu a permeabilidade visual, pois os “espaços negativos” foram mantidos (fotografia 22).

Fotografia 22 – Entorno do Parque Getúlio Vargas, 1971

Parque Getúlio Vargas

Edificação multifamiliar



Fonte: Acervo do AHMJSA.

A ocupação efetiva da área (entorno imediato do parque) se inicia na década de 70, período em que foi substituída uma grande parte das residências térreas em madeira, por edificações em alvenaria de múltiplos pavimentos e, em alguns poucos casos, por outras residências unifamiliares em alvenaria. Os poucos representantes da arquitetura residencial da década de 50 se encontram na Rua Dom José Barea e se constituem de seis exemplares, envoltos por edificações multifamiliares (fotografia 23).

Apesar do crescimento verificado, o entorno do parque ainda não se configura como uma massa edificada de alta densidade, pois são mantidos afastamentos laterais entre as edificações, que se comportam como “espaços negativos” aos quais é atribuída a missão de realçar e agregar o conjunto edificado. Outro fator que concede permeabilidade visual ao conjunto das testadas é a ocorrência de alguns terrenos ainda sem ocupação, além da extensa área ocupada pelo Poder Executivo e Poder Legislativo municipais (fotografia 25).

Fotografia 23 – Vista parcial da cidade de Caxias do Sul, com destaque para o parque Getúlio Vargas e entorno, em 2010

Residências unifamiliares Edifício Parque do Sol Centro Administrativo



Fonte: Banco de Imagens da PMCS.

Fotografia 24 – Ocupação do entorno do parque, com destaque para o vazio de inserção do Poder Executivo e do Legislativo municipais, em 23 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

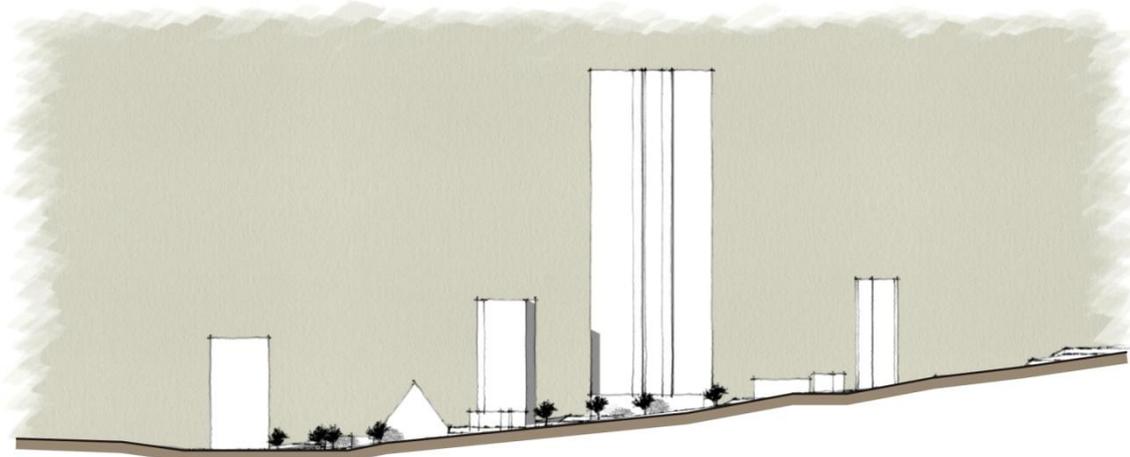
4.3.1.4 Parque Getúlio Vargas na atualidade

As relações de homogeneidade verificadas no microparcelamento da área de inserção do parque Getúlio Vargas não se refletem na terceira dimensão. A Rua Dr. Montaury é a que apresenta a pontuação com maior verticalidade, se sobressaindo em toda a área analisada. Na Rua Alfredo Chaves também é percebida apenas uma pontuação, mas com menor verticalidade. A homogeneidade horizontal é verificada somente na Avenida da Vindima, onde a maior parte dos elementos construídos no período compreendido entre 1950 e 1970 foi mantida. A Rua Dom José Barea, por sua vez, apresenta um sistema de pontuações sem harmonia, mas com menor percepção visual causada pelo relevo.

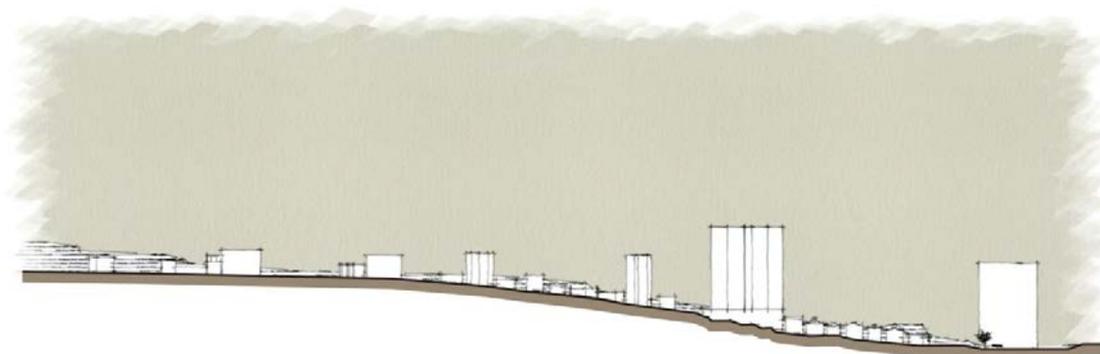
De forma geral, se verifica que a harmonia do conjunto edificado também é deficitária, predominando pontuações com distintas intensidades em intervalos desarmônicos (figura 25).

Como ocorre no entorno da Praça, que também é o caso da área de inserção do parque, não se verificam relações entre as dimensões horizontais das vias com a diversidade vertical das edificações, o que ocorre pela manutenção dos gabaritos das vias que se originam a partir do marco de fundação da cidade.

Figura 25 – Relações de heterogeneidade entre edificações na composição das testas envolventes do Parque Getúlio Vargas



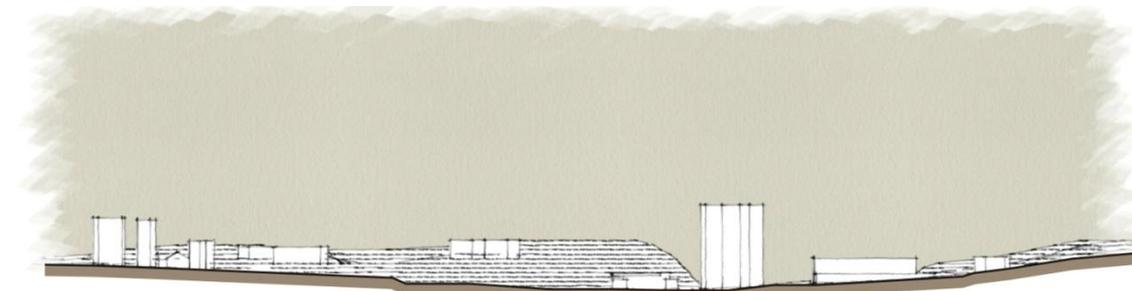
(A) Testada da Rua Dr. Montaury



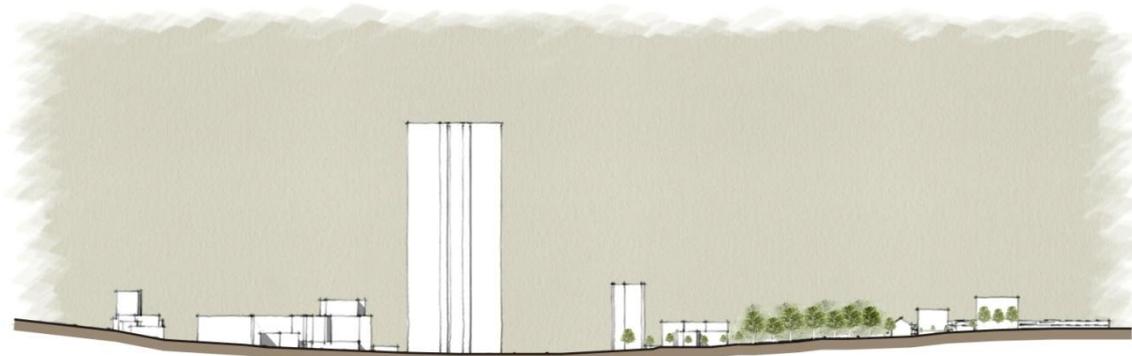
(B) Testada da Rua Dom José Barea (sentido sul)



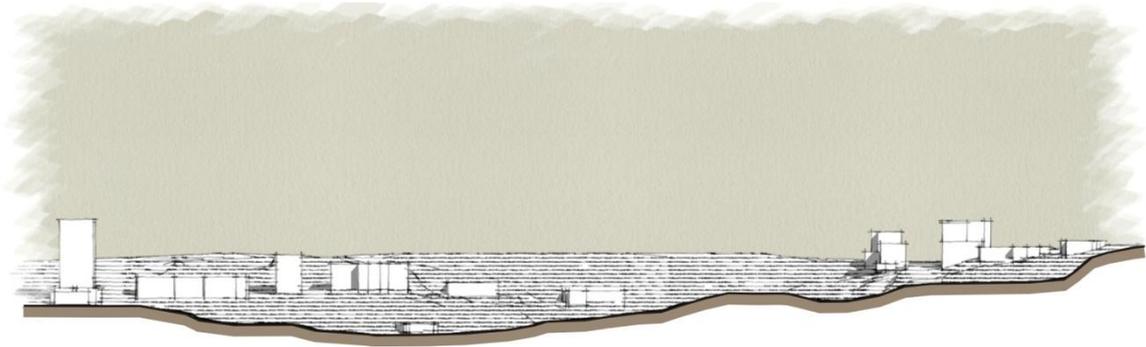
(C) Testada da Rua Dom José Barea (sentido norte)



(D) Testada da Rua Alfredo Chaves (sentido leste)



(E) Testada da Rua Alfredo Chaves (sentido oeste)



(F) Testada da Avenida da Vindima

Fonte: Elaborado pela autora.

Na evolução da estrutura morfológica no entorno do parque, o elemento diferenciado identificável na organização do todo se constituiu no conjunto formado pelo Pavilhão de Exposições e o parque. A inserção inicial da edificação se apresentava como ponto focal, além da representatividade da mesma para a comunidade, em termos econômicos e de demonstração da cultura agrícola que proporcionou visibilidade nacional ao município.

Atualmente, com a verticalização da área, a edificação que abriga o Centro Administrativo Municipal, que se constituía em marco referencial, só é identificada morfológicamente, pelo vazio constituído por sua área de acesso e estacionamento, além da inserção contígua ao parque, sendo esse o elemento que se mantém diferenciado do conjunto, por sua área de abrangência e configuração introspectiva, proporcionada pela massa vegetal que o envolve (fotografia 25).

Fotografia 25 – Elementos diferenciados na estrutura morfológica, em 29 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

Na figura 26, estão sintetizados os elementos morfológicos analisados em relação ao parque Getúlio Vargas, na atualidade.

Figura 26 – Síntese dos elementos morfológicos do parque Getúlio Vargas



Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.2 Estrutura Funcional

Conforme Rodrigues (2005), o registro das atividades que ocorrem em todos os níveis dos pavimentos urbanos é essencial, pois promove o entendimento de um universo de vínculos entre os usos e as circulações, relacionando os espaços edificados e não edificados.

4.3.2.1 Praça Dante Alighieri

O entorno da praça Dante Alighieri, desde a sua efetiva instalação, na década de 30 (séc.XX), apresenta usos comerciais. No período compreendido entre 1930 e 1950, além do comércio de secos e molhados, vestuário, tecidos e brinquedos infantis, se encontravam ali instalados hotéis, cafés, cinemas, clubes sociais, instituições bancárias, a igreja de Santa Tereza (Catedral) e o Palácio

Episcopal, espaço para a realização de eventos, um palco para patinação e diversas residências no segundo pavimento tendo o térreo voltado ao uso comercial (mapa e quadro com a identificação de usos no APÊNDICE B).

No período de 1950 a 1970, se verifica o início da verticalização da área central da cidade, mas os usos dos pavimentos térreos seguem apresentando predominância comercial, com alteração de algumas funções importantes que passam a não proporcionar mais a conversação entre o público e o privado, como é o caso da substituição do espaço para eventos pelo Palácio da Polícia. A inclusão da Biblioteca Municipal, em local anteriormente utilizado por um hotel, retira uma parcela significativa dos forasteiros que auxiliavam na animação do lugar, mas o fato mais importante parece ser a inserção de três edificações multifamiliares e a supressão de um dos cafés, fatos que proporcionam maior distanciamento entre usuário e espaço público. Agregou-se também a Escola de Belas Artes, que dividia o mesmo prédio ocupado pela biblioteca, o que se mostrou como um elemento de animação, proporcionando afluxo de estudantes estabelecendo conexões entre o público e o privado. Os demais usos se mantiveram, especialmente os cinemas, além de atividades que permanecem até os dias atuais: instituições bancárias, clube social, catedral e Palácio Episcopal (mapa e quadro com a identificação de usos no APÊNDICE B).

O período compreendido entre 1970 e 2000, foi crucial em termos das alterações verificadas nos usos da envoltória da praça. Saem de cena os usos comerciais voltados às necessidades de abastecimento diárias, e, em seu lugar, surge o comércio de artigos supérfluos, como lojas de cosméticos e joalherias. O palco para patinação cede lugar à inserção de nova instituição bancária e a escola de Belas Artes à Casa da Cultura. Surge outra galeria comercial, com usos diversos, que não apresenta relação direta com o espaço da praça, além da inserção de mais cinco novas edificações multifamiliares (mapa e quadro com a identificação de usos no APÊNDICE B).

Atualmente, os usos do pavimento térreo são predominantemente comerciais voltados à venda de artigos dos vestuários feminino e infantil, eletrodomésticos e telefonia móvel. Também como pode ser verificado no quadro 2, ocorrem atividades destinadas à alimentação rápida, como duas lancherias e um café, além de um supermercado. Essas funções desenvolvidas não proporcionam relacionamento estreito entre o público e o privado, concorrendo apenas para a

realização de percursos através da praça no desenvolvimento de atividades necessárias.

Dos usos não comerciais, além da igreja e do Palácio Episcopal, são verificadas apenas duas instituições bancárias, a biblioteca pública e a edificação que abriga o Palácio da Polícia, com atividades voltadas à emissão de documentos civis e um clube social privado (figura 27).

Figura 27 – Usos atuais do entorno da praça Dante Alighieri



Legenda de Usos

 Residencial	 Institucional
 Comercial	 Vias principais
 Comercial + Residencial	 Serviços

Fonte: Elaborado pela autora, sobre base do Google Earth (2011).

Quadro 2 – Atividades e usos das edificações que envolvem a praça Dante Alighieri

Número	DISCRICÃO	Número de pavimentos	Altura (m)	USOS
1	Palácio da Polícia Civil	6	21	
2	Edifício comercial	2	10	Sorveteria URCA e caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal
3	Edifício e galeria comercial	14	40	Joalheria, estúdio de tatuagem, cosméticos
4	Biblioteca Pública e Casa da Cultura	5	18	
5	Café Mac Donalds	1	3	
6	Edifício misto	18	56	Vestuário juvenil, serviço de telefonia celular (Claro) e residencial
7	Ótica	2	10	
8	Loja América	3	14	Comércio de roupas
9	Loja Benoit	2	7	Comércio de eletrodomésticos
10	Banco IBI	3	12	
11	Multisom e clínica dentária	4	15	
12	Supermercado Imec	2	8	Supermercado
13	Edifício misto	10	27	Galeria do Comércio com diversas lojas, sorveteria e residencial
14	Edifício misto	17	46	Lancheria da Praça e residencial
15	Loja Manlec	2	9	Comércio de eletrodomésticos
16	Farmácia "Mais Econômica"	2	7	
17	Farmácia Central	3	12	
18	Clube Juvenil	4	17	Clube social e Aristos Pub
19	Banco Banrisul	6	24	
20	Loja Deltasul	2	15	Comércio de eletrodomésticos
21	Loja Barriga Verde	2	9	Loja de roupas infantis
22	Edifício de serviços	16	54	Banco do Brasil e escritórios diversos
23	Edifício misto	9	26	Joalheria Kaiser, loja de roupas femininas e residencial
24	Edifício misto	6	18	Loja Estilo Mulher (vestuário feminino) e residencial
25	Edifício misto	17	48	Claro, <i>lan house</i> , estúdio fotográfico e residencial
26	Casa Canônica	4	20	
27	Catedral	2	27	
28	Loja Magnabosco	3	10	Comércio de roupas, cama, mesa e banho
29	Edifício de serviços	8	26	Banco Mercantil e escritórios diversos
30	Quiosque	1	3	Informações turísticas
31	Sanitário público (subterrâneo)	1	3	
32	Quiosque	1	3	Banca de revistas

Fonte: Elaborado pela autora

Usos internos

A praça, a partir da década de 30, se consolidou como espaço voltado à contemplação, com bancos implantados, uma fonte e monumentos diversos. Inicialmente, não existiam sanitários públicos que já estão presentes na década de 50. As principais alterações de uso ocorrem com a implantação do calçadão, que permanece de 1970 até 2000, onde havia um *playground*, além da contemplação que sempre foi atividade presente nesse espaço público.

Atualmente, além dos espaços de contemplação (chafariz e monumentos), existem dois quiosques destinados à venda de revistas, um quiosque para

informações turísticas e ponto da Guarda Municipal, além de um sanitário público, semienterrado (fotografia 26).

Fotografia 26 – Usos internos da praça na atualidade, em 2 de set. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

4.3.2.2 Parque Getúlio Vargas

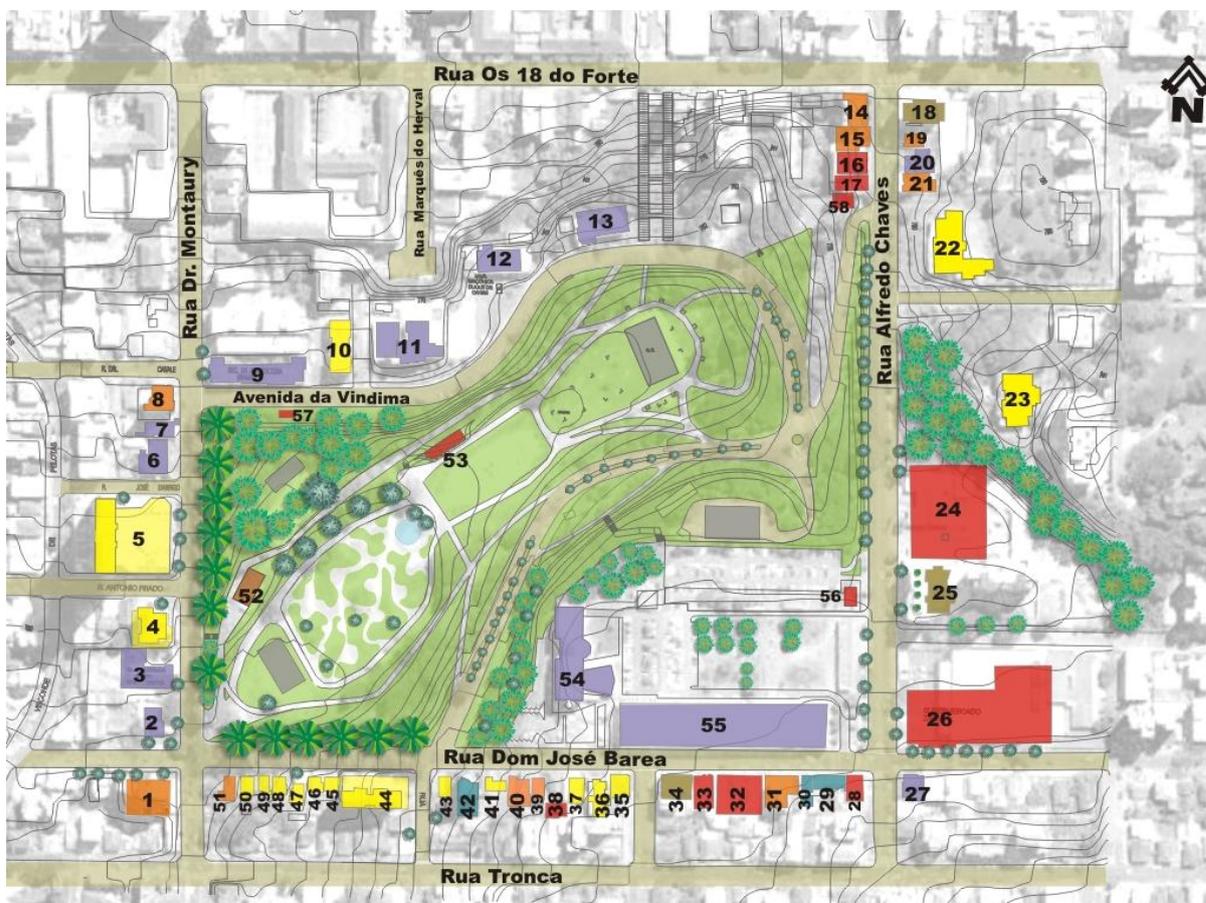
A ocupação do entorno do parque, no período compreendido entre 1950 e 1970, era bastante rarefeita, contando apenas com 28 edificações, sendo que dessas apenas quatro se destinavam a uso institucional, e uma tinha uso comercial no pavimento térreo. As demais se constituíam em residências unifamiliares (mapa e quadro com a identificação de usos no APÊNDICE B).

A partir de 1970, se inicia a ocupação efetiva da área, momento em que ocorre um incremento significativo de edificações, sendo que, no fim do século XX, o número de edificações se duplica. Proliferam os usos institucionais e os residenciais unifamiliares e multifamiliares, alguns com casas de comércio no pavimento térreo (mapa e quadro com a identificação de usos no APÊNDICE B).

O entorno edificado do parque ainda apresenta usos predominantemente residenciais. As atividades comerciais dos pavimentos térreos se restringem a um supermercado, um posto de combustíveis, um salão de beleza e uma loja de cosméticos (quadro 3).

Os usos comerciais prevalecem sobre os destinados a serviços, nesse caso, se constituindo de escritórios, mas também com pequena representatividade, que é superada pelos usos institucionais. Na envoltória do parque, a predominância de uso dos pavimentos térreos é voltada aos acessos e estacionamentos dos residenciais multifamiliares e ao uso residencial unifamiliar (figura 28). Se for considerada a totalidade dos usos dos diversos pavimentos, o predomínio é residencial, devido à verticalidade das edificações multifamiliares.

Figura 28 – Usos do solo no entorno do parque Getúlio Vargas



Legenda de Usos

	Residencial		Institucional
	Comercial		Quadra de esportes
	Comercial + Residencial		Brigada Militar
	Serviços + Residencial		Vias principais
	Serviços		

Fonte: Elaborado pela autora, sobre base do Google Earth (2011).

Quadro 3 – Atividades e usos das edificações que envolvem o Parque Getúlio Vargas

Número	DISCRIÇÃO	Número de pavimentos	Altura (m)	USOS
1	Edifício misto	12	40	Térreo comércio e serviços; superiores residencial
2	Secretaria Municipal de Agricultura	1	4	
3	Igreja	2	20	
4	Edifício residencial	12	40	
5	Edifício residencial (Parque do Sol)	36	116	
6	Escola infanto-juvenil	2	7	
7	Escola de Idiomas	2	7	
8	Edifício residencial	10	30	
9	Secretaria Estadual de Agricultura	3	10	
10	Edifício residencial	5	16	
11	Secretaria da Justiça do Trabalho	4	13	
12	Loja Maçonica Duque de Caxias	1	7	
13	INSS	2	7	
14	Edifício misto	5	16	Térreo serviços e comércio de eletrônicos; superiores residencial
15	Edifício comercial	2	7	Loja de móveis rústicos no 1º pav. e, no térreo, barbearia e sapataria
16	Edifício misto	4	12	Térreo doceria; superiores residencial
17	Edifício comercial	3	10	Comércio de vestuário, DPVAT
18	Edifício misto	9	28	Térreo comercial e salão de beleza; superiores residencial
19	Edifício misto em construção	9	28	Térreo comercial; superior residencial
20	Edifício comercial/institucional	3	10	Térreo: comércio de brinquedos e pavimento superior sede da SEMA e FEPAM
21	Edifício misto	4	13	Térreo imobiliária; superior residencial
22	Edifício residencial	1	4	
23	Edifício residencial	3	10	
24	Posto de gasolina Ipiranga	1	4	Posto mais farmácia, pizzaria, lavanderia, locadora de filmes
25	Edifício misto	12	37	Térreo comercial: escritórios, salão de beleza, café, imobiliária e loja de vestuário; superior
26	Supermercado Zaffari	2	10	
27	Escola de Idiomas	2	7	
28	Edifício comercial	2	7	Térreo: Escola de Pilates e, no 1º pavimento, casa de lanches
29	Escritório de Arquitetura Basso	1	4	
30	ANC Incorporadora	2	7	
31	Edifício misto	4	13	Térreo farmácia; superior residencial
32	Garagem de carros	1	4	
33	Edifício comercial	2	7	
34	Edifício misto	6	20	Térreo serviços eletrônicos; superior residencial
35	Edifício residencial	1	4	
36	Edifício residencial	5	16	
37	Edifício residencial	1	4	
38	Edifício comercial	2	7	Comércio de vestuário infantil
39	Edifício misto	2	7	Térreo bar; superior residencial
40	Edifício misto	2	7	Térreo lavagem de carros; superior residencial
41	Edifício residencial	1	4	
42	Edifício comercial	8	25	Escritórios, imobiliária
43	Edifício residencial	1	4	
44	Edifício residencial	13	40	
45	Edifício residencial	2	7	
46	Edifício residencial	2	7	
47	Edifício residencial	2	7	
48	Edifício residencial	2	7	
49	Edifício residencial	2	7	
50	Edifício residencial	2	7	
51	Edifício misto	2	7	Bar e restaurante
52	Brigada Militar	1	4	
53	Edifício comercial	1	4	Bar do parque Getúlio Vargas
54	Câmara Municipal de Vereadores	4	13	
55	Prefeitura Municipal	5	16	
56	Banca de revistas	1	3	
57	Lancheria	1	3	
58	Chaveiro	1	3	

Fonte: Elaborado pela autora.

Usos internos

O parque, que inicialmente se voltava à contemplação, inicia sua transição para o caráter esportivo na década de 70 do século XX, com a instalação de edificação que abrigava esportes coletivos.

Atualmente, as atividades estão voltadas, prioritariamente, às práticas esportivas, onde se destacam percursos para caminhadas, ciclovias, quadras de esportes, rampa para *skate* e brinquedos infantis. Além desses, ainda se verifica o uso para contemplação e um módulo da Brigada Militar (fotografia 27).

Fotografia 27 – Usos internos do parque, em 29 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

4.3.3 Vegetação

Para Lamas (2000), a vegetação se situa no mesmo nível de hierarquia morfológica e visual das partes edificadas da cidade, pois se constitui em elementos identificáveis que caracterizam a imagem da cidade com sua individualidade própria.

4.3.3.1 Praça Dante Alighieri

A vegetação que envolve a praça se comporta com identidades morfológicas diversas. Nos sentidos leste e oeste, ocorrem duas linhas de espécies distintas, na forma de alameda, dando maior liberação visual ao exterior e maior envolvimento para o lado interno da praça (fotografia 28).

Em termos de conforto ambiental, a vegetação supre as necessidades dos usuários que contemplam o espaço, utilizando os bancos inseridos na praça, já que

proporcionam o sombreamento necessário no verão e insolação no inverno, por se tratar de espécies caducifólias.

Fotografia 28 – Alamedas plantadas nas porções leste e oeste da praça, em 2 de set. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Nas porções norte e sul, a configuração é diferenciada, com espécies de folhagem menos densas na porção interna do passeio e com maior distanciamento, reforçando o realce dado à edificação diferenciada, voltada ao uso religioso (fotografia 29).

Fotografia 29 – Vegetação proporciona maior permeabilidade visual nos sentidos norte e sul, em 2 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

A vegetação dos passeios públicos das testadas opostas à praça ou são inexistentes ou estão em fase inicial de crescimento, não se configurando em

elementos que representem interferência nas formas edificadas, ou na composição proposta para o espaço da praça (fotografia 30).

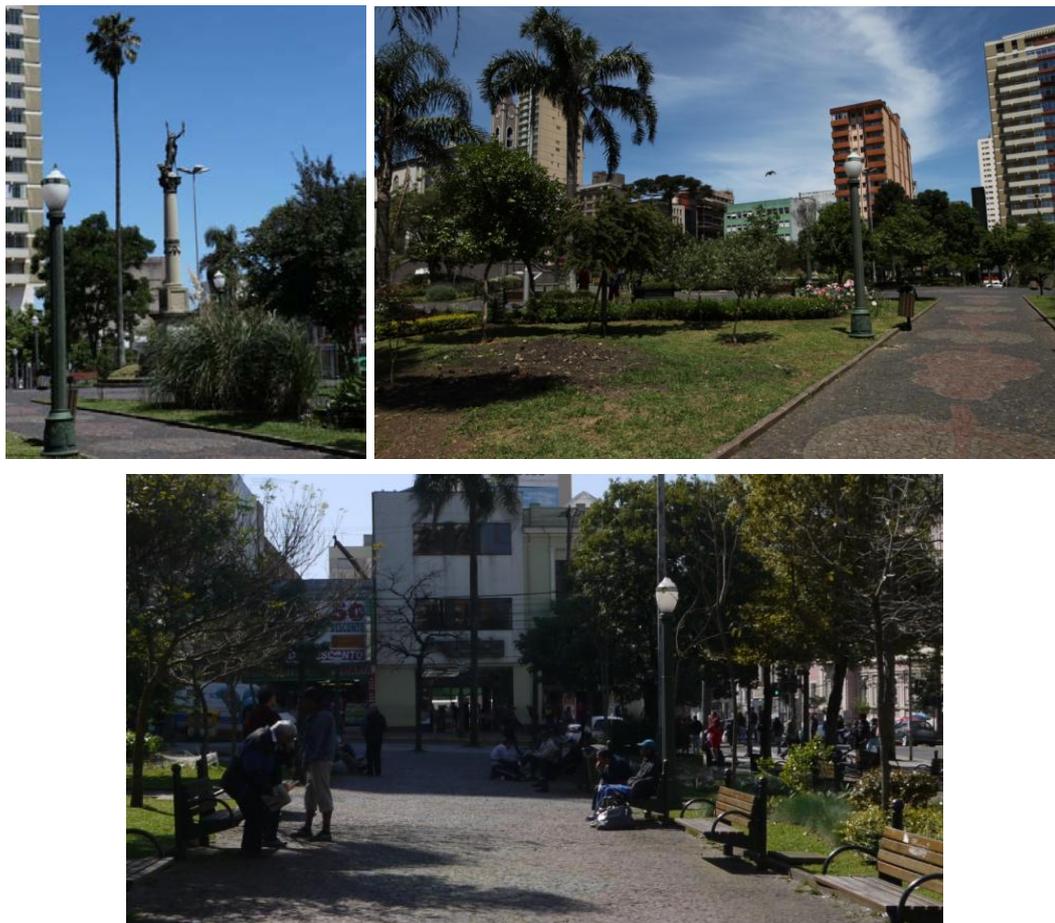
Fotografia 30 – Arborização urbana nas vias de entorno da praça, em 2 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

A arborização interna da praça apresenta comportamentos diversos, com a sobreposição de estratos vegetais que vão da forração ao porte arbóreo. Apresentam contraste com as formas e texturas rígidas, mas apresentam pontuações como percebido nas alturas das edificações do entorno (fotografia 31).

Fotografia 31 – Vegetação interna da praça, em 2 de set. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

4.3.3.2 Parque Getúlio Vargas

O parque Getúlio Vargas é envolvido totalmente por espécies vegetais de porte arbóreo formando alamedas nos passeios públicos (fotografia 32).

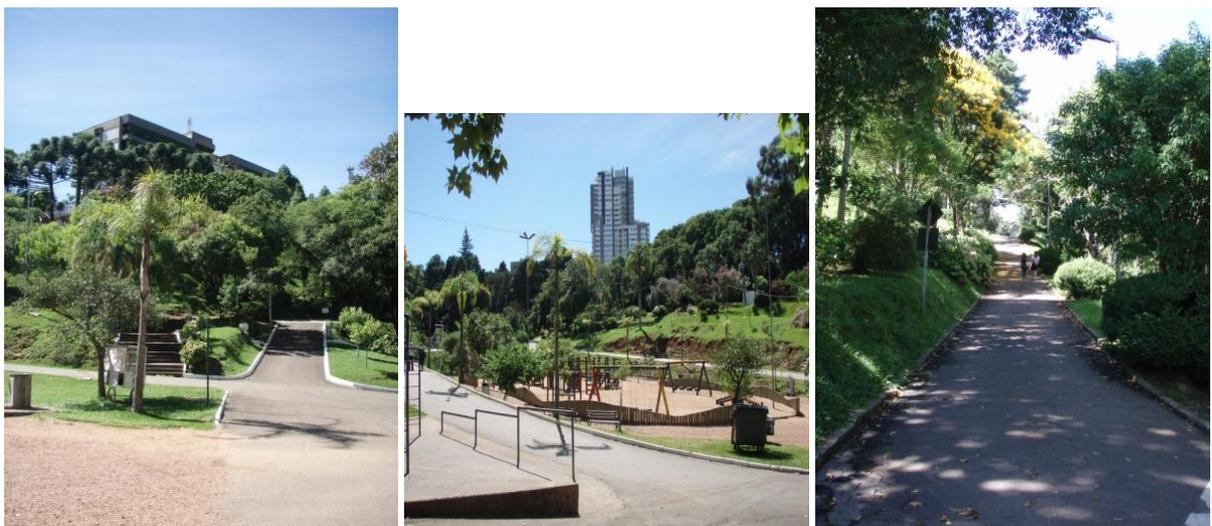
Fotografia 32 – Vegetação nos passeios públicos no entorno do parque, em 11 de fev. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Ainda envolvendo o parque, existe uma massa vegetal densa de porte arbóreo, atuando como barreira visual para o exterior, permeada por alguns caminhos. Nas áreas destinadas às quadras de esportes, a atividades infantis e em alguns espaços de contemplação, se percebe a supressão quase total de vegetação arbórea, se constituindo em grandes extensões que apresentam amplitude visual e conforto ambiental desfavorecido no verão pela falta de sombreamento (fotografias 33 e 34).

Fotografia 33 – Vegetação no interior do parque, em 11 de fev. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 34 – Vegetação que envolve o parque e áreas internas amplas, em 2 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

A vegetação de ambos os espaços se constitui em elemento que auxilia na configuração morfológica, proporcionando identidade por sua diferenciação da arborização implantada na área central, no entorno desses equipamentos públicos.

4.3.4 Acessibilidade

Robba e Macedo, ao estudarem a praça e suas funções na vida urbana brasileira, consideram de fundamental importância o uso e a acessibilidade do espaço. Dessa forma, definem que “praças são espaços públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. (2003, p. 17).

Os tipos de acesso a um espaço público, adotados neste estudo, são classificados como físico e visual, já definidos no Capítulo 2 “Sobre teorias e conceitos”.

4.3.4.1 Acessibilidade física

A implantação da praça Dante Alighieri, em área de relevo predominantemente plano, favorece a acessibilidade física ao espaço. A praça não apresenta barreiras como escadaria ou obstáculo edificado que dificulte a entrada de pedestres. As condições de acessibilidade física adquirem graus diferenciados quando analisados em relação às vias de entorno imediato. Dessa forma, se verifica que os quatro acessos direcionados às esquinas são os de melhor qualidade, por

terem isenção total de barreiras e propiciar uma travessia viária segura ao pedestre, o que é causado pelas sinalizações horizontal e vertical ocorrentes nessas extremidades (fotografia 35).

Os acessos existentes nas laterais norte, leste e oeste da praça não apresentam boa qualidade, constituindo-se, pois, em locais inseguros para travessia, devido à falta de sinalização, à largura do leito carroçável e ao fluxo viário constante.

O acesso crítico para os pedestres é o localizado no centro da lateral sul, pois, além de apresentar os problemas das outras faces, o fluxo de veículos é mais intenso e ocorre um corredor para deslocamento do transporte coletivo.

Com relação à possibilidade de acesso às edificações da envoltória da praça, desde a década de 30 do século XX, é verificada a ocorrência de excelente quantidade de portas abertas ao público, o que proporciona permeabilidade e potencialidade de relações entre o público e o privado (mapa no APÊNDICE B).

Na atualidade, conforme pode ser visualizado na figura 29, todas as edificações apresentam, no mínimo, um acesso público, exceção feita ao Palácio Episcopal e ao Clube Juvenil. Essa acessibilidade pública se deve às atividades realizadas nos pavimentos térreos. Além desses, ocorrem acessos privados às residências que se localizam nos demais pavimentos das várias distintas edificações e apenas um acesso veicular.

A expressividade de usos comerciais ocorrentes no entorno imediato da praça Dante Alighieri, devidamente identificados no quadro 2, associada aos serviços, todos com disponibilidade de acesso público e as condições de acessibilidade física que esse espaço público detém, proporcionam grande densidade de acessos disponíveis. Pode-se afirmar que a praça Dante Alighieri apresentaria, por sua permeabilidade em relação ao entorno, potencialidade para a ocorrência de encontros pelo favorecimento da copresença.

No período temporal estudado, o que efetivamente se modifica não é a disponibilidade de acessos a partir dos espaços privados, e sim, as funções ali instaladas que não proporcionam o estabelecimento de relações de continuidade das atividades entre os espaços privados e a praça.

Figura 29 – Acessibilidade física da praça e edificações de entorno



Acessibilidade Praça

- - - > Bom
- - - > Regular
- - - > Inacessível

Acessibilidade Predial

- > Acesso público
- > Acesso residencial
- Acesso garagem
- ▶ Acesso restrito

Legenda de Usos

- Residencial
- Comercial
- Comercial + Residencial
- Institucional
- Vias principais
- Serviços

Fonte: Elaborado pela autora, sobre base do Google Earth (2011).

Fotografia 35 – Acessos facilitados nas esquinas da praça, em 2 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

O parque Getúlio Vargas tem acessibilidade física dificultada por sua inserção em área de cota altimétrica inferior ao entorno. Conta com dez acessos, dos quais apenas um tem nível topográfico equivalente ao da via. Os demais são feitos por rampas e escadarias, que não são diretamente visíveis a partir do entorno imediato (fotografias 37 e 38).

Os obstáculos a serem transpostos, além das escadarias, compreendem a massa vegetal que encobre as indicações de acesso ao local. Dessa, forma a relação com as vias do entorno imediato também se apresenta dificultada, pois o parque só faz divisa com três vias de tráfego livre, sendo que dessas só ocorre acesso direto voltado à esquina da Rua Dr. Montauray com a Rua a Dom José Barea, onde existe sinalização vertical, que facilita a acessibilidade peatonal (fotografia 36).

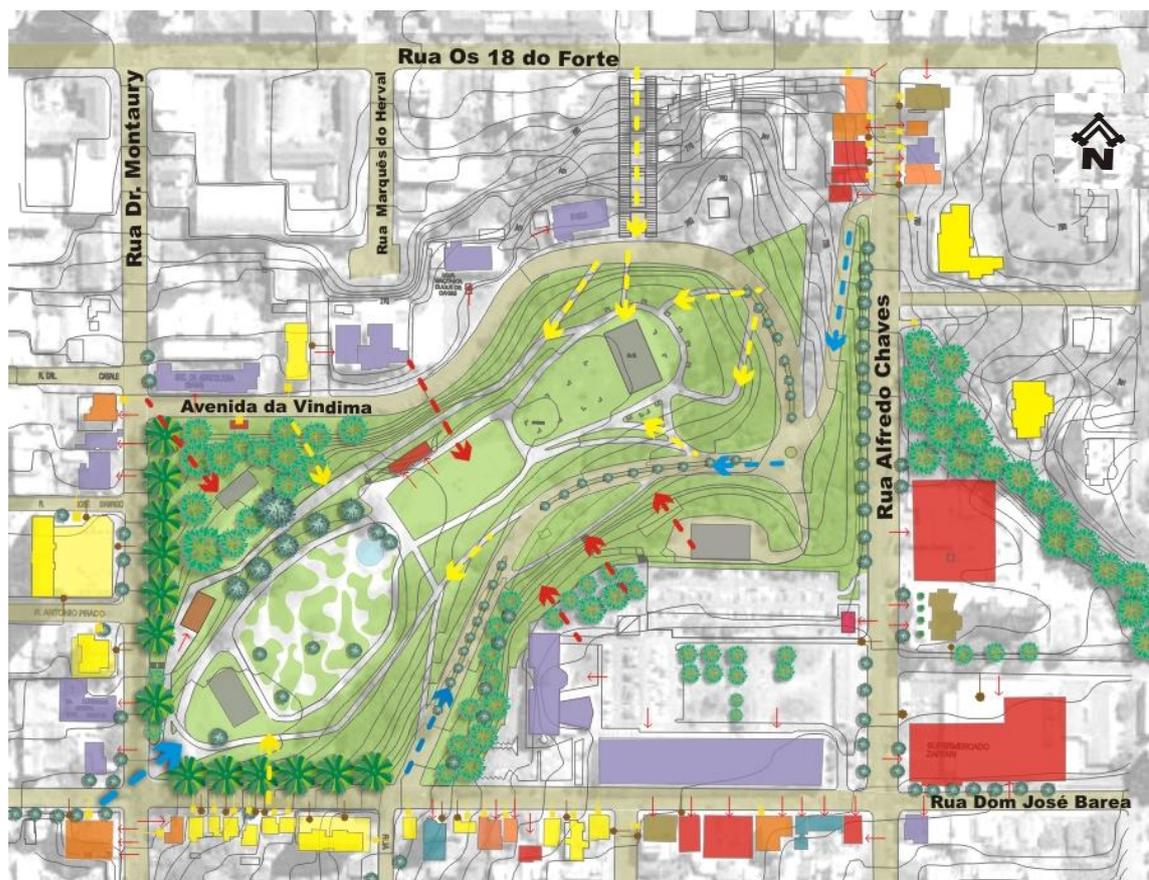
Ainda, considerando a introspecção do parque em relação às vias de tráfego lindeiras e analisando o acesso físico em relação aos equipamentos institucionais do entorno imediato, também se terá a mesma dificuldade, pois essas se fazem por escadarias camufladas no interior da massa vegetal ou são inexistentes (fotografia 37).

O parque Getúlio Vargas, como pode ser visualizado na figura 30 apresenta usos dos pavimentos térreos em sua grande maioria privados, com acessos de mesma categoria, seja com permissividade peatonal ou veicular, mas sem possibilidade explícita de acesso público.

Este sistema de barreiras, proporcionado pelo entorno edificado, é reforçado pela predominante inacessibilidade disponibilizada pelo próprio parque.

De forma inversa ao verificado na praça Dante Alighieri, as relações morfológicas introspectivas do parque são excludentes para com o entorno imediato, o que demonstra o desfavorecimento da copresença nesse espaço público.

Figura 30 – Acessibilidade física ao parque



Acessibilidade Parque		Acessibilidade Predial		Legenda de Usos			
	Bom		Acesso público		Residencial		Institucional
	Regular		Acesso residencial		Comercial		Quadra de esportes
	Inacessível		Acesso garagem		Comercial + Residencial		Brigada Militar
					Serviços + Residencial		Vias principais
					Serviços		

Fonte: Elaborado pela autora, sobre base do Google Earth (2011).

Fotografia 36 – Local de acesso facilitado na esquina sudoeste, em 11 de fev. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 37 – Locais de difícil acessibilidade física ao parque, em 11 de fev. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 38 – Locais inacessíveis ao parque, em 11 de nov. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

4.3.4.2 Acessibilidade visual

A visibilidade da praça Dante Alighieri é dada através da equivalência de nível topográfico das vias de entorno, pela presença de vegetação de porte arbóreo com troncos longilíneos (fotografia 39) e pela presença de edificações internas de pequeno porte nesse espaço público. Os elementos que podem gerar barreiras são as edificações destinadas às bancas de revistas e informações turísticas, em especial, a edificação próxima do acesso sudeste, que, por estar associada a uma massa vegetal arbórea, proporciona a obstrução visual mais efetiva ao interior da praça (fotografia 39). Os outros elementos auxiliam a imprimir bom acesso visual, não configurando espaços obscuros que possam significar ameaças visíveis aos usuários.

A eficiência da iluminação pública também pode auxiliar na visualização do espaço, no período noturno, podendo isso proporcionar um período de uso estendido.

Fotografia 39 – Acessibilidade visual a partir das vias de entorno da praça, em 2 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

De forma inversa à praça, o Parque Getúlio Vargas apresenta acessibilidade visual comprometida por sua condição predominante de inserção topográfica em nível inferior ao entorno, bem como pela expressiva massa vegetal que o envolve. Dessa forma, os pedestres não dispõem de bom acesso visual ao espaço interno do parque, pois ou se encontram em conta altimétrica superior e conseguem visuais apenas parciais do espaço, ou têm sua visão obstruída pela vegetação (fotografias 40 e 41). A única exceção feita a esse quadro se dá no acesso sudoeste, onde o

pedestre consegue acessar visualmente boa parte do espaço interno, sem obstruções e possibilidade de ameaças (fotografia 42).

Fotografia 40 – Locais de acessibilidade visual externa dificultada, em 11 de fev. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 41 – Dificil visualização externa do parque, em 11 de fev. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 42 – Local com acessibilidade visual ao parque facilitada, em 11 de fev. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

5 APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os resultados obtidos nas três fases de coleta dos dados, conforme definido no Capítulo 3: “Realidade e construção”, são agora apresentados de modo a proporcionar entendimento acerca das formas de apropriação dos usuários dos dois espaços públicos, objeto de estudo.

5.1 FASE DE OBSERVAÇÃO

Na fase de observação, foi verificada, de modo genérico, a forma como os usuários usufruem dos espaços públicos, locais apropriados por diferentes grupos, além das principais conexões que esses locais proporcionam à travessia de pedestres em relação aos usos do entorno imediato. Foi possível confirmar a percepção preliminar de que as formas de uso e o público que frequenta a praça e o parque são totalmente diferenciados.

A praça Dante Alighieri proporciona espaços apenas de contemplação, sendo utilizada por pessoas solitárias que passam o tempo observando o movimento de transeuntes e veículos e por pequenos grupos que apresentam relações de conhecimento, usufruindo o tempo livre para conversas provavelmente informais. O público predominante na praça, com assiduidade diária em ambos os turnos, é composto por pessoas idosas que gastam seu tempo livre lendo jornal, contemplando o movimento e/ou conversando com amigos (fotografia 43). De forma eventual, no horário matutino, foi verificada a ocorrência de duplas conversando e tomando chimarrão e de pais com crianças, sentados conversando. O maior movimento verificado no local, se constitui de pessoas que utilizam o espaço público como rota para o desenvolvimento de atividades necessárias (fotografia 43).

Fotografia 43 – Cotidiano na Praça Dante Alighieri, em 24 e 28 de set. de 2010

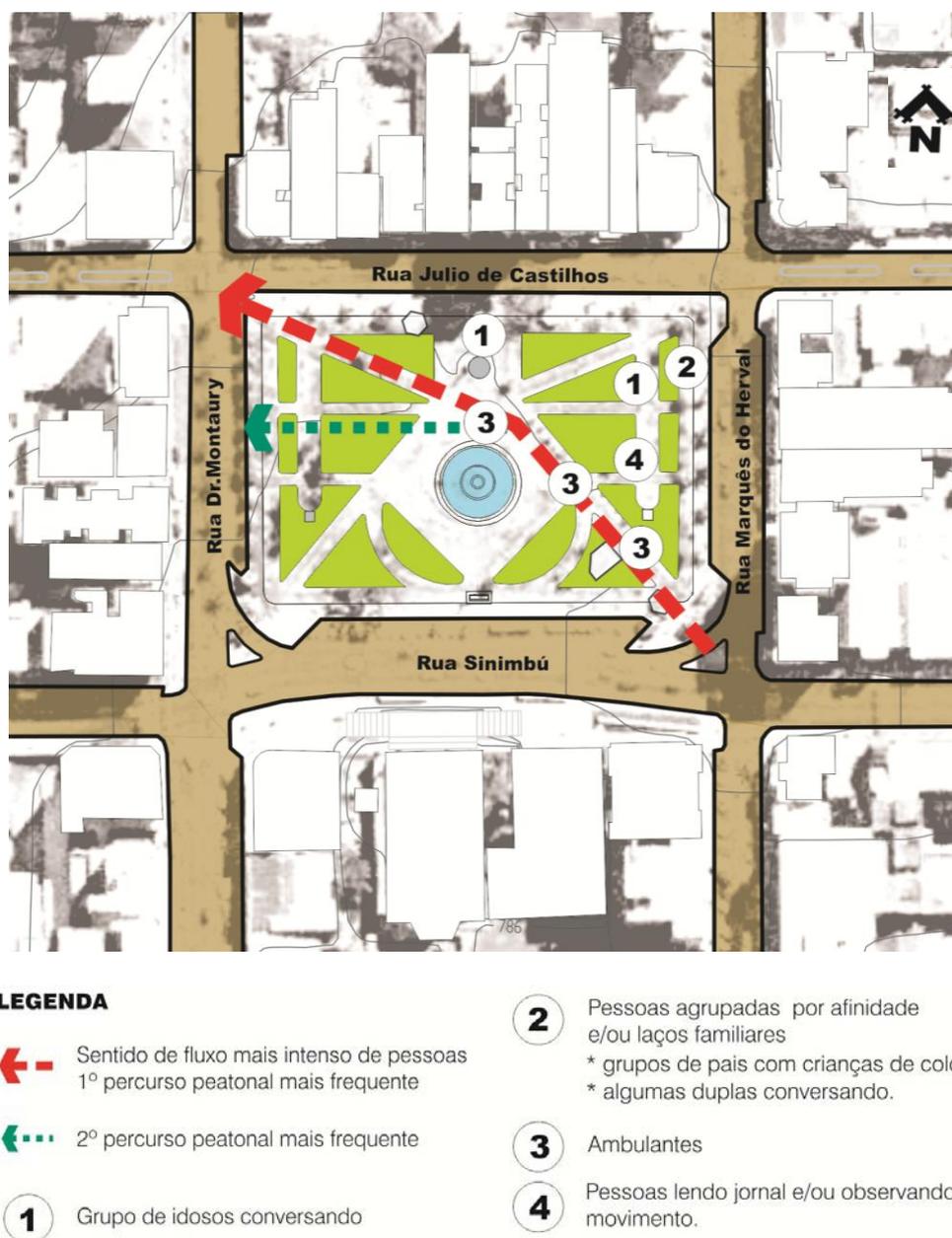


Fonte: Acervo da autora.

Verificou-se, ainda, que a porção leste da praça apresenta maior apropriação pelos diversos grupos, em ambos os turnos, provavelmente pela configuração mais introspectiva proporcionada pela massa vegetal e pela menor intensidade de fluxo de veículos (figura 31).

Outra forma de uso verificada na praça é a do comércio informal, praticada por ambulantes que se apossam de um mesmo espaço em ambos os turnos, diariamente. A localização desses comerciantes condiz com o caminho adotado pela maior parte dos transeuntes, que cruzam a praça em sentido sudeste – noroeste (figura 31).

Figura 31 – Síntese da utilização da praça nos dias ordinários



Fonte: Elaborado pela autora, sobre base do Google Earth (2011).

Essas formas de apropriação predominantes sofrem pequenas alterações aos domingos, onde se verifica um maior afluxo de pessoas sentadas por grupos de afinidade, conversando e tomando chimarrão, bem como de famílias com crianças, além dos usuários de idade mais avançada que se mostram fiéis às suas rotinas.

Das formas de uso sazonal, foi observado o afluxo de pessoas à praça durante a realização da Feira do Livro do ano de 2010. Nesse período, além das atividades rotineiras verificadas em distintos dias da semana acima descritos, ocorre o afluxo de outros grupos não ordinários utilizando o espaço. Há a presença

ostensiva da Guarda Municipal e da Brigada Militar não verificadas cotidianamente, grupos de jovens, crianças acompanhadas por seus responsáveis e até engraxates realizando seu ofício (fotografia 44).

Fotografia 44 – Feira do Livro na praça Dante Alighieri, em 5 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

O parque Getúlio Vargas, diferentemente da praça Dante Alighieri, apresenta apropriações distintas no período da manhã e da tarde, que se repetem de forma semelhante durante os diversos dias da semana, excetuando os sábados à tarde e os domingos. Nas manhãs ordinárias, o fluxo de pessoas é bastante reduzido, sendo verificada a ocorrência de poucas pessoas caminhando, em geral, na forma de duplas, outras correndo solitárias, algumas realizando exercícios físicos na academia da terceira idade, duplas conversando e alguns solitários lendo, além de poucas crianças acompanhadas de responsáveis no *playground* (fotografia 45). As quadras esportivas e a pista para *skate* não são utilizadas nesse período (figura 32).

Em certa manhã foi verificado duas pessoas jogando vôlei e em mais de uma ocasião, um representante da Polícia Militar realizando uma ronda pelo parque (figura 32).

Fotografia 45 – Cotidiano matinal no Parque Getúlio Vargas, em 29 de set. e 5 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

No período da tarde, o uso dos espaços é levemente intensificado, já que além dos mesmos usos matinais, é observada a presença significativa de jovens conversando em grupos, realizando exercícios físicos, praticando ciclismo ou *skatismo* na mesma pista (fotografia 46).

Fotografia 46 – Cenas do cotidiano no parque Getúlio Vargas, período da tarde, no período da tarde, em 4 e 5 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

O grande afluxo de pessoas ao parque é verificado nos sábados à tarde e nos domingos, cujos espaços para todos os tipos de atividades disponíveis são apropriados pelos usuários de fim de semana. O *playground* lota de crianças de todas as idades, os cachorros vêm acompanhando seus donos, os meio-fios servem de banco para conversar com os amigos, os bancos sombreados ou não e os gramados são utilizados para fazer lanche, descanso e conversas informais (fotografia 47). As quadras de esportes também são apropriadas pelos desportistas eventuais, seja para futebol ou vôlei.

Fotografia 47 – Apropriação do parque nos fins de semana, em 10 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

O parque não apresenta relação direta com seu entorno de modo a propiciar circulação que se configure em caminhos que estabeleçam rotas de conexão entre os usos do entorno.

Figura 32 – Síntese da utilização do parque nos dias ordinários



LEGENDA: PARQUE GETÚLIO VARGAS

- | | |
|---|---|
| <p>E Exercícios</p> <p>* Poucas pessoas caminhando em duplas;
* Pessoas sozinhas correndo - jovens e meia idade;</p> <p>P Playground</p> <p>* Crianças no playground, acompanhadas de adultos;</p> <p>S Pista de Skate</p> <p>* Ninguém no skate e nas quadras a oeste;</p> <p>B Bancos</p> <p>* Pessoas sentadas conversando e algumas pessoas sozinhas lendo ou não fazendo nada (em bancos próximo ao acesso sudeste);</p> | <p>Q Quadras de esportes</p> <p>* Pessoas fazendo exercícios nos equipamentos específicos a oeste, depois no play;</p> <p> Um guarda observando o parque</p> <p> Ciclistas na pista de caminhada</p> <p> Pista de caminhada</p> <p> Ciclovia</p> |
|---|---|

Fonte: Elaborado pela autora, sobre base do Google Earth (2011).

O maior afluxo de pessoas usufruindo do mesmo espaço público, durante a fase de observação ocorreu no dia 12 de out. de 2010. Em função do feriado, agregado às condições meteorológicas favoráveis, se verificou que todos os espaços disponíveis estavam sendo utilizados de forma simultânea por grupos

diversificados de usuários. As escadarias se transformaram em arquibancadas, os gramados, em espaços de descanso, leitura, namoro, os bancos à sombra ou ao sol eram utilizados por vários grupos, pessoas caminhando, além da apropriação das diferentes formas de uso regular (fotografia 48).

Fotografia 48 – Apropriação sazonal do parque, em 12 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

5.2 ENTREVISTA COM MORADORES E TRABALHADORES NO ENTORNO IMEDIATO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Neste item são apresentados os resultados das entrevistas semiestruturadas aplicadas aos residentes e trabalhadores do entorno imediato da praça Dante Alighieri e do parque Getúlio Vargas de modo a verificar as predominâncias nas respostas obtidas. A descrição da ficha e a forma como foram realizadas as entrevistas se encontra no Capítulo 3.

Conforme já descrito, em vista da análise dos dados ter sido elaborada pelo método qualitativo, as entrevistas com os residentes e trabalhadores no entorno foram realizadas da mesma forma que as feitas com os usuários dos espaços públicos, ou seja, quando as respostas não agregavam mais informações distintas das já obtidas, foi encerrada a coleta.

5.2.1 Entorno da praça Dante Alighieri: usuários

Foram aplicadas 29 entrevistas com residentes e trabalhadores no entorno da praça, sendo que desse universo apenas cinco são usuários. O questionário aplicado aos usuários, residentes ou trabalhadores do entorno foi o mesmo aplicado aos não usuários, com apenas uma diferença: as questões sobre as relações com o espaço público se apresentaram em coluna específica.

Para não nos alongarmos excessivamente com a descrição das respostas fornecidas pelos mesmos e por se tratar de um universo menor de representantes, decidiu-se apresentar os dados sintetizados, pois as respostas foram quase unânimes:

- maior representatividade do sexo feminino;
- idade: acima dos 60 anos;
- profissão/atividade: aposentados;
- principal atividade desenvolvida na praça: caminhar;
- frequência de uso da praça diária e sem companhia;
- não costuma interagir com outras pessoas;
- os espaços dentro da praça não ameaçam a tranquilidade e o deleite, as pessoas sim;

- atrativos da praça: chafariz e vegetação;
- necessidades da praça: policiamento;
- os prédios do entorno não interferem no uso da praça;
- não existem elementos que obstruem as visuais da praça a partir do exterior que possam fazer com não seja acessada;
- elementos ou edificações mais lembrados, existentes no interior ou no exterior da praça: foram a igreja e o chafariz;
- acessos à praça são facilitados por estarem no mesmo nível.

Mesmo sem ter sido questionados, os usuários da praça relataram que os problemas mais frequentemente verificados são a prostituição, o excesso de ambulantes e ciganos.

5.2.2 Entorno da praça Dante Alighieri: não usuários

Os residentes ou trabalhadores no entorno da praça Dante Alighieri, que não utilizam esse espaço público, apesar da proximidade física com a mesma, são a grande maioria dos entrevistados. Dos 24 não usuários da praça, a maior parte pertence ao sexo feminino, com idade entre 31 e 40 anos, exercendo atividades ligadas ao comércio.

Dos motivos para a não utilização do espaço, devido à proximidade, as respostas recebidas condizem com os problemas relatados pelos usuários, ou seja, ambiente desagradável relacionado à presença de ambulantes e prostitutas. Dessa forma, a maior parte dos entrevistados informou que não existem qualidades a serem citadas sobre o espaço público, seguidos dos que acreditam que o chafariz é um elemento que o qualifica.

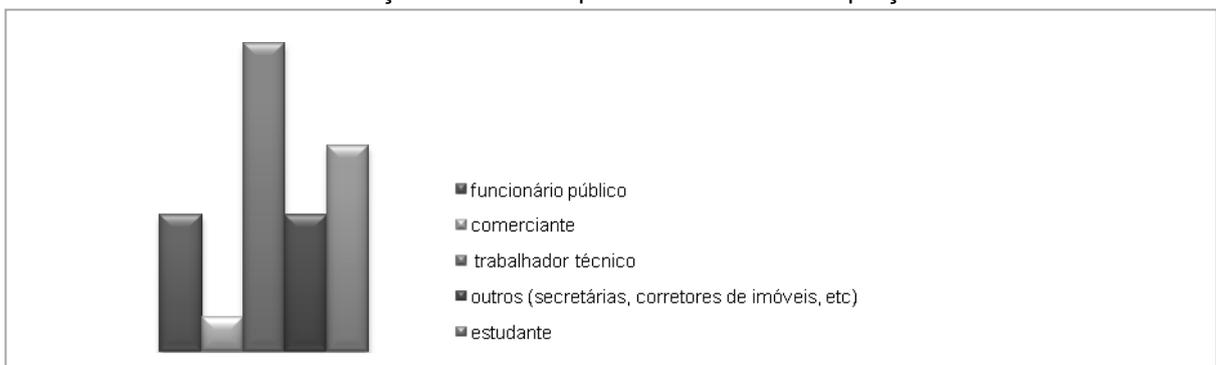
Sobre os aspectos que necessitam melhoramentos, houve quase unanimidade no quesito *segurança*, que, se houvesse contribuiria para a qualificação do ambiente.

A grande maioria dos não usuários acredita que as edificações no entorno não interferem nos usos da praça, e que a acessibilidade visual é favorecida pela inexistência de elementos compactos, mesmo à noite, devido à excelente iluminação. Já no caso da acessibilidade simbólica, os entrevistados retomaram as respostas concedidas sobre a não utilização do espaço, informando que é

perceptível especialmente a ação das prostitutas, repelindo, inclusive, as pessoas que utilizam a praça somente como rota de ligação entre as vias e os usos do entorno. Existe unanimidade entendimento, que, apesar do alto fluxo de veículos, o acesso físico é facilitado pelo nivelamento da praça com as vias lindeiras.

Com relação à apreensão dos não usuários sobre os elementos e as edificações internos e externos da praça, visando a compreender a importância da morfologia urbana, os edifícios mais lembrados foram, em sua maioria, aqueles que configuraram o entorno da praça Dante Alighieri em épocas pregressas e que marcam a história da cidade por terem se mantido íntegros, com especial destaque para a Igreja Catedral (gráfico 1). Dos elementos internos, o único referido foi o chafariz, que, apesar de na maior parte do tempo não possuir água que o anime, é um elemento de destaque por sua inserção que fica envolta por caminhos e por sua localização no eixo norte-sul, que não apresenta vegetação arbórea e tem como pano de fundo a Igreja Catedral, em cota altimétrica superior à praça.

Gráfico 1 – Elementos e edificações lembrados pelos não usuários da praça

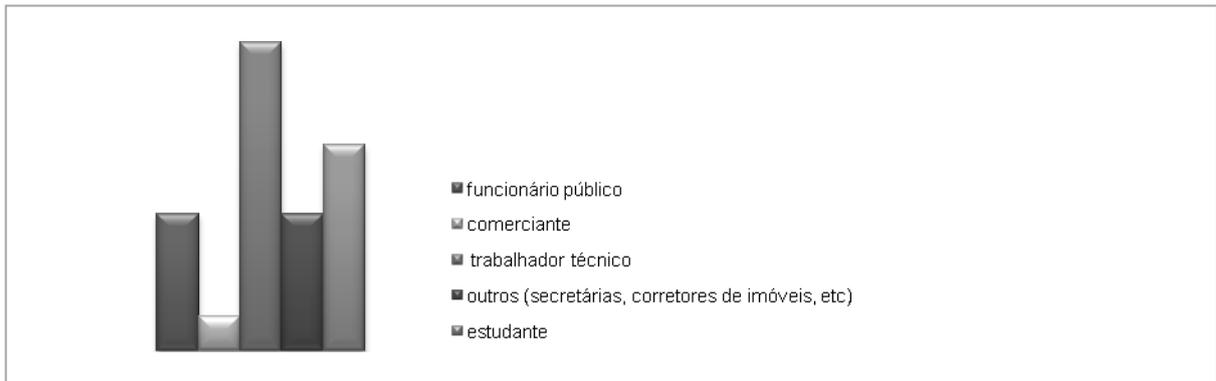


Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.3 Entorno do parque Getúlio Vargas: usuários

Foram realizadas 38 entrevistas com residentes e trabalhadores no entorno do parque, sendo que desse universo, 24 são usuários, em sua maioria, do sexo feminino, com idade entre 20 e 30 anos. Das profissões/atividades desenvolvidas pelos usuários, as que se sobressaíram foram as relacionadas às áreas de psicologia, arquitetura, biologia e engenharia florestal, que foram agrupados sob a denominação “trabalhador técnico”, seguida pelos estudantes de diversas áreas, que prestam estágio em escritórios, incorporadoras, e no serviço público municipal (gráfico 2).

Gráfico 2 – Profissões/atividades dos residentes e trabalhadores no entorno do parque e que são usuários do mesmo



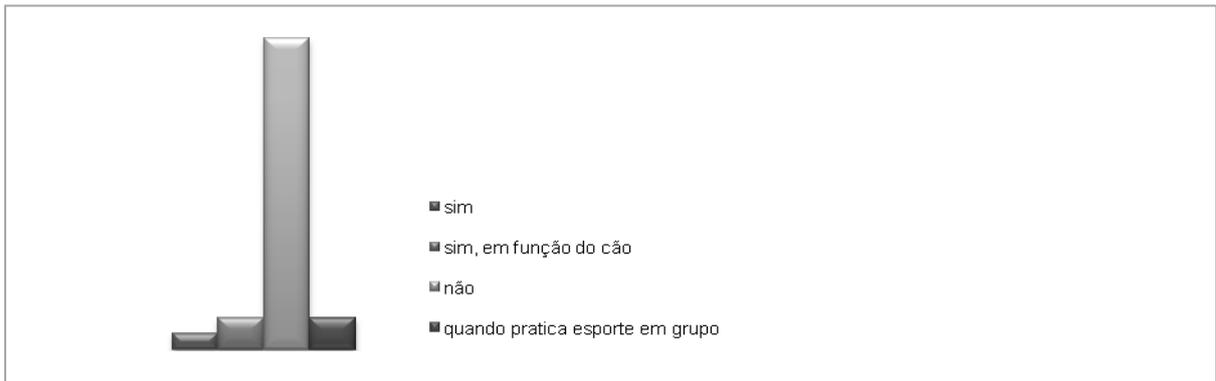
Fonte: Elaborado pela autora.

Com referência às relações dos usuários com o espaço público, foram elaboradas cinco questões. Inicialmente, foi feita uma pergunta aberta, ocasião em que se questionou sobre as atividades desenvolvidas no parque. Em todas as respostas obtidas, a atividade de caminhada foi a mais citada, sendo seguida da prática de esportes como voleibol.

Quanto à frequência de uso do parque, se equivalem na relação, os usuários que costumam usufruir do espaço público todos os fins de semana e os que o utilizam com periodicidade eventual, principalmente nos fins de semana nos meses de verão. Somente três usuários informaram ter como rotina realizar caminhadas diariamente no parque, excetuando-se os dias chuvosos. Com relação à companhia para ir ao parque, os usuários costumam estar acompanhados de amigos, e apenas dois deles informaram ter uma rotina solitária para suas práticas.

Sobre a interação com outras pessoas, verificou-se que são efetivadas somente nos grupos por afinidade, ou nas práticas esportivas coletivas. Somente três pessoas informaram conversar com desconhecidos, sendo que uma dessas tem como atividade a vereança, e duas atribuíram ao cão, que levam para passear no parque, atrativo para que desconhecidos estabeleçam conversações rápidas (gráfico 3).

Gráfico 3 – Interação com pessoas estranhas ao grupo de afinidade relativa aos residentes e trabalhadores no entorno do parque e que são usuários



Fonte: Elaborado pela autora.

Visando a apreender como os usuários percebem a segurança do espaço público, foi questionado sobre a ocorrência de espaços internos que pudessem ameaçar a tranquilidade. Nesse questionamento, a maior parte dos entrevistados usuários do espaço declarou que as trilhas, as escadarias e os acessos existentes, todos ocorrentes no interior da massa vegetal que envolve o parque, apresentam ameaças, por se constituírem em ambientes com pouca iluminação e de visibilidade reduzida, o que os torna propícios à utilização por grupos ou indivíduos, que, nas palavras dos próprios entrevistados, são “suspeitos”.

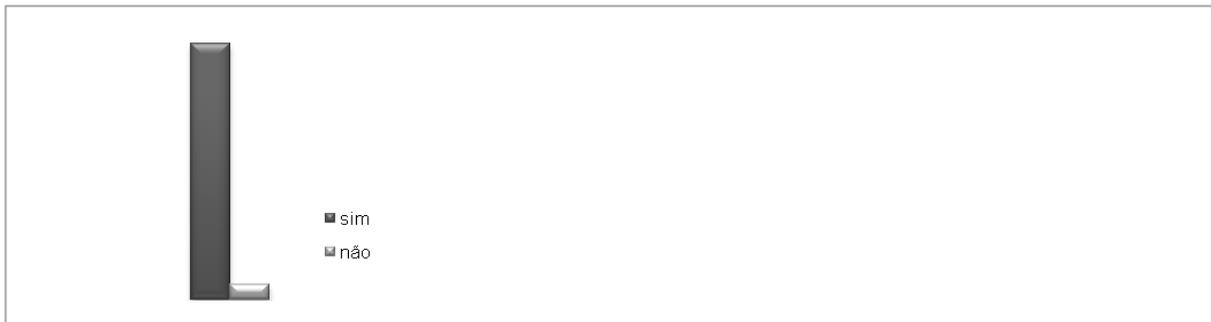
Sobre as qualidades percebidas no espaço público, foram realizadas seis questões, sendo três delas com respostas abertas. Dos atrativos e das qualidades proporcionados pelo espaço do parque, em razão da resposta aberta, foi citado por alguns dos entrevistados os espaços disponíveis para a realização de atividades físicas como pista de caminhadas, quadras esportivas, *playground* e aparelhos para ginástica, especialmente pela diversidade de opções disponíveis para todas as idades. A indicação unânime de todos os entrevistados se refere à possibilidade de manter contato com o ambiente natural, através dos amplos locais gramados, da massa de vegetação arbórea que proporciona locais sombreados e da atratividade visual exercida pelos plátanos, especialmente nas estações *outono* e *inverno*.

Sobre os aspectos a serem melhorados, também por se tratar de pergunta aberta houve diversas sugestões que não se repetiram, se constituindo em percepções bastante particulares e sem muita relevância pela incidência única. Algumas dessas respostas individuais se relacionam a aspectos, como: arte, monumentos e cultura; palco para *shows*; outros elementos disponíveis no local, como: iluminação, bancos e sombra. Uma pequena parcela dos entrevistados,

apesar da existência de um módulo da Brigada Militar no interior do parque, relatou a falta de segurança como único aspecto a ser qualificado, mas para a grande maioria inexistem aspectos a serem melhorados ou inseridos no espaço público, considerando-o ideal para seus momentos de lazer.

A grande maioria dos entrevistados acredita que ocorra o favorecimento dos usos do parque pela privacidade proporcionada pela vegetação que o envolve (gráfico 4). Duas pessoas, apesar de a questão ser objetiva, complementaram suas respostas afirmativas com detalhes como “não tanto pela privacidade, mas pela sensação de isolamento do lado urbano” e “além da privacidade, acredito que a vegetação é o grande charme do parque”.

Gráfico 4 – Relação da percepção do favorecimento dos usos do parque pela privacidade proporcionada pela vegetação que o envolve



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à questão relacionada à acessibilidade visual e à simbólica, apenas três entrevistados informaram que a densa massa vegetal, especialmente na porção leste, somada à falta de iluminação seja considerada um fator de obstrução visual e que pode intimidá-los a acessar o interior do parque. Os demais acreditam que inexistem elementos que obstruam as visuais do parque a partir do exterior e que possam intimidá-los a acessar o espaço público.

Em relação à acessibilidade física, apesar de o parque se relacionar com as vias de entorno quase exclusivamente por escadarias, os usuários residentes ou trabalhadores no entorno não consideram esse fator como impedimento ou dificuldade para o uso do espaço. Cabe ressaltar que nenhum dos entrevistados é portador de necessidades especiais.

Na última questão, se pretendeu retratar a apreensão desses usuários dos elementos e das edificações internos e externos do parque, para que se verifique a importância da morfologia urbana na percepção do coletivo. Do espaço interno, o

que mais vem à mente dos entrevistados é a vegetação, que alguns identificaram como sendo os plátanos os demarcadores dessa identidade. As escadarias e os caminhos também se destacaram como elementos marcantes. O Posto Policial, apesar do contraste que causa na paisagem natural interna do parque, foi pouco lembrado, se comparado aos aspectos relacionados à imagem natural do parque. Das edificações externas, o que se destaca na memória dos usuários é o edifício “Parque do Sol”, provavelmente pela sua excessiva verticalidade, seguido da Loja Maçônica, que não é visualizada do interior do parque e posteriormente da edificação que abriga a Câmara Municipal de Vereadores que pode ser visualizada externa e internamente ao parque.

5.2.4 Entorno do parque Getúlio Vargas: não usuários

Da mesma forma como foi realizada a abordagem da praça, para não nos alongarmos com a descrição das respostas dadas pelos não usuários, também são apresentados os dados sintetizados:

- maior representatividade do sexo feminino;
- idade: 31 a 40 anos;
- profissão/atividade: trabalhador técnico;
- motivos para não utilizar o parque: muita aglomeração de pessoas de diferentes faixas etárias e falta de tempo;
- atividades de lazer desenvolvidas no seu tempo livre: leitura; navegar na internet; compras, cinema;
- locais onde são desenvolvidas as atividades: em casa, no *shopping*;
- não souberam informar as qualidades/atrativos do parque;
- das necessidade do parque: segurança;
- não souberam informar se a vegetação que envolve o parque obstruindo visualmente as ruas e as edificações do entorno favorece os usos internos pela privacidade proporcionada, pois não utilizam o local;
- não existem elementos que obstruem as visuais do parque a partir do exterior que inibam o acesso;
- elementos ou edificações mais lembrados, existentes no interior ou no exterior do parque: não lembram de nada significativo;

- os acessos ao parque predominantemente realizados por escadarias não dificultam o uso.

5.3 ENTREVISTA COM USUÁRIOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A aplicação das entrevistas aos usuários de ambos os espaços se deu em diferentes dias da semana e turnos, buscando abranger a maior diversidade de informações sobre a apreensão desses dos seus locais de lazer, conforme descrito no Capítulo 3, quando da apresentação do método. A maior parte dos usuários abordados não se negou a participar da pesquisa, exceção feita a alguns senhores que se encontravam sentados, isoladamente, na praça, que utilizaram argumentos diversos como “não utilizo o espaço cotidianamente”, ou “não moro na cidade” e, dessa forma, se negaram a participar. Dos usuários do parque, os que não colaboraram com suas informações, sem exceção, foram pessoas de ambos os sexos, que estavam caminhando ou correndo isoladamente ou em dupla. Em ambos os casos, os usuários informavam a impossibilidade de participar e solicitavam que fossem questionados em outro horário, o que não foi possível, pela rotina que os mesmos estabelecem, se retirando do espaço público ao finalizar seus exercícios.

5.3.1 *Praça Dante Alighieri*

O público que utiliza a praça como espaço cotidiano de contemplação e integração, conforme verificado na fase de observação é pouco diversificado, sobressaindo pessoas que a frequentam apenas como trajeto para a realização de suas atividades necessárias.

Os usuários mais frequentes são aposentados, do sexo masculino, com idade superior a 60 anos. Os que a utilizam diariamente residem em casas com pátio e que percorrem uma distância aproximada de 1km. Os que apresentam frequência de uso superior a duas vezes por semana, em sua maioria, também residem em casas com pátio, localizadas em bairros da cidade e percorrem distâncias superiores a 2km para usufruírem daquele espaço público. Quanto à rotina de utilização da praça, essa ocorre, em geral, a mais de dez anos (antes da requalificação da praça), e costuma ser um processo solitário, que, em alguns casos isolados, se transformou em ponto de encontro com amigos, ocasionado por essa

utilização frequente. Os entrevistados afirmaram que o tempo médio de permanência na praça varia entre uma e duas horas, e a localização preferida é a porção leste, voltada para a Rua Marquês do Herval, por ser o “local de concentração dos velhos”.

Outro grupo de usuários da praça são os de frequência semanal, representados, em grande parte, por casais com faixa etária entre 20 e 30 anos, que residem em casas com pátio e que frequentam a praça há, aproximadamente, quatro anos, acompanhados da família/filhos e que costumam ficar na praça por período não inferior a 30 minutos, chegando a permanecer por 2 horas. Residem em bairros da cidade, se deslocando por distâncias superiores a 2km e que não utilizavam o espaço público antes da requalificação, por entenderem que era privilégio de desocupados, apresentando insegurança.

Fotografia 49 – Usuários com frequência semanal, em uma tarde ensolarada de domingo, em 17 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

A maior parte das pessoas entrevistadas no interior da praça informou não ter o costume de utilizar o espaço para lazer e contemplação, se encontrando ali por motivos distintos, sendo os mais recorrentes os a seguir citados:

- pela localização estratégica como ponto de encontro com outra pessoa para atividades a serem realizadas no centro da cidade, respondido por pessoas com faixa etária entre 20 e 30 anos, residentes em bairros afastados, percorrendo distâncias superiores a 5km. A maior parte das pessoas são trabalhadores braçais como cozinheiras, faxineiras, mecânicos, etc.;

- pelo uso esporádico e atração específica: as feiras e os eventos realizados na praça, foi afirmado por pessoas de todas as faixas etárias, todos residentes em bairros da cidade, com distâncias superiores a 1km. A profissão desses é diversificada como o são as faixas etárias: estudantes, professores aposentados, comerciantes, donas de casa;
- por ser caminho, ou trajeto mais curto para a ida ao trabalho ou às compras na área central da cidade, com respondentes de profissões, faixas etárias, e locais de residência diversificados, incluindo pessoas de outras cidades, como Farroupilha e Flores da Cunha, além dos mais diversos bairros de Caxias do Sul;
- para utilização da praça para dar caminhadas e por residir no entorno imediato. Isso foi afirmado especialmente por senhoras aposentadas com faixa etária superior a 60 anos.

Dos usuários que permanecem na praça, foi unânime a afirmação de não terem o costume de interagir com pessoas estranhas. As atividades desenvolvidas são: apreciar o movimento de pessoas e veículos; conversar com amigos e descansar. Com relação a sentir-se seguro no espaço público, a maior parte dos usuários respondeu afirmativamente. Uma pequena parcela informou não se sentir segura devido aos pontos de prostituição, especialmente na porção da praça voltada para a Rua Marquês do Herval, além de haver nas palavras dos entrevistados, “pessoas estranhas, mal-encaradas”.

Quanto à acessibilidade visual e simbólica do espaço, as mesmas pessoas disseram ser a praça um local seguro. Informaram não haver elementos que obstruam as visuais a partir do exterior e que os fizesse deixar de entrar. Em relação à acessibilidade física, houve unanimidade na facilidade de acessos à praça por se tratar de nível equivalente ao das vias do entorno.

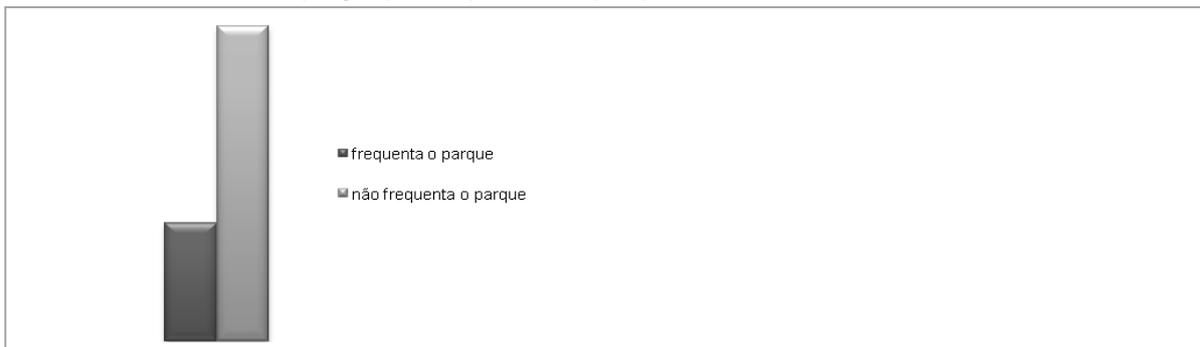
A maior parte dos entrevistados afirmou que o ruído dos veículos não atrapalha as atividades realizadas no espaço público, que a vegetação existente favorece a permanência pela sombra oferecida, pelo contato com a natureza, além de aspectos estéticos positivos propiciados pelas flores e pela variação das características físicas das árvores durante as estações do ano.

Dentre todos os entrevistados, as qualidades internas mais citadas se relacionam aos aspectos visuais positivos propiciados pelas flores e árvores, além da sombra. Também foi lembrada (como ponto positivo), a realização das feiras de

artesanato. Em relação às carências da praça, grande parte dos entrevistados (especialmente os que não a utilizam como efetivo espaço para lazer), se referiu à segurança, sendo que os usuários rotineiros informaram não faltar nada na praça, mas os usuários de fim de semana sentem falta do funcionamento do chafariz. Com relação à possível interferência das edificações do entorno no espaço público, os usuários, em sua maioria, informaram que não ocorre, sendo poucos os que reclamaram da sombra excessiva causada pela verticalidade dos prédios.

Em função da proximidade entre os dois espaços públicos pesquisados, foram questionados os entrevistados sobre a utilização também do parque Getúlio Vargas. Dentre todos os entrevistados, apenas alguns dos que utilizam a praça como local estratégico para encontros esporádicos frequentam o parque (gráfico 5). Os demais informaram que a motivação para a não utilização do parque é: excesso de movimento, insegurança, distância e dificuldade de acesso.

Gráfico 5 – Usuários da praça que frequentam o parque



Fonte: Elaborado pela autora.

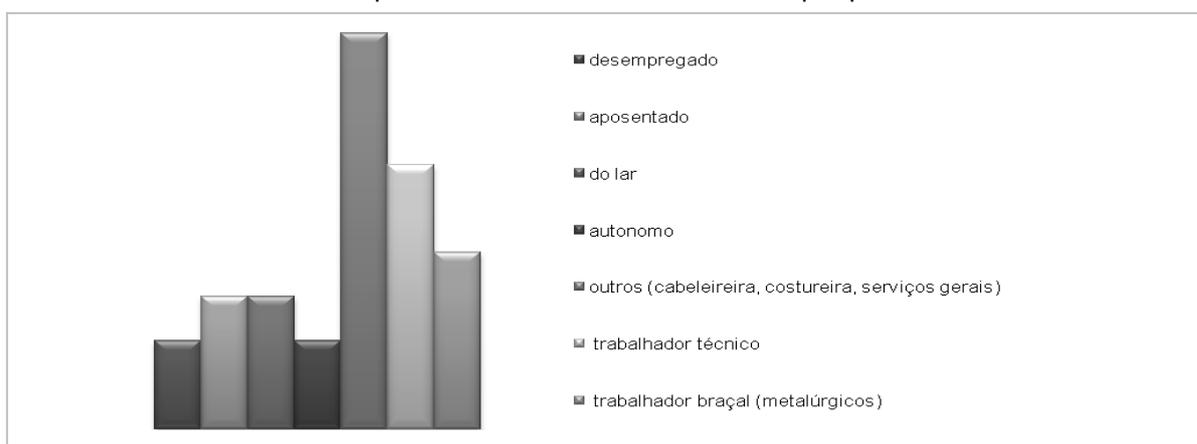
A última questão que se relaciona ao reconhecimento da morfologia em relação ao parque foi aplicada apenas aos que se declararam usuários. Os elementos mais lembrados foram: os plátanos que envolvem o parque, seguidos das escadarias que servem de acesso ao interior do espaço, não tendo sido citadas edificações internas ou externas ao mesmo.

5.3.2 Parque Getúlio Vargas

O questionário aplicado aos usuários do parque é basicamente o mesmo que foi utilizado para os que frequentam a praça, apenas com ajustes em relação às especificidades morfológicas internas do espaço.

Sobre o gênero de usuários, existe uma ligeira predominância de pessoas do sexo feminino, especialmente em razão de as entrevistas terem sido aplicadas em dias de semana. Verificou-se que o maior número de usuários se encontra na faixa etária entre 31 e 40 anos de idade, seguidos daqueles que estão na faixa entre 20 e 30 anos. As profissões são bastante diversificadas, predominando as enquadradas na categoria “outros” (gráfico 6).

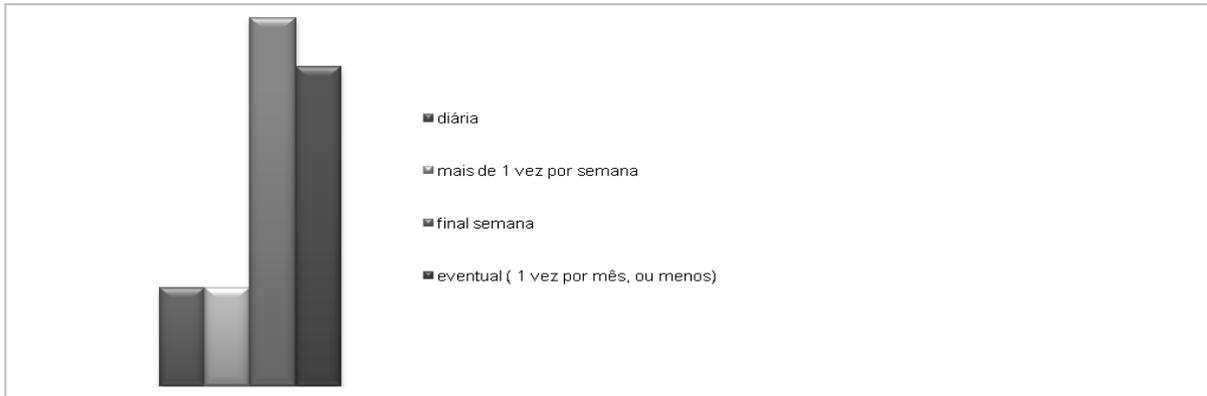
Gráfico 6 – Predominância de profissão/atividade dos usuários do parque



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à intenção de se saber sobre as possibilidades de contato com áreas abertas nas moradias, questionou-se sobre o tipo de edificação onde residem, sendo que predomina a casa com pátio.

Sobre a frequência com que as pessoas vão ao parque para lazer/recreação, os usuários informaram, em sua maioria, utilizar todos os fins de semana, com pouca diferença quantitativa para os que o fazem a cada mês ou mais esporadicamente. Os frequentadores diários se equivalem àqueles que utilizam dessa rotina mais de uma vez por semana (gráfico 7).

Gráfico 7 – Frequência de uso do parque

Fonte: Elaborado pela autora

Dos usuários entrevistados, grande parte já é frequentadora por período entre 5 e 10 anos, ou seja, pós-requalificação. Alguns dos usuários que o frequentam por período superior a dez anos, consumavam, ir ao parque para ver e levar alimento aos macaquinhos que existiam nos lagos e informaram que o parque era “muito mais bonito, tinha mais vegetação”. Os que já residiam na cidade e informaram não utilizar antes das obras de requalificação apresentaram como motivos a falta de segurança em vista da presença de drogados.

Todos os entrevistados vão ao parque partindo de sua residência, que em maior recorrência, se localizam a distâncias superiores a 3 km (gráfico 8), sempre acompanhados dos familiares. Quanto aos residentes próximos ao parque, foi verificado que somente o utilizam nos dias de semana, e como foi verificado no período de observação, de forma bastante reduzida.

Gráfico 8 – Distâncias percorridas pelos usuários do parque desde sua residência

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação às motivações para o uso do parque, foram recebidas três respostas de todo o universo pesquisado. A mais incidente se refere ao ambiente

proporcionado pela morfologia interna, pois as pessoas se sentem em contato com a natureza e, dessa forma, conseguem relaxar, descansar. A segunda motivação mais incidente se relaciona com o compromisso de levar os filhos para brincar, e posteriormente, a atração proporcionada para a realização de atividades físicas.

Quanto à interação com pessoas estranhas nos momentos de lazer, no interior do parque, da mesma forma que ocorre na praça, não é habitual conversarem com pessoas que não pertencem ao círculo de amizades. As poucas pessoas que informaram conversar com estranhos o fazem em função dos filhos que brincam com crianças desconhecidas, o que proporciona conversas ocasionais entre os pais.

O tempo gasto, informado pelos entrevistados, em atividades passivas ou ativas no parque é variável. A metade dos entrevistados informou permanecer entre uma e duas horas, e a outra metade entre duas e três horas em média. Esse tempo é utilizado principalmente para a realização de atividades esportivas individuais, surgindo como segunda resposta mais incidente descansar e conversar com amigos e familiares e, posteriormente, apreciar o movimento e brincar com as crianças.

Em se tratando de segurança, a grande maioria dos usuários do parque se sente segura em seu interior. Os poucos entrevistados que informaram não sentir segurança se referiram às áreas com vegetação densa, locais propícios ao uso de drogas, nos quais deveria ocorrer maior fiscalização.

Se referindo à acessibilidade visual e simbólica, os usuários, em sua grande maioria, manifestaram que não existem elementos que os inibam de acessar o interior do parque. A parcela que informou sentir algum receio se referiu à relação existente entre topografia e vegetação densa, que proporciona espaços sujeitos a surpresas desagradáveis. Com relação à acessibilidade física, do mesmo modo que os residentes e trabalhadores no entorno, os usuários acreditam que os acessos não são dificultados pela diferença de nível com o entorno, mesmo sendo em grande medida realizados por escadarias.

Com relação à premissa de que a vegetação que envolve o parque atua como barreira de isolamento visual do entorno, proporcionando a realização de atividades com privacidade, os entrevistados foram unânimes em concordar. Ainda se referindo à massa vegetal, mais especificamente a implantada no interior do parque, em sua quase totalidade os usuários acreditam que favoreça a permanência, e os poucos que são contrários manifestaram sua insatisfação com o

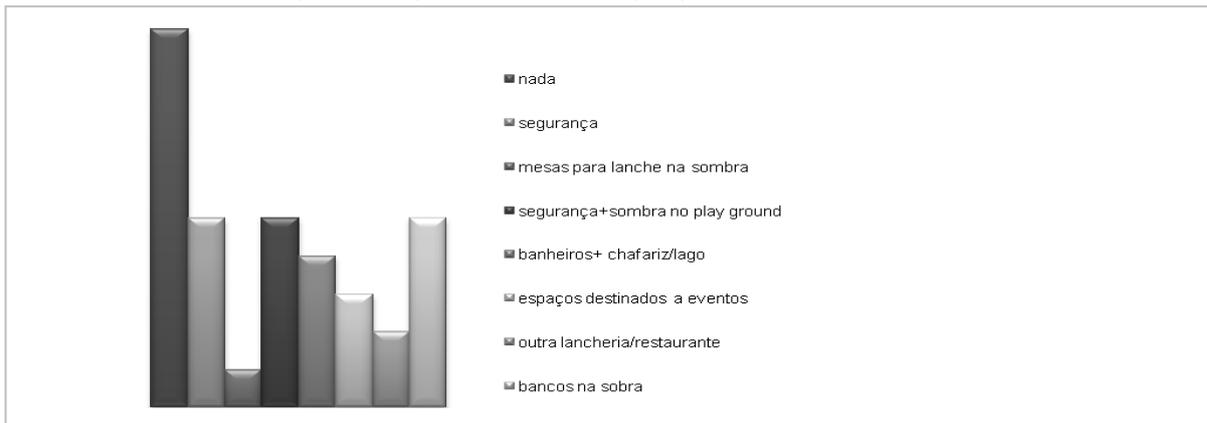
excesso de insolação existente no *playground* e em grande parte dos estares com bancos que apresentam apoio para as costas.

Apenas um dos entrevistados acusou sentir interferência dos edifícios no entorno, se referindo à sombra projetada pelo edifício “Parque do Sol”; os demais acreditam que não há interferência nos usos internos do parque.

Quanto à questão relacionada às qualidades do parque, os usuários acreditam que a arborização que proporciona privacidade e sombra aliada à diversidade de atrativos para a realização de atividades físicas é o mais relevante. Alguns incluíram, também, a limpeza do lugar como qualidade que os atrai.

Se referindo ao que sentem falta dentro do parque, as respostas foram variadas, mas prevaleceu a inexistência de elementos. Para uma melhor visualização da relação de necessidades dos usuários, as respostas foram tabuladas e estão apresentadas no gráfico 9.

Gráfico 9 – Elementos apontados pelos usuários do parque como necessários



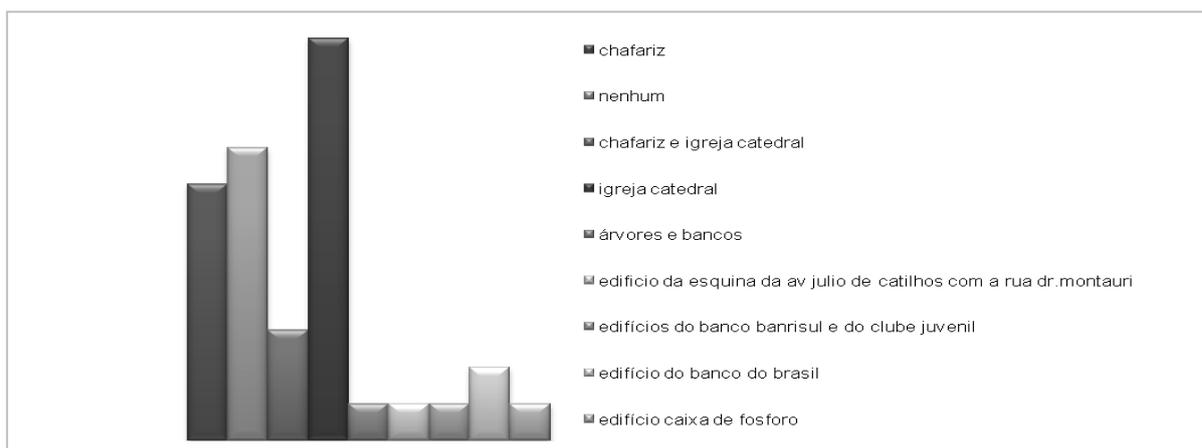
Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como nas entrevistas realizadas para os frequentadores da praça, os usuários do parque também foram questionados sobre a utilização do outro espaço público, nesse caso, em relação à praça Dante Alighieri, sendo que a maior parcela desses informou que não utiliza ou utiliza somente para passagem. Um grupo mais reduzido costuma frequentar também a praça para apreciar o movimento ou conversar com amigos. Alguns dos que informaram não utilizar a praça acrescentaram que até há pouco tempo o faziam, mas devido à proliferação dos *sites* de relacionamento via *web*, preferem ficar navegando na internet.

Aos que informaram frequentar o espaço da praça, mesmo que seja apenas para passagem, foi solicitado que apontassem os elementos e as edificações

marcantes. Dentre a grande diversidade de elementos apontados, a resposta mais incidente foi representada pela edificação que abriga a Catedral, seguida da inexistência de elementos ou edificações significativos e, em terceiro lugar, o chafariz que existe no eixo norte-sul (gráfico 10).

Gráfico 10 – Elementos e edificações lembrados no interior e no entorno da praça Dante Alighieri



Fonte: Elaborado pela autora.

5.4 A PERCEPÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA ATUALIDADE PELOS ANTIGOS MORADORES

Anteriormente à finalização das entrevistas abertas realizadas com os que vivenciaram os espaços públicos em tempos pretéritos, foi questionado sobre suas percepções em relação à praça de hoje. Para Elma Bochese

a praça já foi mais bem cuidada, hoje está muito relaxada, suja, [...] é cheia de desocupados, de pessoas que não cuidam do que é de todos, jogam lixo, quebram as lixeiras.

Raymundo Pezzi aponta também problemas de segurança noturna:

Olha, a praça eu vejo como um lugar que me dá saudades, pouco aproveitável pelo perigo. Eu não atravesso a praça às 9h da noite, mesmo com toda a iluminação que tem. Eu moro aqui há 44 anos, fui o primeiro morador deste prédio. Às vezes, quando eu preciso de um medicamento, eu ligo para a farmácia Central, e eles enviam por um motorista do ponto de táxi. Pago o táxi para andar uma quadra. Eu não tenho coragem nem às 9 da noite, devido aos maus elementos que se concentram ali. Medo de ser assaltado. De dia ainda vai, de noite, não.

Após essas informações, indagou-se a Raymundo Pezzi, se a situação apontada não havia melhorado após a reforma realizada no ano de 2003, quando se obteve a seguinte descrição de fatos:

Na hora tinha melhorado, fizeram uma limpa, mas tudo está voltando, a prostituição, os marginais. Tinha os guardas ali e os faziam sair, mas agora está voltando tudo, é uma pena, deviam ter mantido a guarda. Agora tu vais ali e as prostitutas estão nos bancos. Para mim não afeta, mas as senhoras não gostam. É só passar ali para ver. Isto eles deveriam tomar providências. As pessoas têm medo das prostitutas. Um das senhoras me contaram que foram sentar nos bancos da praça e elas mandaram sair, pois aquele lugar seria delas.

Nesse mesmo sentido, Neusa Michelin declarou:

Aqui só vêm pessoas da periferia, é muito raro alguém daqui do entorno ir para a praça. O ambiente da praça não é agradável, tu podes olhar que têm moças e até senhoras de mais idade, sentadas em bancos. [...] São contumazes mesmo, estão sempre aí, é programa, não é? A praça tem muito disto. [...] Não dá para ficar sentada, olha o ambiente que está a nossa praça, mas a praça é de todos, não tem o que reclamar, se as pessoas não têm o que fazer vão para a praça.

Os três entrevistados que residem em edificações de múltiplos pavimentos e que fazem testada para a praça Dante Alighieri, não a frequentam. Para Elma Bochese os motivos também estão relacionados aos usuários habituais do espaço:

Quando a gente passa por ali, vê o estilo das mulheres, que são prostitutas, que ficam cantando os velhos.

Essas percepções vêm ao encontro dos argumentos utilizados pelos entrevistados que somente utilizam a praça como espaço de passagem, bem como daqueles não usuários que residem ou trabalham no entorno. Também confirmam que os usuários desse espaço público são provenientes, em sua grande maioria, de locais distantes da centralidade urbana de Caxias do Sul.

Com relação ao atual parque Getúlio Vargas, a Professora Cleodes Maria P. J. Ribeiro, que reside em suas imediações, sente que ocorre a invasão dos espaços, especialmente nos sábados à tarde e domingos:

As pessoas chegam de carro, só não estacionam nas copas das árvores. Nos bairros também existe pracinha, parques, mas as pessoas têm que vir para o centro, pois elas não podem fazer piquenique na praça, deitar na grama, namorar, mas no parque podem.

Além disso, para quem conviveu nas proximidades desse espaço público em tempos marcados por atividades culturais, tem a percepção de que houve uma inversão dos valores anteriormente vigentes no parque. Veja-se o depoimento da Professora Cleodes Maria P. J. Ribeiro:

Nem sei se isto ainda tem característica de parque, porque fico imaginando como ele era antes, agora olho, vejo todo mundo andando de bicicleta parada, fazendo exercícios, com instrutores. A concha ruiu e, pelo visto, o que se sobrepôs não foram mais a orquestra, e sim, as bicicletas, os exercícios físicos. O culto ao corpo mais que o culto ao espírito. Eu fico pensando, quem fica enfiado em uma fábrica o dia inteiro, quer ar, sol, ao invés de sentar para assistir à orquestra sinfônica, apesar de que, às vezes, existem shows sertanejos e de rock, organizados pela prefeitura.

Essa percepção sobre os usos do parque nos fins de semana por residentes externos à centralidade urbana vem ao encontro das informações obtidas nas entrevistas realizadas com os usuários desses espaços públicos.

6 NA IMINÊNCIA DE (NÃO) CONCLUIR: RELAÇÕES E REFLEXÕES

Os resultados obtidos, nas bases investigadas e apresentados no Capítulo 4, “Construção e desconstrução do lugar”, e no Capítulo 5, “Apropriação dos espaços públicos,” são analisados de forma a se estabelecerem relações, já que se pretende entender as transformações, identificar as continuidades e as descontinuidades, as semelhanças e as diferenças acerca dos fenômenos da apropriação dos espaços estudados. Na continuidade são discutidos os resultados obtidos e suas relações com as bases teóricas eleitas, feitas reflexões a cerca dos resultados da pesquisa e tecidas considerações para continuidade.

6.1 RELAÇÕES ENTRE O URBANO E A APROPRIAÇÃO

A construção efetiva da sede Dante, ocorre em um momento em que a prosperidade dos colonos e seus descendentes já se fazia notar. Era necessário que se demonstrasse e consolidasse essa economia crescente em nível ambiental, ou seja, a identidade dessa comunidade (que havia se formado após muitas privações) necessitava se impor no território ainda carente de manifestações urbanas, que proporcionasse a efetivação visível da força comunitária e demonstrasse em público os laços e as relações sociais construídos.

Dessa forma, cresceu a necessidade de efetivação de um centro, de um espaço de ação, onde acontecimentos significativos que demarcam a existência humana tivessem lugar, pontos de chegada e partida, a partir dos quais ocorrem a orientação e a apropriação do ambiente. (MUGA, 2006).

A construção da praça Dante Alighieri, como ponto de partida desse centro, encaminha o lançamento de uma trama urbana hierarquizada na cidade, que congrega os usos que foram sendo implantados em seu entorno e a eles se relaciona como um elo.

As conexões foram planejadas de forma artesanal na construção da cidade, no rebaixamento dos terrenos, de modo a atribuir ao espaço público o papel que já lhe havia sido consagrado na história: o de ser um elemento de união da comunidade, destacado pela organização espacial e intencional. A implantação da

praça como um lugar projetado para ser um sistema de possibilidade de encontros, conforme definido por Holanda (2003), foi possível pelo apossamento do espaço, onde os descendentes de colonos demonstraram sua força como grupo que se apropria do espaço e o define conforme sua matriz identitária e sua cultura arraigada aos laços herdados.

Esse apossamento tem o sentido de construção de uma nova territorialidade, segundo definição de Haesbaert (2009), por um grupo homogêneo de migrantes que apresentavam vínculos étnicos e religiosos, que fez esse novo lugar, demonstrando sua força para enfrentar as adversidades que se impuseram na adaptação. Foi uma construção social, uma obra produzida e vivida no cotidiano das relações de sociabilidade da comunidade, que se confundiam com seus desejos, anseios e paixões.

A partir da efetiva implantação da praça Dante Alighieri, as práticas sociais ocorrem como trocas de vivências e experiências. A apropriação e a consequente formação do lugar no ambiente da praça, associadas à igreja fazem parte de um processo de identidade coletiva, uma vez que o grupo de cidadãos fazia parte de uma comunidade restrita, e os encontros de domingo após a cerimônia religiosa, ocorrem de forma rotineira fortalecendo os laços sociais construídos. As relações comerciais iniciais só são revividas simbolicamente durante os eventos da Festa Nacional da Uva, quando todos se apropriam de seus domínios e efetuam vendas que são teatrais e evocam os signos da produção rural.

A inserção do colono italiano que ainda tinha dificuldades em relação ao idioma, na matriz da vida social do Estado, é buscada através do trabalho, que, ao construir a cidade, buscava a cidadania, sendo que a forma de demonstrar sua importância para o desenvolvimento econômico foi feita através da celebração de seu principal produto. A escolha desse símbolo não foi arbitrária, pois, conforme Cohen (apud RIBEIRO, 2002, p. 91), “todos os grupos sociais utilizam estratégias simbólicas com o objetivo de auto-representação”, podendo ali se incluir a valorização de origem ou descendência. Essa festa servia para demonstrar a qualidade do que era produzido e o estágio de desenvolvimento da cidade e, assim, chamar a atenção dos governantes para quem eram esses imigrantes e qual era o seu valor na participação da economia e na cultura do estado.

A partir do apossamento efetivo do novo lugar, se processam manifestações que têm maior significado (no caso de comunidades de imigrantes) pela

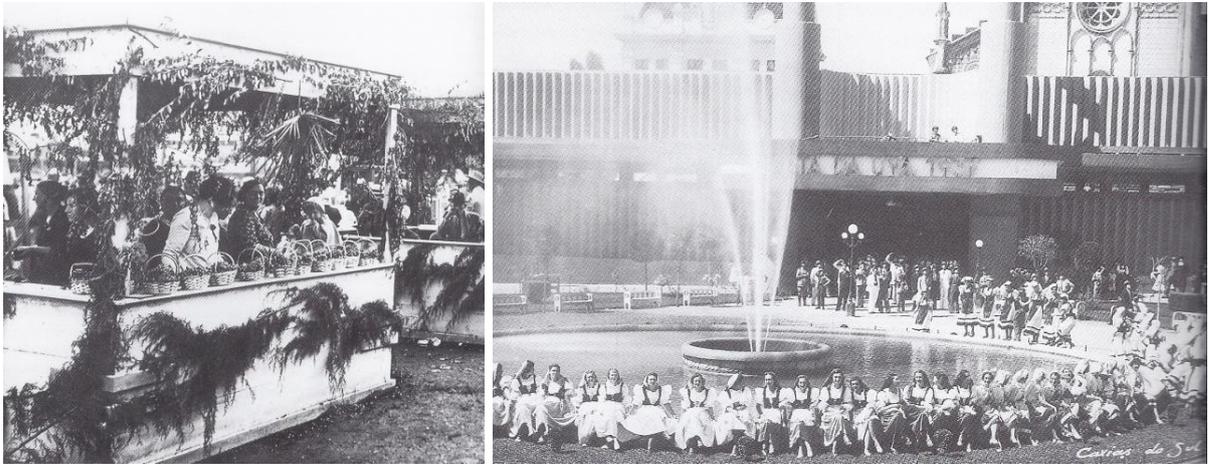
necessidade de reconstruírem seu ambiente. A demonstração da adaptação e a recriação do ambiente provocam a integração da comunidade para a realização da festa com o fortalecimento ou a criação de instituições socioculturais através da interação do homem com o meio e com os outros colonos. A recriação das relações com a natureza deixa marcas profundas na história coletiva, que representa o tempo da colheita e de abundância, e está ligada às diversas fases da vida social, afetando a comunidade como nos tempos de carestia. (RIBEIRO, 2002).

Por se tratar de festa que se vinculam, em sua origem e motivação, ao mundo agrário, é possível reconhecer nelas um nexó simbólico com a terra, cujo significado remete à idéia de fertilidade e abundância. [...] A Festa da Uva está relacionada, de forma emblemática, às vicissitudes históricas dos imigrantes na serra gaúcha e à conquista e sua independência econômica. (RIBEIRO, 2002, p. 49).

Nos períodos de festa não emergia qualquer traço de segregação entre as elites que habitavam o centro urbano e moldavam a morfologia natural às suas necessidades, e os colonos que viviam na área rural, ainda privados pelo distanciamento físico e social, da evolução que o espaço urbano estava apresentando. Essa integração foi feita através do reconhecimento de suas diversidades e da identidade comum, pois todos tinham um papel a cumprir, representando suas origens e as formas de apropriação envolvidas na criação e no estreitamento dos laços sociais necessários à sobrevivência no novo local.

O lócus para a inserção desse ritual festivo em um contexto espacial que pudesse demonstrar seu significado à comunidade se fez em um espaço vivido, que foi domesticado, transformado e retrata em suas características morfológicas os usos, os costumes, a história construída. Além da representatividade da realidade de apropriação da comunidade, se insere a arquitetura efêmera (fotografia 50) que altera o espaço físico da praça de forma a criar uma ambiência especial para o cenário da festa, que revelasse aos visitantes os símbolos da conquista de uma comunidade empenhada em prosperar.

Fotografia 50 – Arquitetura efêmera construída para a Festa Nacional da Uva: (A) Tendas para a venda de uva em 1932; (B) Tendeiras envolvendo o chafariz da praça Dante Alighieri e, ao fundo, Pavilhões de Exposição, em 1937



Fonte: Acervo do AHMJSA.

Já nos dias ordinários, a realidade vivenciada no centro urbano não representava a integração social entre todos os moradores do ambiente rural e urbano como nos momentos de festa. Os habitantes que, pela necessidade de demonstrar sua importância econômica para o estado tinham seus afazeres, deixavam desertos, nos horários de trabalho e estudo, os lugares urbanos.

Essa rotina não impediu que o momento de desenvolvimento econômico da comunidade e as determinações legais impostas pelo Poder Público se refletissem na arquitetura envolvente da praça, através da substituição progressiva das edificações rústicas em madeira que caracterizam o período primitivo por outras em alvenaria com discreta ornamentação que se refere ao período da aculturação. (POZENATO, 1983). A necessidade de demonstrar fisicamente o poder aquisitivo alcançado fez com que surgissem as primeiras manifestações segregacionistas, delimitando o centro para as elites, com poder de investimento na arquitetura pretendida e a periferia para os pobres.

A identidade dessa arquitetura começou a se moldar a partir da relevância da religião, com a eleição do sítio no ponto mais alto do povoamento e a posterior substituição da igreja de madeira pela de pedra na década de 10 (do séc. XX) e expressou, na arquitetura típica, os traços da cultura herdada desses imigrantes.

As edificações envolventes da praça se consolidam como um rendilhado contínuo de empenas, e cada uma com seu caráter concebe o todo e proporciona a proximidade entre público e privado, preservando a individualidade das partes. A densidade de portas ligadas diretamente ao espaço público lhe concede

acessibilidade e permite que os encontros interpessoais possam ocorrer de forma ocasional, animando o lugar e fortalecendo a copresença. De modo a auxiliar o sistema de permeabilidades²⁴ disponíveis e a circulação peatonal, ocorreu a diversidade dos usos que compõem os espaços privados envolventes da praça.

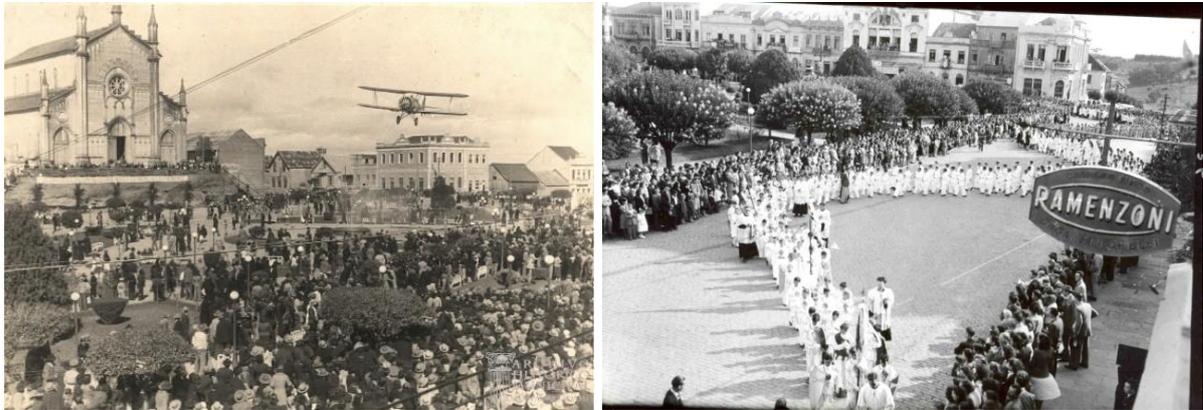
As atividades que se estabeleceram nos espaços privados do entorno imediato se referem ao comércio de produtos diversos, à hotelaria, ao lazer, à gastronomia e ocorrem somente no centro urbano, produzindo o afluxo de toda a população citadina em distintos momentos. A disponibilidade de outros usos, especialmente educacionais, ainda na centralidade urbana, fora do entorno imediato da praça também atraem estudantes, professores e outros funcionários. Essa polarização estabelece uma densidade populacional significativa, em horários específicos do dia, a transitarem para a realização de atividades necessárias, possibilitando o estabelecimento de trocas sociais.

As relações possíveis através dos usos podem ocorrer entre cidadãos e forasteiros que se hospedam nos hotéis existentes na área central da cidade. A consolidação do centro como ponto de referência para os moradores e visitantes faz da praça o efetivo elemento de congregação comunitária, excetuando-se os colonos habitantes da zona rural que ainda têm em capelas, construídas nas distintas comunidades, espaços de trocas sociais, onde se relacionam religiosidade e convívio social.

Na praça também ocorrem demonstrações cívicas, como as realizadas em apoio à instituição do Estado Novo, momento em que os caxienses saúdam a extinção dos extremismos, que não são estancados, pois ocorre a proibição de falar outro idioma em público, que não fosse o português, e se ergue um muro simbólico de silêncio envolvendo a área rural, privando os colonos do exercício da vida em comunidade e da sociabilidade. Esse movimento associado à Segunda Guerra Mundial, retira da comunidade suas formas de representação simbólica, pois as festas que marcavam sua identidade são interrompidas no período de 1938 a 1950.

²⁴ Conforme definido por Holanda (2003).

Fotografia 51 – Eventos na praça Dante Alighieri: (A) Manifestação em apoio ao Estado Novo em 1937; (B) Congresso Eucarístico em 1948



Fonte: Acervo do AHMJSA.

No período pós-guerra, algumas alterações significativas ocorrem na cidade, reflexo do desenvolvimento proporcionado pelo processo de industrialização e pelo progresso técnico, que se refletiram na diversificação da produção, gerando prosperidade econômica. Muitos jovens trabalhadores da zona rural são atraídos para a cidade que necessitava de mão de obra para a indústria e o comércio. A vida social e cultural é animada por clubes sociais, casas de espetáculos teatrais, cinemas, clubes esportivos, novos jornais e a criação de uma emissora de rádio.

O centro urbano pós-guerra ainda conservava seu perfil arquitetônico, e o cotidiano de suas relações de sociabilidade, anteriormente estabelecidas, é retomado. Assim, em grande escala, a representação dos acontecimentos da cidade em nível local segue sendo vivenciada pelo pedestre. A apropriação espacial ocorre de forma cotidiana e expressa a vitalidade do local através da realização do *speech act*. (CERTEAU, 1994).

Essas representações que definem os níveis de envolvimento do pedestre com o lugar ainda se materializam nas calçadas da praça Dante Alighieri de forma diferenciada das produzidas no seu interior e nas relações com os espaços privados. As ritualizações estabelecidas na realização do *footing* pelos jovens nos horários de fim de tarde se constituía em uma prática vivenciada pelo grupo social, impregnada de conteúdo simbólico, expressando o movimento da dinâmica espacial.

Além do lugar urbano estabelecido no espaço arquitetônico da praça, já consagrado na história recente da cidade, o início dos anos 50 do séc. findo traz consigo a pretensão da construção de um novo espaço para a realização das

representações coletivas e de identidade da população ainda predominantemente constituída por descendentes de imigrantes.

As celebrações festivas do início dessa década pretendiam demonstrar as transformações operadas nos 75 anos de ocupação do território, momento em que o progresso tecnológico se fazia visível, e se tornava evidente a transição de um universo de características predominantemente rurais para um processo de crescente industrialização.

Essa alteração de matriz produtiva, aliada ao recente isolamento imposto aos descendentes dos imigrantes, se traduziu em nostalgia e promoveu a necessidade de reafirmação da identidade individual e da coletiva. O papel da memória (como elemento essencial) foi evidenciado nos pavilhões de exposição histórico-cultural cujos objetos expostos, signos materiais da história vivida, serviram como fonte de conhecimento de parte da cultura dessa sociedade regional. (RIBEIRO, 2002).

A reprodução do passado foi utilizada como condição para a construção do presente, pois a sociedade pela necessidade de alimentar sua procura por identidade evocou a memória do real. O presente foi construído através do reforço do imaginário coletivo, com a construção do Monumento Nacional ao Imigrante, que reverenciou os atos dos pioneiros. A demonstração de uma nova identidade, dos agora ítalo-brasileiros, foi representada também pela inclusão de manifestações das culturas gaúcha e brasileira no curso alegórico tradicional da Festa Nacional da Uva, sempre realizado nas vias limítrofes da praça Dante Alighieri.

A praça, não servindo mais de palco para a realização das festas, ainda vivia sua ebulição a cada quatro anos, através dos desfiles. Após essas demonstrações, retornavam os dias ordinários, cujas práticas sociais desenvolvidas tinham relacionamento direto com os usos das edificações envolventes.

As funções realizadas nos espaços privados, componentes do ambiente arquitetônico da praça Dante Alighieri, especialmente os cafés e o cinema, se refletiam no uso do espaço público. As relações de sociabilidade dos jovens, estudantes ou trabalhadores, em seus horários pós-obrigação, se davam de forma integrada no ambiente privado e no público, pois esses se traduziam no ponto de encontro efetivo para as diversas trocas ou como espaço de transição para atingir o objetivo-fim no espaço privado.

Essas práticas construídas em nível local, geradas por princípios coletivos, são definidas por Bourdieu (apud CERTEAU, 1994) como *habitus* desse grupo. São os códigos simbólicos particulares que viabilizam a compreensão das possibilidades de exploração das formas de uso dos espaços. O modo de vida de cada um desses grupos, relacionado às regras e ao conhecimento entre os mesmos, define as práticas sociais construídas e reconstruídas na apropriação do lugar, em especial, o espaço da praça, que é o espaço singular enquanto é vivência urbana coletiva, que divulga o uso e a construção de uma identidade local de pertencimento.

Já na década de 70 (do séc. XX), a cidade alarga suas fronteiras pela necessidade de estabelecer a população de migrantes, que, auxiliada pela especulação imobiliária, transforma as áreas rurais próximas em bairros residenciais, favelas e emergentes distritos industriais, passando a se tornar visíveis as desigualdades sociais criadas no interior da sociedade tradicional.

Novamente se muda o local de representação da festa que outrora celebrava a identidade dos imigrantes, e em seus domínios é demonstrado o espírito empreendedor da cidade, alterando seu modelo, ou seja, de festa comunitária para atividade empresarial.

Passava-se do ciclo romântico para o real, da afirmação da identidade para a atração turística, da celebração do negócio. A uva foi simbolicamente marginalizada a um espaço periférico, menos nobre uma vez que o pavilhão principal foi ocupado pela produção industrial. O simbolismo da uva que fornecia a justificativa para o ritual de auto-representação dos ofertantes da festa parecia ameaçado, e a comunidade não se reconhecia nos novos símbolos. (RIBEIRO, 2002, p. 197-198)

A modernização produzida pelo crescimento industrial e econômico trouxe consigo alterações que foram também auxiliadas pela chegada dos migrantes, que inserem na cidade uma diversidade cultural não verificada até então, o que dilui o peso étnico da cultura local estabelecida. De forma conjunta, o conhecimento formal adquirido com a industrialização reduz o peso da herança cultural, das formas do fazer familiar introduzida pelos colonos italianos e mantida desde a imigração. Assim, se verifica a mudança no *habitus* do grupo coeso anteriormente estabelecido, ou seja, o processamento de alterações culturais significativas no seio da sociedade caxiense.

Essas mudanças que se traduziram na consolidação da lógica da produção capitalista, ajudaram a degradar a economia rural e transferiram um número cada

vez maior de pessoas para as cidades. (GHIRARDO, 2009). Essa nova identidade foi construída com a marca pretendida pelo grupo social dominante de modo a sinalizar o novo momento da história que estava sendo delineado.

Ainda na década de 70 do séc. passado, com a substituição das edificações e dos usos envolventes da praça, aliada à crescente migração populacional de forasteiros em busca de alternativas de emprego, proporcionadas pelo desenvolvimento industrial e comercial, ocorrem alterações nas práticas sociais estabelecidas ao longo da história do lugar. As manifestações periódicas de afirmação da identidade da população não ocorrem mais, os edifícios perdem sua unidade compositiva que caracterizava a morfologia urbana desse centro, os cafés cedem lugar aos mercados, e os cinemas passam a não ser mais os espaços de continuidade da sociabilização da população que se estabelecia entre o público e o privado.

Essas alterações se estabelecem com o apoio da legislação urbanística, através do incentivo à verticalização que pretendia transformar o centro urbano em um espaço adequado aos padrões arquitetônicos vigentes em termos nacionais, além de demonstrar a pujança econômica da cidade. Vindo ao encontro dessas tendências de modernização, se estabeleceram medidas repressivas aos grupos marginalizados que ocupavam os bordéis na centralidade urbana, o que deixa um saldo de novas formas de apropriação a ser absorvido pelo espaço da praça.

Assim, o centro urbano passa a atrair um público culturalmente diversificado; são grupos heterogêneos que não compartilham os mesmos códigos de vivência, e, por isso, se inicia o estabelecimento de modos de conduta segregados em um espaço onde a falta de convivência revela mensagens de comportamento plural, não aceito pelos antigos anfitriões do lugar.

A redução do espaço de sociabilidade da praça não é substituída por outro espaço público no centro urbano, pois o parque Getúlio Vargas, nesse período, ainda não se apresentava como um lugar de atração dos cidadãos; não se processam no parque as relações sociais estabelecidas na praça, pois, além de sua configuração ampla, da falta de ligações peatonais com o exterior e a inexistência de atrativos internos, a ocupação do entorno é rarefeita, se constituindo ainda em uma área segregada do centro urbano, apesar da proximidade.

Na tentativa de recuperar o lugar que se manifestava na praça, o Poder Público tenta reviver os tempos do *footing* através da construção de um passeio

peatonal (fotografia 52), mas a iniciativa não vem acompanhada de incentivos à implantação de usos comerciais que pudessem estabelecer relações com o espaço público de modo a animar o lugar e a proporcionar meios de sociabilização entre os habitantes. Associada ao fechamento do tráfego veicular, além da falta de vinculação com os usos comerciais, ocorre a implantação de um *playground*, que rompe com a proposta inicial de restabelecimento da sociabilidade, atraindo os habitantes das áreas periféricas desprovidas de lazer para as crianças, o que acaba se traduzindo em mais um elemento de segregação socioespacial, que é agravado, segundo a historiadora Loraine Slomp Giron,²⁵ pelo alargamento do espaço peatonal e pela inserção de canteiros com extensos bancos acoplados, o que contribuiu para a adoção da praça pelos miseráveis, que passaram a ter mais espaço para dormir.

Fotografia 52 – Passeio peatonal na Avenida Júlio de Castilhos, na praça Dante Alighieri, em 1987



Fonte: Acervo do AHMJSA.

Contribuindo para o processo segregacionista, ocorre uma crescente substituição dos imóveis por edifícios verticais no entorno da praça, o que passa a modificar as relações diretas dos usos privados em relação ao público. As residências não se encontram mais em nível de acessibilidade direta ao espaço externo, e os moradores se isolam em seus múltiplos pavimentos, observando o apossamento do “público” por grupos de pessoas estranhas. Os usos comerciais dos pavimentos térreos não estabelecem relação harmônica com o espaço de

²⁵ Entrevista publicada no jornal *Pioneiro* de 28 jan. 2002, p. 4.

convívio público e demonstram suas formas de defesa através de cortinas de ferro (fotografia 53).

O isolamento dos antigos moradores em seus espaços privados e/ou sua gradativa saída do local, em busca de sossego, aumentam a insegurança nas ruas, que estão cheias de desconhecidos, não só nos lugares de concentração popular, pois mesmo morando próximos as pessoas não se conhecem mais devido à grande densidade demográfica. (JACOBS, 2000).

Fotografia 53 – Fechamento dos usos comerciais no entorno da praça Dante Alighieri em 3 de nov. de 2009



Fonte: Acervo da autora.

Essa falta de relação entre o público e o privado se processa pela substituição dos usos relacionados ao lazer da população por usos comerciais destinados ao consumo das classes populares, posto que nas calçadas era realizada a interface com a praça, proporcionando animação a esse lugar em momentos específicos de dias nem sempre ordinários. De forma paralela a essas alterações comportamentais dos grupos sociais, fora da centralidade urbana, se processa a construção de espaços pseudopúblicos que ofertam formas de lazer com segurança para um público selecionado, deixando a praça como espaço de atração às periferias e marginalizados da sociedade tradicional capitalista.

O quadro de heterogeneidade social e arquitetônica vivido pelo centro urbano marcou a inversão de classes no domínio daquele território. O desenvolvimento industrial trouxe consigo a decadência do lugar, “milhares de destinos se cruzam todos os dias por ali. Pessoas que caminham a passos rápidos, e, mais por medo do que por opção, já não olham para os lados”. (*Pioneiro*, 28 jan. 2002, p. 3). Esta sensação de insegurança perpassa os domínios da praça e adentra

no espaço do parque Getúlio Vargas, que, através da disponibilização de atividades esportivas e culturais, começava a atrair os cidadãos.

A morfologia interna de ambos os espaços públicos, pela ocorrência de massas de vegetação arbórea de copas densas, obstruía as visuais proporcionando receio de uso, pois a falta de profundidade e clareza do ambiente não permitia a ocorrência de pontos focais definidos e favorecia o estabelecimento de práticas excludentes aos que não pertencem àquele grupo segregado que evocava para si o espírito do selvagem, de forma análoga ao que Tuan (1980) descreve como sendo o avanço das cidades tentaculares sobre os remanescentes florestais nativos.

Assim, se processa no seio da sociedade, com reflexo nas decisões do Poder Público municipal, a necessidade de requalificação dos espaços públicos visando à sua reapropriação e devolução à comunidade. Esse processo é formalizado a partir da premissa da valorização desses lugares, do incentivo à circulação peatonal, do resgate dos valores identitários da área central da cidade e do fortalecimento da segurança.

A proposta se efetiva parcialmente com a desobstrução visual interna dos espaços, investimentos em iluminação pública e a presença de equipes da Guarda Municipal e da Brigada Militar fazendo o policiamento. Essas iniciativas expulsam, temporariamente, os atores indesejados da cena urbana, momento em que o parque Getúlio Vargas passa, efetivamente, a se incorporar ao cotidiano como um equipamento público voltado ao lazer ativo de grande parte da população da cidade.

A reforma na praça Dante Alighieri traz consigo a animação e a esperança de retorno das práticas sociais dos usuários do espaço. A expulsão dos marginalizados, a proteção ostensiva dos olhos da polícia, a desobstrução visual pela remoção da massa densa de vegetação e a iluminação noturna excessiva pretendem o retorno da cidadania.

Por outro lado, a ordenação espacial projetada com a ampliação dos passeios públicos envoltórios da praça e a locação linear de bancos voltados ao exterior não favorecem a criação de espaços sociais ativos, somente de contemplação do movimento peatonal e do veicular. Na ambientação interna, o princípio ordenador segue a linearidade ao longo dos caminhos, de modo extrovertido (fotografia 54), não definindo espaços que possam se configurar também como ambientes introvertidos, que proporcionem relações de proximidade para uma conversa entre grupos de pessoas. Não se verifica a desejável

flexibilidade do espaço, de modo que os indivíduos pudessem estar socialmente envolvidos ou isolados, para o relaxamento solitário, a conversa entre amigos, a contemplação da animação do lugar ou a espera por uma pessoa. (MUGA, 2006).

Fotografia 54 – Ambiência interna da praça Dante Alighieri, em 5 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

De modo inverso ao universo da praça, onde as alterações que se estabeleceram nos usos privados lhe trouxeram novas formas de apropriação, o parque, que teve ocupação lindeira mais recente e predominantemente residencial, não sofreu impactos em sua utilização. A configuração introspectiva e autossuficiente, característica desse tipo de espaço para lazer, não apresenta dependência direta das transformações que ocorrem em seu entorno. Os usos externos não se constituem em fatores que influenciam em sua apropriação, pois a densidade dos acessos e as relações de permeabilidade não se configuram como elementos vitais para sua utilização, de forma inversa ao que ocorre nas praças públicas.

Assim, a requalificação realizada no parque com a ambientação dos espaços projetada de forma a envolver os usuários através da adoção do traçado orgânico das áreas contemplativas, e a diversidade de mobiliário implantado proporcionaram maior variedade de opções de configuração de espaços de estar (fotografia 55), seja na criação de ambientes introvertidos ou extrovertidos. Outro fator que favorece o envolvimento ou o isolamento dos usuários é a liberdade de utilização dos elementos disponíveis para distintas práticas, além dos bancos formalmente estabelecidos, as escadarias e os meio-fios se transformam em

espaços de estar, diferentemente da formalidade demonstrada na praça (fotografia 55).

Fotografia 55 – Composição de diferentes ambiências no parque Getúlio Vargas, em 5 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Também visando a alavancar as transformações físicas estabelecidas, os espaços públicos são agraciados com frequentes eventos que os animam, o Poder Público pretende demonstrar a nova identidade cultural do cidadão que não é mais predominantemente composto por descendentes de imigrantes italianos, e sim, por aqueles que foram atraídos pela estrutura capitalista da cidade e migraram em busca de melhores oportunidades de crescimento econômico individual.

A partir do momento em que os olhos da polícia não mais se constituem no cotidiano da praça, os usuários segregados do espaço retornam de forma lenta e gradual, se apossam do espaço que havia sido projetado para o resgate da identidade do centro urbano e para o retorno da sociabilidade, sendo novamente repelidos nos momentos festivos dos desfiles bianuais da Festa Nacional da Uva, das anuais Feiras do Livro, onde se instaura o processo de vigilância temporário.

Já no parque, a multiplicidade de ofertas de lazer especialmente ativas, disponíveis à população, associadas à ampliação visual e à manutenção do posto da Brigada Militar, em um ponto estratégico, em terreno elevado, com visão para os locais de maior atividade parecem ter inibido o retorno efetivo dos marginalizados que frequentavam ostensivamente o lugar. Tende-se a entender a inserção dessa estrutura de segurança na área interna do parque como a Torre Panóptica projetada por Jeremy Bentham, que se trata de um lugar que permite ter a visualização de tudo o que ocorre, pois sua forma e inserção são ideais para tal. (SANTOS, 1988).

Esses fatores colaboram para uma ocupação mais efetiva do parque pela população em detrimento da praça, apesar de sua importância revelada na construção da identidade e no desenvolvimento social e econômico da comunidade, que não são mais lidos com clareza na configuração socioespacial desse centro urbano.

6.1.1 A apropriação dos espaços públicos: visão dos entrevistados

Verificou-se, ao longo da fase de levantamento e análise dos dados coletados, que a atratividade dos usos do entorno e a morfologia se estabeleciam de forma favorável à praça, o que, na atualidade, já não mais se consolida. As condições de acessibilidade sempre favoreceram as práticas sociais na praça Dante Alighieri, inversamente ao que ocorre em relação ao parque Getúlio Vargas, mas o uso mais intenso do espaço interno, hoje, é verificado nesse espaço público. Assim, o entendimento desse fenômeno é aprofundado através das respostas obtidas nas entrevistas realizadas.

Nos residentes e trabalhadores no entorno imediato da praça Dante Alighieri se verifica um sentimento de rejeição, devido à apropriação desse espaço público por pessoas marginalizadas da sociedade, especialmente delimitadas por ambulantes e prostitutas. Já não se verifica mais a apropriação desse espaço público pelos mendigos e andarilhos que eram assíduos no período de manutenção do passeio peatonal.

Os residentes tradicionais demonstram saudosismo pelos tempos áureos de vivência e convivência que ali se estabeleciam e medo dos atuais anfitriões do lugar, reivindicando o disciplinamento dos usos, garantido pela segurança estabelecida após a requalificação e relaxada com o passar dos anos. Os usuários do parque

Getúlio Vargas também relatam que a não aceitação dos atuais usuários da praça, o que aliado à falta de atrativos, são os fatores principais para sua não utilização como espaço de lazer.

Essa dinâmica que se estabelece na praça, com sua exploração por individualidades sobre uma área que deveria ser de livre acesso a todos, sem exclusividade para a realização de qualquer atividade que não viesse ao encontro do interesse comum se traduz na apropriação privada dos espaços públicos, o que para Gomes (2006) é definida como um dos principais fatores para o recuo da cidadania, pois, com a invasão física, não se verifica mais o espaço de convivência e de respeito ao *outro*.

De forma inversa às percepções sintetizadas sobre a praça, os residentes e trabalhadores no entorno do parque, em sua maioria, se apropriam, mesmo que de forma esporádica desse espaço para a realização de suas práticas esportivas e recreativas, não percebendo processos claros de posse por grupos excludentes. Identificam, ainda, alguns locais que apresentam menor sensação de segurança, que são especialmente delimitados pela massa vegetal densa que envolve o parque, haja vista que a configuração morfológica intimista ali estabelecida propicia o desenvolvimento de práticas que não são voltadas ao lazer da população e são, dessa forma, socialmente evitadas.

Aqueles que não utilizam o espaço público apresentam como motivos principais a diversidade de faixas etárias e a aglomeração, o que, segundo Muga (2006), está associado aos níveis de privacidade satisfatórios buscados pelos indivíduos. O superpovoamento é definido como a experiência de baixo ou nulo desejo de contato, o que pode ser entendido como um processo de isolamento voluntário, que seria violado com a utilização do espaço público.

Esses não usuários ainda apresentam em comum formas de lazer privado através da adoção de tecnologias disponíveis para o isolamento social pretendido. De forma paradoxal, se encontram conectados ao mundo e, ao mesmo tempo, se isolam no interior de suas redomas protetoras, onde a barbárie do mundo real não penetra sem permissão explícita. Por outro lado, se disponibilizam à realização de interação social em grupos restritos e em espaços protegidos, onde o filtro do poder aquisitivo e da acessibilidade é exercido de forma efetiva na seleção dos atores que podem fazer parte desses grupos socialmente selecionados. (GOMES, 2006).

Em relação às entrevistas realizadas no interior dos dois espaços públicos, os frequentadores dos dias ordinários é bastante reduzido, com predominância de homens aposentados na praça, de jovens e crianças acompanhadas por responsáveis no parque. Esses quadros são alterados significativamente a partir do início das tardes de sábado se prolongando pelo dia de domingo.

Acredita-se que esse afluxo tão distinto possa ocorrer em função de dois fatores: primeiramente, por algumas das edificações residenciais que envolvem o parque possuírem infraestrutura de lazer própria, incluindo *playground* (fotografia 56), cujos fechamentos proporcionam segurança, os espaços são controlados, e os usuários, selecionados. Assim, as ofertas de lazer, especialmente infantil, proporcionadas pelo parque, são subutilizadas com apropriação por aqueles que não residem nesses espaços privados qualificados.

O outro fator se refere a uma questão cultural do povo citadino, que envolve a disciplina para o trabalho, desde a construção do centro urbano, na década de 30 do séc. XX, a cidade já apresentava o perfil do trabalho, e seus lugares urbanos (ruas e praça) ficavam vazios. Assim, o afluxo prioritário de aposentados ao espaço da praça parece refletir a permanência dessa cultura, que, nas palavras do jornalista Nivaldo Pereira, é imprescindível, pois, para ser aceito em Caxias do Sul, é necessário vir para trabalhar, para construir algo para si e para o lugar, contribuir para a cidade. As retribuições da cidade para com seus moradores só ocorrem na forma de troca, de doação e demonstração de interesse, de engajamento no sistema capitalista estabelecido. Pereira ainda qualifica essa forma de aceitação como um mito de origem, que foi construído culturalmente no passado e que ainda segue vigente. (Caxias do Sul, DVD, s.d.).

Fotografia 56 – Área de lazer infantil em condomínio vertical no entrono imediato do parque Getúlio Vargas, em 5 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

A apropriação de ambos os espaços públicos nos fins de semana é intensificada, mas a preferência é canalizada para o parque Getúlio Vargas em vista da diversidade de atividades lá disponíveis. Os usuários residem, em sua grande maioria, em casas com pátio localizadas em bairros da cidade e têm como atividade principal serviços não especializados, ligados ao setor terciário, o que remete à montagem de um cenário que se constitui em uma rotina dos espaços públicos das cidades enquadradas acima do porte médio.

Segundo Gomes (2006), as classes média e alta restringem seus espaços de sociabilidade a pequenas extensões de convivência com familiares ou com aqueles de mesmo padrão, confinados em espaços selecionados. Além disso, possuem em suas edificações equipadas com arsenais de artefatos de comunicação privada que, paradoxalmente, abrangem relações com o mundo em um percurso cada vez mais confinado no espaço imediato. Essa desigualdade social vigente se traduz em um emuralhamento da sociedade que tende a reproduzir um sistema de encontros mais formais e fora do espaço público, da mesma forma como ocorria nas sociedades feudais. (HOLANDA, 2003).

Isso posto, a praça e o parque em seus dias de maior ebulição se destinam aos que não apresentam condições de produzir no espaço privado o estilo de vida das classes de maior poder aquisitivo, o que não garante o *status* de público ao espaço público, que é estratificado pela individualização dos que o utilizam, pois,

conforme os entrevistados, a interação social com pessoas estranhas ao círculo de amizades não é uma prática vigente. As relações ocorrem de forma fraternal nos grupos de afinidade, e o compartilhamento de informações, que extrapolem a segurança e a privacidade nos espaços públicos, é visto com desconfiança e evitado socialmente.

Apesar de esses lugares estarem sendo loteados em ilhas privadas, se verificam entendimentos que são comuns aos diversos grupos. As questões relacionadas à acessibilidade física e visual, especialmente em relação ao parque, que foram analisadas como dificultadas por sua inserção morfológica, não são identificadas pelos usuários como elementos que possam dificultar física ou simbolicamente o acesso.

Os elementos morfológicos que isolam o parque do entorno, com especial ênfase à massa vegetal, mesmo se constituindo em locais propícios a práticas menos aceitáveis socialmente, se transformam em atrativo à população, uma vez que proporciona a falsa ideia de não se encontrar em uma área central da cidade, envolta por usos essencialmente urbanos. O envolvimento causado pela vegetação concede ao usuário a sensação de proteção, abrigo, fonte de vida e continuidade, além de prover as necessidades de recarga e recuperação espiritual, o que no parque é valorizado pela existência de água (fotografia 57) outro elemento que contribui para a aceitação dos lugares, além da amplitude interna do espaço que permite a sensação de clareza e profundidade visuais. (SATTLER, 1993).

Fotografia 57 – Água na composição paisagística do parque Getúlio Vargas, em 5 de out. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

O parque, atualmente, se constitui em um lugar identificável e único onde o arranjo dos elementos se constrói de modo a delimitar fechamentos e proximidades, e define as necessidades humanas de defesa e aconchego. (MUGA, 2006).

Essa construção, associada à disponibilidade de atrativos para o desenvolvimento de diversas práticas que se dão através da contemplação ou de atividades físicas individuais ou em grupo, para distintas faixas etárias, estabelece a atratividade do parque em detrimento da praça, que, além de não apresentar os predicados naturais, ainda reúne atores indesejados, que repelem os interessados em lazer e tranquilidade.

Ainda sobre as questões que envolvem os espaços públicos, especialmente em relação aos atributos formais das edificações e sua interferência na ambiência dos lugares, os entrevistados apresentam percepções bastante homogêneas, não considerando tais elementos como relevantes. A ocorrência de edifícios diferenciados e marcantes na configuração espacial no entorno da praça tem pouca significância, pois o patrimônio cultural, que conforme Meira (2004) se constitui numa ponte entre o passado e o futuro, a lembrar que a cidade é fruto de uma complexa construção histórica não é evocada de forma enfática na memória dos usuários desse espaço.

A edificação que abriga a igreja, que segundo Pozenatto (CAXIAS DO SUL, DVD, s.d.), teve o papel de demonstrar a religiosidade dos imigrantes que lhes deu

suporte, se constituindo em um espaço com funções sociais, que, junto com a disciplina para o trabalho, moldou a feição da região das colônias, é o elemento que tem maior destaque no imaginário dos atuais usuários dos espaços públicos da área central da cidade. Essa relevância não parece estar associada às marcas da construção histórica do lugar, pois, de modo geral, essa indicação é isolada, sem conexão com os outros edifícios ainda remanescentes do período de consolidação do centro, que garantiam destaque à produção arquitetônica e que, em conjunto com a praça, definia a pregnância²⁶ do lugar.

6.1.2 Pensando em sintetizar

A recente história da Cidade de Caxias do Sul revela as alterações transcorridas na estruturação da sociedade e seu conseqüente reflexo tanto na morfologia da centralidade como na espacialidade das práticas sociais. As sucessivas substituições seguiram os anseios de modernização dos setores e classes dominantes da sociedade, visando a acompanhar a evolução dos períodos correspondentes.

A relação entre as estruturas morfológicas, seus usos associados e a acessibilidade proporcionada aos espaços públicos e suas formas de conexão com os privados demonstra a diversidade de trabalho investido no centro urbano, através das alterações e consolidações de sua imagem, não só como patrimônio material, mas também como testemunho do universo possível de práticas sociais.

A evolução da cidade e, por conseqüência, de sua centralidade tem reflexo na sociabilidade possível, uma vez que, na contemporaneidade, o conjunto urbano é construído como a soma de parcelas mais ou menos independentes e sem entendimento do todo. Os espaços que são comuns, mas não são públicos, se multiplicam e atraem para si uma significativa parcela da população. A diversidade de tecnologias existentes para nos extrair do espaço público é cada vez mais acessível em termos locais e globais.

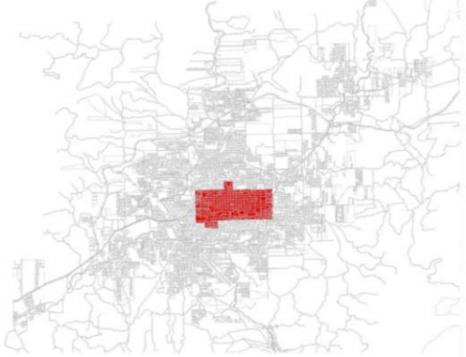
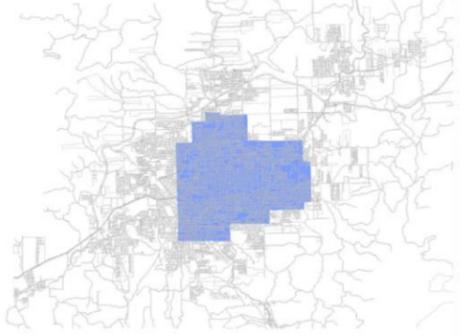
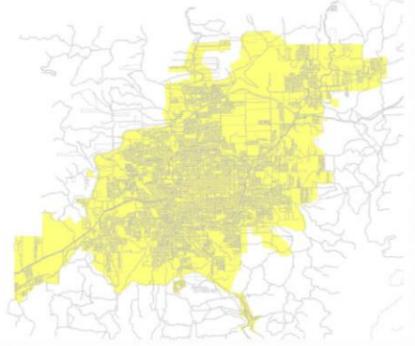
Essa oferta de novas estruturas urbanas produz formas de apropriação que redefinem os lugares urbanos consolidados, o que, em síntese, resulta em

²⁶ Conforme Kohlsdorf (1996) são predicados morfológicos que permitem que certos lugares sejam gravados facilmente na memória.

individualização, em confinamento da sociabilidade, que, na visão de Gomes (2006), significa o recuo da cidadania.

Assim, na tentativa de sistematizar e melhor revelar o quadro desenvolvido ao longo do período estudado, foi elaborada uma síntese conclusiva dos elementos significativos produzidos na estrutura sociourbana da centralidade, abordando temas relacionados à morfologia, funções e a apropriação, ou seja, as relações entre as estruturas formais, as funcionais (usos dos espaços privados e atividades desenvolvidas nos espaços públicos) e as formas de acessibilidade verificadas, todos como elementos interferentes na apropriação dos espaços públicos (quadro 4).

Quadro 4 – Síntese conclusiva dos elementos significativos produzidos na estrutura sociourbana da centralidade

quadro síntese	1930 - 1950	1950 - 1970	1970 - 2000	
	<p>MORFOLOGIA:</p> <p>Rendilhado de empenas contínuas, legibilidade e clareza na configuração; Arquitetura envolvente na escala humana; Catedral como marco de referência.</p> <p>Acessibilidade: Acessos peatonais priorizados; Diversidade de acesso irrestrito aos usos do entorno; Acesso visual privilegiado, sem barreiras.</p> <p>ESTRUTURA FUNCIONAL:</p> <p>Usos - Diversidade de usos complementares às atividades residenciais que proporcionam lazer passivo, religiosidade e intercâmbio entre residentes e forasteiros.</p> <p>Atividades - Temporárias em espaços privados; Manifestações públicas; Festa Nacional da Uva; Contemplação.</p>	<p>APROPRIAÇÃO:</p> <p>Grupo de mesma origem étnica; Relações sociais amplas em momentos específicos; Segregação socioespacial entre centro e zona rural.</p> <p>Ocupação territorial restrita.</p>  	<p>MORFOLOGIA:</p> <p>Pontuações verticais rompem a escala humana envolvente; Catedral como marco de referência; Variabilidade da configuração morfológica, enfraquecimento da legibilidade.</p> <p>Acessibilidade: Peatonal e veicular facilitadas; Diversidade de acesso irrestrito aos usos do entorno; Acesso visual privilegiado, sem barreiras.</p> <p>ESTRUTURA FUNCIONAL:</p> <p>Usos - Diversidade de usos complementares às atividades residenciais que proporcionam lazer passivo, atrações culturais, religiosidade e intercâmbio entre residentes do centro, da zona rural e forasteiros.</p> <p>Atividades - Exibição de peças de teatro nos cinemas; Manifestações públicas; Contemplação.</p> <p>APROPRIAÇÃO:</p> <p>Grupo de mesma origem étnica; Relações sociais amplas, em momentos específicos; Segregação socioespacial entre centro e periferia.</p> <p>Ocupação territorial ampliada. Área urbana avança sobre a área rural.</p>  	<p>MORFOLOGIA:</p> <p>Falta de legibilidade no conjunto arquitetônico envolvente; Conjunto praça/catedral como elemento singular na configuração urbana e parque como referência morfológica.</p> <p>Acessibilidade: Prioridade de circulação veicular; Acessibilidade peatonal facilitada; Diversidade de acesso restrito aos usos do entorno; Acesso visual privilegiado, sem barreiras.</p> <p>ESTRUTURA FUNCIONAL:</p> <p>Usos - Predomínio de usos comerciais e institucionais restritos; Isolamento vertical dos usos residenciais; Surgimento de espaços pseudopúblicos fora do centro.</p> <p>Atividades - Feiras: cultura/comércio; Comícios políticos; Contemplação; Comércio ambulante; Eventos destinados ao público das periferias.</p> <p>APROPRIAÇÃO:</p> <p>Grupos de etnias, culturas e origens diversas; Relações sociais em escala restrita; Individualidade; Segregação socioespacial generalizada; Apropriação do centro pela periferia.</p> <p>Ocupação territorial minimiza a área rural; Ocupação irregular da periferia.</p>  

Fonte: Elaborado pela autora.

6.2 AS TEORIAS E A REALIDADE

A cidade, na sociedade contemporânea, é um palco onde os interesses do sistema capitalista emergem com foco na produção de consumidores potenciais, sem considerar as condições de estabelecimento da cidadania, definindo como produto o rompimento das relações horizontais que tinham como cenário o espaço público, e, nele, se construíam o lugar com o conseqüente distanciamento entre os que têm acesso ao capital e os despossuídos.

O espaço público do período anterior à contemporaneidade tem sido entendido por muitos autores como um espaço do coletivo, não pertencente a uma classe ou a grupos de indivíduos que o territorializa. Esse espaço público constitui a realização espacial da esfera pública definida por Habermas (2003) como o local de participação política democrática. Assim, se supõe que as esferas e os espaços públicos eram locais de vida social onde cidadãos livres e iguais podiam discutir assuntos de interesse geral e deliberar sobre temas políticos.

Esse entendimento não é unanimidade entre os teóricos, havendo os que acreditam que esse território público, burguês e liberal, só existia pela prática da exclusão baseada em classe, sexo e raça.

Esse público era apenas uma dentre várias esferas públicas possíveis, embora aquelas constituídas por outros grupos fossem sistematicamente ignoradas ou desprezadas [...]. Estas esferas incluíam associações voluntárias de mulheres ou trabalhadores que eliminavam a distinção rígida entre público e privado, um “território público” na qual a discussão política não era condição *sine que non*. (GHIRARDO, 2009, p. 45 - 46).

A partir das dessas duas premissas, procuramos buscar uma analogia aos fatos ocorridos na evolução urbana do centro de Caxias do Sul.

De acordo com o princípio proposto por Habermas (2003), a praça Dante Alighieri foi definida por seus usuários como um espaço de sociabilização ampla, onde se demonstrava o *habitus*, se realizavam festividades, trocas e se reafirmava a identidade dos colonizadores. Por outro lado, e, de acordo com Ghirardo (2009), a historiografia faz alusão a lugares só para homens, que era também o gênero predominante nas manifestações políticas onde se estabelecia uma hierarquia de inserção na vida social. Esse processo era agravado pela segregação socioespacial imposta aos colonos que não residiam no centro e que só eram inseridos nesse

lugar em momentos especiais de eventos de afirmação da identidade dos imigrantes.

Ainda buscando relações entre o entendimento dos autores e os fatos ocorridos no espaço da praça, tem-se que, para Sennett (1998), os espaços públicos se constituíam em locais de encontro de distintos segmentos sociais, de grupos heterogêneos, que alimentavam a sociabilidade de forma ampla. Já as práticas e trocas sociais que se faziam na praça Dante Alighieri estavam relacionadas a um grupo homogêneo, já que todos tinham uma mesma origem, raça e credo religioso. Dessa forma, as relações já se faziam em escala restrita por um grupo que possuía diversas afinidades, incluindo a necessidade de demonstrar sua importância identitária e econômica para o Estado e a Nação, o que não definia formas de apropriação territorializada, de modo contrário ao que se verifica na atualidade.

Outro processo de segregação, verificado na evolução do centro urbano de Caxias do Sul se processou pela imposição de transformações no entorno da praça conforme era o desejo das elites, que, através de determinações legais, construía barreiras simbólicas traduzidas na arquitetura destinada às camadas de maior poder aquisitivo, empurrando para a periferia aqueles que não tinham condições financeiras.

De qualquer modo, o espaço público se constituía no principal foco de atenções daquele grupo, e todos se submetiam às regras de civilidade e urbanidade necessárias à construção da cidadania. O apossamento desse grupo com relações quase fraternais construía e atualizava constantemente suas manifestações sobre o lugar, mesmo que, em distintos períodos, tenha sido (auto) imposta a condição para a formação desse coletivo, que convivia harmonicamente, estabelecendo relações e animando o público e o privado. A partir da inserção de forasteiros e da definição de funções homogêneas na envoltória da praça, foram levantadas barreiras, muitas delas invisíveis, mas que determinaram as formas de acessibilidade possível, produzindo uma espécie de *apartheid* sociocultural.

As representações que eram construídas no dia a dia, no nível da rua, das calçadas, das circulações, dos encontros casuais vivenciados pelo pedestre, que atualizava suas possibilidades de uso e interpretação do espaço social, através da criação das linguagens de comportamento na expressão da vitalidade do lugar, saem de cena.

Atualmente, se percebe que o fluxo de pessoas que animam diariamente o espaço da praça é infinitamente maior do que aquele que ocorreu na temporalidade até em razão do número de habitantes com que conta a cidade. Cabe observar que o maior afluxo de usuários se faz para o atendimento de suas necessidades, o que não proporciona o estabelecimento de relações de sociabilidade (que são vitais para a formação do lugar) da forma como ocorria quando as manifestações eram restritas a uma população reduzida.

O pedestre da cidade contemporânea, que é o ator principal da cena urbana, que conhece os espaços e reconhece suas particularidades, se vê perdido no seu contexto de inserção. A ampliação de ofertas reais e virtuais, a diversidade e complexidade dos espaços urbanos públicos e pseudopúblicos, a degradação dos espaços públicos centrais, associadas ao acesso rápido a informações em termos globais e à mobilidade veicular, se traduz em interiorização e individualidade, pois, em outros tempos, as oportunidades de lazer eram muito restritas. A rua, a praça, o cinema, os cafés eram as formas de sociabilização, e o rádio, ajudavam a para fazer o tempo passar, para os que residiam no centro urbano e tinham condições financeiras para tal, diferentemente dos que trabalhavam na colônia.

Ao mesmo tempo que as representações sociais foram deixando de ser essencialmente realizadas em público, as resultantes espaciais que adquirem forma ao longo do processo de evolução da centralidade urbana da cidade e que se constituem no mediador entre o espaço público e o privado definem as formas de socialização possíveis. Os símbolos repressivos inscritos na arquitetura e as alterações nos usos se traduzem em falta de lugares de intercâmbio que outrora proporcionavam vínculos entre a praça e os espaços privados, ou seja, as estruturas espaciais não são mais projetadas de modo a produzir as relações sociais que se verificava no público.

Sabe-se que hoje as cidades dependem, essencialmente, de um comércio desenvolvido de modo conjunto com o espaço público, para o qual existe a necessidade de criar ambientes seguros, que proporcionem proximidade nas relações sociais com qualidade de entorno para a produção de um ambiente cidadão. É necessário que exista uma capacidade de gestão na inserção das atividades diretamente relacionadas com os pavimentos ligados ao espaço público, de modo a restabelecer as relações antes verificadas entre as calçadas, praças, os cafés, etc. (BORJA, 2006).

Em outros tempos, o espaço público definia os lugares da cidade e organizava o urbano com base na geração de estratificações e hierarquias, diferenciando público de privado e proporcionava a realização de processos de identificação social e ambiental.

El espacio público pensado como una estructura topológica implica un sistema del tipo formas – actividades – significados por el cual el diseño de la forma física se corresponde con la ocupación práctica del espacio desencadenándose un proceso de significación social que debería remitir al valor de lo público. La arquitectura como lenguaje del espacio público se legitimaría en la medida en que logre esta relación de correspondencias entre la forma física, el uso social y el significado público del espacio que proyecta. Una ciudad de buena arquitectura descansa sobre la posibilidad de una efectiva **continuidad y homogeneidad** cognitiva, perceptiva y valorativa de su espacio público. (ARROYO, 2006).

Constatou-se que essa não foi a base para o processo de evolução da centralidade urbana de Caxias do Sul, que se construiu sobre premissas do desenvolvimento econômico e as necessidades de demonstrá-lo em sua arquitetura. A homogeneidade e a continuidade cognitiva e perceptiva entre a envoltória edificada e a praça foram rompidas com as sucessivas substituições, prejudicando as relações que se faziam entre formas físicas e usos sociais do espaço público.

Fotografia 58 – Desagregação morfológica da envoltória da praça, em 2 de set. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Dessa forma, o espaço público que deveria ser o lugar que não apresenta obstáculos ao acesso e à participação de qualquer tipo de pessoa, onde as indiferenças, as afinidades sociais, os jogos de prestígio e as diferenças deveriam se submeter às regras de civilidade, se comporta como mais uma parte desarticulada de um todo inexistente. Esse conjunto, que não mais se define na contemporaneidade, tem ligação direta com as diversas oportunidades postas à disposição do homem pelo sistema capitalista hegemônico vigente. As partes são visíveis como elementos isolados no sistema urbano, nas composições que não qualificam as ruas, nos espaços públicos sem atratividade e na exaltação dos espaços pseudopúblicos pasteurizados globalmente.

Mesmo assim, apesar de não mais se constituir em lugar urbano para uma parte significativa da população da cidade, a praça ainda é um espaço de referência para os habitantes e, provavelmente, como afirma Alex (2008), também para os turistas, devido ao seu significado como elemento de orientação no tecido urbano.

Essa condição de ponto nodal²⁷ na organização do espaço é reforçada pela configuração morfológica, cuja estrutura verde participa na composição da imagem do lugar, concedendo-lhe individualidade, além de proporcionar boa acessibilidade visual, o que não garante que a acessibilidade simbólica seja igualmente qualificada, em função dos atores que compõem a cena urbana e territorializam o espaço.

A praça tem seu *status* de elemento-síntese ampliado na configuração do centro através da manutenção de marcas da história da cidade em sua relação visual estreita com a igreja de Santa Tereza, além de demonstrar no seu piso os símbolos identitários (fotografia 59) do período de consolidação de uma cultura que perdeu sua forma como matriz de um povo. Essas peculiaridades da arquitetura mantidas na envoltória desse espaço público demonstram a cultura herdada e registrada de um período que moldou a personalidade do lugar e que caracterizou a fisionomia da cidade a partir de onde se construiu o crescimento da cidade.

Atualmente, esse lugar se reconstrói sobre a aculturação urbana que se produz na cidade e passa a ser palco para manifestações populares, em um relacionamento no qual as pessoas criam e modificam esse espaço, influenciando e sendo influenciadas por esse.

Fotografia 59 – Representação dos símbolos de construção da identidade dos colonizadores da cidade no pavimento da Praça Dante Alighieri (A) e em sua relação com a igreja de Santa Tereza (B), em 2 de set. de 2010



Fonte: Acervo da autora.

Apesar da permanência como espaço público, da importância no contexto urbano da cidade, das condições morfológicas singulares, da acessibilidade física e

²⁷ Segundo Lynch (1997), os pontos nodais são focos estratégicos, conexões, concentrações de atividades com características diferenciadas na imagem da cidade.

visual favorecidas na praça Dante Alighieri, a manifestação mais efetiva de apropriação se constrói sobre o parque Getúlio Vargas, o que vem ao encontro do que preceitua Queiroga (2009) ao definir que o lugar não se efetiva somente nas praças, e sim, nos espaços de encontro e convivência, com valor afetivo para seus usuários.

O parque Getúlio Vargas, assim como a praça, pode ser definido como um ponto nodal na centralidade urbana. Sua configuração morfológica é introspectiva, o que gera uma acessibilidade física e visual prejudicada, que não é considerada por seus usuários como pontos negativos ou impeditivos para a utilização do lugar. De forma contrária, a massa vegetal que auxilia a introspecção do espaço é considerada um dos principais fatores de atração da população. O isolamento proporcionado pelo envolvimento vegetal confirma a teoria de Macedo e Sakata (2002), pois não se consolidam as relações entre o parque e as edificações do entorno, além de se constituir em refúgio urbano proporcionado pelo rompimento de grandes áreas edificadas.

Sobre a apropriação que se efetiva no parque, percebeu-se a ocorrência de relações apenas em escala restrita, por grupos de afinidade, não se estabelecendo as relações primordiais para sua definição como público conforme o entendimento de Sennett (1998, 2008). Mesmo assim o parque se apresenta repleto de usuários em seus momentos de ócio, que têm na qualidade ambiental desse espaço público um dos seus principais atrativos, certamente aliado às tendências do culto ao corpo.

Verificou-se também que as atividades realizadas no parque, de forma inversa ao que ocorre na praça, se enquadram, conforme Guel (2006), na categoria de *opcionais*. Essa definição sugere a concretização de uma manifestação prazerosa, do desejo de estar em um lugar onde as condições são convidativas, que não decorre da necessidade de atendimento a compromissos, utilizando o espaço público como o caminho mais curto.

A atratividade desse espaço público também se deve à disponibilidade de funções, o que proporciona um maior tempo de utilização do espaço, além do interesse de distintas faixas etárias. As atividades disponíveis no parque Getúlio Vargas podem ser enquadradas como: estar, descanso, lazer, esporte, contemplação, festa e estética. Isso nos remete ao entendimento de que, das oito categorias definidas por Leitão (apud BENEDET, 2008), como possíveis em um espaço público, e que contemplam usos ativos e passivos, o parque apresenta, em

sua gama de opções, sete dessas, o que qualifica seu poder de atração e sua intensidade de uso.

Em relação à praça Dante Alighieri, a disponibilidade de atrativos é bastante reduzida, se comparada às possibilidades elencadas relativamente ao parque. As funções presentes podem ser enquadradas, como: estar, contemplação, estética e festa, sendo que a paisagem construída, especialmente relacionada às edificações envolventes, não é um dos elementos que, consoante os usuários e não usuários potencialize sua utilização.

Fotografia 60 – Utilização do espaço da praça (A, 05/10/2010) e do parque (B, 21/11/2009) em dias com atividades de festa



Fonte: Acervo da autora.

Essas potencialidades objetivas dos espaços públicos da centralidade urbana, cada um representando um papel especial na estrutura da cidade, apontam às formas de apropriação possíveis nesta rede urbana.

A praça que foi o símbolo da construção de uma identidade coletiva, onde o homem vivia e convivia, participava ativamente da formação de sua história e de seu lugar, moldando o terreno na formação da identidade de uma comunidade homogênea que firmou sua territorialidade demonstrando, em público, suas relações de sociabilidade, hoje não mais participa de forma tão ativa na vida dessa população. Consolida-se ela para os antigos moradores como um *lugar da memória*, que provém dos fenômenos associados à história e à memória da cidade, representativo tanto do patrimônio construído como do imaterial, tendo ficado registrado na memória que as pessoas têm. (CASTELLO, 2007).

Para a atualidade ela se apresenta segmentada, posto que, nos dias ordinários as apropriações são territorializadas por grupos excludentes, que erguem suas barreiras simbólicas demonstrando sua identidade social. Essas demonstrações reduzem simbolicamente o lugar e oprimem os outros usuários, pois, de acordo com Tuan (1983), as pessoas intimidam mais os pensamentos que os objetos, sendo que onde se manifestam desejos comuns, o local se torna um espaço amplo, ao contrário dos espaços de conflito.

Já nos dias festivos, de feiras e eventos, a praça é devolvida aos cidadãos que construíram uma nova territorialidade a partir das migrações, onde o hibridismo cultural é demonstrado através das distintas representações possíveis pela supressão das fronteiras e que por esse eventual apossamento constroem um lugar urbano plural.

Essa mesma mistura se constrói sobre os domínios do parque Getúlio Vargas, especialmente nos dias destinados ao ócio da população. A construção do *lugar da pluralidade* é definida por Castello (2007, p. 22) como “o lugar do lazer, do prazer, da mistura, do contraste, dos outros, das diferenças [...]”. Lugar onde ocorre a diversidade e a apropriação desejada dos espaços públicos, o que não define o estabelecimento de trocas e práticas sociais, na constituição de vivências em comunidade no sentido amplo, isto é de cidadania.

Aqueles que não manifestam suas relações em público constroem sua sociabilidade em escala restrita, sendo essas associadas aos padrões arquitetônicos e às tecnologias disponíveis, facilitando o confinamento social em termos globais. Essa premissa se confirma através das informações de alguns dos residentes no entorno dos espaços públicos estudados, que preferem os locais pseudopúblicos, as chácaras particulares ou relações virtuais como forma de sociabilização, ao invés da mescla social possível nas áreas de lazer público.

As experiências vivenciadas na atualidade, quando não é mais necessária a presença física para a realização de trocas ou práticas, e as tecnologias disponíveis possibilitam a comunicação com agilidade e distanciamentos temporal e espacial, sem a necessidade de se excluir do lugar privado, se traduzem em um quadro pouco alentador para a formação efetiva do lugar, aquele das lembranças guardadas na memória, da identificação de seus predicados e do significado especial que tem valor afetivo. (TUAN, 1983). Aquele lugar que a partir de significados práticos ou

emocionais, proporciona um senso de pertencimento, representando a identidade construída por diferentes pessoas ou grupos. (LYNCH, 1997).

Essas formas de apropriação esporádicas, individualizadas e realizadas por segmentos da população, remetem a um recuo na vivência e no encolhimento do espaço público, o que na visão de Gomes (2006), pode estar definindo o recuo da cidadania que é praticada no cotidiano, no espaço concreto do dia a dia.

Trata-se de um pacto social que é vivido concretamente nos espaços de convivência social, que estabelecem as normas de comportamento, limites de práticas, negociação de interesses, etc. Em poucas palavras, estamos nos referindo às práticas que caracterizam os espaços públicos da cidade. [...] A fragmentação social crescente é acompanhada de uma fragmentação territorial, e os espaços comuns, públicos, transformam-se em objeto de disputa, ou simplesmente são vistos como espaços instrumentais para o deslocamento. Desaparecendo o terreno da vida em comum, desaparecem também as formas de sociabilidade que unem os diferentes segmentos sociais. (GOMES, 2006, p. 189).

Assim, apesar de se verificar que ao longo da história da cidade de Caxias do Sul sempre ocorreram diferenças econômicas, sociais e culturais, com a inserção de dispositivos espaciais segregacionistas, na contemporaneidade, essas demonstrações vêm se apresentando de forma mais consistente. Os problemas urbanos, como: desigualdade social, dificuldade de acessibilidade, prevalência da mobilidade veicular sobre a peatonal, espalhamento da cidade gerando grandes distâncias, violência e insegurança, dentre outros, levam a urbe à fragmentação, e se refletem em isolamento e individualização dos hábitos cotidianos, influenciando na vivência do homem e na sua convivência em meio às diferenças demonstradas no espaço público. Conforme Sennett (1998), não se constata mais a credibilidade socialmente construída, que permitia aos estranhos interagirem em público.

Esses fatores são agravados pela configuração urbana, especialmente dos elementos legíveis a partir dos espaços públicos, uma vez que os dispositivos espaciais, através de seus arranjos e formas, induzem à exclusão.

No processo de afastamento do outro, as barreiras urbanas e arquitetônicas, o mobiliário, detalhes e sinais de exclusão vão tolhendo as expressões corporais, os contatos humanos, os comportamentos e as interações das pessoas entre si e com a cidade, deixando-a com feições hostis frente a seus usuários. (ANDRADE, 2011, p. 4).

Desse modo, a urbanidade²⁸ se apresenta através de códigos segregacionistas, frutos de uma convivência espacial privativa que se impõe e define a ideia de direitos e deveres do cidadão, estabelecendo mensagens acerca das formas de comportamento aceitável.

6.3 REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO

Essa dissertação foi proposta com a intenção de identificar as formas de apropriação e sua relação com a morfologia urbana, em espaços públicos localizados em centros urbanos de cidades de médio ou grande porte, na contemporaneidade. Foi delimitado como lócus empírico de estudo uma praça e um parque, localizados na centralidade urbana da cidade de Caxias do Sul, com distanciamento geográfico entre ambos de dois quarteirões e com inserções morfológicas e temporais distintas.

A definição desse objeto de estudo se deu em virtude da percepção de que os dois espaços públicos apresentavam distinta intensidade de uso apesar da proximidade física.

A busca por embasamento teórico foi primordial para abranger um universo heterogêneo de informações, que proporcionaram o reconhecimento de abordagens sobre as relações entre cidade e sociedade, que se construíram e se modificaram ao longo da história, acompanhando as técnicas e tecnologias vigentes em diferentes períodos e em diferentes culturas, resultando em espaços urbanos mais ou menos acolhedores que se refletem nas formas de agir em público dos homens, e que, de forma recíproca, influenciaram na construção e na desconstrução dos lugares urbanos.

Os estudos sobre morfologia urbana demonstram a relevância do reconhecimento dos elementos formadores do lugar, dos usos realizados nos espaços privados para a animação efetiva das praças públicas, além das relações

²⁸ Urbanidade, para Castello (2007) se relaciona ao potencial que o espaço contém para trocas e manifestações sociais e interações entre grupos diversos.

necessárias à construção da boa acessibilidade física, visual e simbólica, elementos esses que podem interferir no apossamento dos espaços públicos. Essas bases, agregadas aos conceitos de praça e parque públicos e suas possibilidades de atração para a realização de atividades, juntamente com o arranjo formal disponível, ajudam a definir as possibilidades de animação dos lugares.

De forma conjunta as outras bases teóricas investigadas, os referenciais sobre a formação de lugar urbano auxiliaram na compreensão das questões relacionadas à posse e à territorialidade, modos distintos de apossamento passíveis de ocorrer nos espaços. A afetividade que pode se estabelecer entre homem e lugar apontou as possíveis caminhos para dar atendimento ao que foi inicialmente estabelecido como objetivo do trabalho.

Para entender as influências morfológicas sobre a apropriação dos lugares, o objeto teórico construído apontou a uma abordagem, que determinou três linhas de aprofundamento sobre o lócus empírico: i) evolução da centralidade acompanhada das formas de apropriação; ii) morfologia urbana; e iii) apropriação dos espaços públicos na atualidade.

Inicialmente se visou a reconhecer o quadro pretérito estabelecido e buscar entender quais eram as efetivas formas de apropriação e suas relações com a morfologia urbana, e que fatos e eventos influenciaram na transformação do uso destes espaços públicos: praça e parque. A definição da busca pela “memória dos velhos” para embasar o processo evolutivo da centralidade urbana foi necessária, pois a historiografia oficial não disponibiliza fatos do cotidiano das pessoas e dos grupos sociais aos quais esses pertenciam.

A realização das pesquisas para a elaboração da evolução da centralidade urbana, além de proporcionar informações sobre a vivência que ocorria no espaço da praça Dante Alighieri e demonstrar a forma como seus usuários construiriam o *habitus*, revelou as relações público-privadas imprescindíveis para sua evolução social. Também possibilitou o reconhecimento de parte da evolução urbana da cidade, que confirma a importância da praça no contexto citadino por um período bastante expressivo da recente história de Caxias do Sul.

A adoção de depoimentos orais para o embasamento do contexto evolutivo trouxe uma significativa parte da história não contada em livros e documentos oficiais, que enriqueceram e humanizaram a construção do centro. Muitas das situações relatadas pelos entrevistados não foram diretamente utilizadas, mas

compuseram uma importante base para o entendimento de diversas relações ocorridas, em termos de configuração ambiental.

A partir dos relatos, ricos de informações e detalhes do cotidiano, foram agregados dados oficiais e estabelecida a contextualização das relações sociomorfológicas a partir da consolidação da praça Dante Alighieri, buscando, assim, o entendimento das apropriações e das práticas sociais ocorrentes no espaço público, aliado às interferências que os usos e as permeabilidades proporcionadas pelos espaços privados envoltórios pudessem estabelecer.

Partindo da base evolutiva, foi possível demonstrar as transformações morfológicas sofridas pelos lugares, comparando suas sucessivas alterações e estabelecendo as implicações dessas mudanças nas formas de apropriação e nos distintos períodos temporais.

A observação do comportamento dos usuários atuais dos espaços públicos foi fundamental para o reconhecimento das formas de agir em público, percepções que foram, em sua maior parte, confirmadas nas entrevistas realizadas posteriormente.

A partir dos elementos disponíveis e sistematizados, foram relacionados fatos e eventos, culminando em análises, por vezes parciais e, quem sabe até imprecisas, devido à grande quantidade de variáveis a ser considerada, a abrangência global das três vertentes de aproximação do problema e as restrições temporais impostas.

O método construído, através de estudo de caso, se mostrou eficiente, proporcionando a compreensão do contexto de inserção dos dois espaços públicos, seus elementos de identificação morfológica e a evolução ou involução das formas de apropriação demonstradas, o que permitiu sintetizar os dados analisados em um quadro que contém as principais conclusões a que se chegou sobre as diversas variáveis abordadas nos períodos evolutivos definidos.

A aproximação da evolução da centralidade com as formas de apossamento dos espaços públicos – em especial da praça por sua maior longevidade na história da cidade – demonstrou que fatos e trocas sociais do cotidiano foram se perdendo com o alargamento das fronteiras da cidade. A inserção de uma quantidade crescente de migrantes para suprir as necessidades impostas pelos desenvolvimentos industrial e comercial, aliada à falta de gestão dos usos privados que pudessem proporcionar ligações efetivas entre público e privado colaborou de forma efetiva para a desagregação dessa comunidade restrita e coesa que vivia e convivia com civilidade no espaço da praça.

A análise dos aspectos relacionados à morfologia urbana demonstrou que, além da desagregação do conjunto arquitetônico, a verticalização interferiu nas condições de apropriação especialmente da praça, pela falta de segurança que era proporcionada pela vigilância dos moradores, pelos olhos da rua, conforme definiu Jacobs (2000).

A partir das respostas obtidas das entrevistas realizadas com moradores e trabalhadores no entorno, bem como com os usuários dos espaços públicos, foi possível verificar que suas percepções nem sempre são condizentes com as análises realizadas via embasamento teórico.

Assim, com relação aos aspectos morfológicos, foi possível perceber que a maior interferência formal desses sobre a apropriação dos espaços públicos não se refere diretamente às arquiteturas de entorno. Em relação ao parque, as edificações não se constituem em elementos interferentes, pela introspecção e autonomia do mesmo. Já a envoltória da praça (que se configura edificada), conforme o resultado das entrevistas também não representa contribuição para sua utilização. Os elementos que apresentam efetiva interferência na utilização dos espaços públicos se relacionam a um componente vegetal, por sua possibilidade de alterar a paisagem, proporcionar conforto através da sombra e, especialmente em relação ao parque, por definir seus limites de modo a isolá-lo do contexto urbano.

As informações obtidas, em especial sobre a acessibilidade física e visual relacionada ao parque, são contraditórias no que se refere às análises realizadas. Conclui-se que a apropriação desse espaço público não é diretamente influenciada pela possibilidade de acessos facilitados, nem de visualização ampla para o seu interior, pois seus usuários já construíram uma relação íntima com o local, o que prescinde de boa acessibilidade. Essa percepção pode ser confirmada pela falta de informações sobre a acessibilidade simbólica verificada quanto à territorialização de porções do parque, não apontada pelos usuários, especialmente em relação aos grupos de jovens e às mensagens transcritas na quadra de *skate*.

De forma inversa, a acessibilidade simbólica da praça, que foi considerada insatisfatória pelos entrevistados, especialmente com a posse exercida pelas prostitutas nos diversos dias da semana, não foi verificada nas incursões ali realizadas, tanto no período de observação como durante a aplicação dos questionários.

Outros elementos agregados ao estudo, que podem apontar para uma maior utilização dos espaços públicos se referem às funções disponíveis e à ordenação espacial, especialmente dos locais de contemplação, que, por meio de sua diversidade compositiva, poderá imprimir maior qualidade e possibilitar melhores contatos entre os usuários.

Isso não significa dizer que poderá trazer de volta as formas de apropriação anteriormente estabelecidas, pois a cidade contemporânea apresenta uma gama diversificada de lugares para sociabilização, e a sociedade se constrói com base no do princípio da fraternidade, e, pela individualidade, se construiu o silêncio do cidadão, conforme alertado por Sennett (2008).

Assim, o lugar, se entendido como uma construção morfológica definida e com significado próprio, seria para a praça o lugar de demonstração da história de construção de uma cidade, que sofre com a fragmentação do todo, imposta pela interferência do capital hegemônico e com a sobreposição de *layers* na configuração morfológica dos elementos edificados que, aliados à sua atratividade, lhe conferiam significado simbólico é também enfraquecido com o processo de posse representado por minorias, sobre o espaço público. Esse lugar, na atualidade, só se verifica nos relatos dos que o vivenciaram e nos documentos fotográficos.

Já em relação à pluralidade do parque, que não lhe concede o *status* de lugar urbano por excelência, onde se estabelecem relações e práticas sociais, pois sua atratividade está relacionada às diversas funções disponíveis e à sua configuração morfológica intimista, não contribuem para a mistura social, pois que, nos fins de semana segrega os usuários do entorno imediato e se volta ao lazer das periferias.

Com a riqueza de informações obtidas das pesquisas realizadas, dos relatos “dos velhos”, dos dados evolutivos da centralidade, das informações dos usuários e não usuários desses espaços públicos, das questões relacionadas à morfologia urbana, associadas à fundamentação teórica, se conseguiu estabelecer um quadro real das formas de apropriação desses espaços públicos, além de sinalizar parâmetros que podem promover uma maior qualificação desses lugares.

A utilização dos distintos procedimentos metodológicos adotados permitiu a composição do cenário que levou às conclusões registradas nesta dissertação, as quais poderão contribuir para uma reflexão sobre a qualificação de espaços públicos, pois a percepção dos usuários é fundamental, e conforme Souza e Müller

(1997, p. 9), “conhecer, perceber e sentir a história da cidade é fazer-se cidadão, é desenvolver o sentimento de identidade com o meio fazendo parte do mesmo”.

Assim, se espera que essa dissertação possa ter contribuído para o aprofundamento do entendimento das formas de apropriação vigentes nos espaços públicos e que sirva de incentivo aos órgãos responsáveis a se mobilizarem na qualificação desses, visando à utilização e à satisfação de seus usuários, mesmo que não seja possível o retorno das antigas formas de sociabilidade apregoadas por alguns autores.

Dessa forma, se entende que os objetivos inicialmente estabelecidos para esta pesquisa foram atendidos. Assim tem-se um panorama local (que pode ser restrito) sobre as formas de apropriação e suas relações com a morfologia urbana não só na contemporaneidade, em que a criação de barreiras impostas por grupos excludentes que foram identificados como ambulantes e prostitutas na praça Dante Alighieri e por jovens que demonstram sua força através de seus ritos no parque Getúlio Vargas, definem o processo de privatização dos espaços públicos na atualidade. Os hábitos explícitos desses grupos ou individualidades determinam territórios bem-demarcados e criam limites simbólicos que os isolam e, por vezes, intimidam a utilização em diferentes graus de intensidade de parte ou da totalidade dos espaços públicos.

Outro fator que define as formas de apropriação dos espaços se refere à individualização, ou seja, aos relacionamentos intimistas que se manifestam em público. Como se pode observar, mesmo no parque, onde a ordenação espacial favorece o estabelecimento de relações através da disposição do mobiliário urbano, as pessoas não compartilham o mesmo espaço na tentativa de estabelecimento de relações em escala ampla, pois são os grupos familiares ou de afinidades que delimitam seus espaços de ação e relações.

Observou-se, ainda, que existe uma gama significativa de informações necessárias para que se avance no entendimento dos processos de apropriação dos espaços públicos urbanos.

Muitas questões ainda prescindem de resposta, tais como: identificar qual é a boa forma para que uma praça tenha qualidade ambiental e possa proporcionar o sentido de lugar; quais são os elementos imprescindíveis, sem a inserção de segurança armada, que fariam com que os usuários retornassem, se apropriassem novamente desses lugares; quais são as formas de apropriação que se estabelecem

em praças das periferias e em favelas; qual é a interferência da morfologia na apropriação dos espaços públicos das áreas segregadas da cidade e quais são as interferências e os reflexos dos aspectos culturais na apropriação de praças.

Isso posto, acredita-se que, com a continuidade da pesquisa, será possível proporcionar subsídios para a construção de lugares qualificados, que possam ser apropriados pela população.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.

ALEX, Sun. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

ÁLVAREZ, Darío. *El jardín en la arquitectura del siglo XX: naturaleza artificial en la cultura moderna*. Barcelona: Reverté, 2007.

ANDRADE, Patrícia A. Quando o design exclui o outro: dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa, PB. *Arquitextos* 134.05, ano 12, jul 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12/3973.htm>. Acesso em: 24 ago. 2011.

ARROYO, Julio. Del espacio público a lo público en la ciudad escindida: desplazamientos epistemológicos y conflictos arquitectónicos. *Café de las ciudades*, Buenos Aires, n. 42, 2006. Disponível em: http://www.cafedelasciudades.com.ar/arquitectura_42.htm. Acesso em: 14 ago.2011.

ASCHER, Françoise. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: R. Guerra, 2010.

AUGE, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 5. ed. Campinas: Papirus, 1994.

AYMONINO, Carlo. *Orígenes y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona: Gustavo Gili, 1971.

BARELLA, Sandra M. F. *Paisagem cultural: elementos de configuração morfológica e valores de preservação*. 2010. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENEDET, Michelle S. *Apropriação de praças públicas em cidades de pequeno porte*. 2008. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2008.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. v. 2 n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

BORJA, Jordi. Espacio público, condición de la ciudad democrática: la creación de un lugar de intercambio. *Café de las ciudades*, Buenos Aires, n° 42, 2006.

Disponível em: <http://www.cafedelasciudades.com.ar/politica_42_1.htm> Acesso em: 14 ago 2011.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 15 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

CALCAGNO, Nelson V.; MARCHIORO, Juarez. *Crescimento da cidade e legislação urbanística*. In: GIRON, Loraine S.; NASCIMENTO, Roberto R. F. (Orgs). *Caxias centenária*. Caxias do Sul: Educs, 2010. p. 69 – 113.

CASTELLO, Lineu. *A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura e urbanismo*. Porto Alegre: Propar /UFRGS, 2007.

CAXIAS DO SUL. AHMJSA. Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. *Mirante*, Caxias do Sul: Maneco, n.2, 2003.

CAXIAS DO SUL – *tradição e inovação de um povo* – documentário em DVD, s. d.

CAXIAS DO SUL. PMCS. Diretrizes para a Revitalização do Centro de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 2002.

CAXIAS DO SUL. CMCS. Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em: mar 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Tradução de Isabel Correia e Carlos de Macedo. Lisboa: Edições 70, 1971.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DIAS, João A. M. Espaços da singularidade: manifestações múltiplas do cotidiano da Praça Batista de Campos, Belém/Pa. In: XIII ENANPUR, 2009. Florianópolis. Anais. Florianópolis, 2009. CD-Rom.

DIZERÓ, Jossele D. *Praças no interior paulista: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP*. 2006. Dissertação (Mestrado) – PUC/Campinas, Campinas, 2006.

FAMURS Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

FREIRE, Cristina. *Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 1978.

FRUGOLI Júnior, Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GARCÍA, Vicente; RIMOCH, Alberto. *Urban Design*. Oxford: Oxford Polytechnic, Headington, 1978.

GEHL, Jan. *La humanizacion del espacio urbano: la vida social entre los edificios*. Barcelona: Reverte, 2006.

GHIRARDO, Diane Y. *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. 2. ed. São Paulo: WMF. Martins Fontes, 2009.

GIRON, Loraine S. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Educacs, porto Alegre: EST, 1977.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, Paulo C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOOGLE Earth. Acesso em nov. 2010; jan. 2011; jun. 2011.

GOOGLE Earth/Panorâmio. Acesso em: 15 jun. 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Conferência: Porto Alegre, Set. 2004*. Disponível em: <http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/Conference-Rogério-HAESBAERT.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2010.

_____. *Novas territorialidades*. módulo: Geografia na contemporaneidade. Curadoria de Antonio Carlos Robert Moraes. Palestra: 2009. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/07/14/integra-novas-territorialidades-rogeriohaesbaert-da-costa>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HOLANDA, Frederico. Apresentação. In: HOLANDA. F. (Org). *Arquitetura e urbanidade*. São Paulo: Proeditores, 2003. p. 13 –18.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

JORNAL Correio do Povo de 23 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em 30 mar. 2011.

JORNAL O Momento de 18 dez. 1933. Disponível em: < <http://www.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

JORNAL Pioneiro de 07 nov. 1953; 28 jan. 2002; 02. mai. 2002. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em: mar. 2011.

KLIASS, Rosa. Prefácio. In: MACEDO, Silvio. S.; SAKATA, Francine G. *Parques urbanos no brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

KOHLSDORF, Maria E. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

KRAFTA, Rômulo. *Morfologia urbana*. Curso de Especialização em intervenção, pesquisa e ensino de arquitetura e urbanismo. Caxias do Sul: UCS, 1996. Mimeografado.

LAMAS, José M. R. G. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Tradução de por Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____ *A imagem da cidade*. Tradução de por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: M. Fontes, 1997.

MACEDO, Silvio S. *Espaços livres*. In: Paisagem ambiente ensaios 7. São Paulo: FAU USP, 1995.

MACHADO, Maria A. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul: 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

MARZULO, Eber P. *Uma introdução sumária as técnicas de percepção ambiental*. Curso de especialização em Educação Ambiental. Faculdade LA Salle, Porto Alegre, 1997.

_____. *Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. In: BANDEIRA, Frederico G; HAESBAERTH, Rogério (Orgs). *Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 57– 68.

MEIRA, Ana L. G. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*. 2. ed. São Paulo: Hucitec /Rio de Janeiro:Abrasco, 1993.

MACEDO, Silvio. S.; SAKATA, Francine. G. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

MUGA, Henrique. *Psicologia da arquitetura*. Canevas VNG: Gaillivro, 2006.

NASCIMENTO, Roberto R. F. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

NEVES, José L. Pesquisa qualitativa características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração. São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Ed. da UNB, 2006.

POSENATO, Julio. *Arquitetura da imigração italiana do Rio Grande do Sul: assim vivem os italianos*. 4. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1983.

PUBLIC Space: prêmio europeu do espaço urbano. Disponível em: <<http://www.publicspace.org/es>>. Acesso em: 09 jun. 2011.

PMCS. Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Secretaria de Planejamento Urbano. Sistema Integrado de Informações (PMCS/Seplan/SUI). Disponível em: <<http://www.caxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

QUEIROGA, Eugenio F. *Praças e pracialidades em design: da visualidade da paisagem a visibilidade dos lugares*. 2009. Disponível em: <<http://www.fec.unicamp.br>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

_____. *Entre a megalópole e a praça: notas dialéticas sobre paisagens urbanas contemporâneas e possibilidades projetuais do espaço*. ENEPEA – 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens/encarte1.html>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

REIS FILHO, Nestor G. *Urbanização e teorias*. São Paulo: FAU-USP, 1967.

RIBEIRO, Cleodes M. P. J. *Festa e identidade: como se fez a Festa da Uva*. Caxias do Sul: EducS, 2002.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio S. *Praças brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

RODRIGUES, Ferdinando M. *Forma Imagem e significados em estruturas urbanas centrais*. São Paulo: Ed. da UFF/ProEditores, 2005.

SANTOS, Carlos N. F. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Ed. da UFF, 1988.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica, tempo e razão*. São Paulo: Edusp, 2002.

SATTLER, Miguel. A. *Notas de aula da disciplina de climatologia*. Curso de especialização em paisagismo e meio ambiente. ULBRA, Canoas: 1993.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Luciene J. da. *Parques urbanos: a natureza na cidade - uma análise da percepção dos atores urbanos*. 2003. Dissertação (Mestrado) – UNB, Brasília, 2003.

SOUZA, Célia F.; MÜLLER, Dóris M. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.

TUAN, Yi Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, Fapesp, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – fichas-questionário de entrevistas semi-estruturadas

APÊNDICE B – mapas de usos do solo e quadros de usos e alturas das edificações das edificações que envolvem a praça Dante Alighieri e o parque Getúlio Vargas, nos períodos temporais definidos para a evolução urbana da centralidade

APÊNDICE A

Ficha de entrevista com residentes e trabalhadores no entorno da praça	
Dados do entrevistado	
Nome (opcional)	Idade
Profissão/atividade	
Informações sobre a relação do residente do entorno com o espaço público	
Frequenta a praça Dante Alighieri?	
<input type="checkbox"/> sim (responda às questões abaixo)	<input type="checkbox"/> não (responda às questões abaixo)
Que atividades desenvolve na praça?	Quais os motivos que o fazem não utilizar a praça, mesmo residindo tão próximo?
Qual a frequência de uso da praça? <input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> somente nos fins de semana <input type="checkbox"/> outra. Qual?	
Vai à praça: <input type="checkbox"/> sozinho <input type="checkbox"/> com amigos <input type="checkbox"/> com a família	Que atividades de lazer costuma desenvolver em seu tempo livre?
Quando você está na praça, costuma interagir com outras pessoas? Se sim, de que forma?	Onde são desenvolvidas essas atividades?
Existem espaços dentro da praça que representam ameaças à tranquilidade e ao deleite? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se sim, quais?	Você acredita que o movimento e o ruído dos veículos atrapalham o uso da praça? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Informações sobre a qualidade do espaço público	
Quais as qualidades/atrativos da praça?	O que falta na praça?
Você acha que os prédios do entorno da praça interferem no uso da mesma? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Existem elementos que obstruem as visuais da praça a partir do exterior que podem fazer com que você não os acesse? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se sim, quais?
De que elementos ou edificações existentes no interior ou no exterior da praça você lembra?	Os acessos à praça são facilitados por estarem no mesmo nível? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

Ficha de entrevista com residentes e trabalhadores no entorno do parque

Dados do entrevistado

Nome (opcional)

Idade

Profissão/atividade

Informações sobre a relação do residente do entorno com o espaço público

Frequenta o parque Getúlio Vargas?

sim (responda às questões abaixo)

não (responda às questões abaixo)

Que atividades desenvolve no parque?

Quais os motivos que o fazem não utilizar o parque, mesmo residindo tão próximo?

Qual a frequência de uso do parque?

diária

somente nos fins de semana

outra. Qual?

Vai ao parque:

sozinho

com amigos

com a família

Que atividades de lazer costuma desenvolver em seu tempo livre?

Quando você está no parque, costuma interagir com outras pessoas? Se sim, de que forma?

Onde são desenvolvidas essas atividades?

Existem espaços dentro do parque que representam ameaças à tranquilidade e ao deleite?

sim não

Se sim, quais?

Informações sobre qualidade do espaço público

Quais as qualidades/atrativos do parque?

O que falta no parque?

A vegetação que envolve o parque obstruindo visualmente as ruas e as edificações do entorno, favorecem os usos internos pela privacidade proporcionada?

sim não

Existem elementos que obstruem as visuais do parque a partir do exterior que podem fazer com que você não o acesse?

sim não

Se sim, quais?

De que elementos ou edificações existentes no interior ou no exterior do parque você lembra?

Os acessos ao parque por escadarias dificultam seu uso?

sim não

Ficha de entrevista com usuários da praça

Dados do entrevistado

Nome

Idade

Profissão/atividade

Mora em:

 casa com pátio; apartamento; condomínio com área de lazer interna

Relação usuário – praça

Qual a frequência de uso da praça?

 diária somente nos finais de semana outra. Qual?

Desde quando frequenta a praça?

Costumava frequentar a praça antes da reforma? sim; não

Motivos:

Vem à praça

 sozinho com amigos com a família

Vem à praça partindo de

 sua residência seu local de trabalho

Qual a distância percorrida?

Quais os motivos que o fazem utilizar a praça?

Quando você está na praça, costuma interagir com outras pessoas? Se sim, de que forma?

Quanto tempo permanece na praça?

Qual atividade desenvolve no tempo em que está na praça?

Informações sobre a qualidade do espaço

Sente-se seguro na praça?

 sim não

Se sim, existem espaços dentro da praça que representem ameaças à tranquilidade e ao deleite?

Se não, o que representa ameaça à sua segurança?

No seu ponto de vista, existem elementos que obstruem as visuais da praça a partir do exterior que podem fazer com que você não a acesse?

 sim não

Se sim, quais?

O movimento e o ruído dos veículos atrapalham suas atividades na praça?

 sim não

A vegetação que existe na praça favorece sua permanência?

 sim não

Por que?

Você acha que os prédios no entorno da praça interferem no uso da mesma?

 sim não

Os acessos à praça são facilitados por estarem no mesmo nível?

 sim não

Quais as qualidades/atrativos da praça?

O que falta na praça?

Você costuma frequentar também o parque Getúlio Vargas?

 sim não

Se sim, responda à questão ao lado.

De que elementos ou edificações existentes no interior ou no exterior do parque você lembra?

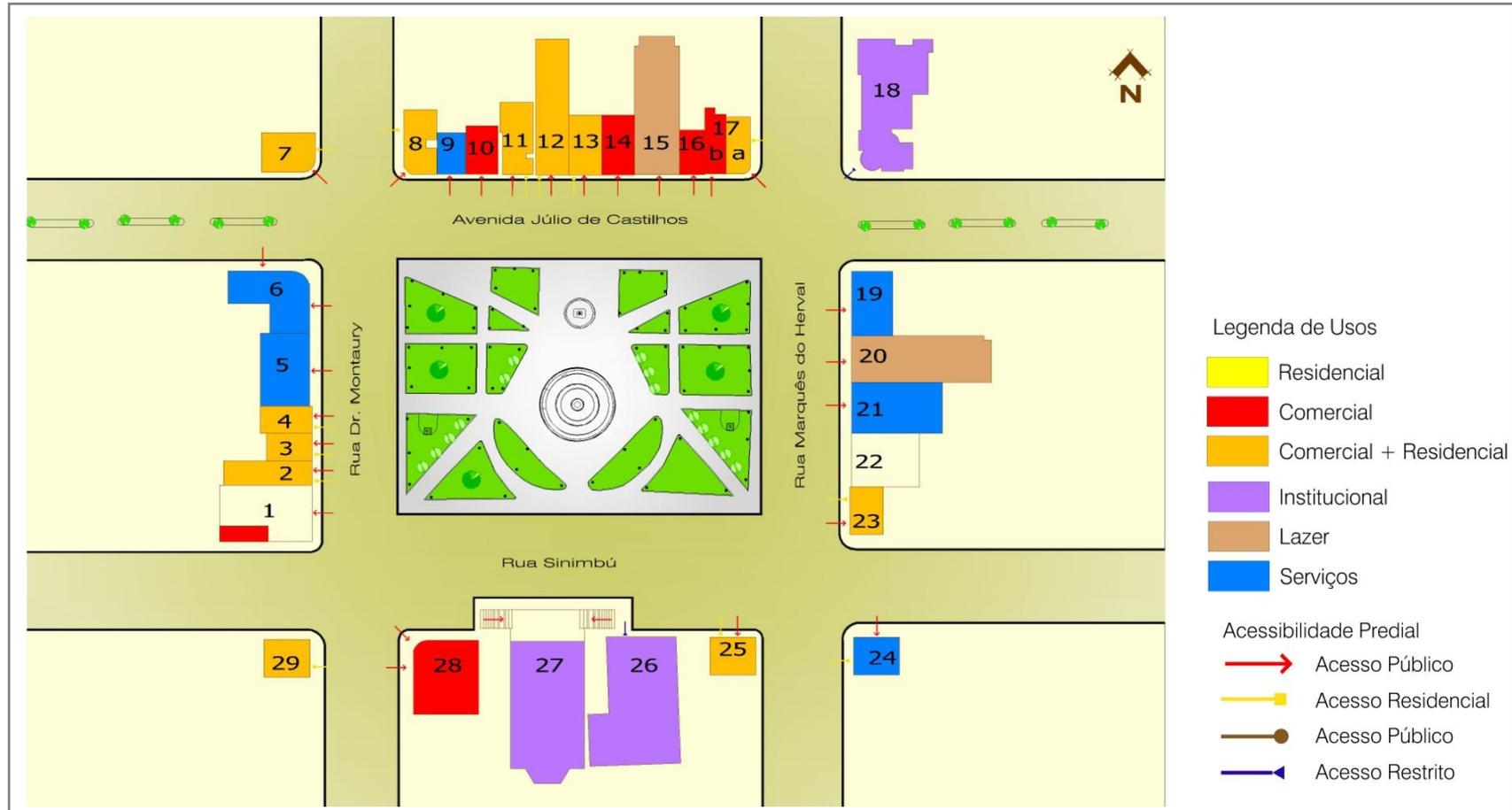
Que características eles têm?

Onde ficam?

Ficha de entrevista com usuários do parque	
Dados do entrevistado	
Nome	Idade
Profissão/atividade	
Mora em: () casa com pátio; () apartamento; () condomínio com área de lazer interna	
Relação usuário – parque	
Qual a frequência de uso do parque? () diária () somente nos finais de semana () outra. Qual?	Desde quando frequenta do parque?
Costumava frequentar do parque antes da reforma? () sim; () não Motivos:	
Vem ao parque () sozinho () com amigos () com a família	Vem ao parque partindo de () sua residência () seu local de trabalho Qual a distância percorrida?
Quais os motivos que o fazem utilizar o parque?	Quando você está no parque, costuma interagir com outras pessoas? Se sim, de que forma?
Quanto tempo permanece no parque?	Qual atividade desenvolve no tempo em que está no parque?
Informações sobre a qualidade do espaço	
Sente-se seguro no parque? () sim () não Se sim, existem espaços dentro do parque que representem ameaças à sua tranquilidade e ao deleite? Se não, o que representa ameaça à sua segurança?	No seu ponto de vista, existem elementos que obstruem as visuais do parque a partir do exterior que podem fazer com que você não o acesse? () sim () não Se sim, quais?
A vegetação que envolve o parque, obstruindo visualmente as ruas e as edificações do entorno, favorece os usos internos pela privacidade proporcionada? () sim () não	A vegetação que existe no parque favorece sua permanência? () sim () não Por que?
Você acha que os prédios no entorno do parque interferem no uso do mesmo? () sim () não	Os acessos ao parque são dificultados por não estarem no mesmo nível? () sim () não
Quais as qualidades/atrativos do parque?	O que falta no parque?
Você costuma frequentar também a praça Dante Alighieri? () sim () não Se sim, responda à questão ao lado.	De que elementos ou edificações existentes no interior ou no exterior da praça você lembra? Que características eles têm? Onde ficam?

APÊNDICE B

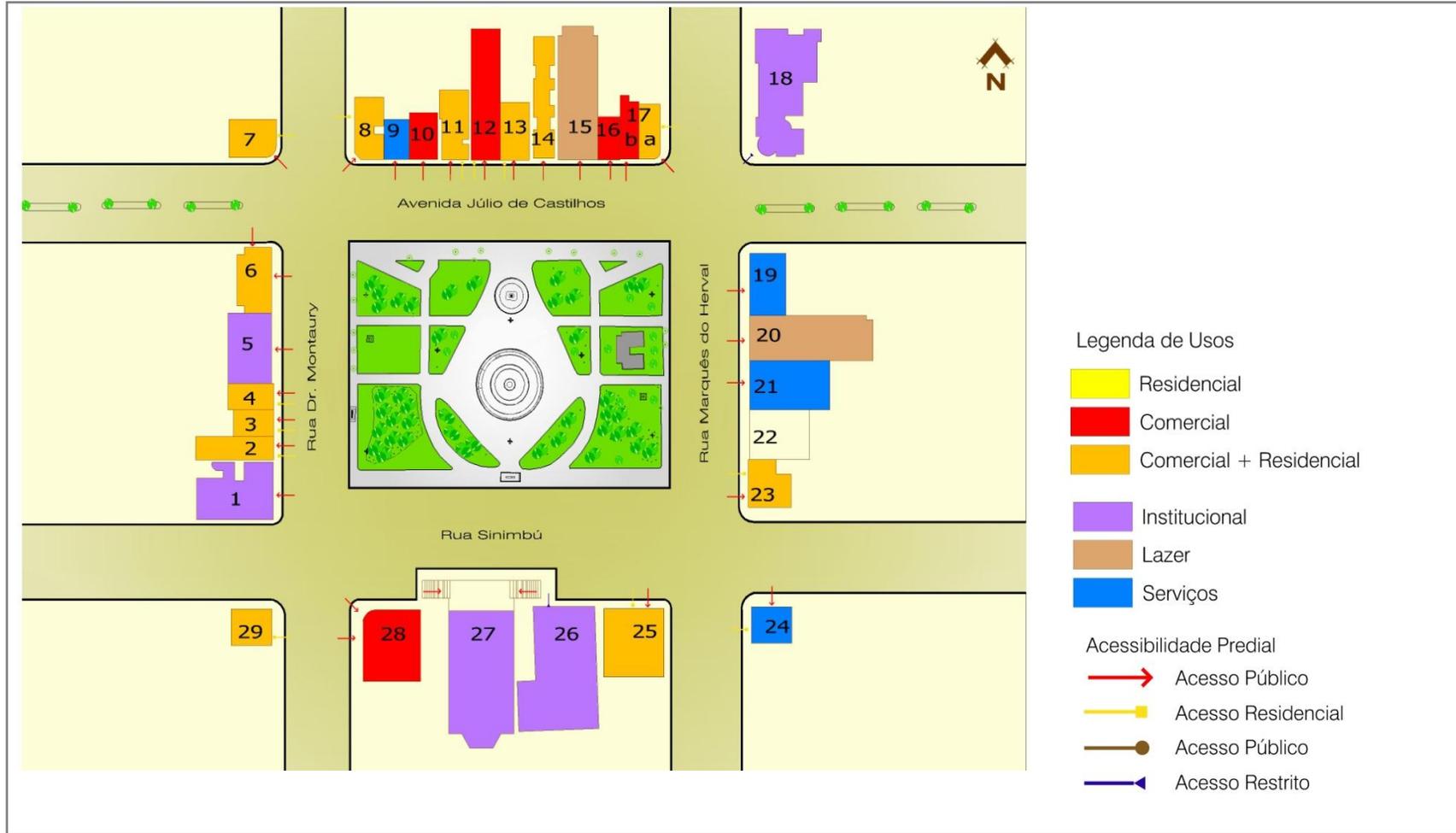
Mapa de usos das edificações que envolvem praça Dante Alighieri no período compreendido entre a década de 30 e 50 do século XX



Quadro de usos e alturas das edificações que envolvem praça Dante Alighieri no período compreendido entre a década de 30 e 50 do século XX

Número	DISCRIÇÃO	Número de pavimentos	Altura (m)	USOS
1	Espaço para eventos	1	3	
2	Edifício misto	2	6	Térreo Bar Carioquinha; superior residencial
3	Edifício misto	3	9	Térreo mercearia; superior residencial
4	Edifício misto	3	9	Térreo cartório; superior residencial
5	Hotel Menegotto	3	12	
6	Banco Nacional do Comércio	3	12	
7	Edifício misto	2	10	
8	Residência Sassi	3	14	Térreo comercial; superior residencial
9	Diário de Notícias	2	7	
10	Edifício comercial	3	12	
11	Palacete Andrezza	4	15	Térreo café; superior residencial
12	Café Sport	2	8	Térreo café; superior residencial
13	Edifício misto	2	6	
14	Edifício comercial	2	6	
15	Cinema Central	2	9	
16	Edifício comercial	2	6	Aveia Soberana
17	a) Casa Scotti; b) Edifício comercial	3	12	Térreo comercial; superior residencial
18	Clube Juvenil	4	17	
19	Banco Banrisul	6	24	
20	Cinema Guarani	2	15	
21	Hotel Mimoso	4	12	
22	Terreno baldio	16	54	Usado para patinação
23	Casa Minguelli	3	9	Térreo comercial; superior residencial
24	Hotel Bela Vista	3	9	
25	Edifício misto	2	8	Térreo comércio; superior e sótão residência Pezzi
26	Casa Canônica	4	20	
27	Catedral	2	27	
28	Loja Magnabosco	3	10	Comércio de roupas, cama, mesa e banho
29	Edifício misto	2	6	

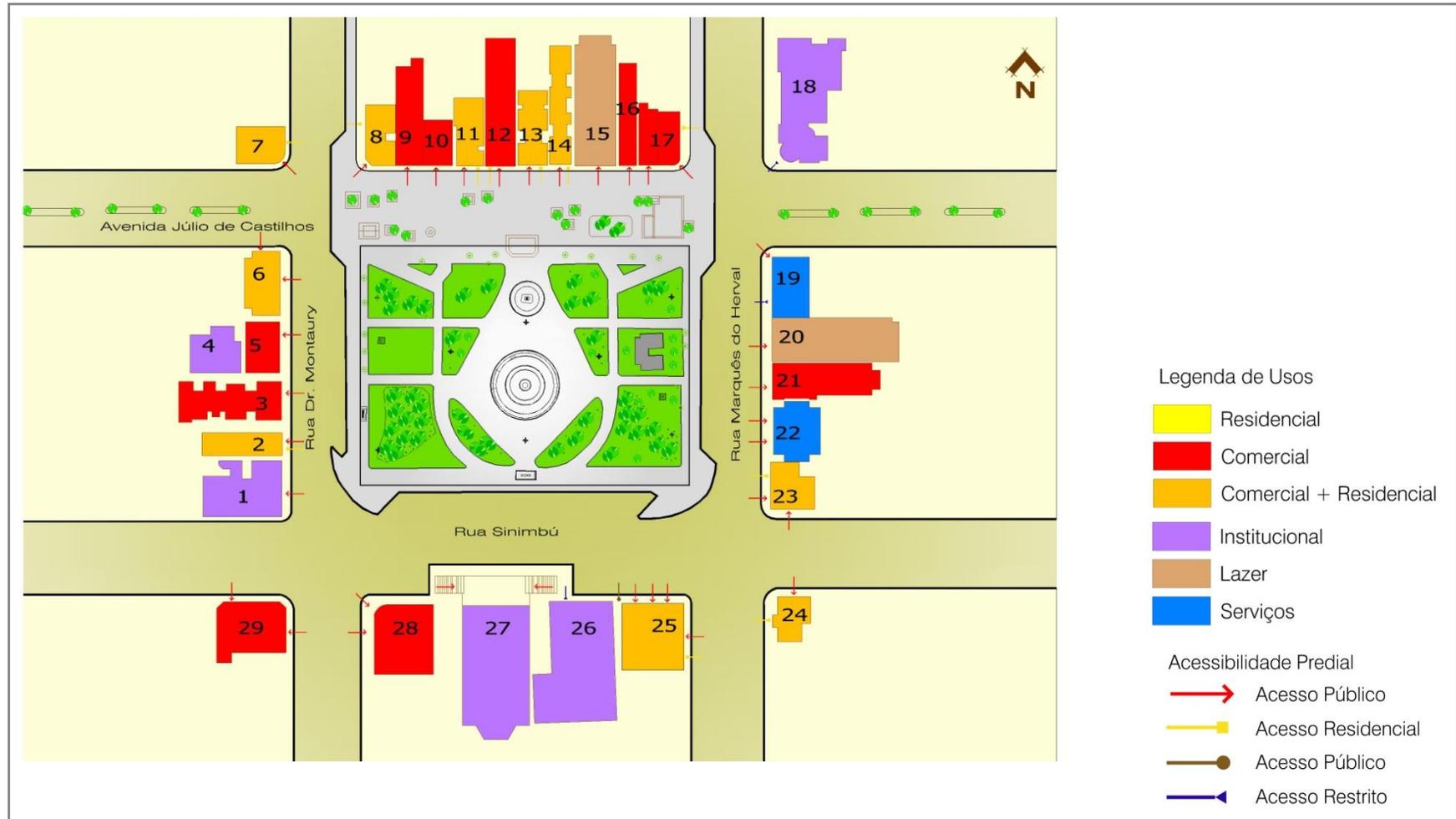
Mapa de usos do entorno da praça Dante Alighieri no período compreendido entre a década de 50 e 70 do século XX



Quadro de usos e alturas das edificações que envolvem praça Dante Alighieri no período compreendido entre a década de 50 e 70 do século XX

Número	DISCRIÇÃO	Número de pavimentos	Altura (m)	USOS
1	Palácio da pólicia Civil	6	21	
2	Edifício misto	2	6	Térreo Bar Carioquinha; superior residencial
3	Edifício misto	3	9	Térreo mercearia; superior residencial
4	Edifício misto	4	12	Térreo cartório; superior residencial
5	Biblioteca Pública Municipal; Escola de Belas Artes	3	12	
6	Edifício misto	18	56	Térreo comercial; superior residencial
7	Edifício misto	2	10	
8	Residência Sassi	3	14	Térreo comercial; superior residencial
9	Diário de Notícias	2	7	
10	Edifício comercial	3	12	Farmácia
11	Palacete Andreazza	4	15	Térreo café; superior residencial
12	Edifício misto	2	8	Térreo livraria Calcagnotto; superior residencial
13	Edifício misto	17	46	Térreo comercial; superior residencial
14	Edifício comercial	2	6	
15	Cinema Central	2	9	
16	Edifício comercial	2	6	Aveia Soberana
17	a) Casa Scotti; b) Edifício comercial	3	12	Térreo comercial; superior residencial
18	Clube Juvenil	4	17	
19	Banco Banrisul	6	24	
20	Cinema Guarani	2	15	
21	Hotel Mimoso	4	12	
22	Terreno baldio	16	54	Usado para patinação
23	Edifício misto	9	26	Térreo Joalheria Kaiser; superior residencial
24	Hotel Bela Vista	3	9	
25	Edifício misto	17	48	Térreo comércio; superior residencial
26	Casa Canônica	4	20	
27	Catedral	2	27	
28	Loja Magnabosco	3	10	Comércio de roupas, cama, mesa e banho
29	Edifício misto	2	6	

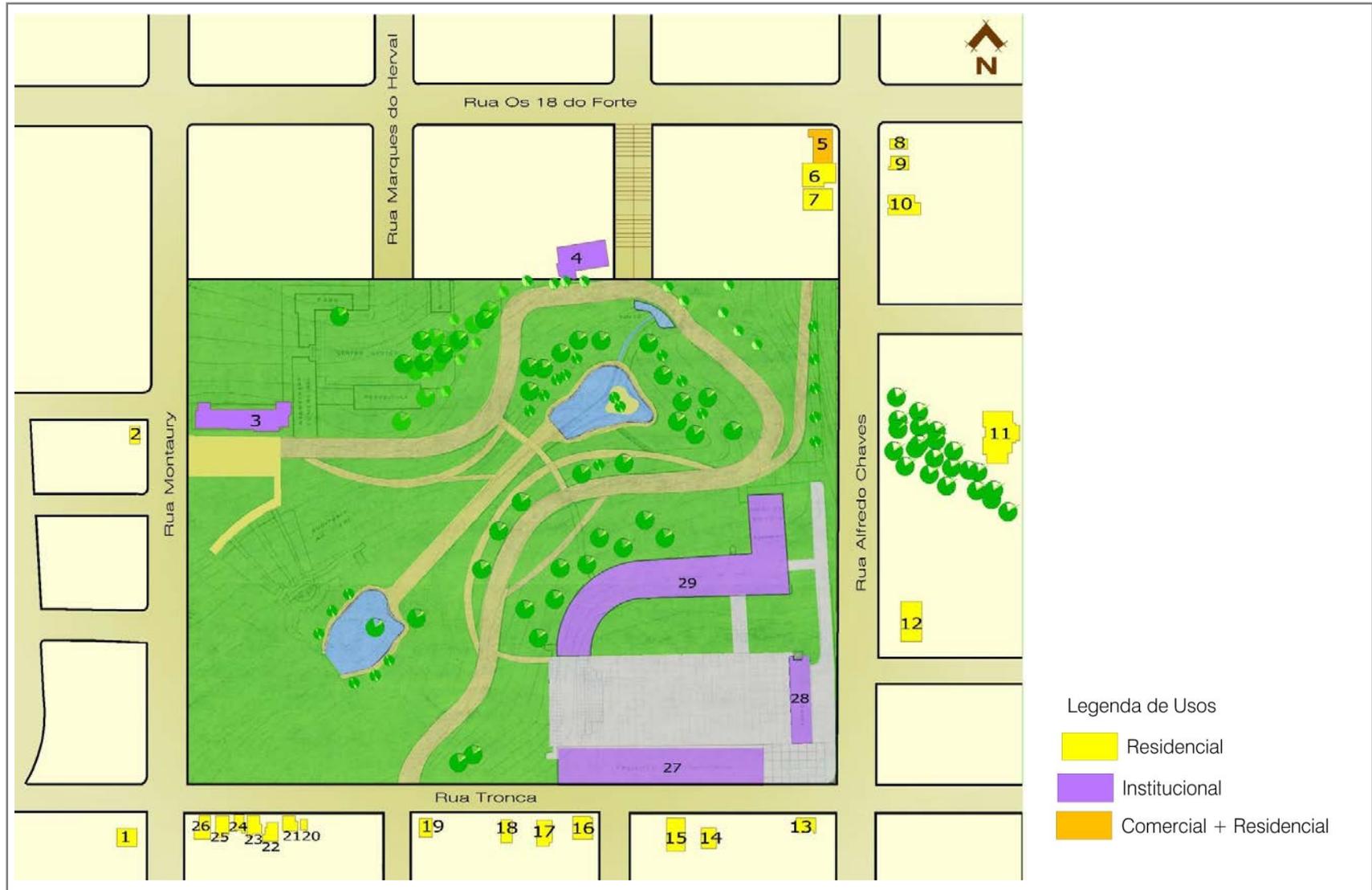
Mapa de usos do entorno da praça Dante Alighieri no período compreendido entre a década de 70 do século XX e o ano 2000



Quadro de usos e alturas das edificações que envolvem praça Dante Alighieri no período compreendido entre a década de 70 do século XX e o ano 2000

Número	DISCRIÇÃO	Número de pavimentos	Altura (m)	USOS
1	Palácio da polícia Civil	6	21	
2	Edifício misto	2	6	Térreo Bar Carioquinha; superior residencial
3	Edifício e galeria comercial	14	40	Joalheria, estúdio de tatuagem, lojas de cosméticos
4	Biblioteca Pública Municipal; Casa de Cultura	5	18	
5	Comércio	1	3	
6	Edifício misto	18	56	Térreo comercial; superior residencial
7	Edifício misto	2	10	
8	Residência Sassi	3	14	Térreo comercial; superior residencial
9	Comércio	2	7	
10	Edifício comercial	3	12	Farmácia
11	Palacete Andreazza	4	15	Térreo café; superior residencial
12	Tapeçaria Rio	2	8	
13	Edifício misto	10	27	Térreo galeria comercial, superior residencial
14	Edifício misto	17	46	Térreo comercial; superior residencial
15	Cinema Central	2	9	
16	Edifício comercial	2	6	
17	Edifício comercial	3	12	Farmácia
18	Clube Juvenil	4	17	
19	Banco Banrisul	6	24	
20	Cinema Guarani	2	15	
21	Edifício Comercial	2	9	
23	Edifício de serviços	16	54	Banco do Brasil e escritórios diversos
22	Edifício misto	9	26	Térreo Joalheria Kaiser; superior residencial
23	Edifício misto	6	18	
24	Edifício misto	17	48	Térreo comércio; superior residencial
25	Casa Canônica	4	20	
26	Catedral	2	27	
27	Loja Magnabosco	3	10	Comércio de roupas, cama, mesa e banho
28	Edifício de serviços	17	48	Banco Mercantil e escritórios diversos

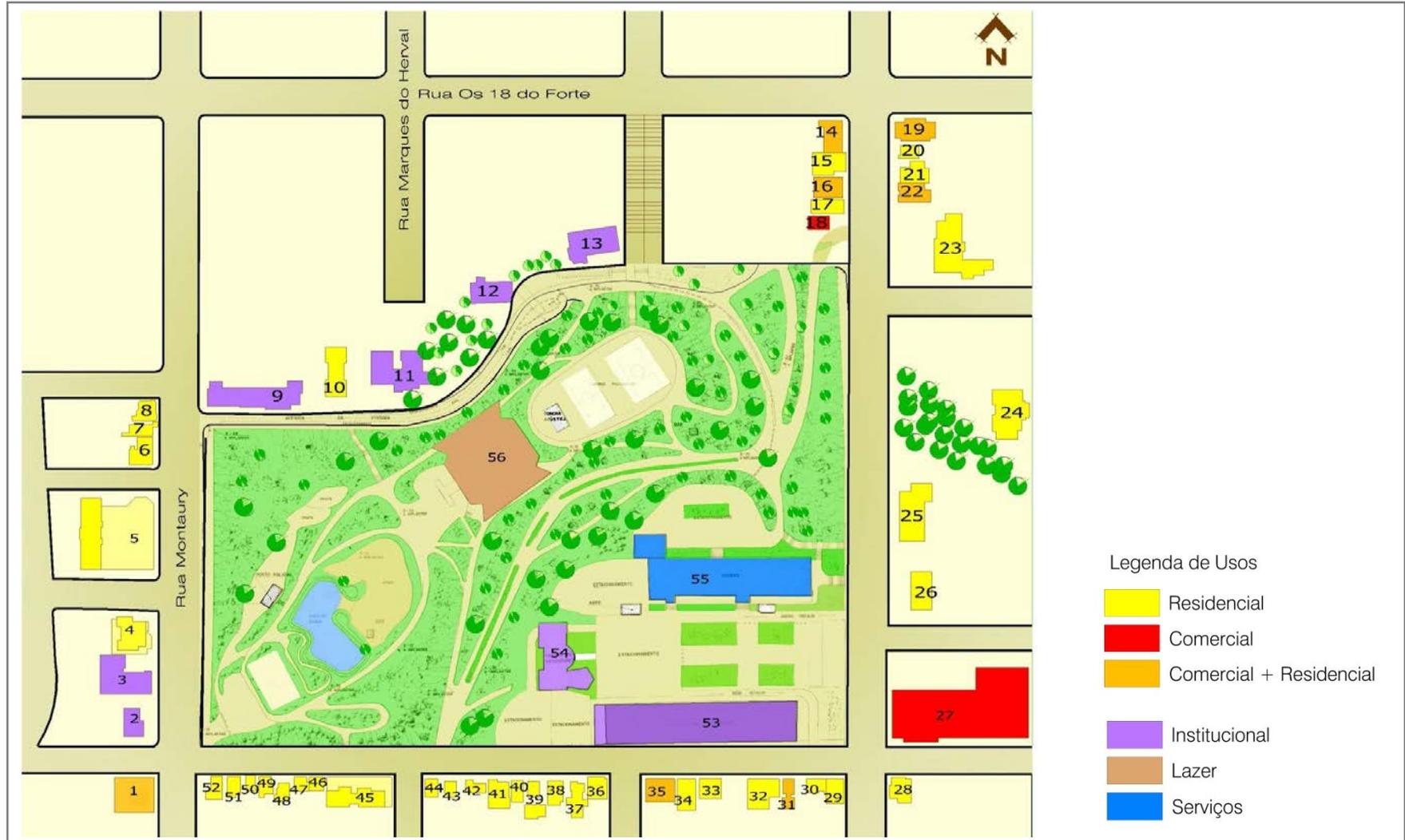
Mapa de usos do entorno do parque Getúlio Vargas no período compreendido entre a década de 50 e 70 do século XX



Quadro de usos e alturas das edificações que envolvem o parque Getúlio Vargas no período compreendido entre a década de 50 e 70 do século XX

Número	DISCRIÇÃO	Número de pavimentos	Altura (m)	USOS
1	Residência	2	6	
2	Residência	2	6	
3	Instituto de Enologia do RS	3	10	
4	INSS	2	7	
5	Edifício misto	5	16	
6	Residência	2	7	
7	Residência	2	6	
8	Residência	2	6	
9	Residência	2	6	
10	Edifício residencial	4	13	
11	Edifício residencial	3	10	
12	Residência	2	6	
13	Residência	1	4	
14	Residência	1	4	
15	Residência	2	7	
16	Residência	1	4	
17	Residência	1	4	
18	Residência	2	7	
19	Residência	1	4	
20	Residência	2	7	
21	Residência	2	7	
22	Residência	2	7	
23	Residência	2	7	
24	Residência	2	7	
25	Residência	2	7	
26	Residência	2	7	
27	Pavilhão de eventos	5	10	Exposição da Festa Nacional da Uva
28	Pórtico de acesso	-	7	Acesso ao espaço para eventos
29	Pavilhão de eventos	1	4	Exposição da Festa Nacional da Uva

Mapa de usos do entorno do parque Getúlio Vargas no período compreendido entre a década de 70 e o ano 2000 do século XX



Quadro de usos e alturas das edificações que envolvem o parque Getúlio Vargas no período compreendido entre a década de 70 e o ano 2000 do século XX

Número	DISCRIÇÃO	Número de pavimentos	Altura (m)	USOS
1	Edifício misto	12	40	Térreo comercial e serviços; superiores residencial
2	Secretaria Municipal de Agricultura	1	4	
3	Igreja	2	20	
4	Edifício residencial	12	40	
5	Edifício residencial (Parque do Sol)	36	116	
6	Residência	2	7	
7	Residência	2	7	
8	Edifício residencial	10	30	
9	Secretaria Estadual de Agricultura	3	10	
10	Edifício residencial	5	16	
11	Secretaria da Justiça do Trabalho	4	13	
12	Loja Maçonica Duque de Caxias	1	7	
13	INSS	2	7	
14	Edifício misto	5	16	Térreo comercial; superiores residencial
15	Residência	2	7	Loja de móveis rústicos no 1º pav. e, no térreo, barbearia e sapataria
16	Edifício misto	4	12	Térreo doceria; superiores residencial
17	Residência	3	10	Comércio de vestuário, DPVAT
18	Edifício comercial	1	3	Chaveiro
19	Edifício misto	2	7	Residencial com térreo comercial
20	Residência	2	10	
21	Edifício misto	4	13	Térreo comercial; superior residencial
22	Edifício residencial	1	4	
23	Edifício residencial	1	4	
24	Residência	2	6	
25	Residência	2	6	
26	Residência	2	10	
27	Supermercado Cesa	2	10	
28	Residência	2	7	
29	Residência	1	4	
30	Residência	1	4	
31	Edifício misto	4	13	Térreo comercial; superiores residencial
32	Residência	2	7	
33	Residência	2	7	
34	Residência	2	7	
35	Edifício misto	6	20	Térreo comercial; superiores residencial
36	Residência	1	4	
37	Edifício residencial	5	16	
38	Residência	1	4	
39	Residência	1	7	
40	Residência	2	7	
41	Residência	1	4	
42	Residência	1	4	
43	Residência	2	7	
44	Residência	1	4	
45	Edifício residencial	13	40	
46	Residência	2	7	
47	Residência	2	7	
48	Residência	2	7	
49	Residência	2	7	
50	Residência	2	7	
51	Residência	2	7	
52	Residência	2	7	
53	Prefeitura Municipal	5	16	
54	Câmara Municipal de Vereadores	4	13	
55	Codeca	1	4	
56	Ginásio Municipal Pedro Carneiro Pereira	1	10	

ANEXOS

ANEXO A – Decretos municipais e Lei municipal relacionados à declaração de utilidade pública e desapropriação das áreas de terras para a construção do parque Getúlio Vargas

DECRETO

Nº 59

Declara de utilidade pública.

O Presidente da Câmara Municipal de Caxias do Sul, em exercício no cargo de Prefeito, com apóio no artigo 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e

CONSIDERANDO os insistentes pedidos encaminhados ao Executivo Municipal pela MM. Câmara Municipal de Vereadores, através de recomendações, desde 24 de março de 1949, no sentido do Poder Público adquirir os terrenos não edificados e situados na parte Sul da cidade, no antigo Travessão Santa Tereza, afim de alí serem construídos, oportunamente, pavilhões permanentes para certames agro-industriais, estádio municipal, parque e outros melhoramentos de interesse coletivo;

CONSIDERANDO que é plenamente justificada essa medida, dada a localização desses imóveis, situados que estão no centro da cidade e satisfazendo todas as condições necessárias ao empreendimento visado, local, portanto, adequado para tais finalidades;

CONSIDERANDO, mais, que os Engenheiros contratantes dos estudos do Plano Diretor da cidade, consultados a respeito, através do ofício nº 111/50, de 30 de janeiro de 1951, declararam,

Reg. no Livro de Decretos n.º

á fl. Data supra.

.....
Secretário do Município

ESTADO DO RIO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

DECRETO

.....

consoante ofício nº 3/51, de 3 de fevereiro corrente, ser do mais alto interesse para a coletividade caxiense a imediata aquisição dessa gleba de terras;

CONSIDERANDO, finalmente, a indispensabilidade de serem os imóveis declarados de utilidade pública, com o visio de impedir sua aquisição por particulares, para fins especulativos,

DECRETA:

ART. 1º - É declarada de utilidade pública para o fim da construção de pavilhões permanentes para certames agro-industriais, estádio municipal, parque e outros melhoramentos de interesse coletivo, a área de terras compreendida dentro das seguintes delimitações:- partindo do alinhamento Leste da rua Marques do Herval, pelos fundos dos lotes das quadras 43 e 52, em direção Leste, até encontrar o prolongamento Sul do alinhamento Leste da rua Alfredo Chaves; dêsse ponto, em direção Sul, pelo mencionado prolongamento, até encontrar o prolongamento Oeste do alinhamento Sul da rua Visconde de Mauá; dêsse ponto, em direção Oeste, pelo citado prolongamento da rua Visconde de Mauá, até encontrar o prolongamento Sul do alinhamento Oeste da rua Dr. Montauray; dêsse ponto, rumo Norte, pelo prolongamento mencionado, até encontrar o alinhamento Sul da rua Dal Canale; dêsse ponto, rumo Leste, pelo alinhamento Sul, da rua Dal Canale, até encontrar o prolonga-

Reg. no Livro de Decretos n.º

á fl. Data supra.

.....
Secretário do Município

DECRETO

.....

mento Sul do alinhamento Leste da rua Marquês do Herval, e, dêsse ponto, rumo Norte, até encontrar o ponto de partida, ou seja o ângulo sudoeste do lote nº 1, da quadra 43.-

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 8 de fevereiro de 1951.-

(as.) Demetrio Moreira da Luz
Presidente da Câmara Municipal,
em exercício no cargo de Prefeito.

*Reg. no Livro de Decretos n.º 1
à fl. 71v. 72 e 72v.
Data Supl.ª.*

.....
Secretário do Município

NAP.

DECRETO

Nº 117

Declara de utilidade pública

O Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que o Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, lhe confere:

DECRETA

Art. 1º - É declarada de utilidade pública para o fim da construção do Centro Civico, a área de terras compreendida dentro das seguintes delimitações:- Partindo de um ponto situado a 70 metros do prolongamento Sul do alinhamento Leste da rua Marquês do Herval, a contar do alinhamento Sul da rua Os dezoito do Forte; dêsse ponto, rumo ao Oeste, numa extensão de 70 metros; dêsse ponto, rumo Sul, até encontrar o prolongamento Leste do alinhamento Sul da rua Dal Canale; dêsse ponto, por êsse alinhamento, rumo a Leste, até encontrar o prolongamento Sul do alinhamento Leste da rua Marquês do Herval e dêsse ponto, rumo Norte e por êsse alinhamento, até encontrar o ponto de partida.

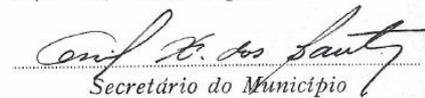
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.-

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de abril de 1952.-



(Euclides Triches)
Prefeito Municipal

Reg. no Livro de Decretos n.º 1
à fl. 14 Data supra.



Secretário do Município
(Onil Xavier dos Santos)

DECRETO

Nº 118

Ementa: Extende os motivos de declaração de utilidade Pública de que tratam os decretos nºs. 59 e 117 e retifica o perímetro da área do segundo.

O pPrefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que o Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, lhe confere:

DECRETA

Art. 1º - A declaração de utilidade pública a que se refere o Decretos nºs. 59, de 8.2.1951 e 117 de 30.4.1952, compreende todas as áreas contiguas ou adjacentes às obras principais, inclusive vias públicas, aludidas naqueles Decretos, áreas essas que já se encontram dentro dos perímetros declarados de utilidade pública. Pela extraordinária valorização em consequência das obras a serem ali realizadas essas áreas adjacentes, não aproveitadas no desenvolvimento das mesmas obras, serão loteadas e revendidas pela Municipalidade, visando seu melhor aproveitamento estético e econômico, na execução fiel do plano de urbanização a ser realizado e, ainda, no interesse coletivo para amortização das vultosas quantias que para tanto serão despendidas pelo Poder Público.-

Art. 2º - Fica retificado o perímetro da área a que se refere o decreto nº 117, que passa a ser o seguinte:

*Reg. no Livro de Decretos n.º
à fl. Data supra.*

.....
Secretário do Município

- 2-

DECRETO

É declarada de utilidade pública para o fim da construção do Centro Cívico, a área de terras compreendida dentro das seguintes delimitações:- Partindo de um ponto situado a 87 metros do prolongamento Sul do alinhamento Leste da rua Marques do Herval, a contar do alinhamento Sul da rua Os 18 do Forte, dêsse ponto, rumo a Oeste, numa extensão de 75 metros; desse ponto, rumo Sul, até encontrar o prolongamento Leste do alinhamento Sul da rua Dal Canale, desse ponto, por êsse alinhamento, rumo Leste, até encontrar o prolongamento Sul do alinhamento Leste da Rua Marques do Herval e desse ponto, rumo Norte e por esse alinhamento até encontrar o ponto de partida.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 8 de maio de 1952.



(Euclides Triches)
Prefeito Municipal

Reg. no Livro de Decretos n.º 1
à fl. 111v Data supra.

.....
Secretário do Município



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

LEI Nº 492

de 24 de novembro de 1952.

Modifica a Lei nº 448.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 448, de 18 de julho passado passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a adquirir da Viúva e dos Herdeiros do Dr. Antonio Ciuriolo, pela importância de R\$ 8.128.809,00, mediante escritura de compra e venda, os imóveis declarados de utilidade pública pelos Decretos nºs. 59, 117 e 118 e mais uma área de terras de dois mil trezentos e setenta metros quadrados (2.370 m²), pertencente aos mesmos e situada a sudoeste daqueles imóveis".-

Art. 2º - A escritura de compra e venda será lavrada nos termos da minuta que acompanha esta Lei.-

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 24 de novembro de 1952.

(Euclides Triches)
Prefeito Municipal.